

Plano Diretor Municipal

Quedas do Iguaçu - PR

Fase II - Análise Temática Integrada

Revisão 2019



PREFEITURA MUNICIPAL
DE QUEDAS DO IGUAÇU
QUEDASDOIGUACU.PR.GOV.BR

Plano Diretor Municipal de Quedas do Iguaçu

Prefeita
Marlene Fatima Manica Revers

Coordenador Técnico Municipal
Lucas André Stormovski



PREFEITURA MUNICIPAL
DE QUEDAS DO IGUAÇU
QUEDASDOIGUACU.PR.GOV.BR



DRZ GEOTECNOLOGIA
E CONSULTORIA
DRZ.COM.BR

2019



APRESENTAÇÃO

Uma das transformações mais expressivas da sociedade brasileira na segunda metade do século XX foi o rápido processo de urbanização das cidades. A população urbana do país evoluiu de 45% do total, em 1960, para 84%, em 2010¹. Este processo ocasionou uma grave perda de qualidade de vida nas cidades e resultou na dualidade entre a cidade real e a cidade legal.

Para ajudar no processo de democratização das cidades brasileiras, o Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho 2001, regulamentou o Capítulo da Política Urbana na Constituição Federal de 1988 (artigos 182 e 183). Desde então, os cidadãos brasileiros têm a oportunidade de participar do processo de redemocratização do planejamento das cidades, de modo a torná-las mais humanas através da elaboração do Plano Diretor.

Os artigos 39 e 40 do Estatuto da Cidade definem que o Plano Diretor é “o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana”. Em seguida, o artigo 41 define que “o Plano Diretor é obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas”.

O Plano Diretor Municipal não expressa apenas a visão do governo. Trata-se de uma síntese de conceitos e ideias que foram debatidos durante o período de elaboração do mesmo, envolvendo vários segmentos da sociedade civil, que atenderam ao chamamento para construir, junto ao governo municipal e a consultoria, o planejamento do Município numa visão do futuro desejado, atendendo aos anseios de toda a comunidade local.

No Paraná, a Constituição Estadual, em seu Capítulo da Política Urbana, torna obrigatória a elaboração do Plano Diretor por parte de todos os municípios do Estado. A Lei Estadual nº 15.229, de 25 de julho de 2006, define ainda que o Estado somente fará convênios de financiamento de obras de infraestrutura e serviços com municípios que tenham elaborado seu Plano Diretor de acordo com as determinações do Estatuto da Cidade.

¹ IBGE – Censos Demográficos de 1960 e 2010.



O Estatuto da Cidade, Art. 40 § 3º, define que “A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos”. O Plano Diretor Municipal anterior de Quedas do Iguaçu foi instituído pela Lei nº 374, de 10 de outubro de 2006. Deste modo, a revisão do mesmo faz-se, em 2016 legalmente necessária. Além da exigência legal, a revisão do Plano Diretor é de enorme relevância para que as políticas de desenvolvimento urbano estejam adequadas à situação atual do município, visando melhorar a qualidade de vida em Quedas do Iguaçu e o cumprimento da função social da propriedade.

Conforme contrato nº 298/2018, celebrado no dia 10 de outubro de 2018 entre o Município de Quedas do Iguaçu, no Estado do Paraná, e a DRZ Geotecnologia e Consultoria Ltda EPP, que foi contratada para prestação de serviços técnicos de consultoria para revisão do Plano Diretor Municipal de Quedas do Iguaçu e a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana, em consonância com o Termo de Referência e demais peças do Edital de Tomada de Preços nº 009/2018.

O desenvolvimento dos trabalhos envolve a Equipe Técnica Municipal, o Conselho Municipal de Desenvolvimento e a participação popular e é dividido em 4 fases:

- Fase 1 - Mobilização;
- Fase 2 - Análise Temática Integrada;
- Fase 3 - Diretrizes e Propostas para uma Cidade Sustentável;
- Fase 4 - Plano de Ação e Investimentos (PAI) e Institucionalização do Plano Diretor Municipal.

O presente produto é referente à Fase 2 – Análise Temática Integrada da revisão do Plano Diretor Municipal de Quedas do Iguaçu.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
INTRODUÇÃO	16
1. ASPECTOS GERAIS	17
1.1 LOCALIZAÇÃO	17
1.2 BREVE HISTÓRICO	19
2. INSERÇÃO REGIONAL	19
2.1 REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA E IMEDIATA	19
2.2 MUNICÍPIOS LIMÍTROFES	20
2.3 ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL	20
3. CONDICIONANTES NATURAIS	21
3.1 GEOLOGIA	21
3.1.1 FORMAÇÃO GEOLÓGICA	21
3.1.2 GEOMORFOLOGIA	21
3.1.3 PEDOLOGIA	26
3.2 FITOGEOGRAFIA E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	30
3.3 HIDROGRAFIA	34
4. CONDICIONANTES SOCIOESPACIAIS	36
4.1 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO MUNICIPAL	36
4.2 EVOLUÇÃO URBANA	38
4.3 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO	40
4.4 SÍNTESE DAS ÁREAS URBANAS RESTRITAS À OCUPAÇÃO	42
5. ASPECTOS SOCIOECONOMICOS	44
5.1 DEMOGRAFIA	44
5.1.1 POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR	47
5.1.2 POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (PIA)	48
5.1.3 POPULAÇÃO IDOSA	48
5.1.4 RAZÃO DE DEPENDÊNCIA	49
5.2 DESENVOLVIMENTO HUMANO	50
5.3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	52
5.3.1 PRODUTO INTERNO BRUTO	53



5.3.2	VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS BÁSICOS.....	56
5.3.3	VALOR ADICIONADO FISCAL.....	59
5.3.4	ESTABELECIMENTO E EMPREGO POR ATIVIDADE ECONÔMICA.....	63
5.3.5	CONSIDERAÇÕES.....	66
5.4	TURISMO.....	69
6.	CONDIÇÕES FUNDIÁRIAS.....	72
6.1	DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL.....	72
6.2	CONDIÇÕES DE MORADIA.....	75
6.3	OCUPAÇÕES IRREGULARES.....	78
6.3.1	ASSENTAMENTO CELSO FURTADO.....	81
6.4	DÉFICIT HABITACIONAL.....	85
7.	INFRAESTRUTURA.....	86
7.1	SANEAMENTO BÁSICO.....	86
7.1.1	ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....	86
7.1.2	ESGOTAMENTO SANITÁRIO.....	88
7.1.3	DRENAGEM PLUVIAL.....	92
7.1.4	RESÍDUOS SÓLIDOS.....	93
7.2	SISTEMA VIÁRIO.....	95
7.2.1	SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL.....	95
7.2.2	SISTEMA VIÁRIO URBANO.....	96
7.3	ILUMINAÇÃO PÚBLICA E ENERGIA ELÉTRICA.....	102
7.4	ARBORIZAÇÃO URBANA.....	104
8.	EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS.....	107
8.1	SAÚDE.....	107
8.1	EDUCAÇÃO.....	114
8.2	ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	121
8.3	CULTURA, ESPORTE E LAZER.....	126
8.4	CEMITÉRIO E SERVIÇOS FUNERÁRIOS.....	133
8.5	SEGURANÇA.....	135
9	MOBILIDADE URBANA.....	137
9.1	DESLOCAMENTO COLETIVO.....	139
9.2	DESLOCAMENTO INDIVIDUAL NÃO MOTORIZADO.....	142



9.2.1	DESLOCAMENTO PEATONAL.....	143
9.2.1	DESLOCAMENTO CICLOVIÁRIO	145
9.3	DESLOCAMENTO INDIVIDUAL MOTORIZADO	146
9.4	DESLOCAMENTO MOTORIZADO DE CARGAS E SERVIÇOS.....	148
10	CRESCIMENTO POPULACIONAL E EXPANSÃO URBANA	149
10.1	PROJEÇÃO DO CRESCIMENTO POPULACIONAL E EXPANSÃO URBANA	149
10.2	CAPACIDADE DE SUPORTE AMBIENTAL.....	152
10.3	CAPACIDADE DE SUPORTE DE INFRAESTRUTURA.....	153
10.4	CAPACIDADE DE SUPORTE DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS.....	154
11	GESTÃO MUNICIPAL	155
11.1	FINANÇAS PÚBLICAS	155
11.2	RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	156
	RECEITAS MUNICIPAIS	156
11.3	TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	158
11.4	RECEITAS TRIBUTÁRIAS E RECEITAS PRÓPRIAS.....	165
	RECEITAS CORRENTE E RECEITA TRIBUTÁRIA.....	168
	DESPESAS FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO.....	169
	DESPESAS POR FUNÇÃO.....	172
	DESPESA COM PESSOAL E A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	174
	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS EM RELAÇÃO ÀS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS.....	176
11.5	INDICADORES FINCANÇAS PÚBLICAS.....	177
	INDICADOR DE DEPENDÊNCIA.....	177
	INDICADOR DE FINANCIAMENTO DOS GASTOS.....	179
	INDICADOR DE POUPANÇA.....	180
	INDICADOR CAPACIDADE DE INVESTIMENTO	182
	CONSIDERAÇÕES.....	184
11.6	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA.....	187
11.7	CONSELHOS MUNICIPAIS	189
12	SÍNTESE	191
	REFERÊNCIAS	194
	PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU	199
	DRZ - GESTÃO DE CIDADES	200



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Vila de Salto Osório.....	70
Figura 2 - Parque Aquático (Prainha).....	71
Figura 3 - Parque Aquático (Prainha).....	71
Figura 4 – Natal em Quedas Iguaçu.....	71
Figura 5 – Grupo Folclórico Jagoda.....	71
Figura 6 - Casas dentro da malha urbana.....	75
Figura 7 - Casas utilizando madeira aparelhada.....	78
Figura 8 - Ocupação irregular dentro do perímetro urbano.....	79
Figura 9 - Ocupação irregular na região central, denominado Sem Teto.....	80
Figura 10 - Ocupação irregular Dom Tomás Balduino.....	81
Figura 11 – Produção no Assentamento Celso Furtado.....	82
Figura 12 - Sede da SANEPAR em Quedas do Iguaçu.....	87
Figura 13 - ETE Campo Novo em Quedas do Iguaçu.....	89
Figura 14 - ETE – Vila Salto Osório.....	90
Figura 15 - ETE – Campo Novo.....	90
Figura 16 - Córrego em meio urbano.....	93
Figura 17 - Rua com pedra basáltica.....	93
Figura 18 – Rodovia PR-473.....	96
Figura 19 - Rua com pavimentação em pedra basáltica.....	99
Figura 20 - – Pavimentação asfáltica no Bairro João Paulo II.....	99
Figura 21 - Iluminação em loteamento novo.....	103
Figura 22 - Arborização na rua Juazeiro, região central.....	106
Figura 23 - Arborização realizada com o Ligustro, Avenida Tarumã.....	106
Figura 24 - Árvores em conflito com a fiação.....	106
Figura 25 - Equipamentos de Saúde em Quedas do Iguaçu.....	108
Figura 26 - Hospital Municipal de Quedas do Iguaçu.....	108
Figura 27 - UBS em Área rural – UBS 10 de maio.....	109
Figura 28 - UBS em Área rural – UBS Vila Rural.....	112
Figura 29 - Construção para ao Hospital de Lata.....	112



Figura 30 - Centro Cultural de Quedas do Iguaçu.....	126
Figura 31 - Apresentação no Centro Cultural.....	127
Figura 32 - Parque de Exposições.....	127
Figura 33 - Ginásio Municipal Tarumã.	128
Figura 34 - Parque Aquático (Prainha).....	128
Figura 35 - Equipamento abandonado.....	129
Figura 36 - Ginásio do CAIC.	129
Figura 37 - Sociedade União Clubes.....	130
Figura 38 - Praça Central em QI.....	131
Figura 39 - Praça da Bíblia.....	131
Figura 40 - Cemitério Bom Pastor – Quedas do Iguaçu.	134
Figura 41 - Mapa de atuação do 6º Batalhão da Polícia Militar.....	135
Figura 42 - Ônibus utilizado para transporte em Quedas do Iguaçu.....	140
Figura 43 - Projeto de Terminal Urbano próximo às Indústrias.....	141
Figura 44 - Terminal urbano central e ônibus de Quedas do Iguaçu.....	142
Figura 45 - Obstáculos na calçada.	144
Figura 46 - Falta de calçadas nos bairros.....	144
Figura 47 - Calçadas com acessibilidade.....	144
Figura 48 - Falta de calçadas.....	144
Figura 49 - Calçada no canteiro Central da Avenida Tarumã.....	145
Figura 50 - Loteamento João Paulo II.	151
Figura 51 - Rua esburacada em bairro.	154



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Aptidão agrícola	27
Gráfico 2 - População de Quedas do Iguaçu por situação de domicílio.....	45
Gráfico 3 - Pirâmide Etária de Quedas do Iguaçu (2010).....	46
Gráfico 4 - População em idade escolar, pré-escolar e ensino médio	48
Gráfico 5 – Evolução do IDHM de Quedas do Iguaçu.....	51
Gráfico 6 - IDHM de Quedas de Iguaçu e seus municípios limítrofes, 2010.....	52
Gráfico 7 – Comparativo entre VABPB e VAF, com valores anos de 2015 e 2016 (R\$1,00).....	62
Gráfico 8 - Comparativo dos componentes inadequados	76
Gráfico 9 - Tipo de material das paredes externas	77
Gráfico 10 - Fluxo escolar em Quedas do Iguaçu.....	115
Gráfico 11 - Evolução do IDEB de Quedas do Iguaçu: Municipal e Estadual	118
Gráfico 12 - Atendimento pelo Corpo de Bombeiro - 2010.....	136
Gráfico 13 – Número de acidentes em Quedas do Iguaçu.....	147
Gráfico 14 – Composição da frota de veículos motorizados individuais, 2019.	148
Gráfico 15 - Comparação do ICMS e FPM com as transferências correntes e receitas correntes, valores deflacionados a preços constantes de 2017, período 2015-2017 (Em R\$ 1,00)	165
Gráfico 16 - Comparação do crescimento acumulado das variáveis que compõem a Receita Tributária, valores deflacionados a preços constantes de 2017, período 2015-2017 (Em R\$ 1,00)	167



LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização.....	18
Mapa 2 – Geologia e Geomorfologia	23
Mapa 3 – Hipsometria.....	24
Mapa 4 – Declividade.....	25
Mapa 5 – Tipo de Solo.....	28
Mapa 6 – Aptidão do Solo	29
Mapa 7 – Fitogeografia e Áreas de Conservação	33
Mapa 8 – Hidrografia	35
Mapa 9 – Uso do Solo Municipal	37
Mapa 10 – Evolução Urbana	39
Mapa 11 – Uso do solo urbano	41
Mapa 12 – Síntese de Áreas Urbanas Restritas à Ocupação	43
Mapa 13 – Divisão de bairros	74
Mapa 14 – Ocupação irregulares na área urbana.....	83
Mapa 15 – Ocupações Área Rural.....	84
Mapa 16 – Rede coletora de esgoto	91
Mapa 17 – Hierarquia do sistema viário urbano.....	100
Mapa 18 – Pavimentação das vias urbanas.....	101
Mapa 19 – Equipamentos de Saúde.....	113
Mapa 20 – Equipamentos de Educação.....	120
Mapa 21 – Equipamentos de Assistencial Social	125
Mapa 22 – Equipamentos de Cultura, Esporte e Lazer.....	132



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Classificação da predominância do tipo de solo municipal.....	26
Tabela 2 - Classificação da predominância do uso do solo municipal, 2019.	36
Tabela 3 – População de Quedas do Iguaçu por situação de domicílio	45
Tabela 4 - Composição etária em Quedas do Iguaçu	46
Tabela 5 - Escolas em Quedas do Iguaçu	47
Tabela 6 – População idosa em Quedas do Iguaçu	49
Tabela 7 – Razão de Dependência em Quedas do Iguaçu	50
Tabela 8 – IDH – Quedas do Iguaçu	51
Tabela 9 – PIB de Mercado e Per Capita deflacionado a preços constantes de 2016 e a Variação Real em percentual, período 2014-2016.	53
Tabela 10 – VABPB por setor de atividade com valores deflacionados a preços constantes de 2016, período 2014-2016 (R\$1,00).....	57
Tabela 11 – VAF com valores deflacionado a preços constantes de 2017 com valores deflacionados, período 2015-2017 (R\$ 1,00)	60
Tabela 12 – Estabelecimentos e Empregos por atividade econômica, período 2015-2017.....	63
Tabela 13 - Situação dos domicílios particulares permanentes no município, 2010	76
Tabela 14 - Domicílios urbanos inadequados em Quedas do Iguaçu, 2010.....	76
Tabela 15 - Déficit habitacional de Quedas do Iguaçu, 2010.....	85
Tabela 16 – Componentes do déficit habitacional de Quedas do Iguaçu, 2010.....	85
Tabela 17 – Abastecimento de água, 2018.....	86
Tabela 18 – Atendimento de esgoto, 2018.....	89
Tabela 19 – Domicílios com uso de banheiros exclusivos, 2018.....	90
Tabela 20 – Síntese dos serviços de coleta dos Resíduos Sólidos.....	94
Tabela 21 - Consumo e número de consumidores de energia elétrica – 2007 e 2017	103
Tabela 22 – Relação de Equipamentos de Saúde.	107
Tabela 23 - Programas de Saúde em QI	108
Tabela 24 - Relação de Funcionários no setor de Saúde.....	110
Tabela 25 - Estabelecimentos de saúde em Quedas do Iguaçu.	111
Tabela 26 - Mortalidade Infantil.....	111



Tabela 27 - Escolas em Quedas do Iguaçu.....	114
Tabela 28 - Fluxo escolar por faixa etária em Quedas do Iguaçu.....	115
Tabela 29 - Escolaridade da população de 25 anos ou mais em Quedas do Iguaçu.	116
Tabela 30 - Equipamentos públicos de ensino regular.	116
Tabela 31 - Ideb por escola (4ª série/5º ano).....	118
Tabela 32 - Equipamentos de Assistência Social.....	121
Tabela 33 – Situação dos Equipamentos de Assistência Social.....	121
Tabela 34 - Programas de Assistência Social.....	124
Tabela 35 –Equipamentos Culturais de Quedas do Iguaçu.....	127
Tabela 36 –Equipamentos de Esporte de Quedas do Iguaçu.....	128
Tabela 38 –Evolução da frota de veículos em Quedas do Iguaçu.....	146
Tabela 39 –Comparativo da frota de veículos (2018).....	146
Tabela 40 –Censo populacional de Quedas do Iguaçu.....	149
Tabela 41 –Estimativa populacional até 2035.....	150
Tabela 42 - Receitas Orçamentárias Municipais, valores deflacionados a preços constantes de 2017, período 2015-2017 (Em R\$ 1,00).....	157
Tabela 43 - Comparativo da Receita Orçamentária com as Transferências Correntes, valores deflacionados a preços constantes de 2017, período 2015-2017 (Em R\$ 1,00).....	159
Tabela 44 - Transferências Constitucionais, valores deflacionados a preços constantes de 2017, período 2015-2017 (Em R\$ 1,00).....	160
Tabela 45 - Comparativo das Transferências Constitucionais da União, valores deflacionados a preços constantes de 2017, período 2015-2017 (Em R\$ 1,00).....	161
Tabela 46 - Comparativo das Transferências Constitucionais do Estado, valores deflacionados a preços constantes de 2017, período 2015-2017 (Em R\$ 1,00).....	163
Tabela 47 - Receitas Próprias e Tributárias, valores deflacionados a preços constantes de 2017, período 2015-2017 (Em R\$ 1,00).....	166
Tabela 48 - Relação da receita tributária com a receita corrente, valores deflacionados a preços constantes de 2017, período 2015-2017 (Em R\$ 1,00).....	168
Tabela 49 - Quedas do Iguaçu: Participação das Despesas Correntes e de Capital em relação a Despesa Orçamentária, valores deflacionados a preços constantes de 2017, período 2015-2017 (Em R\$ 1,00).....	169



Tabela 50 - Quedas do Iguaçu: Composição das Despesas Correntes e de Capital, valores deflacionados a preços constantes de 2017, período 2015-2017 (Em R\$ 1,00)	171
Tabela 51 - Despesas por Função, valores nominais a preços correntes, período 2015-2017 (Em R\$ 1,00).....	172
Tabela 52 - Gastos com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (RCL, valores deflacionados a preços constantes de 2017, período 2015-2017 (Em R\$ 1,00)	175
Tabela 53 - Resultado da Execução Orçamentária - Relação entre despesa e receita, valores deflacionados a preços constantes de 2017, período 2015-2017 (Em R\$ 1,00)	176
Tabela 54 - Indicador de Dependência, valores deflacionados a preços constantes de 2017, período 2015-2017 (Em R\$ 1,00)	178
Tabela 55 - Indicador de Financiamentos dos Gastos, valores deflacionados a preços constantes de 2017, período 2015-2017 (Em R\$ 1,00)	179
Tabela 56 - Indicador de Poupança, valores deflacionados a preços constantes de 2017, período 2015-2017 (Em R\$ 1,00)	181
Tabela 57 - Capacidade de Investimento, valores deflacionados a preços constantes de 2017, período 2015-2017 (Em R\$ 1,00)	183
Tabela 58 – Síntese da mobilidade urbana na cidade de Quedas do Iguaçu.....	193



LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AMUTUR	Associação dos Municípios Turísticos do Paraná
ANA	Agência Nacional das Águas
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APP	Área de Preservação Permanente
ARL	Área de Reserva Legal
COAS/SAE	Centro de Orientação de Apoio e Sorologia/Serviço e Assistência Especializada
CEEBJA	Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos
CADUNICO	Cadastro Único para Programas Sociais
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
COPAF	Caderno de Orientações do Plano de Acompanhamento Familiar
CRPM	Comandos Regionais da Polícia Militar
CIDE	Contribuições de Intervenção no domínio Econômico
CETRIC	Central de Tratamento de Resíduos
CISOP	Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste do Paraná
CEDIP	Clínica de Exames de Diagnóstico por Imagem
CONSAMU	Consórcio Intermunicipal SAMU Oeste do Paraná
CNES	Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
CAF	Cirurgia de alta Frequência
DETRAN	Departamento de Trânsito
ENVI	<i>Environment for Visualizing Images (Ambiente para Visualização de Imagens)</i>
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto
ESF	Estratégia Saúde da Família
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
EAD	Educação à Distância
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
FEP	Fundo Especial do Petróleo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Médio
INPC	Índice Nacional de Preços do Consumidor
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social



IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
ICMS	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
ITR	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
ITBI	Imposto de Transmissão de Bens Imóveis
ISSQN	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte
IVS	Índice de Vulnerabilidade Social
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
NASF	Núcleo Ampliado de Saúde da Família
NOB-SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
PDM	Plano Diretor Municipal
PAIF	Programa de Atenção Integral à Família
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PR	Paraná
PPC	Paridade do Poder de Compra
PIB	Produto Interno Bruto
PSC	Prestação de Serviço à Comunidade
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RCL	Receita Corrente Líquida
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SUS	Sistema Único de Saúde
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
SEFA	Secretaria de Estado da Fazenda
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
SVS	Secretaria de Vigilância em Saúde
SINASC	Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos
SINANNET	Sistema de Informação de Agravos de Notificação - NET
SIVEP-DDA	Sistema Informatizado de Vigilância Epidemiológico das Doenças Diarreicas Agudas
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social



SICONFI/FINBRA	Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Finanças do Brasil
VABPB	valor adicionado bruto a preços básicos
VAF	Valor Adicionado Fiscal
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro-Oeste
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná



INTRODUÇÃO

A Avaliação Temática Integrada se caracteriza como uma leitura e diagnóstico dos dados e informações quantitativas e qualitativas do município de Quedas do Iguaçu, tendo como fonte: a Prefeitura Municipal, as Secretarias Municipais, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Associações de Municípios, Defesa Civil e outros órgãos estaduais, federais e regionais, além de sites específicos. Os principais temas avaliados e desenvolvidos neste estudo são:

- Análise da inserção regional do município;
- Análise das condicionantes naturais do território, identificando as áreas aptas, aptas com restrição e inaptas à ocupação;
- Análise das condicionantes sócio espaciais, identificando o uso e ocupação do solo atual e a capacidade de suporte dos sistemas de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos;
- Análise das condicionantes sócio econômicas da população local e estudos de projeção urbana;
- Análise da capacidade de investimento do município;
- Análise da estrutura e funcionamento dos conselhos municipais existentes, identificando a capacidade de gestão do município.

Cada tema é analisado individualmente, de forma a conformar um dossiê sobre a realidade do município e das expectativas do governo municipal (executivo e legislativo), dos órgãos setoriais específicos e da sociedade local. A Análise Temática Integrada é realizada conjuntamente entre a Equipe Técnica da Consultoria e a Equipe Técnica Municipal. Para que o resultado desta avaliação seja fiel à realidade local, a participação comunidade, garantida pela realização de audiência pública e oficina comunitária, é fundamental.

Este estudo possibilita a plena compreensão das condicionantes, deficiências e potencialidades do território municipal, que serão a base para o desenvolvimento das diretrizes e proposições, as quais caracterizarão o novo Plano Diretor.

Conforme Edital de Tomada de Preços nº 009/2018, Contrato 298/2018, a Análise Temática Integrada será dividida em 3 partes:



1. Levantamento da situação atual;
2. Expansão urbana, capacidade de suporte e condições gerais de moradia;
3. Mobilidade urbana, gestão municipal e objetivos para o desenvolvimento.

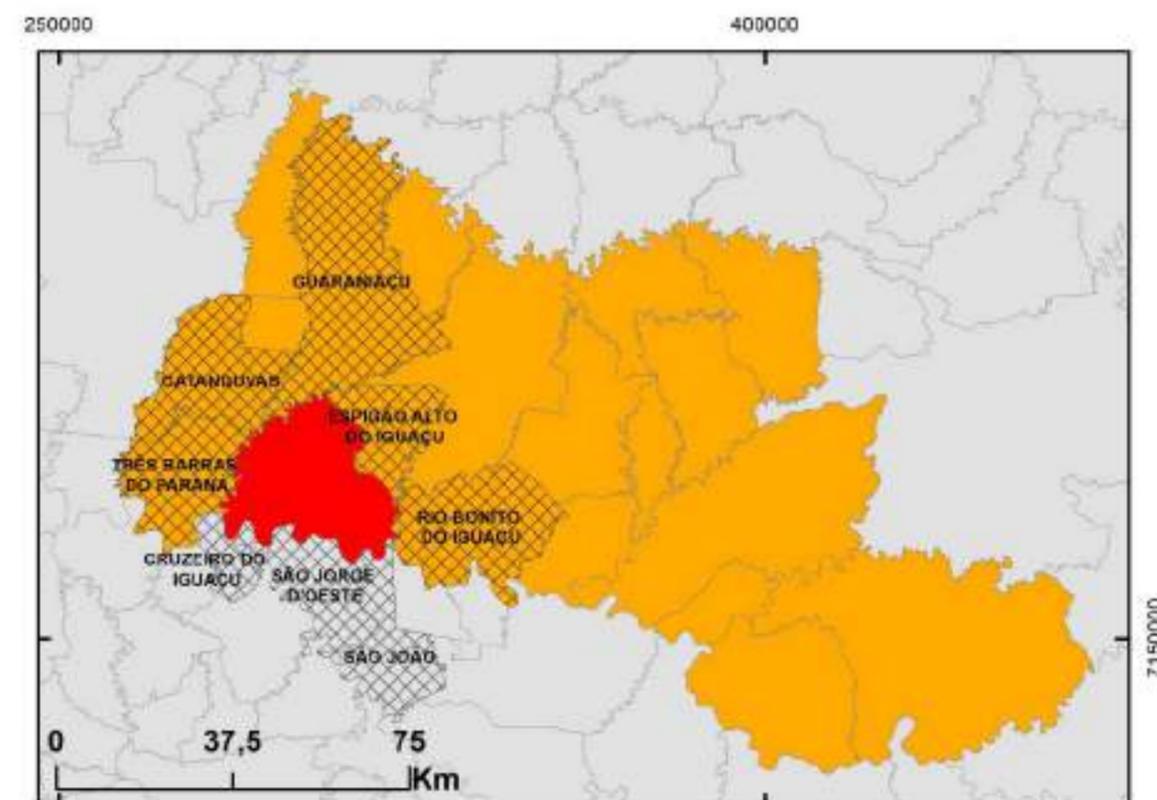
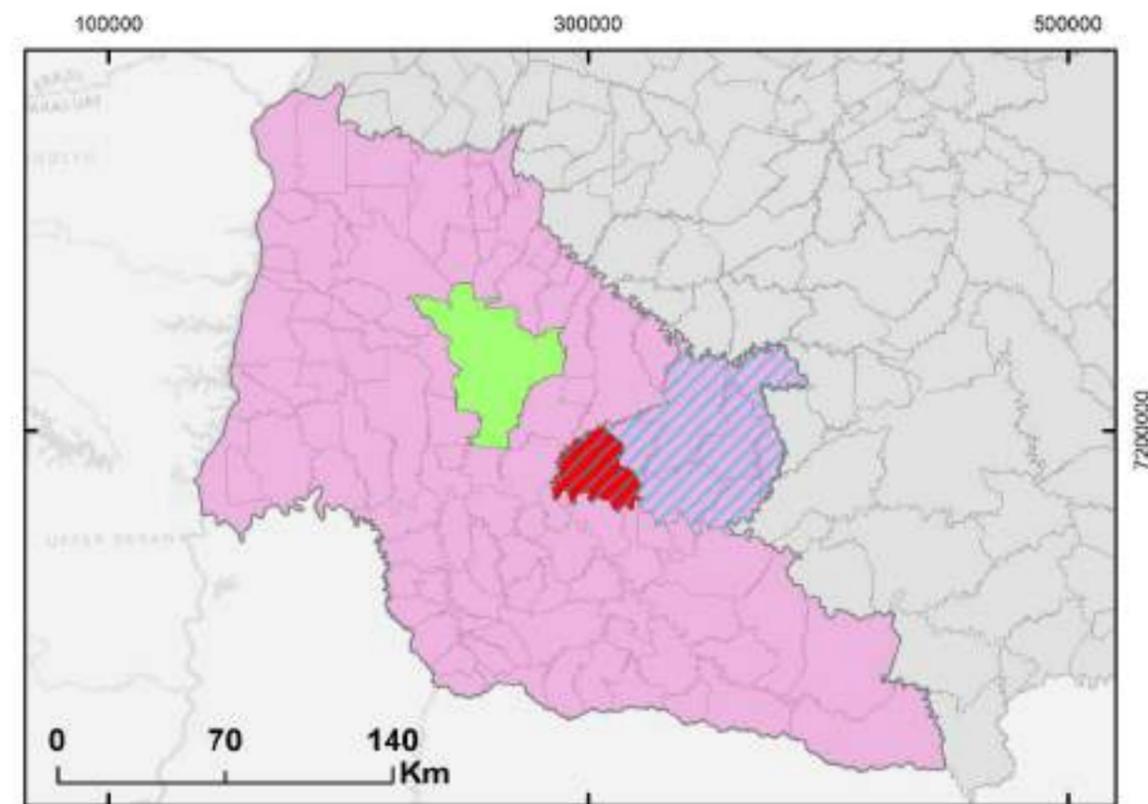
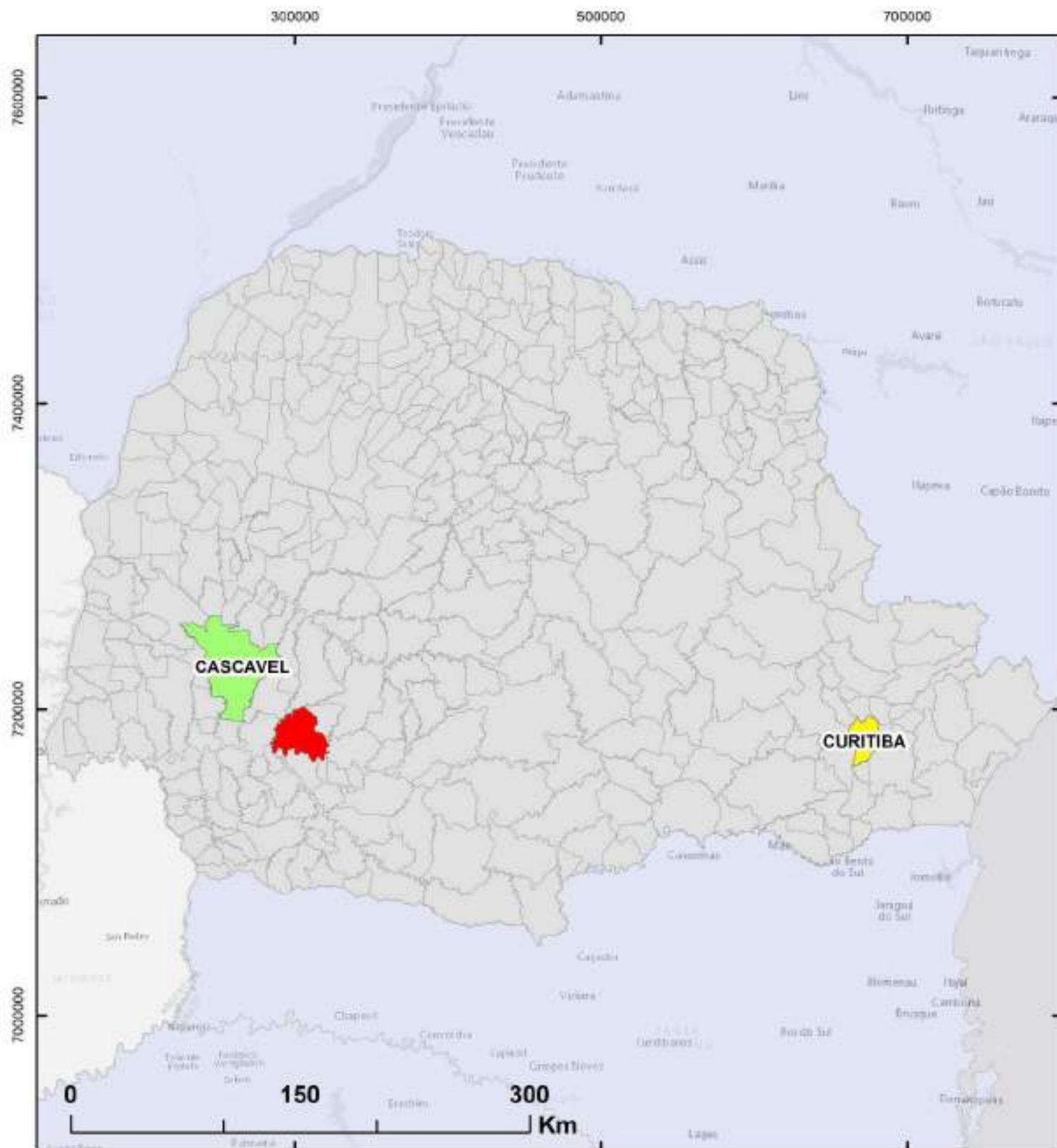
Juntas, estas etapas permitirão entender o panorama atual do município e embasar as propostas de mudanças.

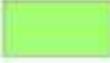
1. ASPECTOS GERAIS

1.1 LOCALIZAÇÃO

O município de Quedas do Iguaçu possui 827,928 km² de área e está localizado na região sudoeste do Estado do Paraná, na Região Geográfica Intermediária de Cascavel e Região Geográfica Imediata de Laranjeiras do Sul–Quedas do Iguaçu, nas coordenadas geográficas de latitude 25°26'59" sul e 52°54'29" oeste, apresentando uma altitude média de 562 m, Mapa 01.

Os acessos à Quedas do Iguaçu se dão pelas rodovias estaduais: PR-473, ao leste do município, passando por Espigão Alto do Iguaçu, pela PR-484 à oeste, passando por Três Barras do Paraná, ao sul pela PR-473, passando por Cruzeiro do Iguaçu, e pela PR-475, também ao sul, passando por São Jorge D'Oeste. A distância entre o município e a capital paranaense é de 427 km.



- | | | | |
|---|----------------------|---|--|
|  | Quedas do Iguaçu |  | Região Intermediária de Quedas do Iguaçu |
|  | Cascavel |  | Região Imediata de Quedas do Iguaçu |
|  | Curitiba |  | Municípios Limítrofes |
|  | Municípios do Paraná |  | CANTUQUIRIGUAÇU |



Sistema de Projeção
 Transversa de Mercator UTM |
 Datum Horizontal: Sirgas 2000 |
 Datum Vertical ImbitubaSC |
 Fuso UTM: 22S |
 Base de dados: IBGE, Esri, HERE, |
 DeLorme.

 **Plano Diretor Municipal
 de Quedas do Iguaçu** 
**Mapa 01 -Localização
 e Inserção Regional** Fev. 2019
Responsável técnico: Humberto Carneiro Leal
 CAU A49147-0
Equipe técnica: Victor Hugo Martinez
 Alindomar Lacerda Silva



1.2 BREVE HISTÓRICO

O município de Quedas do Iguaçu tem sua origem entre 1930 e 1932, quando o Estado do Paraná iniciou a formação do primeiro núcleo de colonização e povoamento às margens do Rio Iguaçu. A Companhia Mercantil Paranaense S/A, com sede em Curitiba, foi responsável pelo projeto de colonização dessas terras, fazendo um acordo com o governo polonês, que incentivou e promoveu a emigração de seu povo. O primeiro a chegar foi José O'Bara, vindo do Rio Grande do Sul e trazendo consigo sua família

A colônia recebeu o nome de Colônia Jagoda (*jagoda* = mirtilo, um tipo de fruta que cresce em arbustos, representando a esperança dos imigrantes de que as sementes plantadas germinassem frutos, e assim o aconteceu). Logo após o loteamento pela Companhia, 80 famílias já viviam na Colônia Jagoda, contando com serviços de farmácia, granja, armazém, matadouro, serraria e escola. Os colonos construíram ali seus ranchos e começaram a explorar e cultivar a terra.

O município foi distrito de Laranjeiras do Sul por muito tempo, com o nome de Campo Novo. Apenas em 18 de outubro de 1967 tornou-se o município de Quedas do Iguaçu, pela lei 5.668, sendo oficialmente instalado em 15 de dezembro de 1968, tendo como o primeiro prefeito o Sr. Pedro Alzides Giraldi.

2 INSERÇÃO REGIONAL

A seguir serão apresentados os aspectos das relações intermunicipais de Quedas do Iguaçu, como regiões geográficas, metropolitana e associação municipal.

2.1 REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA E IMEDIATA

Em 2017, o IBGE apresentou um novo quadro de divisões regionais, associado às mudanças nos processos sociais, políticos e econômicos ocorridos no Brasil desde a última versão da divisão regional, em 1989. Até então as divisões eram denominadas Mesorregiões e



Microrregiões Geográficas, que foram substituídas por Regiões Geográficas Intermediárias e Regiões Geográficas Imediatas, respectivamente².

Quedas do Iguaçu faz parte da Região Geográfica Intermediária de Cascavel, que possui uma área de 44.742 km² e representa 22,4% do território paranaense. Quanto à demografia, segundo estimativa do IBGE, em 2017, os municípios desta região somavam 1,3 milhão de habitantes, correspondendo a 11,6% da população do Paraná. Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo e Marechal Cândido Rondon são considerados municípios polos, possuindo 319.608, 264.044, 135.538 e 51.195 habitantes, respectivamente.

Em relação à Região Geográfica Imediata, Quedas do Iguaçu está inserida na região de Laranjeiras do Sul-Quedas do Iguaçu, conforme mapa 1, com 8 municípios e uma área total de 4,800 km², sendo Cascavel a cidade polarizadora por conta da grande oferta de serviços e indústrias instaladas.

2.2 MUNICÍPIOS LIMÍTROFES

Os municípios limítrofes a Quedas do Iguaçu são: Guaraniaçu ao norte; Cruzeiro do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Catanduvas à oeste; Cruzeiro do Iguaçu, São Jorge D'Oeste e São João ao sul e Espigão Alto do Iguaçu e Rio Bonito do Iguaçu à leste (mapa 1).

2.3 ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL

A cidade de Quedas do Iguaçu está vinculada à Associação dos municípios Cantuquiriguaçu, composta por 20 municípios, sendo eles: Campo Bonito, Candói, Cantagalo, Catanduvas, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Palmital, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Virmond, conforme apresentados no mapa 1.

² IBGE, 2017 (b).



Cantuquiriguaçu é uma união dos municípios participantes que lutam por desenvolvimento econômico e social para suas cidades. Tem a missão de liderar, planejar, reivindicar, assessorar e empreender, de acordo com o desenvolvimento territorial da Associação. Sua sede está localizada em Laranjeiras do Sul, cerca de 70km de Quedas do Iguaçu.

3. CONDICIONANTES NATURAIS

3.1 GEOLOGIA

Geologia é a ciência natural que estuda a origem, formação, composição e estrutura da Terra. Os conhecimentos geológicos podem ser aplicados em diversas áreas, como na exploração de minérios, na construção civil e na obtenção de energia geotérmica.

3.1.1 FORMAÇÃO GEOLÓGICA

As rochas do Paraná formam compartimentos distintos e abrangem um extenso intervalo do tempo geológico, com rochas datando cerca de 2,8 bilhões de anos³.

Conforme mapa 2, o município de Quedas do Iguaçu é localizado na região de ocorrência do Terceiro Planalto Paranaense, definido por derrames basálticos que resultaram na famosa "terra roxa", solo de alta fertilidade agrícola.

3.1.2 GEOMORFOLOGIA

A geomorfologia é um ramo da geografia que estuda as formas do relevo e sua origem. A análise geomorfológica acontece em três níveis: 1) o entendimento da topografia da região e as influências do substrato geológico na constituição do relevo, 2) a compreensão superficial da paisagem, principalmente da formação dos solos e 3) a compreensão de como a sociedade vêm apropriando as formas de relevo. A combinação desses três níveis de análise permite entender o contexto geomorfológico de uma determinada região⁴.

³ MINEROPAR, 2001.

⁴ AB'SABER, 1969.

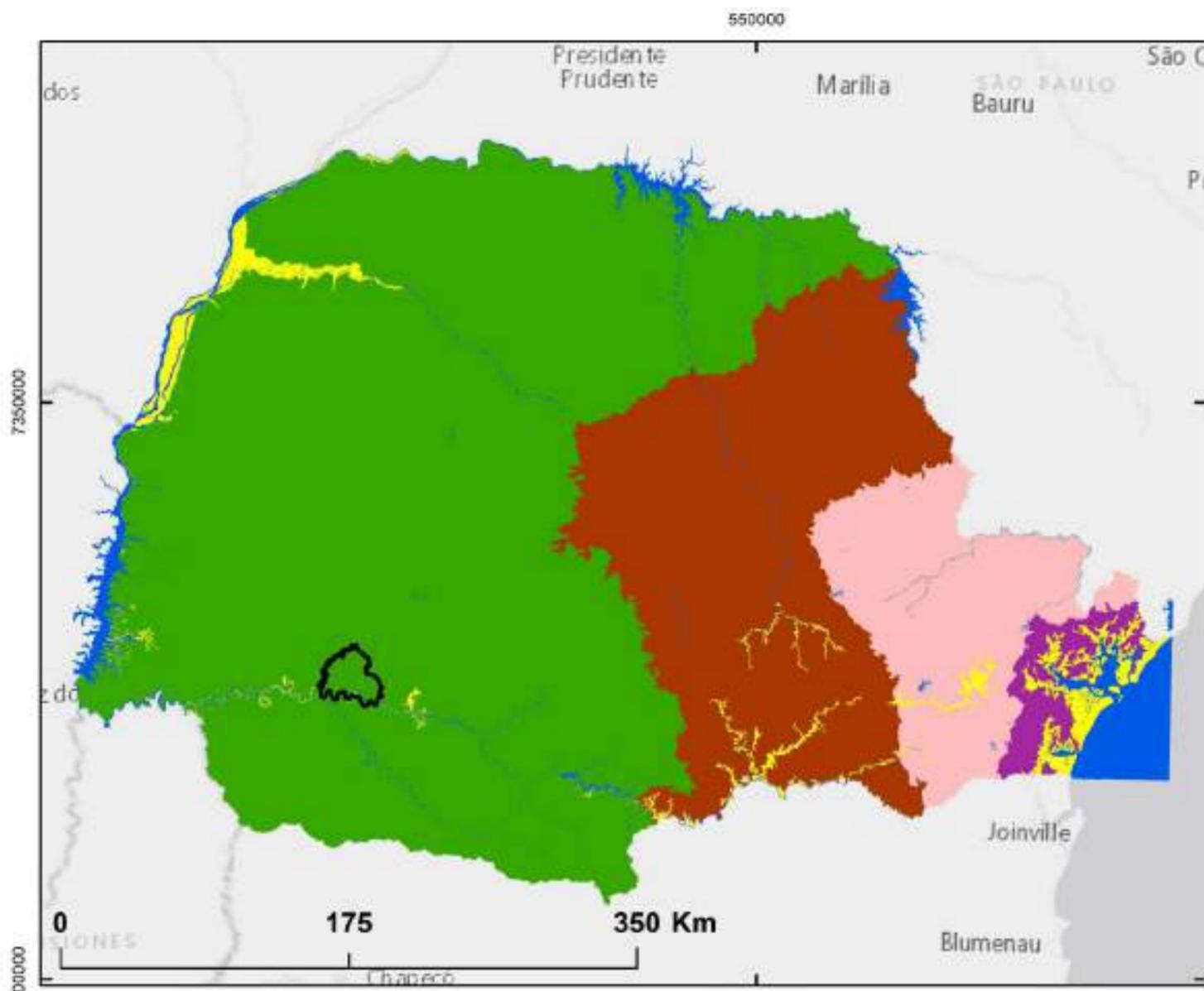


Em Quedas do Iguaçu há a ocorrência de dois planaltos: Planalto do Baixo Iguaçu e Planalto do Alto/Médio Piquiri, Mapa 02.

O Planalto do Baixo Iguaçu, na porção oeste, apresenta alta dissecação do relevo, com topos alongados e em cristas, vertentes retilíneas e vales em formato "V" encaixado, com um gradiente de altitude de 660 m (220 m à 880 m), representa 47,6% do território de Quedas do Iguaçu, ou 391,7 km². Já o Planalto do Alto/Médio Piquiri predominante na porção leste do município, ocupando 46,5% da área territorial de Quedas do Iguaçu ou 382,6 km². Neste Planalto, a dissecação do relevo é média, os topos são alongados e aplainados, as vertentes convexas e os vales em formato "V", com altitudes variando entre 280 m e 1120 m.

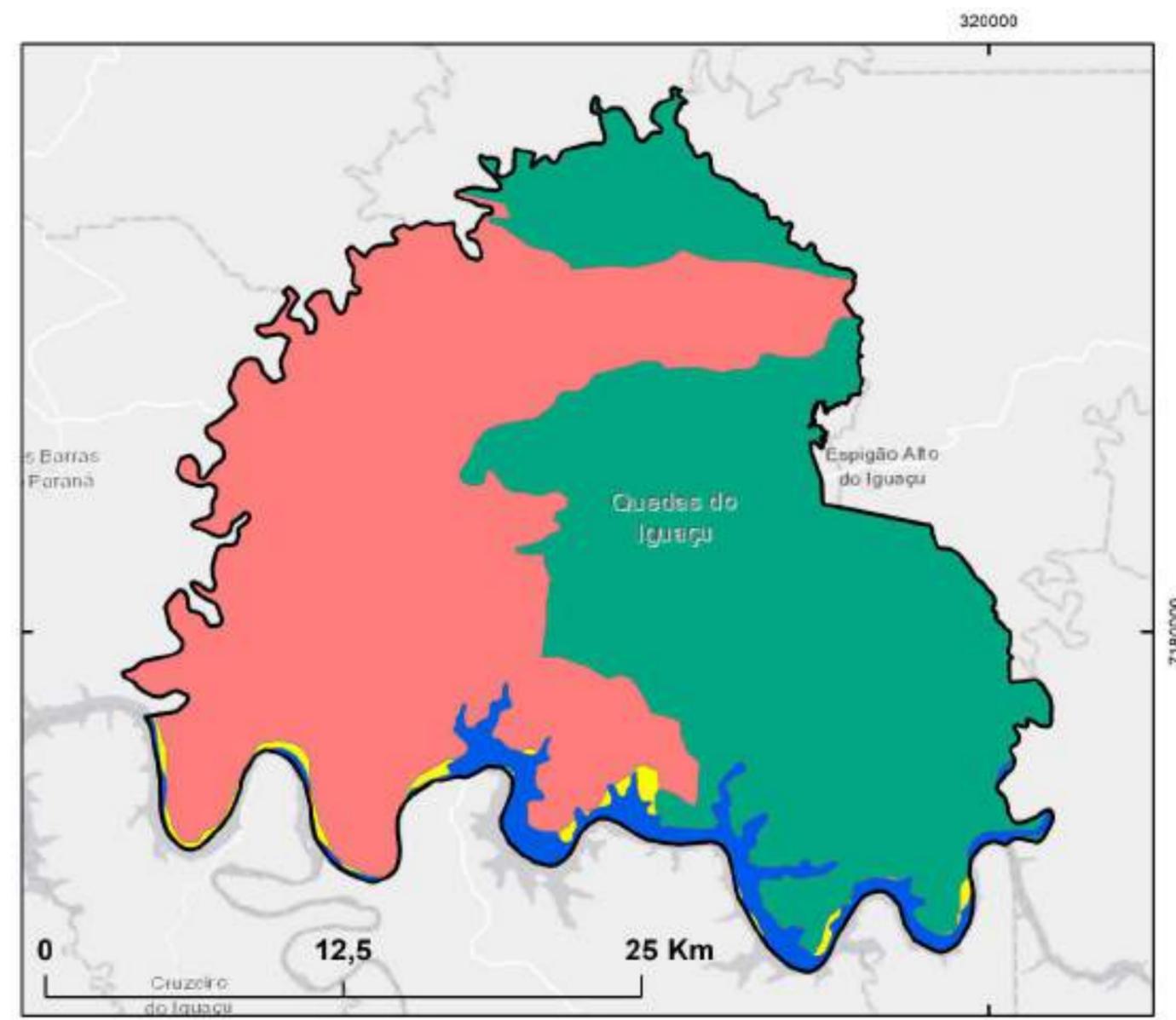
Em relação à hipsometria, Mapa 03, Quedas do Iguaçu apresenta gradiente de 481 m, as maiores altitudes concentram-se na região nordeste do município, sendo a maior delas 782 m, próximo à fronteira com Espigão Alto do Iguaçu. Já as menores altitudes estão centradas na região sudoeste, no vale do Rio Iguaçu, onde as altitudes geralmente são inferiores a 470 m, sendo a menor delas 320 m.

No que tange as declividades, Mapa 04, Quedas do Iguaçu apresenta um quadro bem amplo, com declividades ultrapassando os 60% em alguns pontos. As menores declividades encontram-se na fronteira com Espigão Alto do Iguaçu, se estendendo até a sede municipal de Quedas do Iguaçu, sendo inferiores a 20%. Declividades acentuadas constam principalmente na região norte, chegando a 60%. Por fim, o que predomina no município são as altitudes de 8-45%, observadas em todas as regiões do território de Quedas do Iguaçu. A sede de Quedas do Iguaçu, em relação ao relevo, apresenta altitude média de 520 m, com declividades geralmente abaixo dos 15%.



Unidade Morfoestrutural

- Corpos d'água
- Planícies
- Serra do Mar
- Primeiro Planalto Paranaense
- Segundo Planalto Paranaense
- Terceiro Planalto Paranaense
- Quedas do Iguaçu



Geomorfologia

- Planalto do Alto/Médio Piquiri
- Planalto do Baixo Iguaçu
- Planícies Fluviais
- Corpos d'água
- Municípios do Paraná

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM
 Datum Horizontal: Sirgas 2000
 Datum Vertical: Imbituba SC | Fuso UTM: 22S
 Base de dados: IBGE, Esri, HERE, DeLorme.

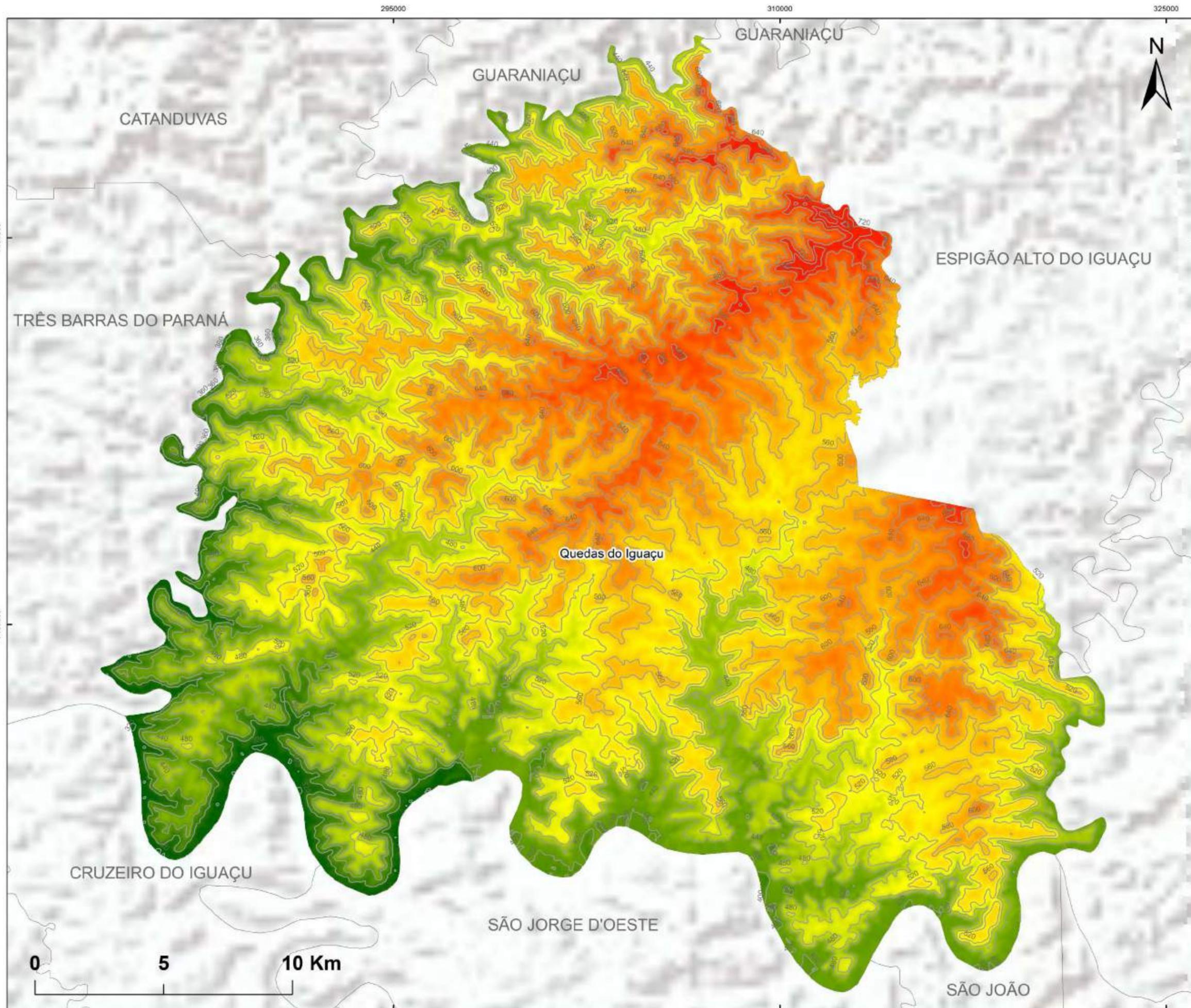
Plano Diretor Municipal de Quedas do Iguaçu

Mapa 02 - Geologia e Geomorfologia Fev. 2019

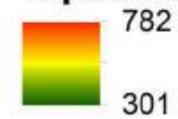
Responsável técnico: Humberto Carneiro Leal
CAU A49147-0

Equipe técnica: Victor Hugo Martinez
Alindomar Lacerda Silvar





Hipsometria



— Curvas de nível
40m

□ Municípios Limítrofes

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM
Datum Horizontal: Sirgas 2000
Datum Vertical Imbituba SC | Fuso UTM: 225
Base de dados: IBGE, Esri, HERE,
DeLorme, TOPODATA, 2010

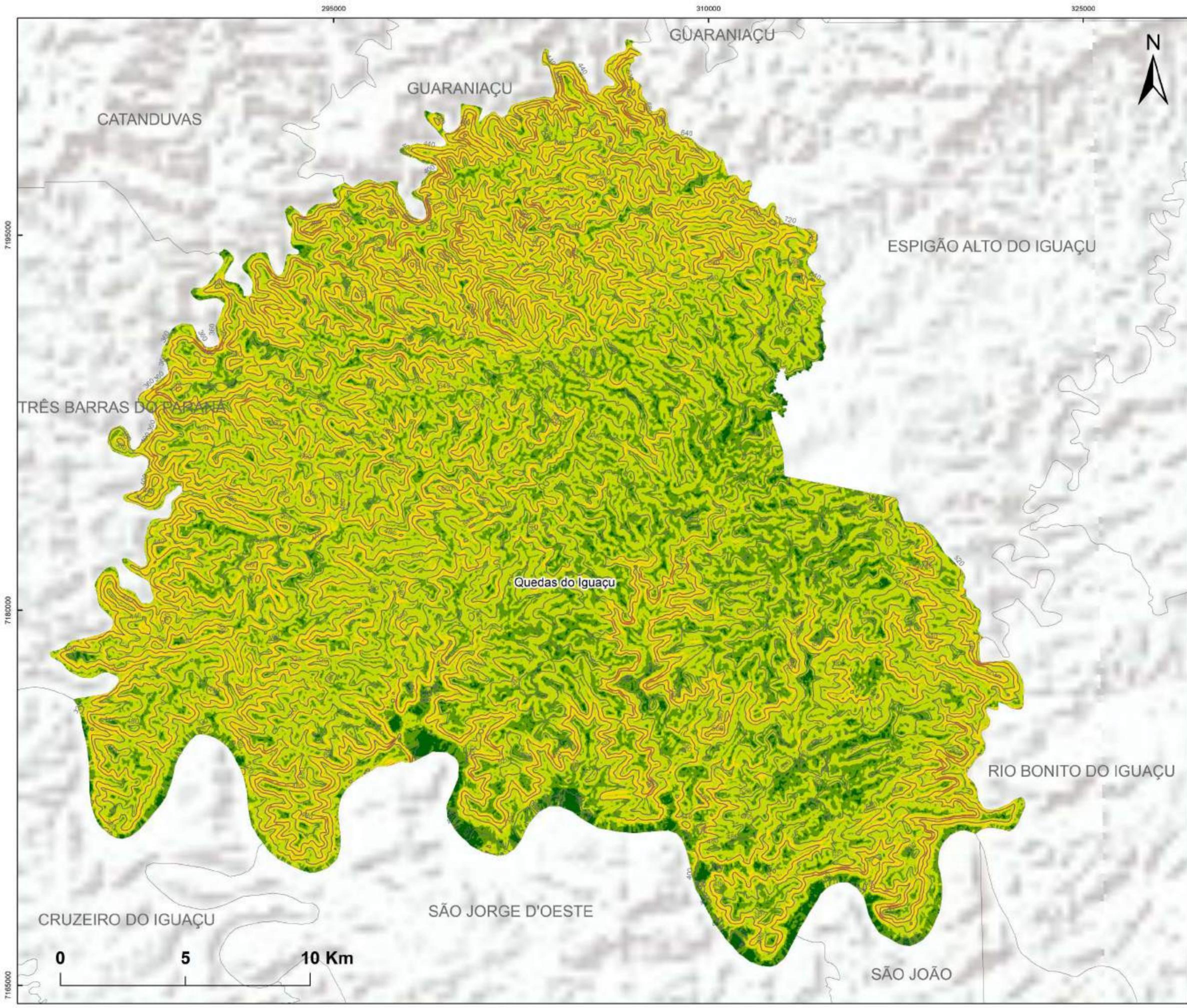


Mapa 03 -
Hipsometria

Fev. 2019

Responsável técnico: Humberto Carneiro Leal
CAU A49147-0

Equipe técnica: Victor Hugo Martinez
Alindomar Lacerda Silva



Declividade

- 0 - 3% (Plano)
- 3 - 8% (Suavemente ondulado)
- 8 - 20% (Ondulado)
- 20 - 45% (Fortemente ondulado)
- 45 - 75% (Montanhoso)
- 75% - 100 (Escarpado)
- Curvas de nível 40m
- Municípios Limitrofes

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM |
 Datum Horizontal: Sirgas 2000
 Datum Vertical Imituba SC | Fuso UTM: 22S
 Base de dados: IBGE, Esri, HERE, DeLorme, TOPODATA, 2010

Plano Diretor Municipal de Quedas do Iguaçu

Mapa 04 - Declividade Fev. 2019

Responsável técnico: Humberto Carneiro Leal
CAU A49147-0

Equipe técnica: Victor Hugo Martinez
Alindomar Lacerda Silva



3.1.3 PEDOLOGIA

A Pedologia pode ser entendida como o estudo das propriedades e processos de formação e composição dos solos na paisagem, constituindo um dos ramos das Ciências do Solo (química do solo, física do solo, etc.).

Em Quedas do Iguaçu predominam três grandes grupos de solos: Neossolos, Nitossolos e Latossolos, apresentados no Mapa 5 e detalhados na Tabela 1:

Tabela 1 - Classificação da predominância do tipo de solo municipal

Tipo de Solo	Característica	Área (ha)	%
Latossolos	São de coloração avermelhada, alaranjada ou amarelada, muito profundos, friáveis, porosos, de textura variável, com argila de atividade baixa (Tb). [...]. Por serem bastante intemperizados, apresentam uma morfologia muito uniforme ao longo do perfil, apresentando transição entre os horizontes difusa, com um pequeno escurecimento mais visível no horizonte superficial devido a presença da matéria orgânica. Devido às boas condições físicas e aos relevos mais suaves, apresentam alto potencial para o uso agrícola. O manejo dos Latossolos requer, de um modo geral, a adoção de correção de acidez, adubação e, nos climas mais secos, de irrigação em função da exigência da cultura ⁵ .	27.773,7	34
Nitossolos	São solos constituídos por material mineral, não hidromórfico [...]. Esta classe de solo está mais relacionada ao material de origem, sendo originada de rochas básicas (p.ex.: basalto, diabásio). São identificados em diversos ambientes climáticos, estando normalmente associados às áreas de relevos desde suave ondulado a forte ondulado. Os Nitossolos podem apresentar alta (eutróficos) ou baixa (distróficos) fertilidade natural, acidez ligeiramente elevada e teores variáveis de alumínio. Em áreas mais planas, os Nitossolos, principalmente os de maior fertilidade natural e de maior profundidade, apresentam alto potencial para o uso agrícola. Já em ambientes de relevos mais declivosos, apresentam alguma limitação para uso agrícola relacionada à restrição a mecanização e à susceptibilidade à erosão ⁶ .	27.128,5	33,2

⁵ EMBRAPA, 2005, p. 6.

⁶ EMBRAPA, 2005, p. 5.



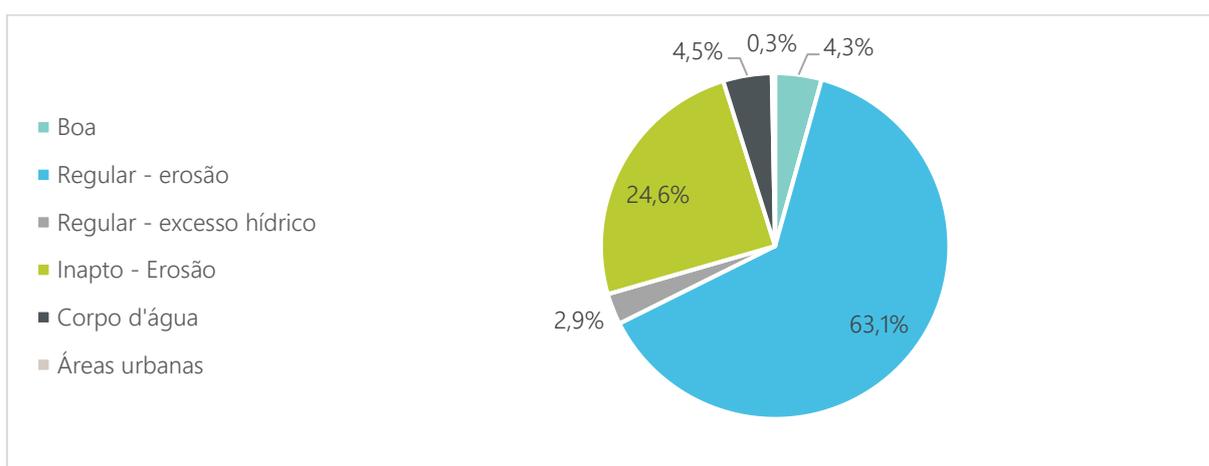
Neossolos	Compreendem solos constituídos por material mineral ou por material orgânico pouco espesso (menos de 50 cm) com pequena expressão dos processos pedogenéticos em consequência da baixa intensidade de atuação destes processos, que não conduziram, ainda a modificações expressivas do material originário. Apresentam bom potencial para uso agrícola ⁷ .	26.888,8	32,8
Total		82163,1	100,00

Fonte: EMBRAPA SOLOS. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2018.

Em relação à fertilidade natural, os três grandes grupos podem ser classificados em eutróficos/eutroféricos (alta fertilidade, alto teor de ferro) e distróficos/distroféricos (baixa fertilidade/baixo teor de ferro). Em Quedas do Iguaçu, 57% dos solos são eutróficos/eutroféricos, apresentando potencial para uso agrícola. No entanto, apesar da fertilidade natural do solo ser relativamente boa, nem sempre a aptidão agrícola o será, devido às condicionantes topográficas, como relevo e declividade.

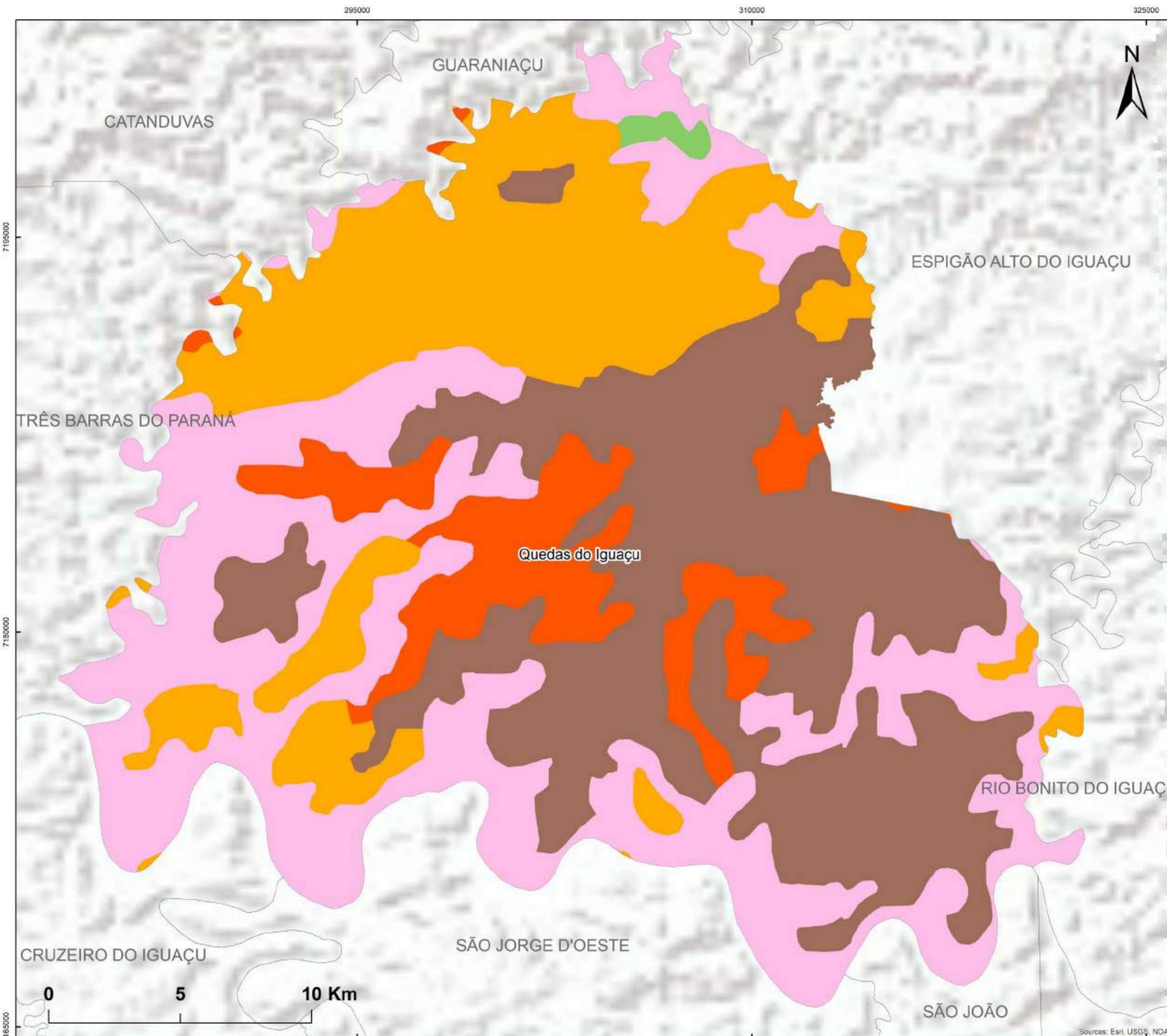
Neste sentido, conforme o mapa 6, referente à aptidão agrícola, quase 70% da área territorial do município apresenta regular ou boa aptidão agrícola, contudo, 69% possibilidade de erosão ou risco de excesso hídrico. Áreas inaptas, devido a erosão, representam quase 25% do território de Quedas do Iguaçu. Os corpos d'água, localizados na fronteira sul do município, e áreas urbanas somam quase 5% do total territorial.

Gráfico 1 - Aptidão agrícola



Fonte: EMBRAPA, EMATER e ITCG. Dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades, 2019.

⁷ EMBRAPA, 2005, p.7.



- Solos**
- Associação NEOSSOLO +CHERNOSSOLO + NITOSSOLO
 - Associação NITOSSOLO + LATOSSOLO
 - LATOSSOLO VERMELHO Distroférico
 - NITOSSOLO HÁPLICO Eutrófico
 - NITOSSOLO VERMELHO Eutrófico
 - Municípios Limitrofes

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM | Datum Horizontal: Sirgas 2000 | Datum Vertical: Imbituba SC | Fuso UTM: 22S | Base de dados: IBGE, Esri, HERE, DeLorme, ITCG, 2010

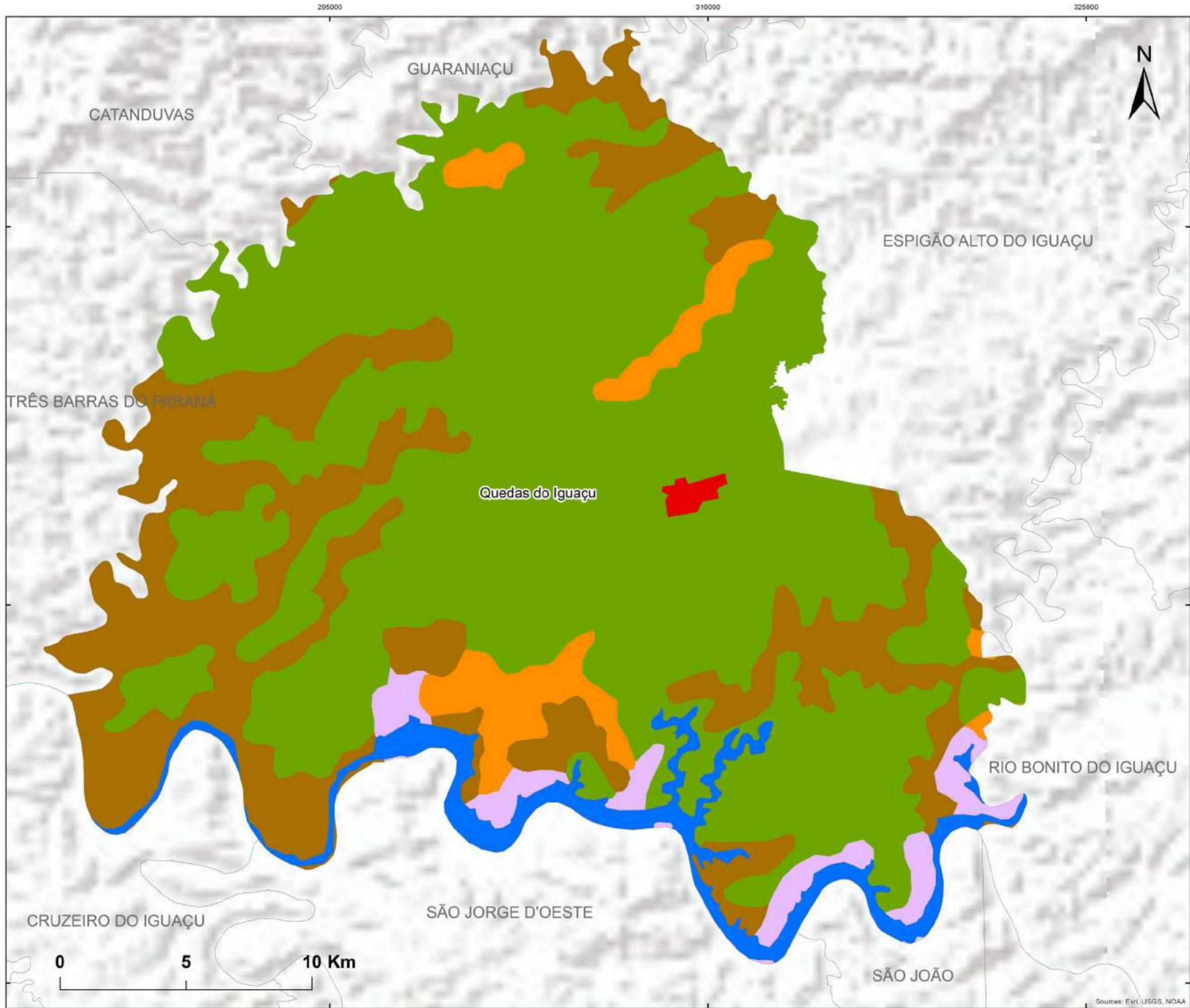
Plano Diretor Municipal de Quedas do Iguaçu

Mapa 05 - Pedologia Fev. 2019

Responsável técnico: Humberto Carneiro Leal
CAU A49147-0

Equipe técnica: Victor Hugo Martinez
Alindomar Lacerda Silva

Sources: Esri, USGS, NOAA



Aptidão do solo

- Áreas Urbanas
- Bom
- Corpo d'água
- Inapto - erosão
- Regular - erosão
- Regular - excesso hídrico
- Municípios Limitrofes

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM
 Datum Horizontal: Sirgas 2000
 Datum Vertical Imbituba SC | Fuso UTM: 22S
 Base de dados: IBGE, Esri, HERE, DeLorme, ITCG, 2010

Plano Diretor Municipal de Quedas do Iguaçu

Mapa 06 - Aptidão Agrícola Fev. 2019

Responsável técnico: Humberto Carneiro Leal
 CAU A49147-0

Equipe técnica: Victor Hugo Martinez
 Alindomar Lacerda Silva

Sources: Esri, USGS, NOAA



3.2 FITOGEOGRAFIA E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Fitogeografia é o estudo da distribuição geográfica das formações florestais e dos fatores históricos e biológicos que a determinaram. O Paraná está inserido no bioma Mata Atlântica, sendo este constituído por um conjunto de formações florestais.

Em Quedas do Iguaçu, existe a ocorrência de duas formações florestais: a Floresta Estacional Semidecidual, ocupando a porção extremo-sul do município, junto à margem do Rio Iguaçu (11.524 ha); e a Floresta Ombrófila Mista, ocupando todo o restante do município (70.639 ha), como apresentado no mapa 7.

A Floresta Ombrófila Mista encontra-se preservada em poucas localidades, como o Parque Nacional do Iguaçu (PR). Contudo, antigamente, ocupava quase inteiramente o planalto acima de 500 m de altitude, nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul⁸. São florestas que ocupam altitudes entre 400- 1000 m, frequente nas encostas de montanhas e áreas mais declivosas. Uma característica marcante dessa formação é a presença da *Araucaria Angustifolia*, espécie que se destaca na paisagem pelo seu porte.

A Floresta Estacional Semidecidual ocorre principalmente na faixa de altitude entre 300-600 m, também nas encostas de montanhas e nos vales⁹. As espécies arbóreas predominantes dessa formação florestal são: Peroba, Paineira, Cedro, Ingá, Ipê, Embaúva, Angico, Canela, Palmeiras, trepadeiras e muitas epífitas. Em Quedas do Iguaçu, esse recorte florestal era encontrado na fronteira sul do município, juntamente com o Rio Iguaçu. Hoje restam apenas remanescentes, nas áreas de APP.

Os fragmentos remanescentes de ambas as formações florestais somam 26.541 hectares ou 32,6% do território municipal, um aspecto muito positivo para o município, que precisa continuar com as políticas de preservação ambiental e manter essa estatística.

⁸ IBGE, 2012.

⁹ IBGE, 2012.



De acordo com o Novo Código Florestal, Lei nº 12.651/2012, existem duas áreas que devem, obrigatoriamente, ser preservadas: Área de Preservação Permanente (APP) e Área de Reserva Legal (ARL).

As APP são as áreas de mata ciliar, ou seja, vegetação às margens de nascentes, rios, lagos e cursos d'água. O tamanho da APP varia de acordo com a largura do rio ou reservatório, quanto maior a largura, maior deve ser a mata ciliar. Para rios de até 10 metros de largura, deve-se preservar permanentemente um raio de 50 metros das nascentes e 30 metros de mata ciliar nas duas margens.

Em Quedas do Iguaçu, os seguintes rios possuem largura média do leito superior a 10 metros: Guarani, Mato Queimado, Rio das Cobras, Iguaçu, Guarani e Rio Campo Novo. Nestes rios, neles as APP precisam ser no mínimo de 50 metros de extensão em ambos os lados. O restante das drenagens apresenta largura média do canal inferior a 10 m, e, por conseguinte, as APP precisam ser de 30 m em ambos os lados.

Dos 26.541 hectares de remanescentes florestais existentes em Quedas do Iguaçu, 5.040 hectares estão preservados em áreas de APP, esse valor corresponde a 58% do total de APP do município. É preciso considerar que essa situação não necessariamente denota o descumprimento da legislação, porquanto algumas áreas de APP podem não ser constituídas por fitofisionomias florestais, mas sim por banhados, formações savânicas, etc; e podem não ter sido detectadas durante a classificação da imagem.

Isso acontece porque as imagens utilizadas na classificação do uso e cobertura do solo possuem resolução espacial¹⁰ de 20 m, e para um pixel de 20 m ser classificado como floresta, a maior parte daquele pixel e sua resposta espectral¹¹ precisam ser caracteristicamente

¹⁰ Refere-se à habilidade do sistema sensor em distinguir e medir os alvos da superfície terrestre. Esta habilidade baseia-se na projeção geométrica do detector na superfície terrestre, definindo a sua área do campo de visada do instrumento numa certa altitude e num determinado instante.

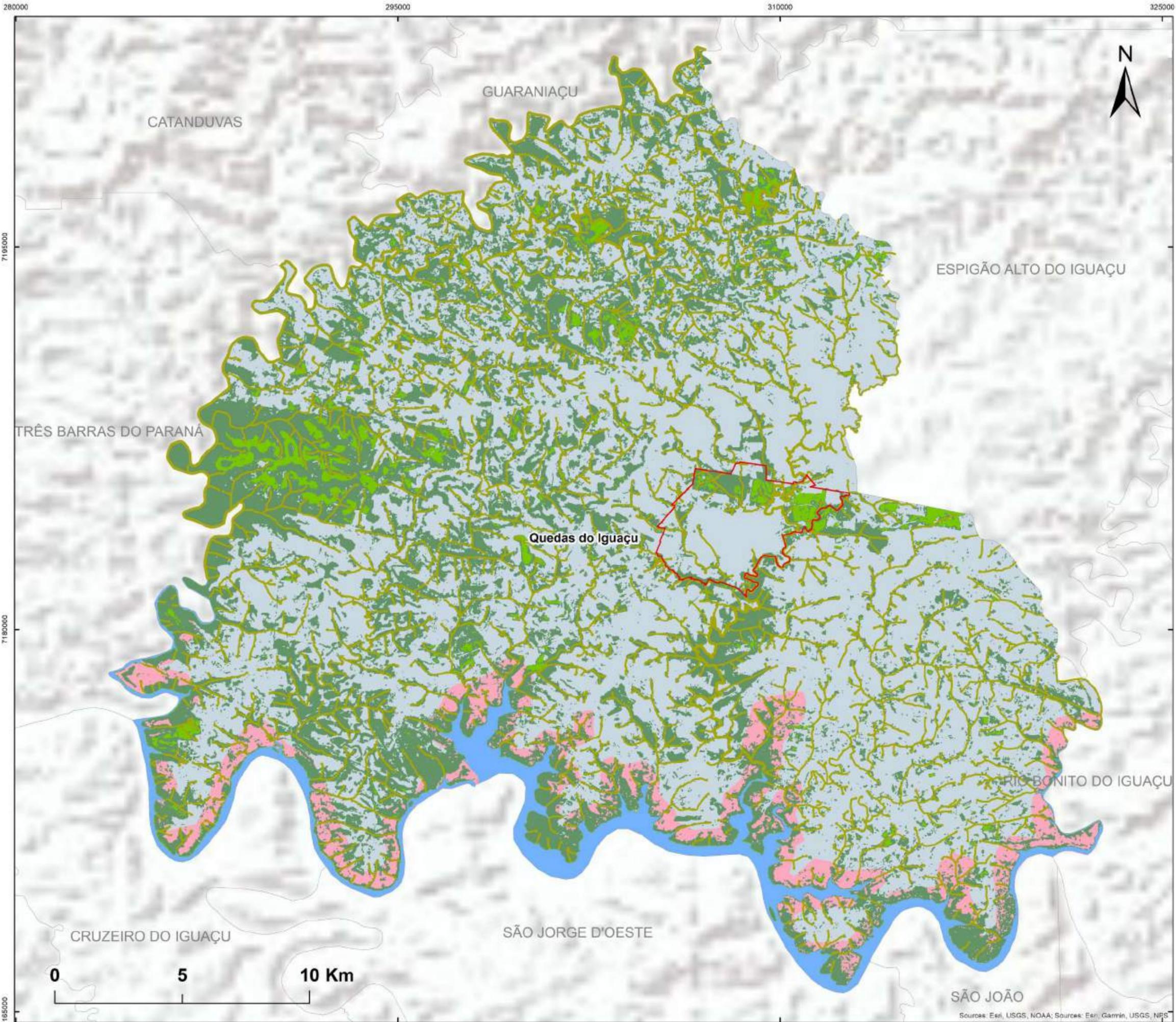
¹¹ Intensidade relativa com que cada corpo reflete ou emite a radiação eletromagnética nos diversos comprimentos de onda.



floresta. Conseqüentemente, as áreas de APP que estão preservadas, mas não possuem fisionomia de floresta, não foram consideradas na classificação. Contudo, esta análise é importante pois fornece um panorama da situação de preservação dos remanescentes florestais.

Uma ARL é uma área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa. De acordo com a Lei nº 12.651/2012, todo imóvel rural deve manter uma área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal. O Código Florestal (artigos 21 a 23) permite que as ARL's sejam utilizadas para exploração econômica, desde que seja através de manejo sustentável e de acordo com as regulações e licenciamentos previstos pela lei.

Aparentemente, fora das áreas de APP existem 21.471 hectares de floresta, que podem estar preservados em áreas de reserva legal, em terras públicas do município ou ainda em áreas de APP em áreas consolidadas, que podem ter menos de 30 m. Através do levantamento bibliográfico realizado, constatou-se que o município não possui áreas de conservação ou Reserva Particular do Patrimônio Natural ou unidades de conservação.



- Perímetro Urbano
- Municípios Limitrofes
- APP
- Remanescentes
- Plantio Florestal
- Represa
- Fitogeografia**
- Floresta Estacional Semidecidual
- Florsta Ombrófila Mista

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM |
 Datum Horizontal: Sirgas 2000
 Datum Vertical Imbituba SC | Fuso UTM: 22S
 Base de dados: IBGE, Esri, HERE, DeLorme,
 ITCG, 2010; Google Earth, 2018; SENTINEL 2A, 2018

Plano Diretor Municipal de Quedas do Iguaçu

Mapa 07 - Fitogeografia e Unidades de Conservação Fev. 2019

Responsável técnico: Humberto Leal Carneiro
CAU A49147-0

Equipe técnica: Victor Hugo Martínez
Alindomar Lacerda Silva

Source: Esri, USGS, NOAA; Source: Esri, Garmin, USGS, NPS



3.3 HIDROGRAFIA

Define-se bacia hidrográfica como uma região de drenagem na qual o escoamento superficial das águas das chuvas, das montanhas, subterrâneas ou de outros rios convergem para um determinado curso d'água.

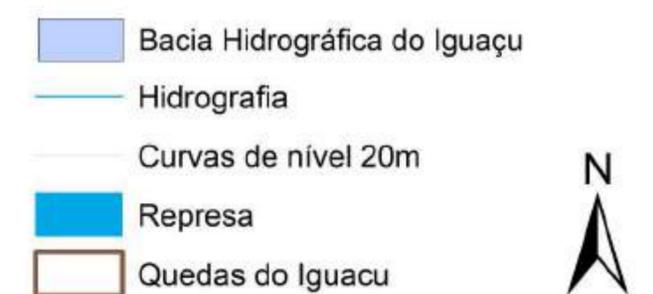
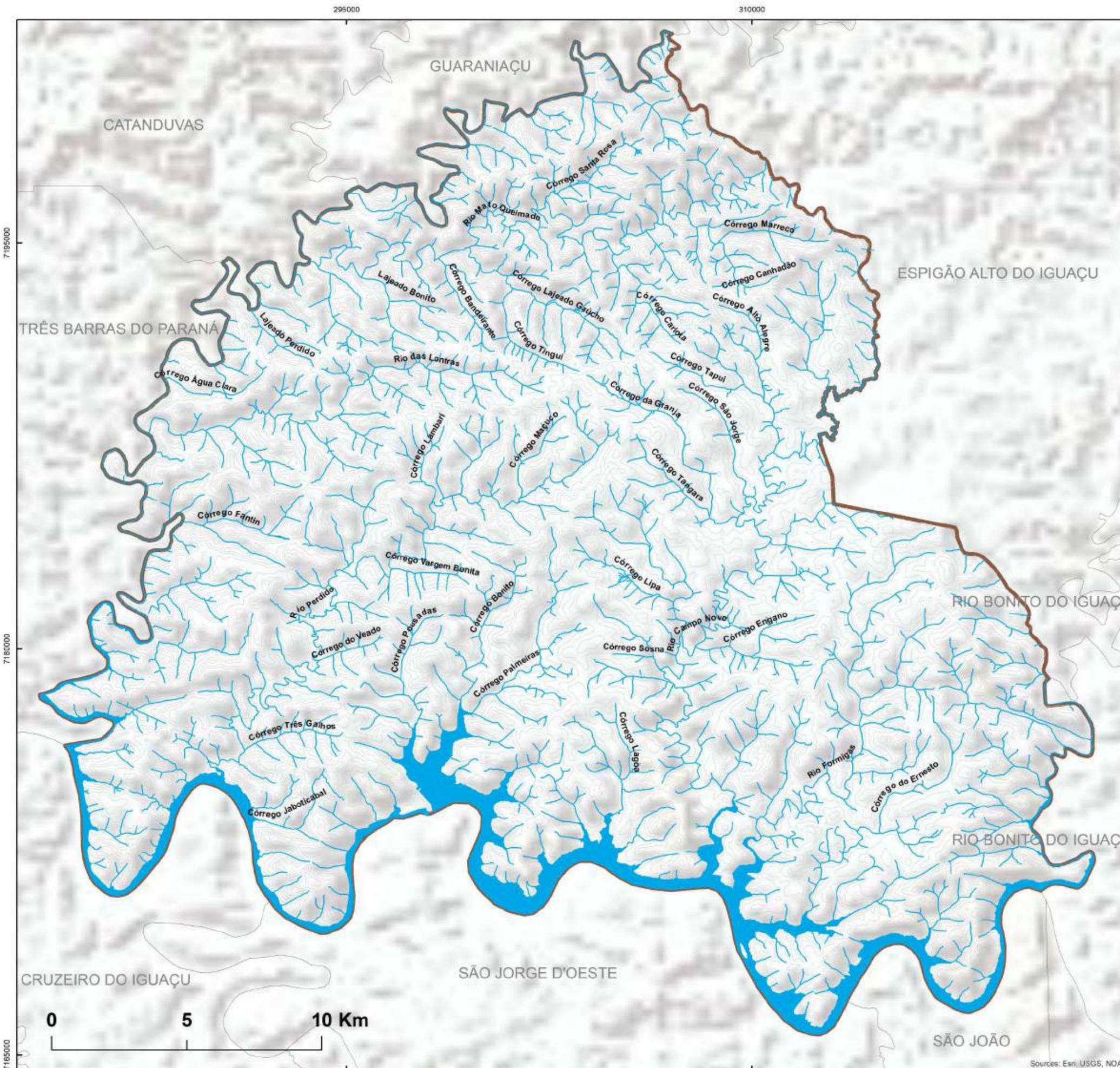
O município de Quedas do Iguaçu abrange a bacia hidrográfica do Rio Iguaçu, muito importante no contexto paranaense, e é alimentado pelas águas subterrâneas do Aquífero Serra Geral, este, pertencente ao Aquífero Guarani.

A Bacia Hidrográfica do Rio Iguaçu é a maior bacia do Paraná, com uma área de 54.820,4 Km², cerca de 28% da área total do estado, e uma população de mais de 4.400.000 habitantes (IBGE-2004), em torno de 43% do total do estado. O rio Iguaçu é formado pelo encontro dos rios Iraí e Atuba na parte leste do município de Curitiba, na divisa com o município de Pinhais. Os referidos rios são originados na borda ocidental da Serra do Mar, seguindo seu curso de 1.320 km cruzando os três planaltos paranaenses até desaguar no Rio Paraná. Seus principais rios contribuintes são: Iraí, Atuba, Passaúna, Barigui, Verde, Passa Dois, da Várzea, Chopin, Palmital, Cavernoso, Adelaide, Gonçalves Dias, Castro Alves, Ampére e Silva Jardim. Considerando a soma das áreas do Brasil e da Argentina, a bacia do Rio Iguaçu cobre uma superfície aproximada de 70.800 km²¹².

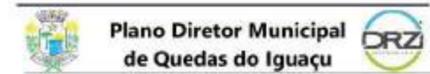
O Rio Guarani constitui o limite entre Quedas do Iguaçu e os municípios limítrofes à oeste: Guaraniaçu, Catanduvas e Três Barras do Paraná, desaguardo, ao sul, no Rio Iguaçu. Como os maiores rios tributários que alimentam o Rio Guarani, podem ser citados o Rio Mato Queimado e o Rio das Lontras, conforme apresenta o mapa 7.

O Rio Iguaçu serve como fronteira para os municípios limítrofes ao sul de Quedas do Iguaçu: Cruzeiro do Iguaçu, São Jorge d'Oeste, São João e Rio Bonito do Iguaçu. Ele é alimentado pelo Rio Formiga, Rio Campo Novo e Rio Perdido, estes, com seus vários afluentes que contribuem com a vazão do Rio Iguaçu. Nessa porção do Rio Iguaçu é localizado o lago por represamento da Usina Hidrelétrica de Salto Osório, possuindo 220 km de perímetro.

¹² ANA, 2010.



Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM |
 Datum Horizontal: Sirgas 2000
 Datum Vertical Imbituba SC Fuso UTM: 22S
 Base de dados: IBGE, Esri, HERE,
 DeLorme, ITCC, 2010, Google Earth, 2018



Mapa 08 - Hidrografia e Bacias Hidrográficas Fev. 2019

Responsável técnico: Humberto Carneiro Leal
 CAU A49147-0

Equipe técnica: Victor Hugo Martinez
 Alindomar Lacerda Silva

Sources: Esri, USGS, NOAA



4. CONDICIONANTES SOCIOESPACIAIS

4.1 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO MUNICIPAL

A classificação do uso e cobertura do solo possibilita a compreensão dos padrões de organização do espaço e a identificação das deficiências e potencialidades do território, além de permitir identificar as atividades que causam impacto ao meio ambiente.

O uso e cobertura do solo municipal foi obtido através da classificação supervisionada das imagens de satélite Sentinel 2A. A imagem classificada estava em composição R (banda 4) G (banda 8) B (banda11), de janeiro de 2019, cena T22JBT e T22JBS, 100% livre de nuvens. O classificador empregado é específico para classificação de uso e ocupação do solo, com um total de 7 classes: água, área urbana, solo exposto, floresta, plantio florestal, agricultura e pastagem.

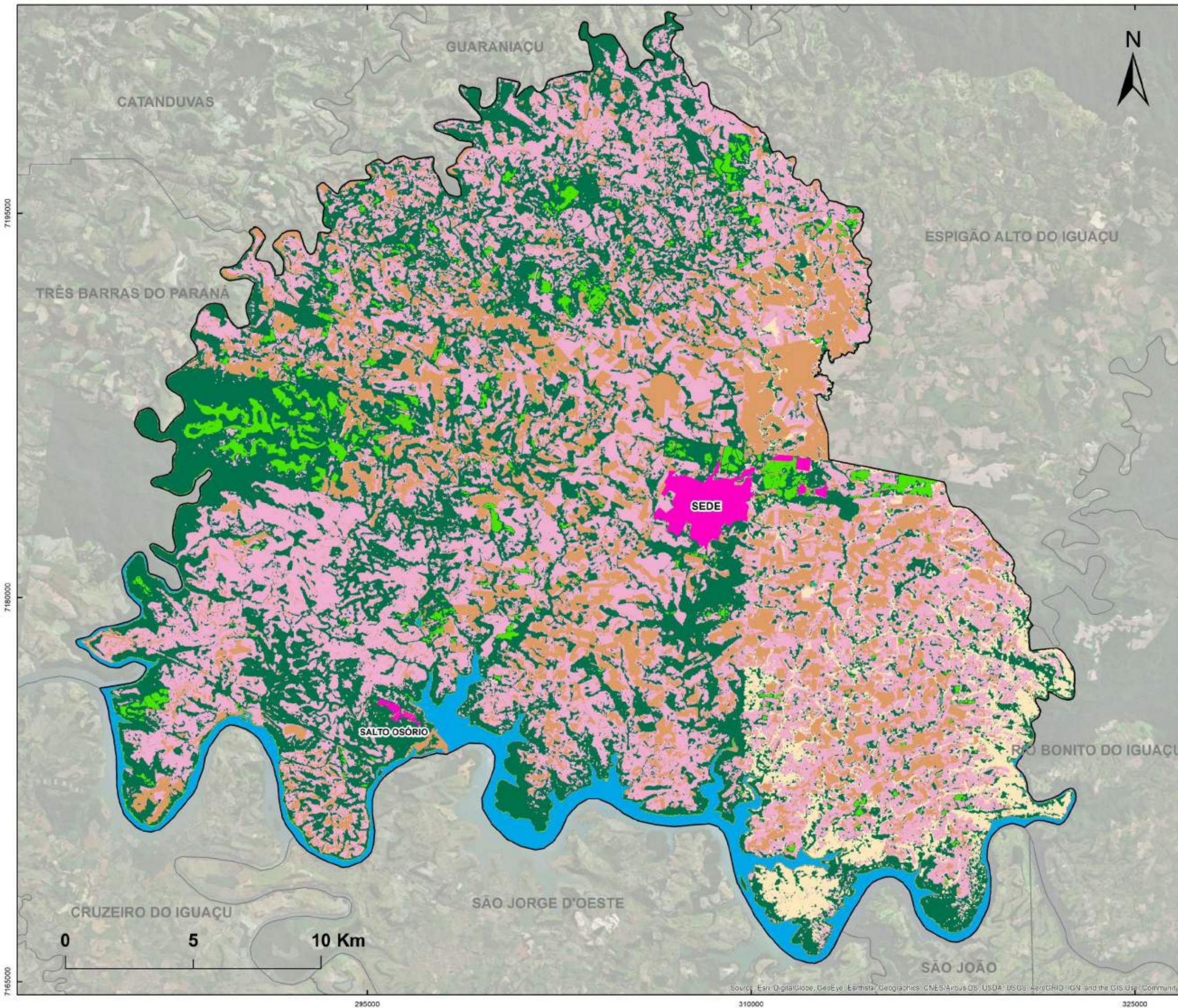
Tabela 2 - Classificação da predominância do uso do solo municipal, 2019.

Classe	Área (ha)	(%)
Água	3.124	3,8
Área urbana	147,6	0,2
Solo exposto	13.972	17,1
Floresta	26.541	32,6
Plantio florestal	2.291	2,8
Agricultura	32.264	39,6
Pastagem	3.187	3,9
Total	81.526,6	100,0

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.

Conforme mapa 9, no município, água e área urbana somam 3.271,6 hectares, ou 4% do território. A área destinada a agricultura corresponde a quase 40% do território municipal, enquanto que a de solo exposto corresponde a 17,1%. A área classificada como solo exposto pode ser compreendida como áreas cultiváveis que acabaram de ser colhidas. Portanto, somando-se a classe solo exposto com agricultura, têm-se que 56,7% do território de Quedas do Iguaçu é ocupado com atividades agrícolas.

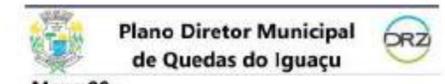
As pastagens naturais e artificiais, geralmente utilizadas na criação de gado de leite e de corte perfazem 3,9% do território. Mais de 1/3 do município está ocupado por remanescentes florestais, um resultado bastante positivo e já destacado no item 3.3. Chama a atenção também a área destinada a plantio florestal, somando 2.291 hectares ou 2,8% da área do município.



Uso do Solo

- Agricultura
- Remanescentes
- Plantio Florestal
- Água
- Pastagem
- Solo Exposto
- Limitrofes
- Quedas do Iguaçu
- Área Urbana

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM |
 Datum Horizontal: Sirgas 2000
 Datum Vertical Imbituba SC | Fuso UTM: 22S
 Base de dados: IBGE, Esri, HERE,
 DeLorme, ITCG, 2010, Google Earth, 2019



Plano Diretor Municipal de Quedas do Iguaçu
Mapa 09 - Uso do Solo Municipal Fev. 2019

Responsável técnico: Humberto Carneiro Leal
 CAU A49147-0

Equipe técnica: Victor Hugo Martinez
 Alindomar Lacerda Silvar

Source: Esri, DigitalGlobe, GeoEye, Earthstar, Geographics, CNES/Airbus DS, USDA, USGS, AeroGRID, IGN, and the GIS User Community



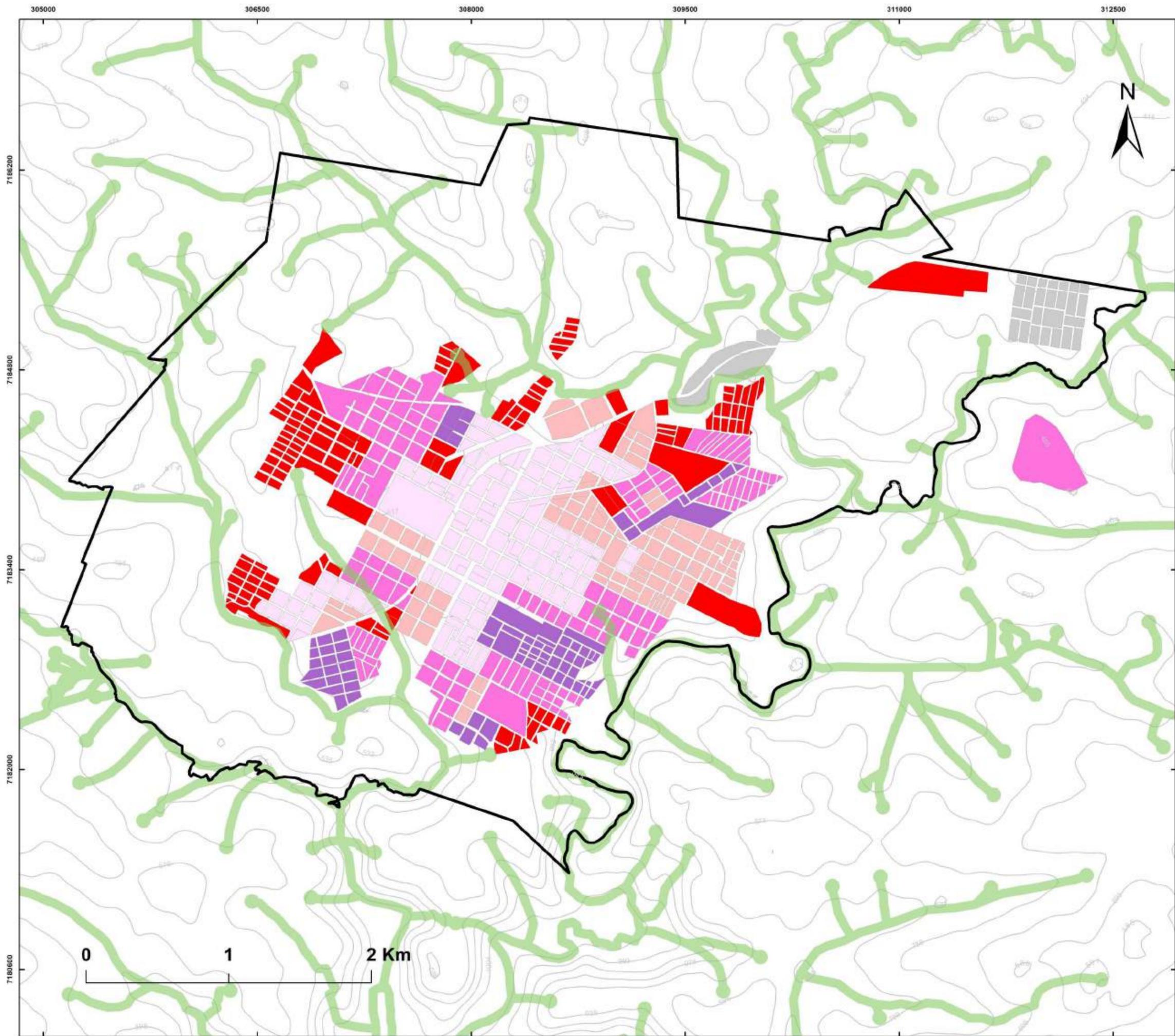
4.2 EVOLUÇÃO URBANA

De acordo com o PDM de 2006, o primeiro núcleo urbano de Quedas do Iguaçu teve origem com a vinda da companhia Colonizadora para a região, datando do início do século. A partir da década de 1960, quando foi elevado à categoria de distrito, houve um crescimento horizontal ao redor do centro antigo.

Na década de 1980 apresentou uma expansão expressiva, tanto pelo registro de novos loteamentos, mas também como pela construção da Usina Hidrelétrica de Salto Osório, que atraiu muitos trabalhadores para o município. Os registros da década de 1990 continuam a crescer, se expressando nos bairros Primavera, Alto Recreio e Vila John Kennedy.

O método utilizado para datar os registros seguintes consiste em análise de imagens espaciais disponibilizadas pelo *software* "Google Earth Pro", que estão pontuadas nos anos de 2000, 2008, 2014, 2017 e 2018. Observando as imagens a cada ano, e estudando o lote em questão, foi possível classificá-los com uma data aproximada.

Foram então classificados loteamentos que surgiram entre 2000 e 2008, esses localizados nos bairros Bela Vista, Alto Recreio, Plátano II e no Entre Vilas, junto ao Primavera. A partir de 2008, a malha urbana foi expandida, dando continuidade ao traçado das ruas existentes, conforme Mapa 10, é possível observar que após 2008, a malha urbana cresceu nos bairros de Vila Pardais e Bom Pastor, Luzitani e São Cristóvão.



Evolução Urbana

- Núcleo Inicial - Década de 1960 e 70
- Década de 1980
- Década de 1990
- Entre 2000 e 2008
- Após 2008
- Sem data
- Perímetro Urbano
- APPs
- Curvas de nível 20m

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM |
 Datum Horizontal: Sirgas 2000 |
 Datum Vertical Imbituba SC |
 Fuso UTM: 22S |
 Base de dados: IBGE, Esri, HERE,
 DeLorme, ITCG, 2010, Google Earth,
 2019, SENTINEL 2A, 2019

**Plano Diretor Municipal
de Quedas do Iguaçu**

**Mapa 10 -
Evolução urbana** Fev. 2019

Responsável técnico: Humberto Carneiro Leal
CAU A49147-0

Equipe técnica: Victor Hugo Martinez
Alindomar Lacerda Silva



4.3 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO

Em relação ao uso e ocupação do solo, é possível observar que há uma concentração comercial principalmente na região do Centro. Além dessa, e devido a vantagem logística, é notável uma forte presença comercial que segue praticamente por toda a extensão central da PR-473, além da avenida Pinheirais e seu seguimento para a Rua Laranjeiras, mapa 11.

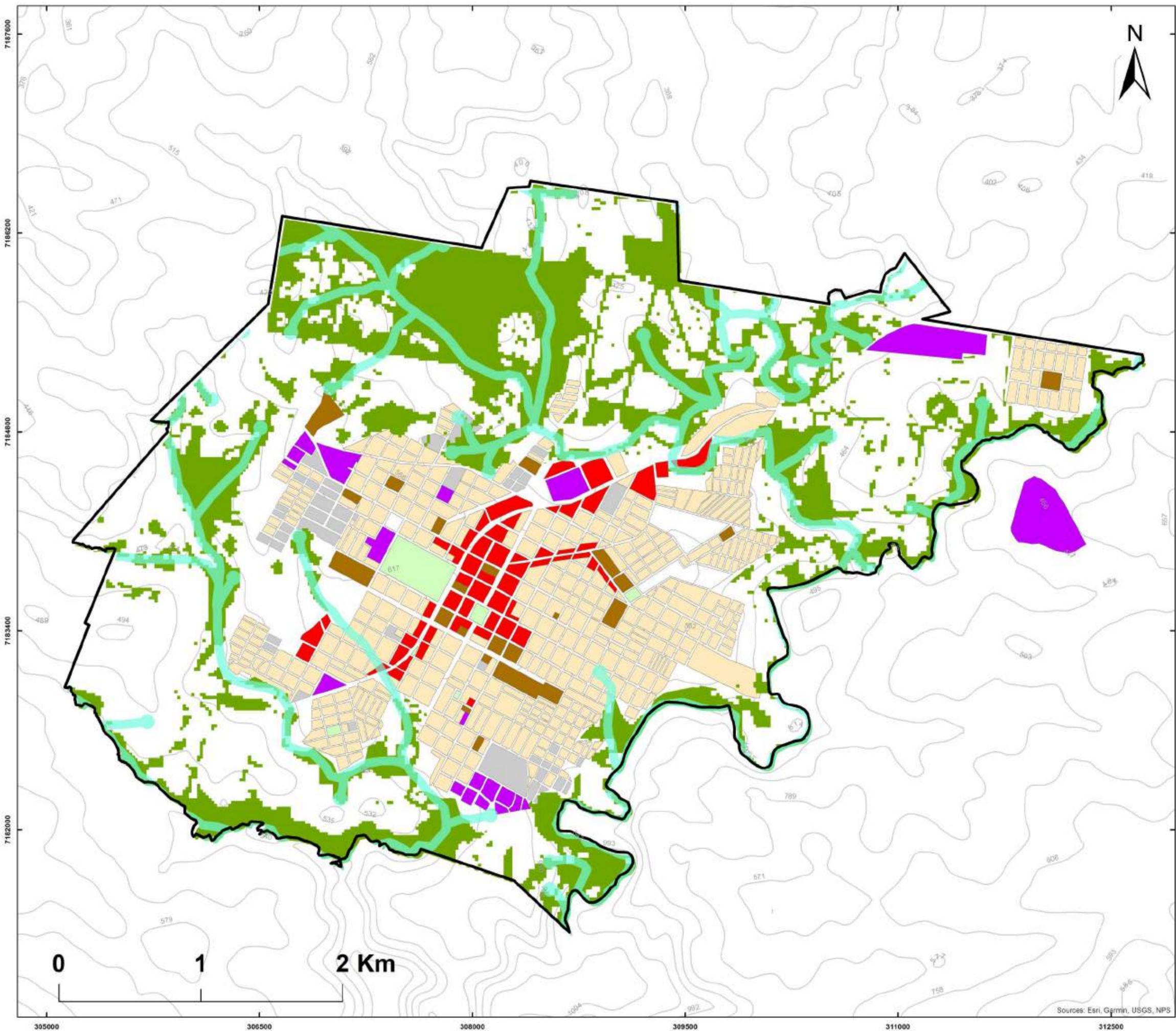
No Centro e na Avenida Tarumã há a concentração de equipamentos institucionais, estes definidos por prédios públicos e templos religiosos. Podem ser localizados também na Rua dos Limoeiros e em outros pontos isolados por todo o município. As áreas industriais se encontram tanto na região norte, ao longo da rodovia PR-473, quanto no sudeste e ao oeste do município, não sendo estabelecidas por um ponto de concentração em comum.

As áreas residenciais se encontram por todo o perímetro urbano, desde o centro, loco dos primeiros assentamentos do município, até sua mais recente expansão para áreas mais periféricas, recentes instalações para servir à parcela mais pobre da população.

Os espaços classificados como vazios urbanos são encontrados no oeste e no extremo sudeste do município, representados por loteamentos recentes sem construções dentro de seus limites. Há outros espaços vazios localizados na região central do município, estes, lotes vazios dentro de quadras, que podem ter sido apenas temporários e pela metodologia da análise assim classificados, ou talvez estejam aguardando valorização imobiliária.

Áreas verdes e de lazer foram definidas por poucas unidades, sendo seis no total, dispostas da seguinte forma:

- Praça Pedro Alzides Giraldi / Centro
- Praça dos 3 Poderes / Centro - Paço Municipal
- Praça São Cristóvão / "Bairro" São Cristóvão
- Praça da Bíblia / "Bairro" Primavera
- Praça do Imigrante / Marginal Ipê - Loteamento São José
- Praça do Semeador / Marginal Ipê - Loteamento Vila Iguaçu



Uso do Solo Urbano

- Perímetro Urbano
- Comercial
- Industrial
- Institucional
- Residencial
- Vazio Urbano
- Áreas Verdes e de Lazer
- Sem Informação
- APPs
- Remanescentes
- Curvas de Nível - 20m

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM |
 Datum Horizontal: Sirgas 2000 |
 Datum Vertical Imbituba SC |
 Fuso UTM: 22S |
 Base de dados: IBGE, Esri, HERE,
 DeLorme, ITCG, 2010, Google Earth,
 2019, SENTINEL 2A, 2019

**Plano Diretor Municipal
de Quedas do Iguaçu**

Mapa 11 -
Uso do solo urbano Fev. 2019

Responsável técnico: Humberto Carneiro Leal
 CAU A49147-0

Equipe técnica: Víctor Hugo Martínez
 Alindomar Lacerda Silva

Sources: Esri, Garmin, USGS, NPS

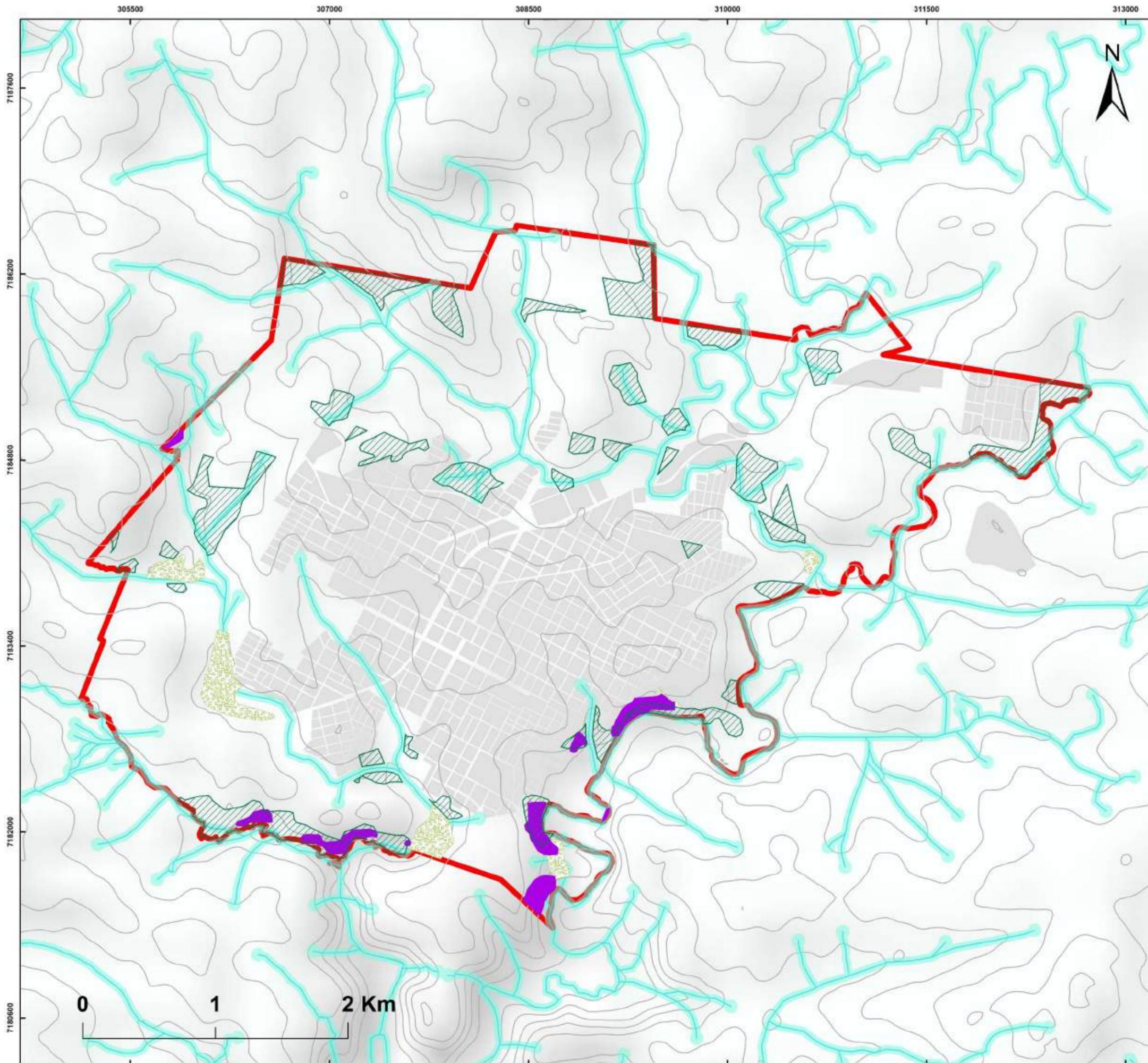


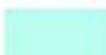
4.4 SÍNTESE DAS ÁREAS URBANAS RESTRITAS À OCUPAÇÃO

A partir dos dados já apresentados, uma síntese com os principais aspectos que tornam parcelas do território urbano inapto à ocupação se faz necessária. Essa síntese, representada pelo Mapa 12, une as áreas com declividade acima de 30%, que tornam o uso e a ocupação do solo inviável devido ao ângulo de inclinação do relevo torná-lo impróprio para edificações ou cultivo. Os fragmentos florestais são áreas de considerável importância para o município, portanto, devem ser essencialmente preservados. Estes, devem ser mantidos quando às margens dos cursos d'água e nascentes, de acordo com sua largura, onde são conhecidas por Áreas de Preservação Permanente (APP), sendo seguradas pela lei 12.651/2012.

Dentro do perímetro urbano de Quedas do Iguaçu, há áreas que apresentam declividade superior à 30%, localizadas no sul e sudeste do município, totalizando uma área aproximada de 30 ha. Áreas alagadas também se tornam presente, ao sul e sudoeste do perímetro urbano, na área de planície de inundação dos córregos. Tais áreas não devem ser ocupadas, pois a inundação é um processo natural que ocorre em períodos de cheia do rio, quando altas taxas pluviométricas são registradas. Caso haja ocupação, por meio de edificações ou cultivo agrícola, há o risco de ocorrer danos e tragédias.

Quanto aos fragmentos florestais, constam por todo o perímetro urbano, principalmente na porção norte. Estes, quando juntos aos cursos hídricos, são conhecidos como APP, e devem ser obrigatoriamente mantidos, asseguradas pela lei 12.651/2012. Contudo, há APPs que não apresentam florestamento, descumprindo a Lei acima citada. É, portanto, necessário a regularização dessas áreas, por meio de reflorestamento, até mesmo para que os benefícios sociais e ambientais da preservação ambiental sejam completamente garantidos.



-  Fragmentos Florestais
-  Declividade acima de 30%
-  Áreas Alagadas
-  APP
-  Cursos d'água
-  Curvas de nível 20m
-  Perímetro Urbano
-  Malha Urbana

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM |
 Datum Horizontal: Sirgas 2000 |
 Datum Vertical Imbituba SC |
 Fuso UTM: 22S |
 Base de dados: IBGE, Esri, HERE,
 DeLorme, ITCG, 2010, Google Earth,
 2019, SENTINEL 2A, 2019



5. ASPECTOS SOCIOECONOMICOS

5.1 DEMOGRAFIA

O IBGE estima uma população de 33.788 habitantes para o ano de 2018 no município de Quedas do Iguaçu¹³. Porém, no último Censo demográfico de 2010 ficou registrado uma população de 30.605 habitantes¹⁴, sendo o 59º município mais populoso do Paraná.

Como os dados oficiais do IBGE datam de 2010, existe um grande espaço de tempo sem nenhum levantamento, o que tornam os dados desatualizados e aumentam as divergências com a situação atual, portanto é imprescindível a coleta de novos dados para a efetividade dos objetivos do PDM.

Observando o ritmo de crescimento apresentado desde o Censo de 1991, pode-se concluir que a estimativa feita pelo IBGE é plausível, a população cresce em ritmo lento em uma taxa cada vez menor. Os próximos dados oficiais serão referentes ao ano de 2020, nele o crescimento poderá ser confirmado.

O subdimensionamento da população é prejudicial ao município, visto que o repasse de recursos da esfera estadual e federal geralmente é proporcional à estimativa populacional.

Diferente de parte da população dos municípios brasileiros, em Quedas do Iguaçu houve uma rápida diminuição da população rural no primeiro momento e um aumento no período entre 2000 e 2010, conseqüentemente obteve um aumento na população urbana de 1991 a 2000 e o Censo posterior mostra que essa população praticamente se estabilizou.

¹³ IBGE, 2018(a).

¹⁴ IBGE, 2018(a).

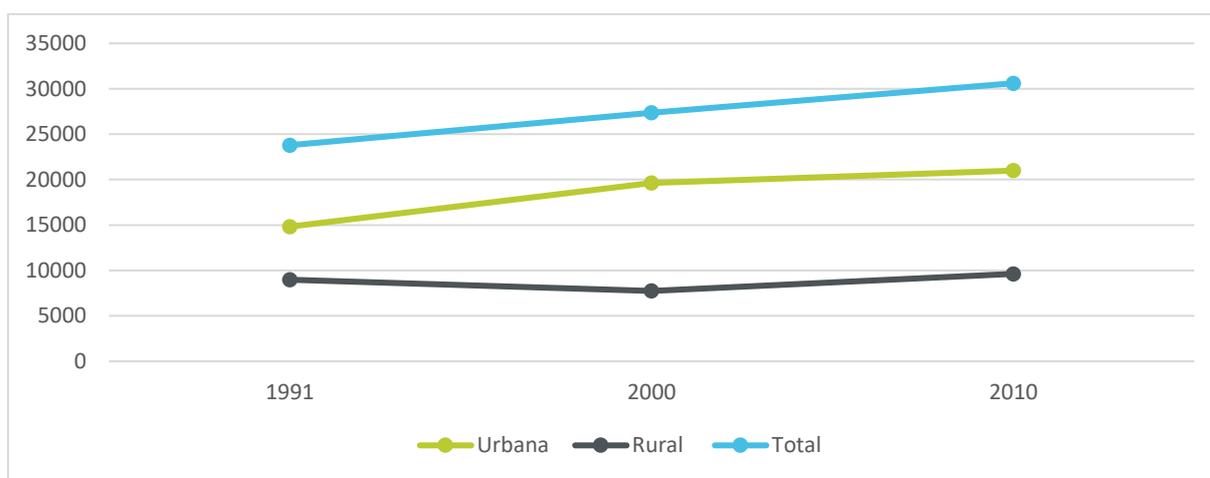


Tabela 3 – População de Quedas do Iguaçu por situação de domicílio

	1991		2000		2010	
Urbana	14.822	62,3%	19.626	71,7%	20.987	68,6%
Rural	8.968	37,7%	7.738	28,3%	9.618	31,4%
Total	23.790		27.364		30.605	

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (SIDRA, 2018).

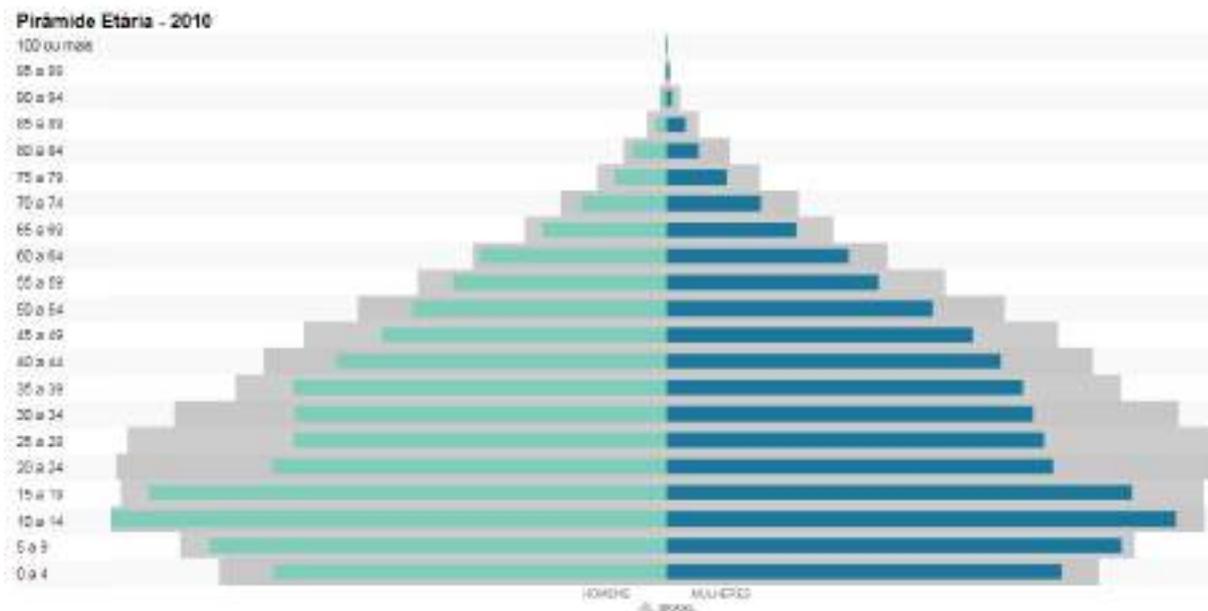
Gráfico 2 - População de Quedas do Iguaçu por situação de domicílio.



Fonte: IBGE – Censo Demográfico (SIDRA, 2018).

Com a análise dos dados apresentados pelos três Censos realizados em Quedas do Iguaçu – 1991, 2000 e 2010 – pode-se observar um crescimento populacional do município em ritmo lento, porém contínuo. Em contraponto, a migração entre área urbana e rural apresenta oscilação de crescimento. Houve um grande êxodo para a área urbana em um primeiro momento – Censo de 1991 e 2000 – e após este período a taxa de migração para a zona urbana diminuiu o ritmo de crescimento.

Quedas do Iguaçu apresenta uma diminuição notável na população a partir da faixa etária dos 20 anos em diante. Confirmando que, como na grande maioria dos municípios brasileiros a população jovem, acaba optando por deixar o município em busca de qualificação ou oportunidades de empregos em grandes centros.

Gráfico 3 - Pirâmide Etária de Quedas do Iguaçu (2010)

Fonte: IBGE, 2018(a).

Conforme nota-se, no gráfico da pirâmide etária do Município de Quedas do Iguaçu, a população como um todo está abaixo da média brasileira, alcançando a equivalência apenas na faixa entre 10 a 14 anos nos homens.

A pirâmide etária referente ao Censo de 2010, possuía tal configuração devido a saída de jovens em busca de melhores oportunidades, geralmente para cidades maiores nas proximidades como Toledo e Cascavel, e com isso os jovens que teriam seus filhos em Quedas do Iguaçu acabaram os tendo em outros municípios provocando o estreitamento da base da pirâmide ocasionado pela redução taxa de natalidade em Quedas do Iguaçu.

A distribuição etária é importante para a elaboração do planejamento público a médio e longo prazo para implantar políticas que contemplem as faixas etárias no futuro, e a tabela abaixo demonstra a composição etária da população de Quedas.

Tabela 4 - Composição etária em Quedas do Iguaçu

Idade	2010	
	População	Porcentagem
0-4	2.436	8,0%
5-9	2.799	9,1%
10-14	3.270	10,7%
15-19	3.016	9,9%



20-24	2.396	7,8%
25-29	2.302	7,5%
30-39	4.504	14,7%
40-49	3.848	12,6%
50-59	2.905	9,5%
60-69	1.911	6,2%
70 ou mais	1.218	4,0%

Fonte: IBGE, 2019

5.1.1 POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR

Os serviços oferecidos na área da educação em Quedas do Iguaçu são compostos pelas redes municipal, estadual e particular, e contemplam a educação infantil, educação básica (composta pelo ensino fundamental e ensino médio), ensino superior e profissionalizante. Sendo de responsabilidade do município o ensino infantil, de 0 a 6 anos, e o ensino fundamental.

Tabela 5 - Escolas em Quedas do Iguaçu

Educação – Escolas					
	Pré-escola	Fundamental	Médio	Superior	Profissionalizante
Municipal	17	17	-	-	-
Estadual	1	14	11	-	1
Particular	2	2	1	-	5

Fonte: ETM, 2019.

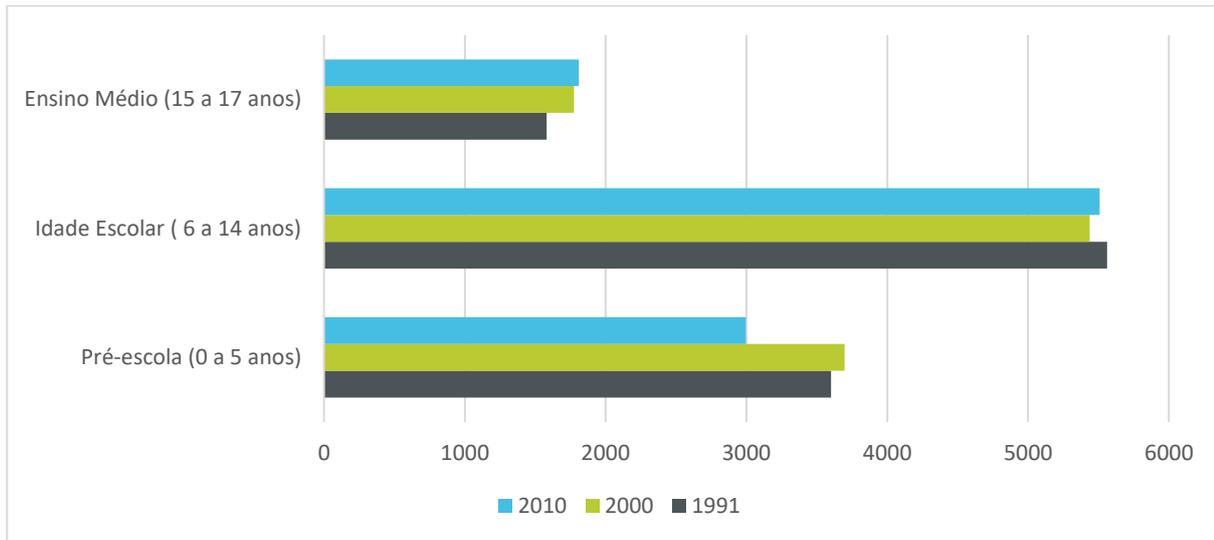
Para entender a demanda de escolas em Quedas do Iguaçu é importante saber qual a população em idade escolar do município, faixa compreendida dos 6 aos 14 anos, que corresponde ao período do Ensino Fundamental e é obrigatória a frequência conforme a legislação.

No último Censo realizado – em 2010 – foi estimado em 5.509 queda-iguaiqueses em idade escolar. Em comparação ao Censo do ano 2000 (5.440 pessoas entre 6 e 14 anos), a população pertencente a esta faixa se manteve praticamente estável, apresentando um crescimento de apenas 2%.

Para fins de planejamento, também se estima a população em idade pré-escolar e em idade compatível ao ensino médio.



Gráfico 4 - População em idade escolar, pré-escolar e ensino médio



Fonte: IBGE – Censo Demográfico (SIDRA, 2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

Quando comparado ao plano diretor de 2006 percebe-se divergência quanto ao conceito analisado. Segundo o PDM anterior a população em idade escolar compreende pessoas na faixa etária entre 0 e 18 anos, neste caso representando 40% da população na época. Portanto não é viável a análise comparativa entre estes dois índices.

5.1.2 POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (PIA)

Considera-se como População em Idade Ativa (PIA) aquelas aptas ao trabalho, compreendida no intervalo entre 15 e 64 anos de idade.

Segundo análise realizada pelo IPARDES em 2010, a população em idade ativa em Quedas do Iguaçu era de 25.370 pessoas, representando 82,89% do total da população.

Por outro lado, a população economicamente ativa, faixa etária de 18 a 64 anos, passou de 55%, como demonstra o PDM anterior, para 52,70% em 2010, segundo dados analisados pelo IPARDES.

5.1.3 POPULAÇÃO IDOSA

Considera-se como População Idosa as pessoas com idade igual ou superior a 65 anos. A tendência global é o aumento da população idosa. Esta faixa etária possui uma demanda diferenciada de equipamentos e serviços públicos.



Segundo o Plano Diretor Municipal de 2006, Quedas do Iguaçu possuía 4,82% da sua população pertencente a esta faixa, significando 1.319 pessoas. Em 2010, segundo análise do IPARDES, essa população cresceu para 6,59%, refletindo 2.017 idosos, um significativo aumento de 698 pessoas. Este crescimento tende a ser constante nos próximos anos, sendo necessário atenção especial com este público.

Tabela 6 – População idosa em Quedas do Iguaçu

2000	2010
1.319	2.017

Fonte: IPARDES, 2019.

Em média, no Brasil, a população idosa representa 7,4% da população total, o que mostra que o envelhecimento da população de Quedas do Iguaçu vem ocorrendo em um ritmo mais lento ao do território brasileiro.

5.1.4 RAZÃO DE DEPENDÊNCIA

Razão de dependência é a razão entre o segmento etário da população definido como economicamente dependente (os menores de 15 anos de idade e os de 65 anos de idade ou mais) e o segmento etário potencialmente produtivo (entre 15 e 54 anos de idade).

A razão de dependência mede a participação relativa do contingente populacional potencialmente inativo, que deveria ser sustentado pela parcela da população potencialmente produtiva. Valores elevados indicam que a população em idade produtiva deve sustentar uma grande proporção de dependentes, o que significa consideráveis encargos assistenciais para a sociedade¹⁵.

Este indicador é útil para acompanhar o grau de dependência econômica e subsidiar a formulação de políticas nas áreas de saúde e de previdência social.

¹⁵ RIPS, 2008.



Tabela 7 – Razão de Dependência em Quedas do Iguaçu

	1991	2000	2010
Razão de Dependência	73,51%*	62,19%*	52,25%

(*) contêm dados em todas as variáveis selecionadas, mas não necessariamente para todas as localidades.

Fonte: IPARDES, 2019.

Em 2010, em Quedas do Iguaçu a razão de dependência foi de 52,25%, o que é um índice consideravelmente mais baixo que nos anos anteriores em que ocorreram os Censos demográficos. Significando assim que no município se instala uma situação delicada, uma vez que a população potencialmente produtiva é um pouco menor que a população economicamente dependente.

5.2 DESENVOLVIMENTO HUMANO

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é um indicador que compreende um banco de dados com informações socioeconômicas sobre todos os municípios e estados do País. Varia no intervalo de 0 a 1, sendo que quanto maior for o grau de desenvolvimento econômico-social, mais próximo o indicador estará da unidade. O índice é composto pela média geométrica de três indicadores: indicador econômico (PIB *per capita* em dólar PPC), indicador de saúde (expectativa de vida ao nascer) e indicador de educação (índice de analfabetismo e taxa de matrícula).

É interessante comparar os resultados obtidos de 1991 a 2010 à título de observar a evolução dos índices neste período.

O estado do Paraná ocupa a 5ª posição, com o IDHM de 0,749¹⁶. O município de Quedas do Iguaçu ocupa a 2.412ª posição entre os 5.655 municípios brasileiros, com IDHM de 0,681 (2010), considerado médio¹⁷ para os padrões propostos pelo PNUD. A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,794, seguida de Renda, com índice de 0,690 e por fim, Educação com 0,681.

¹⁶ PNUD, 2013.

¹⁷ IDHM considerado médio situa-se entre 0,500 e 0,799.



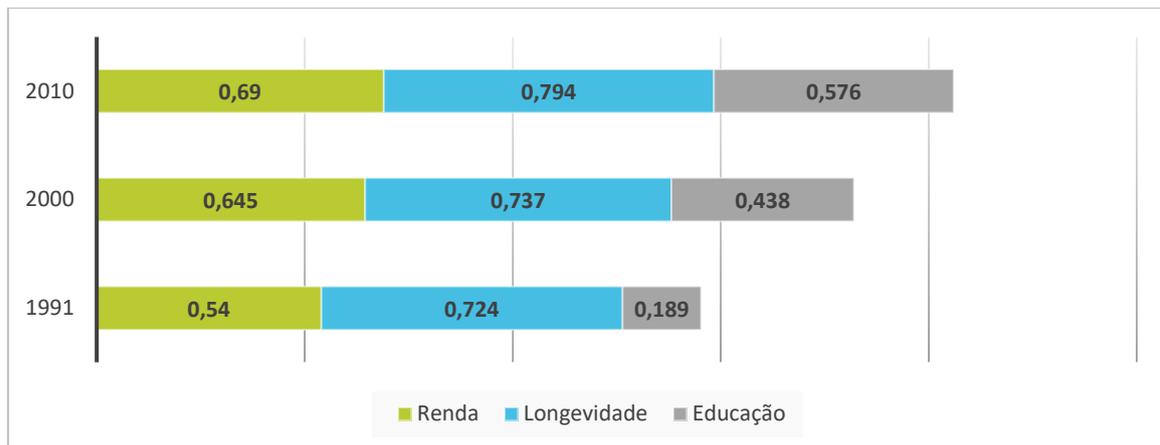
Tabela 8 – IDH – Quedas do Iguaçu

Ano	Posição	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
1991	2133º	0,420	0,540	0,724	0,189
2000	1695º	0,593	0,645	0,737	0,438
2010	2412º	0,681	0,690	0,794	0,576

Fonte: PNUD, 2010. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

Quedas do Iguaçu apresentou um aumento no IDH-M de 2000 para 2010 de aproximadamente 14%. O índice de Educação foi o que apresentou um aumento significativo, com 31% de melhora, seguido por 7,7% no índice de Longevidade e 7% no de Renda com menor desenvolvimento.

Gráfico 5 – Evolução do IDHM de Quedas do Iguaçu



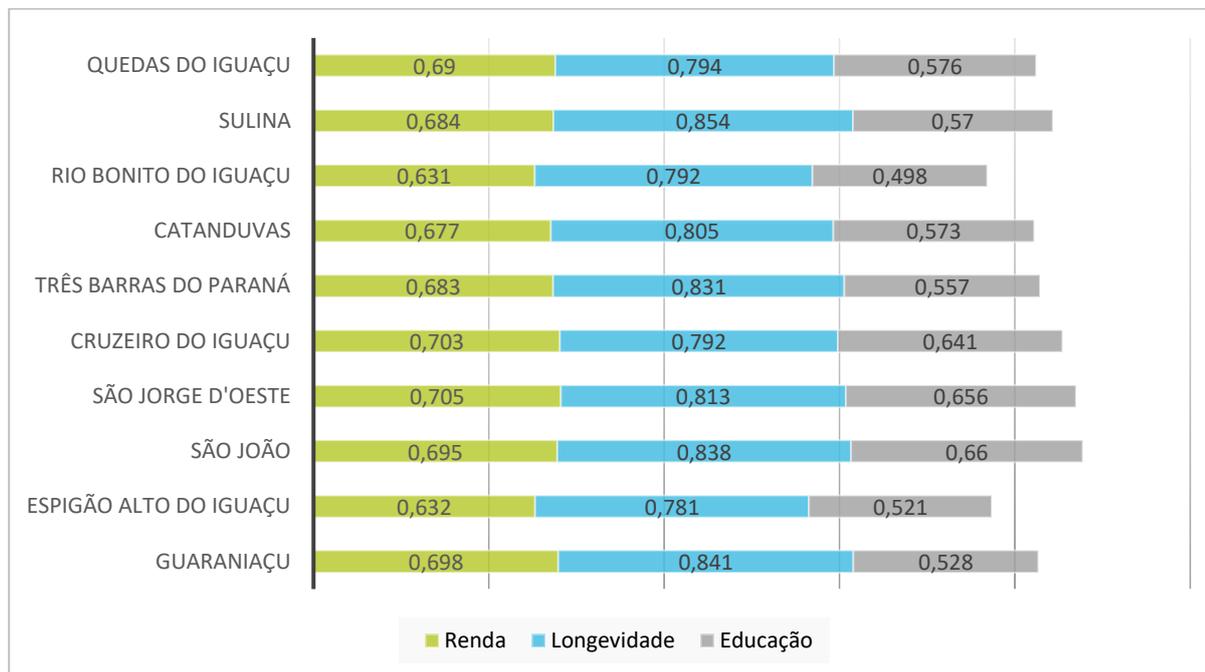
Fonte: PNUD, 2010. Dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades, 2018.

O IDH é um instrumento importante para verificar a eficácia e a eficiência da administração pública, por permitir comparação de situações entre municípios ou entre períodos diferentes de um mesmo município e avaliar quais são os resultados da ação do poder público no combate à desigualdade social.

A seguir o IDHM de Quedas do Iguaçu comparado com os índices de seus municípios limítrofes.



Gráfico 6 - IDHM de Quedas de Iguaçu e seus municípios limítrofes, 2010



Fonte: PNUD, 2010. Dados trabalhados pela DRZ - Gestão de Cidades, 2018.

Comparado aos seus 9 municípios vizinhos, Quedas do Iguaçu obteve o quarto lugar em IDHM-Educação, o quinto lugar em IDHM-Renda e apenas a sétima posição no IDHM-Longevidade.

Todos os índices municipais estão abaixo dos índices estaduais. O Paraná apresenta IDH- Renda de 0,757, IDH-Longevidade de 0,830 e IDH-Educação de 0,668.

5.3 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Considerando a relevância da análise econômica municipal, essa parte do Plano Diretor Municipal tem o objetivo de mostrar as principais variáveis que se localizam nas informações macroeconômicas que mostram de forma transparente os resultados que medem o crescimento econômico e que servem de subsídios para a aproximação do desenvolvimento econômico e social de um país, de Estado e dos Municípios.

As variáveis utilizadas estão relacionadas ao Produto Interno Bruto – PIB, Valor Adicionado Bruto a preços básicos, Valor Adicionado Fiscal, Estabelecimentos Econômicos e Empregos, para tanto, utiliza-se sempre os últimos três anos disponibilizados pelos Institutos e Órgãos Públicos.



As variáveis do PIB e do Valor Adicionado Bruto no período utilizado foi 2014 a 2016 e para o Valor Adicionado Fiscal, Estabelecimentos Econômicos e Empregos o período foi 2015 a 2017.

A atualização dos dados econômicos por meio de índices possibilita uma análise real dos dados pesquisados e para que isso aconteça os valores financeiros serão deflacionados para corrigir os números do Produto Interno Bruto, do Valor Adicionado Bruto a preços básicos e do Valor Adicionado Fiscal. Para os cálculos das variações sempre serão considerados, implicitamente, o ano imediatamente anterior ao ano inicial das análises.

5.3.1 PRODUTO INTERNO BRUTO

Principal indicador da atividade econômica, o PIB - Produto Interno Bruto - exprime o valor da produção realizada dentro das fronteiras geográficas de um país, num determinado período, independentemente da nacionalidade das unidades produtoras. As informações do Produto Interno Bruto dos Municípios são de importância crucial para o desenvolvimento sustentável, independentemente das condições econômicas ou políticas, e pode servir como uma ferramenta potencialmente relevante na formação das opções de desenvolvimento e esforços de melhoria social. Os resultados são apresentados pelo IBGE, deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), referente aos anos de 2014 a 2016.

A Tabela 9 ilustra o desempenho da economia do município de Quedas do Iguaçu durante o período de 2014 a 2016, resultado do esforço produtivo dos grupos de atividade econômica.

Tabela 9 – PIB de Mercado e Per Capita deflacionado a preços constantes de 2016 e a Variação Real em percentual, período 2014-2016.

Ano	PIB de mercado (R\$ 1,00)		PIB Per Capita (R\$ 1,00)	
	Valor Deflacionado	Variação Real (%)	Valor Deflacionado	Variação Real (%)
2014	1.143.189.146,47	-27,07	34.967,49	-27,74
2015	1.201.418.786,80	5,09	36.426,91	4,17
2016	1.270.019.000,00	5,71	38.179,00	4,81
Média	1.204.875.644,42	-5,42	36.524,47	-6,25

Fonte: IBGE/ Base de Dados (Sidra, 2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.



Considerando os resultados do PIB de mercado referente aos períodos 2013-2014, 2014-2015 e 2015-2016, a economia do município de Quedas do Iguaçu apontou decréscimo médio real de 5,42%. As razões principais desse resultado médio desfavorável são justificadas pelo baixo crescimento do setor de serviços e as quedas substanciais nos comportamentos dos setores da agropecuária e da indústria que apresentaram índices negativos nos anos de 2014, principalmente a indústria que é força motriz da economia com grande participação na totalização do Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos.

Além dos problemas políticos que o país iniciou no período 2013-2014. Esse indicador médio de crescimento do PIB municipal foi, ainda mais, comprometedor que o ocorrido com as questões econômicas nacionais, pois tal resultado adveio do comportamento da economia brasileira, que ficou fragilizada com enormes dificuldades políticas e econômicas que apresentou queda de 2,17% de crescimento, enquanto que o Estado do Paraná a queda foi de 2,40% do PIB em igual período de tempo.

Em relação ao crescimento do PIB de mercado no município de Quedas do Iguaçu, no período de 2013-2014 detectou-se redução significativa de 27,07%. Nos períodos de 2014-2015 e 2015-2016 a economia local crescendo 5,09% e 5,71%, respectivamente, graças ao a reação dos setores da indústria e da agropecuária mais fortemente e uma pequena evolução no serviço e comércio.

Esse cenário pós-período 2013-2014 se caracterizou como o resultado positivo para a economia local que evoluiu, em média, 5,40% sendo fundamental para amenizar as perdas identificadas no período 2013-2014. (Tabela 9).

Destaca-se que durante os períodos 2014-2015 e 2015-2016 houve crescimento médio real do PIB, assim foi pautado por perdas econômica e financeira quando comparado com a movimentação do IPCA que mede a inflação¹⁸ brasileira que em média atingiu 7,79% em igual período.

¹⁸ De acordo com o IBGE a inflação brasileira de 2014; 2015 e 2016 foram de: 6,41%; 10,67; 6,29%, respectivamente.



Assim, o crescimento negativo do PIB municipal, traz preocupações para a economia referentes aos próximos anos, por isso, algumas ações para retomadas do crescimento, como incentivos aos setores econômicos, devem ser feitas como forma de recuperar os prejuízos que refletem diretamente nas condicionantes para o desenvolvimento local.

O cenário de dificuldades porque passam os municípios, é reflexo dos problemas na economia e na política brasileira, que apresentou expressiva queda de 3,6% no PIB em 2016 e, como mencionado anteriormente, os elevados índices de inflação combinado com as quedas do PIB acabaram influenciando principalmente nos pequenos municípios brasileiros e o município de Quedas do Iguaçu não se constitui como exceção.

Considerando os resultados do PIB *per capita* referente aos períodos 2013-2014, 2014-2015 e 2015-2016, apontou crescimento negativo médio de 6,25%, devido ao decréscimo de 27,74% no período 2013-2014. Às taxas positivas nos níveis de crescimentos nos períodos de 2014-2015 e 2015-2016 que foram pela ordem de: 4,17% e 4,81% impediram que a média de crescimento negativo fosse superior a 6,25%.

Em relação ao PIB *per capita* médio, o Estado Paraná apontou queda de 2,21%, enquanto no Brasil houve decréscimo de 3,02%, indicando que o município de Quedas do Iguaçu com o decréscimo de 6,25% superou negativamente as duas esferas hierarquicamente acima em valores reais durante o período 2014-2016, dessa forma, identifica-se uma significativa desvantagem comparativa no desempenho desse município em relação à economia nacional e estadual.

Sintetizando, o crescimento econômico acumulado do município de Quedas do Iguaçu entre 2014 e 2016, apontou crescimento de 11,09% no PIB Preços de Mercado¹⁹, considerando os valores de R\$ 1.143.189.146,47 e R\$ 1.270.019.000,00; enquanto o crescimento acumulado do PIB *per capita* teve evolução de 9,18%, em função do crescimento real de R\$ 34.967,49 para R\$ 38.179,00. A média real do PIB *per capita* é de R\$ 36.524,47. A média do PIB a preços de mercado é R\$ 1.204.875.644,42 (Tabela 9).

¹⁹ Inclui os impostos sobre os produtos.



Sob a ótica dos crescimentos acumulados entre 2014 e 2016 a economia de Quedas do Iguaçu apresentou desempenhos superiores da economia nacional e estadual. Em relação à análise média do período, a instabilidade mais latente se encontra no período 2013-2014 em que o crescimento foi negativo tanto no PIB de mercado como no PIB *per capita*, assim, fica a preocupação para manutenção do equilíbrio econômico e manter os níveis de crescimento dos períodos 2014-2015 e 2015-2016. Nesse sentido, identifica-se um viés de otimismo devido aos últimos resultados apresentados, provavelmente pela minimização dos problemas macroeconômicos que respingou mais fortemente nos municípios brasileiros desde 2014.

O município de Quedas do Iguaçu por apresentar instabilidades nos indicadores médios do PIB, sugere-se uma condição de alerta, assim como, os cuidados que os municípios devem ter com as questões socioeconômicas e a gestão pública municipal que exige acompanhamento permanente sobre os acontecimentos nacionais e internacionais que influenciam diretamente no desenvolvimento local.

5.3.2 VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS BÁSICOS

Na distribuição do valor adicionado bruto a preços básicos (VABPB) deflacionados por ramo de atividade no período de 2014 a 2016, o município de Quedas do Iguaçu mostra que segue o perfil nacional em que o setor da indústria é o mais significativo. O setor de serviços tem expressiva participação no crescimento econômico do município ocupando a segunda colocação no *ranking* e por último a agropecuária (Tabela 10).

O município de Quedas do Iguaçu tem sua base econômica assentada na agropecuária devido ao que ela representa em termos de formação de cadeia produtiva, embora não represente a maior formação de volumes financeiros para a economia local quando se trata do esforço produtivo por meio do Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos (VABPB).



Tabela 10 – VABPB por setor de atividade com valores deflacionados a preços constantes de 2016, período 2014-2016 (R\$1,00)

Ramo de Atividade	2014		2015		2016	
	Valor Deflacionado	Participação %	Valor Deflacionado	Participação %	Valor Deflacionado	Participação %
Agropecuária-	105.331.782,22	9,63	100.277.924,60	8,72	113.909.000,00	9,35
Indústria	624.810.759,87	57,10	688.732.749,6	59,89	739.193.000,00	60,64
Serviços ²⁰	364.062.000,59	33,27	361.030.157,80	31,39	365.742.000,0	30,01
Total	1.094.204.542,6	100,00	1.150.040.832,	100,00	1.218.844.000,	100,00

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (SIDRA, 2018).

O município de Quedas do Iguaçu tem sua base econômica assentada na agropecuária, porém, para a produção na indústria de transformação poderão ser aproveitados insumos da base primária para agregar mais valor à produção agrícola, por exemplo, e se viabilizando como uma das alternativas para aquecer a economia do município, notadamente na criação de emprego e renda.

Em relação à participação e desempenho dos setores econômicos do município de Quedas do Iguaçu, pela ordem segue:

O setor de indústria corresponde 59,21% de participação média do total do valor adicionado bruto a preços básicos durante o período de 2014 a 2016. Esse setor, ainda, apresentou crescimento médio negativo de 7,30% o mais irrelevante índice entre os setores econômicos no período 2014-2016. Esse crescimento é resultado, principalmente, da variação negativa do ano de 2014 em que a queda foi de 39,46% em relação ao ano imediatamente anterior. Não obstante, nos anos posteriores a indústria local reagiu e o desempenho encontrou espaço para reerguimento, com evolução de 10,23% (2015) e 7,33% (2016). Os dois últimos desempenhos impactaram na economia do município de Quedas do Iguaçu, pois, além de revelar as potencialidades industriais mostrou que é uma referência imprescindível para o desenvolvimento local e regional.

O setor industrial de Quedas do Iguaçu é pujante no segmento de madeira e de imobiliário tendo na Araupel a sua principal empresa gerando empregos e renda, contribuindo

²⁰ O Setor de serviços é composto pelos serviços, comércio e administração pública.



de maneira significativa com as questões sociais e econômicas do município. A Araupel consta do seu portfólio a fabricação de guarnições e molduras; componentes de porta; painéis e lambris; madeira serrada entre outros.

O setor serviços corresponde em média 31,56% de participação em relação ao total do VABPB do município durante o período de 2014 a 2016 e obteve o melhor indicador de desempenho econômico com a média de 0,44% referente à dinâmica de crescimento ao longo dos anos, ou seja, de 0,85% no ano de 2014; -0,83% em 2015 e 1,31% no ano de 2016, sendo, portanto o único setor que se apresentou com crescimento médio positivo.

O setor da agropecuária corresponde em média 9,23% de participação em relação ao total do VABPB do município durante o período 2014- 2016 que o coloca na terceira posição no *ranking* de participação dos setores produtivos de Quedas do Iguaçu. A agropecuária apresentou decréscimo médio real de 2,44%, com base nos três anos analisados. Assim, o crescimento foi negativo nos períodos 2013-2014 e 2014-2015 pontuando retração de 16,12% e 4,80%, respectivamente, retomando os níveis de crescimento no período seguinte 2015-2016 alcançando a taxa de 13,59%.

Após a exposição da dinâmica de cada área, entendeu-se que setorialmente, de acordo com os dados demonstrados na Tabela 3.3.2 retrata-se o crescimento contínuo da participação industrial em todo o período objeto dessa análise, com média de participação de 59,27% da totalidade do VABPB, suplantando os valores dos setores da agropecuária e serviços juntos, assumindo, assim a primeira colocação no ranking econômico do município. Ressalte-se que a política industrial tem a função de promover o desenvolvimento industrial dos municípios, por isso, acredita-se que os investimentos municipais para o setor industrial podem ser decisivos para a busca do crescimento e quiçá do desenvolvimento.

Caso o município tenha pretensões em melhorar a distribuição das riquezas locais, entende-se que os dados analisados sugerem níveis de investimentos mais elevados no setor agropecuário através de incentivos fiscais, patrimoniais e etc., com a finalidade de fortalecer processo do agronegócio do município, assim como buscar alternativas para melhorar o desempenho do setor de serviços VABPB, dessa forma, vislumbrar maior equilíbrio entre os setores econômicos do município que concentra no domínio do da indústria.



A atividade agropecuária desenvolvida no município é bem diversificada com destaque para a produção da soja, milho e feijão e, sobretudo a pecuária que apresentam os maiores valores da produção bruta do município (DERAL e SEAB, 2017).

A agropecuária é responsável por uma cadeia produtiva indispensável, pois fomenta economicamente a indústria e o comércio/serviços que, por sua vez, quanto mais estimulada, mais agregação em renda, empregos e riqueza ao município. O setor agropecuário, embora não apresente a maior participação no PIB municipal, caracteriza-se por atividades importantes para agregar no Valor Adicionado Fiscal (VAF) do município, em cuja variável em estudo e análise a posteriori se apresenta na segunda colocação no ranking do VAF (Tabela 11 3.3.3).

Em função das análises do valor adicionado bruto a preços básicos que representa o esforço produtivo do município, constatou-se um avanço médio negativo de 5,62% no período 2014-2016 que só não foi maior devido os resultados positivos nos anos 2015 e 2016 muito significativos quando comparado com os dados macroeconômicos, como PIB e inflação.

O desempenho extremamente ruim do ponto de vista econômico em 2014 e com a recuperação nos anos de 2015 e 2016 impediu que a média negativa de -5,62% de crescimento do VABPB atingissem taxas maiores ainda. Assim, os resultados sugerem sempre níveis de investimentos mais elevados nos setores econômicos por meio de incentivos fiscais, patrimoniais e etc., com a finalidade de incrementar o processo produção e serviços estabelecidos que favoreçam a agregação de valor na produção, buscando com isso o equilíbrio na distribuição mais equitativa das riquezas do município.

5.3.3 VALOR ADICIONADO FISCAL

O Valor Adicionado²¹ Fiscal - VAF é um indicador calculado pela Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná que indica a participação municipal no repasse do ICMS e do IPI, entre outros aos municípios. A Tabela 11 mostra o VAF do município de Quedas do Iguaçu.

²¹ Define-se valor adicionado como o resultado da diferença entre o valor dos bens e serviços vendidos pela empresa, quaisquer que sejam, e o valor dos bens e serviços comprados pela empresa junto a outras empresas.



Nessa análise foi considerado o valor total e os índices de participação com a finalidade de identificar o comportamento dos setores produtivos do município nesse conjunto de informações econômicas e que se constitui numa referência de arrecadação para os municípios que se beneficiam dos resultados das atividades econômicas residentes em Quedas do Iguaçu.

Tabela 11 – VAF com valores deflacionado a preços constantes de 2017 com valores deflacionados, período 2015-2017 (R\$ 1,00)

Ramo de Atividade	2015		2016		2017	
	Valor Deflacionado	%	Valor Deflacionado	%	Valor Deflacionado	%
Produção Primária	155.484.601,74	29,61	154.042.785,48	32,33	174.599.105,00	36,63
Indústria	241.371.932,99	45,97	206.791.997,03	43,40	182.713.323,00	38,34
Comércio e Serviços	128.234.437,13	24,42	115.616.387,44	24,26	119.264.346,00	25,02
Recursos/Autos ²²	16.458,27	0,00	31.665,18	0,01	33.990,00	0,01
Total	525.107.430,13	100,00	476.482.835,13	100,00	476.610.764,00	100,00

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná – SEFA (2018). Dados trabalhados pela DRZ – gestão da Cidade.

O Valor Adicionado Fiscal médio do município de Quedas do Iguaçu, ao longo dos anos de 2015, 2016 e 2017 alcançou o valor de R\$ 492.813.191,74. Durante os anos analisados o crescimento médio foi negativo de 1,61%, considerando elevação de 4,40% no ano de 2015 e 0,03% no ano de 2017, com destaque para a redução de 9,26% no ano de 2016 que influenciou diretamente nos resultados que compõem os fatores do crescimento econômico do município.

O setor da indústria apresentou o maior valor médio entre os anos 2015 e 2017 com o valor de R\$210.371.932,99 que correspondeu a 42,69% de participação em média do total do VAF. O setor da indústria em média cresceu negativamente em 5,49% em igual período. Esse resultado adveio das seguintes variações: 9,57%; -14,41% e 11,64% referentes aos anos de 2015, 2016 e 2017 pela ordem. Esse comportamento de variações alternadas tem de certa forma, relação com as anomalias detectadas no setor em nível nacional.

Significa assim o acréscimo de valor que a empresa incorpora ao bem na cadeia produtiva (Montoro Filho, 1994, p. 27).

²² Recursos: é o valor proveniente de decisões judiciais incorporados ao valor adicionado de municípios. Autos: é o valor pago (ou base de cálculo da lavratura) em autos de infração, no ano de referência (SEFA, 2018)



Esses dados ratificam as análises proferidas sobre VABPB em que o setor industrial é a principal atividade econômica de Quedas do Iguaçu e que tem grande dependência do setor madeireiro e imobiliário, notadamente pela participação da empresa Araupel.

O setor da produção primária apresentou seu maior nível de crescimento no ano de 2017 atingindo 13,34%. Segundo os dados da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, a produção primária assume a segunda principal fonte de recursos, com a média de R\$ 161.375.497,41 correspondendo a 32,75% de participação da totalidade média do VAF.

Os resultados identificados na safra de 2016-2017, se deveram ao crescimento significativo do valor bruto da produção agropecuária (VBP) que motivou ao recorde da produção ocorrida no ano de 2016, notadamente, com a pecuária que, em média, é responsável por 52,24% seguida pela agropecuária com 34,91% e florestais com 12,85% do VPA. O desempenho de 2015 e 2016 em que anotou redução de 3,74% e 0,93% na composição do VBP muito se deveu aos problemas climáticos e redução na produtividade das principais culturas, como foi o caso de Quedas do Iguaçu (DERAL e SEAB, 2017).

Sintetizando o desempenho da produção primária durante o período 2015-2017, o crescimento médio do setor alcançou 2,89%. Esse efeito foi devido a ocorrência de redução nos níveis das variações identificadas de 3,74% e 0,93% nos anos de 2015 e 2016 que foram compensados pela evolução de 13,34% acontecida em 2017 que interferiu sobremaneira no contexto econômico do setor e em consequência da economia de Quedas do Iguaçu como um todo.

O setor de comércio/serviços apresentou o terceiro maior valor no contexto do Valor Adicionado Fiscal do município, atingindo a média de R\$ 121.038.390,19 correspondendo a 24,56% de participação em média. O setor comércio e serviços apontou crescimento médio negativo de 0,46% no período 2015-2017, devido à influência direta do resultado negativo de 9,84% alcançado no período 2015-2016. O crescimento real foi identificado nos períodos 2014-2015 e 2016-2017 com 6,22% e 3,16%, respectivamente. Esse comportamento mostrou que setor se apresentou mais consolidado que os demais setores, apesar dos valores terem sido menores.

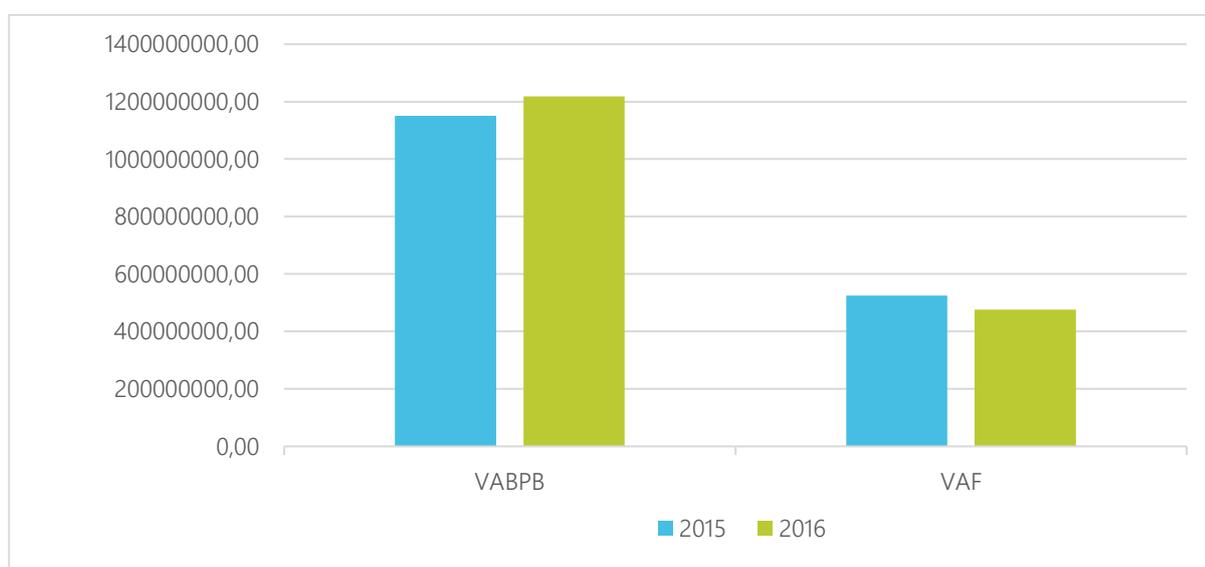
Vale salientar que os valores do VAF são extremamente significativos quando comparados com os valores do PIB e do Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos, por isso na



seqüência essas variáveis são comparadas devido à relevância delas no cenário econômico do município:

A Figura 1 mostra o comportamento do valor adicionado bruto a preços básicos (VABPB) e o valor adicionado fiscal (VAF) em que aponta desempenhos diferentes. Metodologicamente foram utilizados valores referentes a 2015-2016 para compor a mesma base de dados dessas duas variáveis.

Gráfico 7 – Comparativo entre VABPB e VAF, com valores anos de 2015 e 2016 (R\$1,00)



Fonte: IBGE/Base de Dados (Sidra, 2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

Os dados demonstram na Figura 1 relacionam as duas respeitáveis variáveis de crescimento da economia local que influenciam diretamente nos níveis de desenvolvimento do município, levando-se em conta a crescimento médio negativo para as duas variáveis, sendo 5,62% para o VABPB e 1,61% no VAF de acordo com o período de cada variável discutida nesse documento. Como efeito comparativo e utilizando as taxas de inflação medidas pelo IPCA: 6,41% em 2014; 10,67% em 2015; 6,29% em 2016 e 2,95% em 2017 que perfaz uma média inflacionária de 7,79% para o período 2014-2016 (correspondente ao VABPB) e 6,64% para o período 2015-2017 (referenciando-se ao VAF).

Essa equivalência nos crescimentos do VABPB e do VAF com a inflação entre os anos de 2015 e 2016 mostrou perdas consideráveis para a economia do município, ou seja, de um lado, o VABPB mostra crescimento de 5,98% e o VAF com queda de 9,26% e de outro lado,



com a inflação de 2016 batendo em 6,29% ficam evidenciado os déficits para a economia local que comprova que em valores reais as duas variáveis deixaram lacunas financeiras. Conforme mencionado, anteriormente, os valores comparativos entre as duas variáveis são altamente significativos graças a participação mais efetiva da produção agrícola e da indústria na contabilidade do VAF e dos serviços no VABPB (Gráfico 7).

Em função das análises do esforço produtivo do município, os resultados sugerem níveis de investimentos mais elevados no setor industrial através de incentivos fiscais, patrimoniais e etc., com a finalidade de incrementar o processo industrial com o sentido de fortalecer esse ramo da economia, principalmente depois de identificado os excelentes números visualizados na Tabela 3.3.3 que se refere ao VAF. Essa movimentação, por certo, favorecerá na agregação de valor na produção, buscando com isso o equilíbrio na distribuição de riquezas e o fortalecimento na arrecadação do município.

Dado os valores do PIB de mercado e *per capita*, o Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos e Valor Adicionado Fiscal, o próximo foco é a geração direta de renda por meio de empregos formais e estabelecimentos no município de Quedas do Iguaçu.

5.3.4 ESTABELECIMENTO E EMPREGO POR ATIVIDADE ECONÔMICA

Em continuidade aos resultados apresentados até aqui, considerar-se-á dados estatísticos para visualizar a dinâmica quantitativa dos estabelecimentos por atividades econômicas, que contribuem na geração de empregos do município de Quedas do Iguaçu (Tabela 12).

Essa análise retrata o comportamento e o reflexo da economia brasileira que a partir de 2014, passou a conviver com crises: econômica e política, da qual, os resultados são sentidos em maior grau, principalmente nos municípios de pequeno porte.

Tabela 12 – Estabelecimentos e Empregos por atividade econômica, período 2015-2017.

Atividades Econô- micas	Estabelecimentos			Empregos		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017
Indústria	104	100	100	2.564	2.464	2.497
Construção Civil	34	24	23	138	64	103
Comércio/Serviços	472	443	469	3.079	3.076	3.075
Agropecuária	58	61	62	161	168	179
Total Geral	668	628	654	5.942	5.772	5.854



Fonte: TEM/RAIS/Ipardes (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

No período compreendido entre 2015 e 2017, segundo a Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, a análise é composta pela composição dos estabelecimentos e empregos existente no município de Quedas do Iguaçu e considerando as médias durante o período referido.

Na composição dos estabelecimentos o comércio/serviço participou com 70,97%; a indústria com 15,59%; o setor de agropecuária com 9,29% e a construção civil com 4,14% e em relação à média da totalidade dos estabelecimentos. Juntos esses últimos três setores respondem por 29,02% dos estabelecimentos do município, mostrando assim a importância do setor de comércio e serviços na composição dos estabelecimentos do município.

Na composição do emprego, o setor de comércio/serviços lidera a ocupação de trabalhadores do município que, em média, corresponde 52,55% dos postos de trabalho, enquanto a indústria com 42,83%, a agropecuária com 2,89% e a construção civil com 1,73%. Assim, esses três últimos setores somam 47,45% de participação na empregabilidade formal do município que é um percentual inferior ao do setor de comércio/serviços que sozinho respondem por mais da metade da totalidade dos empregos do município analisado.

O setor da indústria, durante o período 2015-2017 em relação à quantidade de estabelecimentos e emprego, em média, apresentou a seguinte dinâmica: em termos de quantidade física de estabelecimentos decresceu 0,25% e em relação ao emprego obteve crescimento médio de 2,02% dos empregos do município.

O setor agropecuário com a sua importância para os resultados econômicos de Quedas do Iguaçu correspondeu em média por 9,29% dos estabelecimentos e apenas 2,89% dos empregos no município durante o período 2015-2017. Na mesma linha, os empregos e estabelecimentos da construção foram de 4,14% dos estabelecimentos e de 1,73% dos empregos.

Em síntese, na média a indústria lidera o *ranking* com 24,75 trabalhadores por estabelecimento, a comércio/serviços possuem 6,67 trabalhadores por estabelecimento, a construção civil por 3,77 por estabelecimento e a agropecuária por 2,81 empregos. A média geral



mostra a média de 9,01 trabalhadores por estabelecimento, isso comprova a relevância socioeconômica da indústria para o município de Quedas do Iguaçu.

Em se tratando de emprego por gênero, em média, os trabalhadores de sexo masculino predominam a ocupação do emprego no município de Quedas do Iguaçu com 54,73% que representa 3.205 pessoas, enquanto que do sexo feminino são representados por 45,27% ou 2.651 trabalhadores nos diversos setores.

A relação emprego/estabelecimento sustenta a importância de uma cidade mais industrializada, pois, conforme dados econômicos analisados anteriormente, mesmo a indústria na escala de menores valores atribuídos, o setor mostra nessa relação quão relevante é a participação do setor na geração de emprego e renda, isso quer dizer que a instalação de novas indústrias a probabilidade de criação de novos empregos é um fato.

Em assim sendo e objetivando o crescimento e a diversificação do setor industrial, considerando a produção agropecuária a ser transformada internamente dará um novo desenho para o aproveitamento das potencialidades locais no processamento industrial dos produtos primários como forma de agregação de valores.

Analisando os dados da população ocupada, com referência a média do período 2015-2017, no município de Quedas do Iguaçu, verifica-se que a maior parte da mão de obra empregada formalmente, está alocada no setor da indústria, assim como ocorre na maioria dos municípios brasileiros mais industrializados. No setor de serviços o segmento administração pública direta e indireta é o que mais emprega no município, resultando em expressiva participação média de trabalhadores, correspondendo a 12,03% do total dos empregos.

Esses números sugerem atenção aos setores produtivos da economia no sentido de criação de mais empregos nas atividades privadas para minimizar dependência de administração pública e das transferências de rendas do governo federal, tais como, previdência social, bolsas famílias e etc., muito embora mostrem a importância do setor público na geração de emprego e renda há necessidade de fomentar a atividade privada.

Devido à representação econômica, o Governo Municipal deverá estar atento para desenvolver políticas econômicas e estratégias para incentivar as empresas existentes, além



de proporcionar a entrada de novos estabelecimentos industriais devido a sua capacidade de promoção na geração de renda e emprego, porém tratamento semelhante deve ser dado aos demais setores.

5.3.5 CONSIDERAÇÕES

Alguns pontos, como o comportamento dos setores da economia, a produção, a renda e a empregabilidade foram foco das análises no sentido de mostrar as potencialidades e deficiências do município de Quedas do Iguaçu, as quais poderão auxiliar nas tomadas de decisão visando à promoção do desenvolvimento local.

Existem recursos de gestão empreendedora que se forem bem utilizados serão capazes de disponibilizar condições técnicas, educacional e de infraestrutura até que venham oferecer possibilidades ao setor produtivo e de serviços em diversificar as ações comerciais, tanto na área rural como na implantação de indústria ou agroindústria, fomentando economia local.

Analisando-se a evolução de Quedas do Iguaçu em relação ao PIB que é o indicador mais relevante da economia, constatam-se dificuldades no ano de 2014, algo que ocorreu de forma geral na economia brasileira. No entanto, relevantes foram os desempenhos nos 2015 e 2016 que estiveram acima do nível de crescimento ocorrido na economia nacional.

No período analisado, a média de crescimento do PIB pode ser considerada extremamente preocupante se compararmos com o momento macroeconômico contabilizado no período em análise. Esse resultado aconteceu devido ao desempenho do PIB de mercado no período analisado 2013-2014 com crescimento negativo de 27,07%, porém com recuperação nos períodos seguintes em que apontou evolução média acima de 5,00% por período.

De outro lado, o PIB *per capita* médio apresentou desempenho ruim tal como aconteceu com o PIB de mercado no período 2014-2016. O ano de 2014, assim como aconteceu com o PIB de mercado o desempenho foi negativo, porém nos anos de 2015 e 2016 os índices foram expressivos quando comparados com a conjuntura econômica brasileira. Nesse sentido, identificou-se que a economia local tomou direção contrária ao da economia nacional, pois os indicadores do PIB de mercado e do *per capita* do município ficaram inferiores ao da média brasileira.



O resultado de crescimentos do PIB de mercado e *per capita* está atrelado diretamente ao desempenho do setor industrial do município que é o mais influente na economia, refletindo diretamente nos números finais do PIB.

Em resumo, os resultados com o PIB de Mercado foram preocupantes devido ao comportamento ocorrido no ano de 2014 em relação ao ano imediatamente anterior, porém, esses resultados são reflexivos e auxiliam para vislumbrar entradas de investimentos diretos e indiretos para a implantação e implementação de empreendimentos com a finalidade de agregar na participação e decisões dos setores econômicos do município.

O animador, nesse contexto, é que nos anos de 2015 e 2016 os índices do PIB foram significativos para conjeturar um horizonte de maior crescimento e desenvolvimento econômico e social. Outro fator motivador é de que o crescimento econômico acumulado do município sinalizou crescimento de 11,09% no PIB Preços de Mercado e PIB *per capita* aumentou 9,18.

Esses dados atuam como alerta e novos choques de gestão são necessários para atingir uma maior escala de crescimento econômico local, assim como acontece com as perspectivas da conjuntura econômica brasileira.

O crescimento econômico de Quedas do Iguaçu depende de ações provenientes da dinâmica dos empreendimentos dos setores de produção e serviços para que se visualizem meios e possibilidades que façam reverter os problemas encontrados quando das análises do valor adicionado bruto a preços básicos (VABPB) por setor que é um ponto de partida a busca do desenvolvimento do município.

Considerando as análises quanto a participação setorial do VABPB no período 2014-2016, o setor da indústria foi o destaque do município no cenário econômico seguido do comércio/ serviços e a agropecuária com a menor participação. Nesse sentido, necessário se faz encontrar meios capazes de viabilizar o desempenho do setor da agropecuária que, além de tudo se deparou com perdas significativas nos anos de 2014 em relação ao ano de 2013. De outro lado, a relevância da indústria de acordo que também apresentou perdas no mesmo no período 2013-2014, mas com desempenho de líder na economia local se constituindo na força motriz para a economia de Quedas do Iguaçu.



No Valor Adicionado Fiscal, a indústria se consolida na liderança com valores superiores aos demais setores, porém seu desempenho sofreu declínio a partir de 2016, inclusive na participação da totalização do VAF, mesmo assim é uma fonte econômica decisiva para o aumento da arrecadação do município. A relevância da indústria de acordo com VAF é constatada pelos valores representativos, porém o crescimento acumulado foi negativo de 24,30%.

O setor agropecuário assumiu a segunda colocação no *ranking* municipal do VAF diferentemente do que ocorreu com os dados do VABPB em que o setor de serviços era o mais relevante. Enquanto o setor comércio/serviços apresenta-se como uma alternativa para a economia de Quedas do Iguaçu, pois é um setor que tem tudo por fazer, justamente por demonstrar níveis de contribuição muito distantes dos demais setores, conforme dados do VAF.

Em um contexto setorial quanto à empregabilidade, ficou evidente a força dos setores: indústria e comércio/serviços que responderam por 95,37% dos empregos e 86,56% dos estabelecimentos do município de Quedas do Iguaçu e que na proporcionalidade de trabalhador por estabelecimento, a indústria se destaca com 25 (valor arredondado) trabalhadores por empresa, mostrando a força desse setor nos rumos da economia.

Na busca do desenvolvimento econômico, explorar as potencialidades endógenas e exógenas nas áreas da indústria e do comércio, turismo e etc. e fixar o setor industrial como modelo para a região em primeiro momento. O município deve envidar esforços para a promoção do crescimento da agropecuária estabelecendo políticas econômicas municipais com a finalidade de proteger as preocupações com diversificações de culturas e rebanhos de animais são importantes para estimular a geração de emprego e renda e fixação do homem no campo. Isso dependerá de políticas públicas direcionadas, principalmente, para os pequenos agricultores, que não possuem capital suficiente para o cultivo de culturas que exijam maiores investimentos.

Conforme identificado nas análises setoriais da economia, ficou evidente a ausência de investimentos para alavancar, ainda mais, a produção industrial por meio de políticas públicas direcionadas para a formação de um parque industrial mais forte, ficando ao município e especialmente a Secretaria de Desenvolvimento Econômico a busca de novos investidores, bem como a maior atenção para as indústrias estabelecidas no município.



O setor industrial pode, ainda, despontar como demanda potencial de emprego, o setor precisa ser visualizado com mais atenção e políticas industriais efetivas para atração de mais investimentos nessa área, porque pode fazer a diferença para o desenvolvimento do município.

Dessa forma, o executivo municipal deve rever os investimentos nos setores promotores do crescimento econômico, como a indústria, o comércio e serviços e a agricultura. Os investimentos municipais nessas áreas demonstram baixíssimas participações em relação ao total das despesas por função do município destacadas nas análises das finanças públicas.

Apesar das incertezas e turbulências com que depara a economia nacional, a agropecuária é um segmento forte e de representatividade para composição do valor adicionado fiscal, e nessa linha de pensamento é necessário ajuste e mecanismos políticos e econômicos para dinamizar mais o setor estabelecendo metas e programas de incentivos, parcerias com Instituições e cooperativas, assim como também, ao comércio e ao setor industrial como forma de projetar o município para indicadores sociais e econômicos que venham contribuir com a população e promover o desenvolvimento local.

Diante disso, algumas variáveis econômicas permitem ao gestor público uma visão mais ampla dessas questões e que podem auxiliar no planejamento municipal quanto à realidade local e como fazer para melhorar as condições de vida da população, notadamente a geração de emprego e renda que são necessidades principais população quedas-iguauense.

5.4 TURISMO

O turismo é fonte de renda gera empregos e fomenta o comércio local. O Plano Diretor Municipal anterior não contempla ações destinadas ao turismo. Na ocasião foi elaborado apenas o diagnóstico prevendo a estruturação do município para o desenvolvimento de políticas próprias para este tema.

Apesar de já existir o conselho municipal do turismo em Quedas do Iguaçu, criado pela Lei nº 1.040/2014, com a finalidade de assegurar que a comunidade participe na elaboração e implementação de políticas públicas voltadas ao turismo, este encontra-se inativo.

De acordo com dados coletados e visitas realizadas na cidade pela Equipe Técnica da Consultoria, Quedas do Iguaçu apresenta pontos classificados com grande potencial de interesse turístico que serão apresentados a seguir.

Devido a sua inserção na paisagem, junto ao lago da represa e cercada de vegetação por todos os lados, e por toda a qualidade de infraestrutura já existente, a Vila de Salto Osório (Figura 1) é uma localidade de grande interesse turístico e que deve receber atenção especial e diretrizes próprias para seu desenvolvimento.

Figura 1 - Vila de Salto Osório



Fonte: Google Maps, 2019.

O município de Quedas do Iguaçu conta com outras atividades relacionadas ao turismo como a reabertura do Parque Aquático, também conhecido como Prainha, que oferece aos visitantes áreas para camping, churrasco e quadras, também oferece estrutura básica de banheiros, vestiários e bar, além de acesso direto à represa.

Figura 2 - Parque Aquático (Prainha).



Fonte: Centro Cultural de Quedas do Iguaçu, 2019.

Figura 3 - Parque Aquático (Prainha).



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.

Na sede urbana são realizadas várias atividades comemorativas, entre elas se destaca o evento de Natal, que atrai a população do município e da região e, segundo a Equipe Técnica Municipal, o fluxo de pessoas aumenta gradativamente com o passar dos anos, fomentando a indústria e o comércio local. Também são realizados eventos culturais atrelados à cultura gaúcha.

Figura 4 – Natal em Quedas Iguaçu



Fonte: ETM, 2019.

Figura 5 – Grupo Folclórico Jagoda



Fonte: ETM, 2019.

A rede hoteleira de Quedas do Iguaçu atende aos eventos realizados na cidade de modo satisfatório e o hotel de maior porte está localizado na área central do município. No entanto o setor de alimentação sofre com a falta de oferta e qualidade dos estabelecimentos.



6. CONDIÇÕES FUNDIÁRIAS

A maioria dos municípios brasileiros sofreu um intenso processo de urbanização nas últimas décadas. O crescimento da poluição, principalmente nos centros urbanos, junto ao despreparo para receber este aumento populacional tem gerado impactos ambientais e intensificado as desigualdades sociais.

A segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora. E é expressa na dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos (dificuldade de abastecimento, saneamento ineficiente, transporte precário, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, drenagem inexistente, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.), menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência, discriminação, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer, entre outros²³.

A análise das condições fundiárias de Quedas do Iguaçu é de extrema importância para a formulação adequada das diretrizes para políticas na área habitacional no município. No entanto, os dados existentes estão atualizados em partes, uma vez que o último levantamento oficial foi realizado pelo Censo em 2010 e pela Fundação João Pinheiros em 2013 e o mais atual é o mapeamento das ocupações, sem nenhuma informação complementar.

6.1 DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL

Segundo o Censo realizado no ano 2000, 71,70% da população municipal de Quedas do Iguaçu habitava na área urbana do município. Comparado ao último Censo realizado em 2010 percebe-se uma pequena redução neste índice, caindo para 68,60%. Quedas do Iguaçu apresenta comportamento contrário à maioria dos municípios brasileiros, onde a análise dos

²³ MARICATO, 2003.



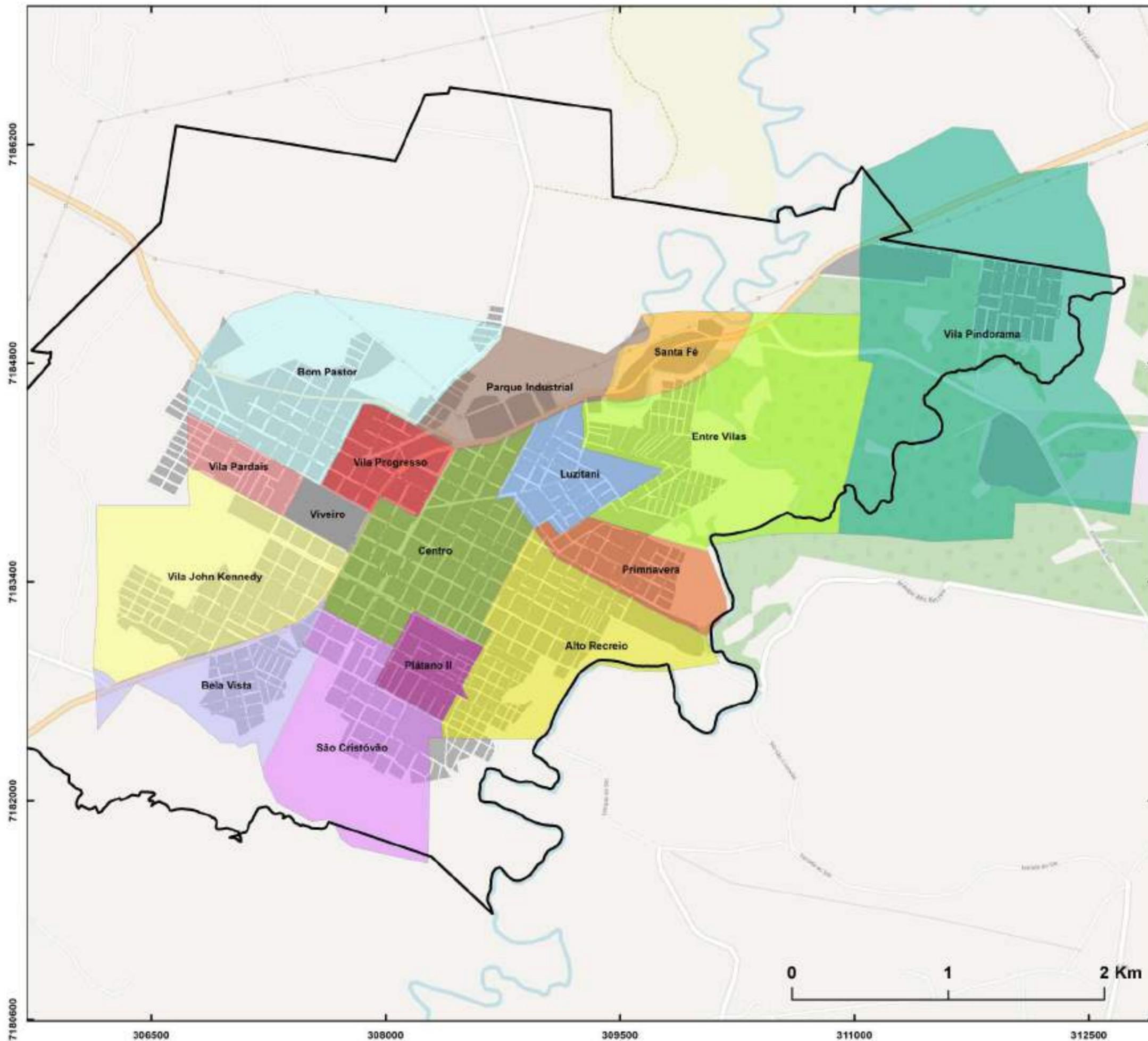
Censos existentes demonstra aumento significativo da população em área urbana. Com a realização do Censo no próximo ano (2020) esta análise poderá ser comprovada.

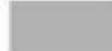
O Plano Diretor Municipal de 2006 não contabiliza a quantidade de domicílios, entretanto segundo o Censo do ano 2010 Quedas do Iguaçu possuía na época 9.149 residências, dentre elas 6.496 localizadas na área urbana, o que corresponde à aproximadamente 71% do total, e 2.655 habitações no território rural.

O município não conta com uma divisão oficial de bairros, sendo presente apenas a divisão adotada por convenção (Mapa 13). Conforme o cadastro de loteamentos do município disponibilizado pela prefeitura municipal, nota-se que os maiores bairros em relação à quantidade de lotes são Centro, Alto Recreio, Bom Pastor, Vila John Kennedy, Entre Vilas, São Cristóvão, Primavera, Luzitani, Vila Pindorama, Vila Progresso, Bela Vista, Plátano II, Vila Pardais, Santa Fé, Parque Industrial.

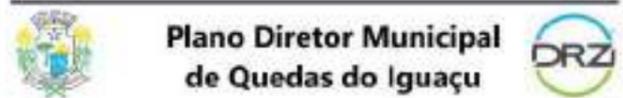
Pelos dados oferecidos pela Equipe Técnica Municipal e visitas realizadas *in loco* pela Equipe Técnica Contratada já se sabe que existem muitos imóveis vazios distribuídos pela área urbana, inclusive região central. Além disso, nos loteamentos em consolidação possuem ainda diversos lotes vazios.

Segundo o plano diretor anterior 1.436 imóveis estavam vazios, representando cerca de 25% dos imóveis cadastrados na época. Dentre estes, 70% se concentravam em parcelamentos periféricos e tinham área inferior a 500m². Atualmente a prefeitura não conta com dados suficientes para contabilizar a quantidade de imóveis vazios, portanto não se consegue estabelecer relação entre os planos e conseqüentemente se a situação mudou.



-  Perímetro Urbano
-  Malha Urbana

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM |
 Datum Horizontal: Sirgas 2000 | Datum Vertical Imituba SC |
 Fuso UTM: 22S | Base de dados: IBGE, Esri, HERE,
 DeLorme, Google Earth, 2019;
 Prefeitura de Quedas do Iguaçu, 2019.



Mapa 13 -
Divisão de Bairros Não Oficial Abr. 2019

Responsável técnico: Humberto Carneiro Leal
 CAU A49147-0

Equipe técnica: Victor Hugo Martinez
 Alindomar Lacerda Silva



6.2 CONDIÇÕES DE MORADIA

Para esta análise foram utilizados os dados elaborados pelo último Censo do IBGE de 2010 e sistematizados pela Fundação João Pinheiro. Neste ano, o município contava com cerca de 24,85% dos domicílios inadequados em pelos menos um componente, 6,80% estavam vagos, 3,37% apresentavam coabitação familiar, 6,24% apresentavam condições precárias e 1,44% tinha relativo ônus excessivo com aluguel.

Figura 6 - Casas dentro da malha urbana



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2018.

Os domicílios são classificados como inadequados segundo os critérios de inadequação fundiária, carência de infraestrutura, ausência de banheiro de uso exclusivo, cobertura inadequada e adensamento excessivo dos domicílios próprios.



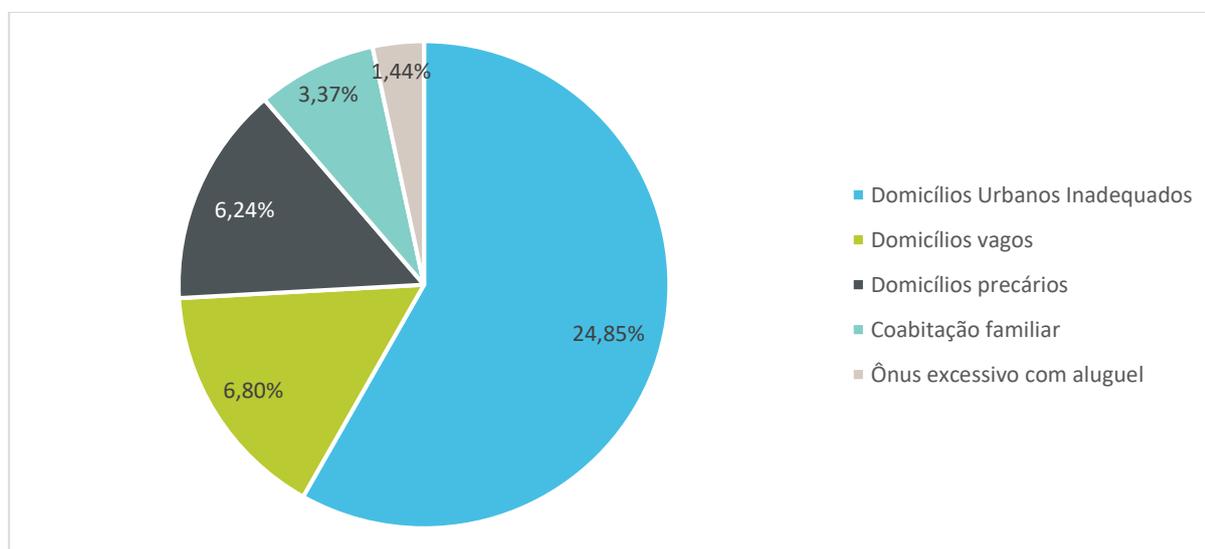
Tabela 13 - Situação dos domicílios particulares permanentes no município, 2010

	Área urbana	Área rural	Total
Total de domicílios	6.494	2.655	9.149
Domicílios urbanos inadequados*	2.274	-	2.274
Coabitação familiar	228	81	309
Domicílios precários	289	282	571
Domicílios vagos	477	146	623
Ônus excessivo com aluguel	132	-	132

*: Os domicílios considerados inadequados possuem pelo menos um componente de inadequação. Os componentes de inadequação dos domicílios urbanos estão detalhados no Gráfico 8.

Fonte: FJP, 2013.

Gráfico 8 - Comparativo dos componentes inadequados



Fonte: FJP, 2013. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2018.

Tabela 14 - Domicílios urbanos inadequados em Quedas do Iguaçu, 2010

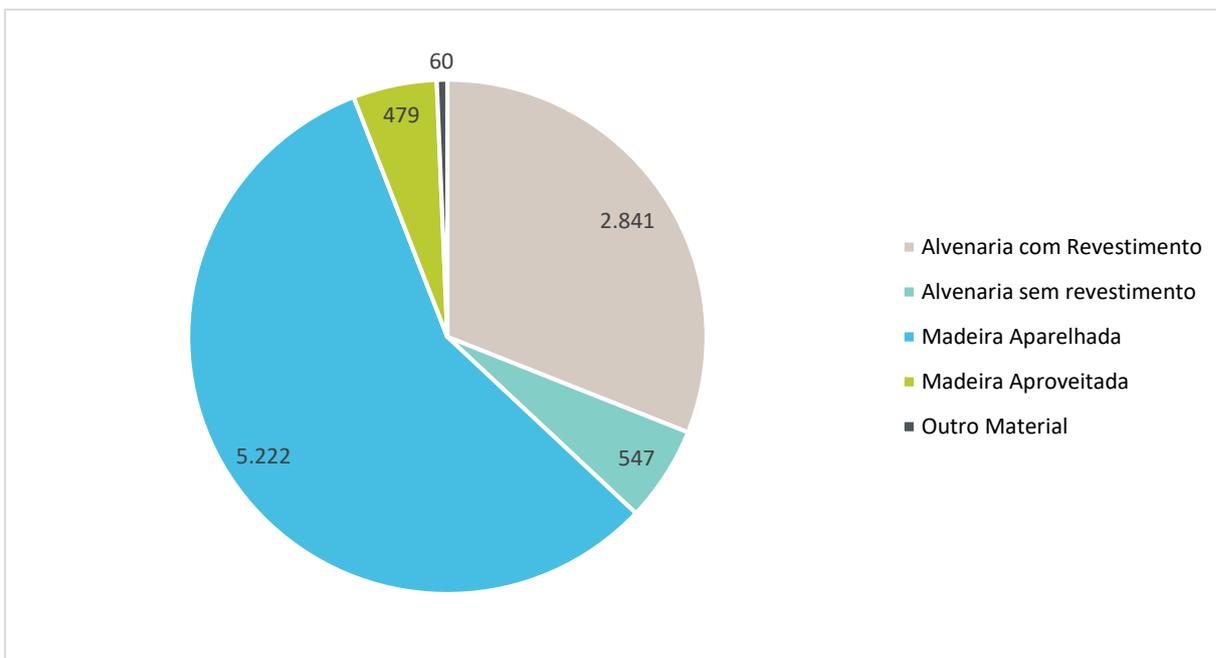
Componente inadequado	Total	Total relativo
Abastecimento de água	148	2,28%
Esgotamento sanitário	2.156	33,20%
Iluminação elétrica	57	0,87%
Destino do lixo	178	2,74%
Banheiro exclusivo	135	2,07%
Adensamento de domicílio próprio	149	2,29%
Adensamento de domicílio alugados	60	0,92%
Pelo menos um componente inadequado (Total)	2.274	35,01%

Fonte: IBGE – Censo demográfico 2010; FJP, 2013.



Pelos dados fornecidos pelo Censo 2010 também é possível analisar o tipo de material das paredes externas no município. Com estes dados pode-se avaliar o nível do padrão construtivo dos imóveis de Quedas do Iguaçu.

Gráfico 9 - Tipo de material das paredes externas



Fonte: IBGE – Censo demográfico 2010; FJP, 2013. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2018.

Com as informações do gráfico acima, constata-se que aproximadamente a grande maioria das residências de Quedas do Iguaçu são construídas utilizando madeira aparelhada nas paredes externas (57,07%) – FIGURA 11 – , o segundo método construtivo é alvenaria sem revestimento (31,05%), caracterizando casas com baixo padrão de acabamento, seguido de alvenaria com revestimento (5,98%), madeira aproveitada (5,23%) e por último outros materiais com 0,65%.

A junção de todas as informações apresentadas acima demonstra o cenário da atual condição enfrentada pela população em relação à moradia em Quedas do Iguaçu.

Figura 7 - Casas utilizando madeira aparelhada



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2018.

6.3 OCUPAÇÕES IRREGULARES

Loteamentos irregulares são empreendimentos realizados à margem da legislação urbanística, ambiental, civil, penal e/ou registrária, em que se abrem ruas e demarcam lotes sem qualquer controle do Poder Público²⁴.

O município de Quedas do Iguaçu enfrenta problemas com a quantidade de ocupações irregulares que são encontradas tanto dentro do perímetro urbano quanto fora, na área rural (FIGURA 7).

²⁴ PINTO, 2006



Figura 8 - Ocupação irregular dentro do perímetro urbano



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.

O PDM anterior já ressaltava duas ocupações irregulares que mereciam atenção especial. A primeira localizada no extremo sul da malha urbana envolta pelas ruas Bananeiras e Mamoeiras, hoje encontra-se regularizado conforme informações da prefeitura. O segundo assentamento irregular está localizado em região próxima à área central e tem maiores proporções, é delimitado pelas ruas Timburi, Palmeiras, Avenida Tarumã e Rua das Oliveiras, foi denominado Sem Teto.

Segundo mapa apresentado pela Prefeitura municipal, atualmente Quedas do Iguaçu conta com um total de seis áreas de ocupação irregular dentro do perímetro urbano, denominados Faculdade, Regional, Rudi, Arpino, Kennedy e Sem Teto.

Figura 9 - Ocupação irregular na região central, denominado Sem Teto.



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.

Além dos já citados, a prefeitura municipal já contabiliza mais cinco ocupações irregulares localizadas na área rural do município. O Acampamento Dom Tomás Balduino situado na rodovia PR-473, demonstrado na imagem abaixo, a invasão Bandeira Branca, próximo ao limite do perímetro urbano e a divisa com o município de Espigão Alto do Iguaçu, os assentamento Rio Perdido e a invasão Vilmar Bordim, ambos na parte mais ao sul da PR-473 e por último a ocupação irregular fixada entre a invasão Bandeira Branca e o Assentamento Celso Furtado, este ainda não possui denominação própria. Quedas do Iguaçu ainda conta com o Assentamento Celso Furtado, o mais antigo e o único dentre todos os existentes que possui carta de concessão do INCRA e será melhor apresentado no decorrer do texto.



Figura 10 - Ocupação irregular Dom Tomás Balduino



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.

A prefeitura não possui cadastro completo das famílias localizadas nestas áreas irregulares, dificultando a abordagem administrativa em todos os setores, como necessidade de escolas e postos de saúde. Devido a concessão do INCRA, apenas o assentamento Celso Furtado recolhe impostos para o município.

A quantidade excessiva de ocupações clandestinas existentes no município, cerca de 2/3 da área, exige foco para resolução da questão, uma vez que esses assentamentos não garantem aos moradores os direitos fundamentais que compõem o direito à cidade.

6.3.1 ASSENTAMENTO CELSO FURTADO

O Assentamento Celso Furtado caracteriza a maior área de ocupação no município de Quedas do Iguaçu. Representa área de 23 mil hectares de imóvel rural denominado Rio das Cobras, que na época (2003) estava sob posse da empresa Araupel S.A.

Na sua criação foi definido que teria a capacidade de abrigar 1.260 famílias, cada uma com lotes de aproximadamente 15ha de área para desempenhar atividades agrícolas, de acordo com as condições previstas no PDA – Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos.



As famílias estão organizadas em 15 comunidades, estabelecendo 3 principais que possuem melhor estrutura.

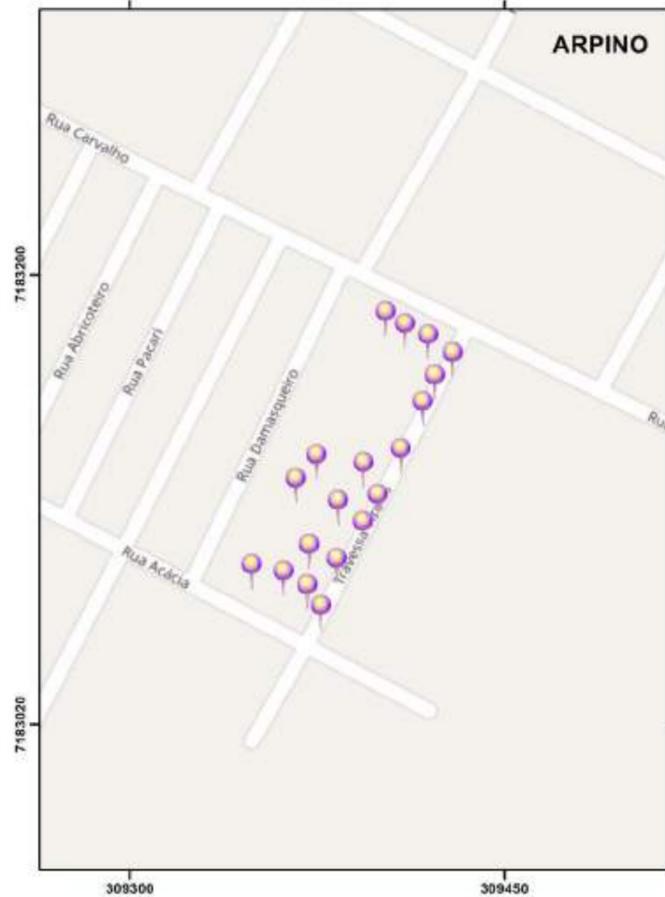
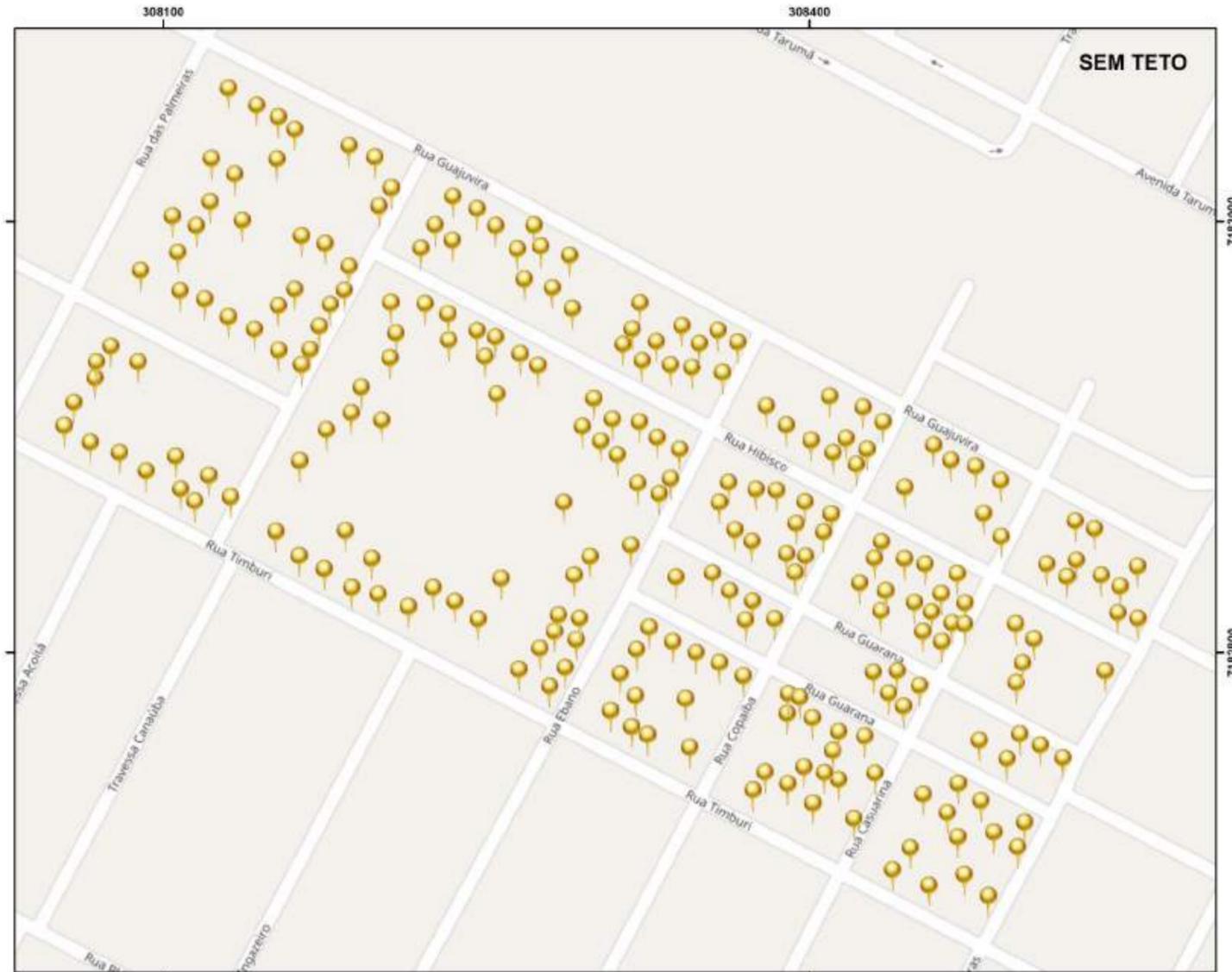
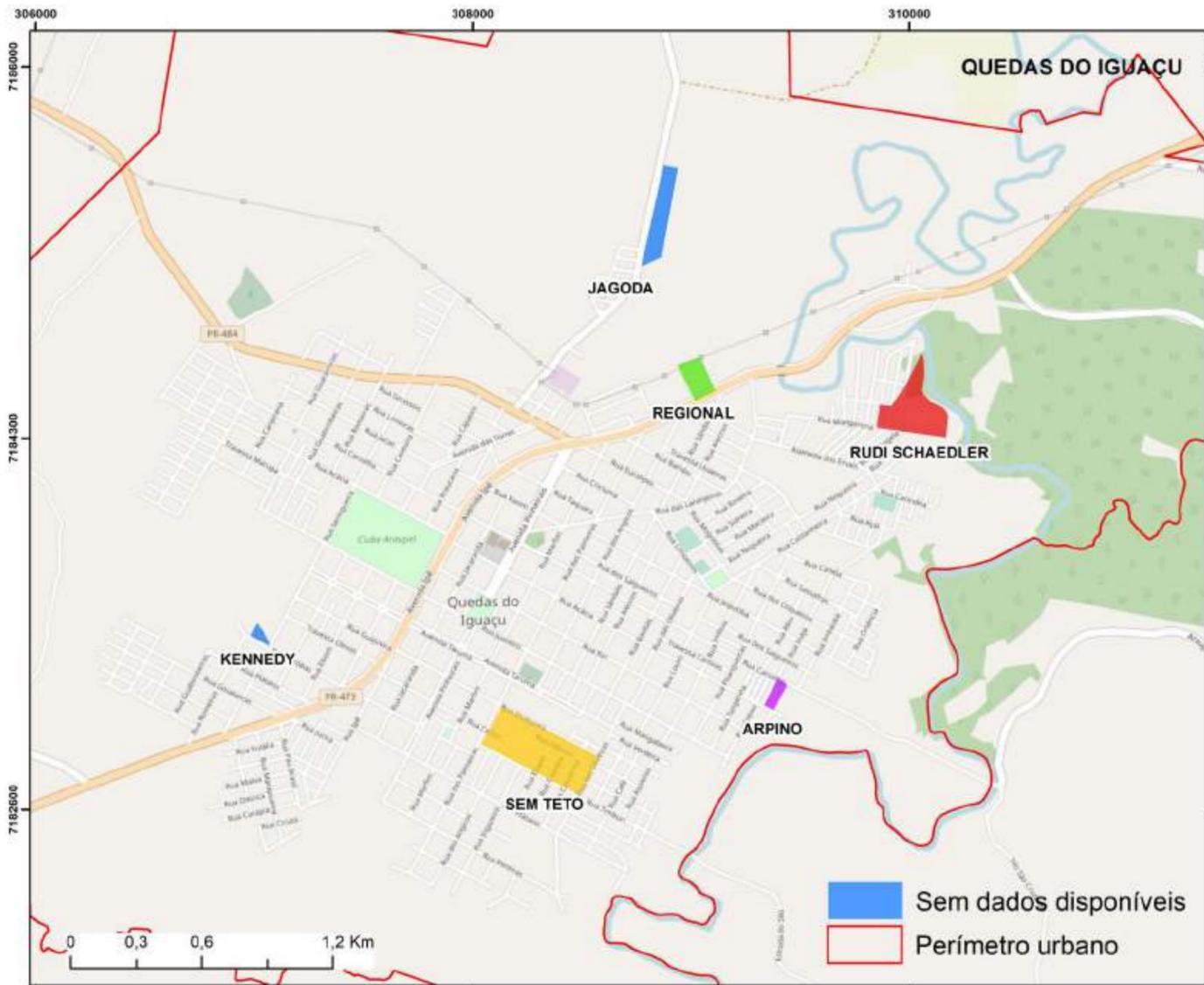
Dentre a produção existente no assentamento, a mais relevante é de leite com 3 milhões de litros no seu melhor mês. Além desta, no ACF ainda produz milho, soja, feijão e hortaliças.

Quanto aos equipamentos públicos, o assentamento já possui três Unidades Básicas de Saúde e 3 estabelecimentos na área da educação com ensino Fundamental e Médio.

Figura 11 – Produção no Assentamento Celso Furtado



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.



0 40 80 160 Metros

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM |
 Datum Horizontal: Sirgas 2000 |
 Datum Vertical: Imbituba SC |
 Fuso UTM: 22S |
 Base de dados: IBGE, Esri, HERE, DeLorme, Google Earth, 2019, Prefeitura de Quedas do Iguaçu, 2019.

Plano Diretor Municipal de Quedas do Iguaçu

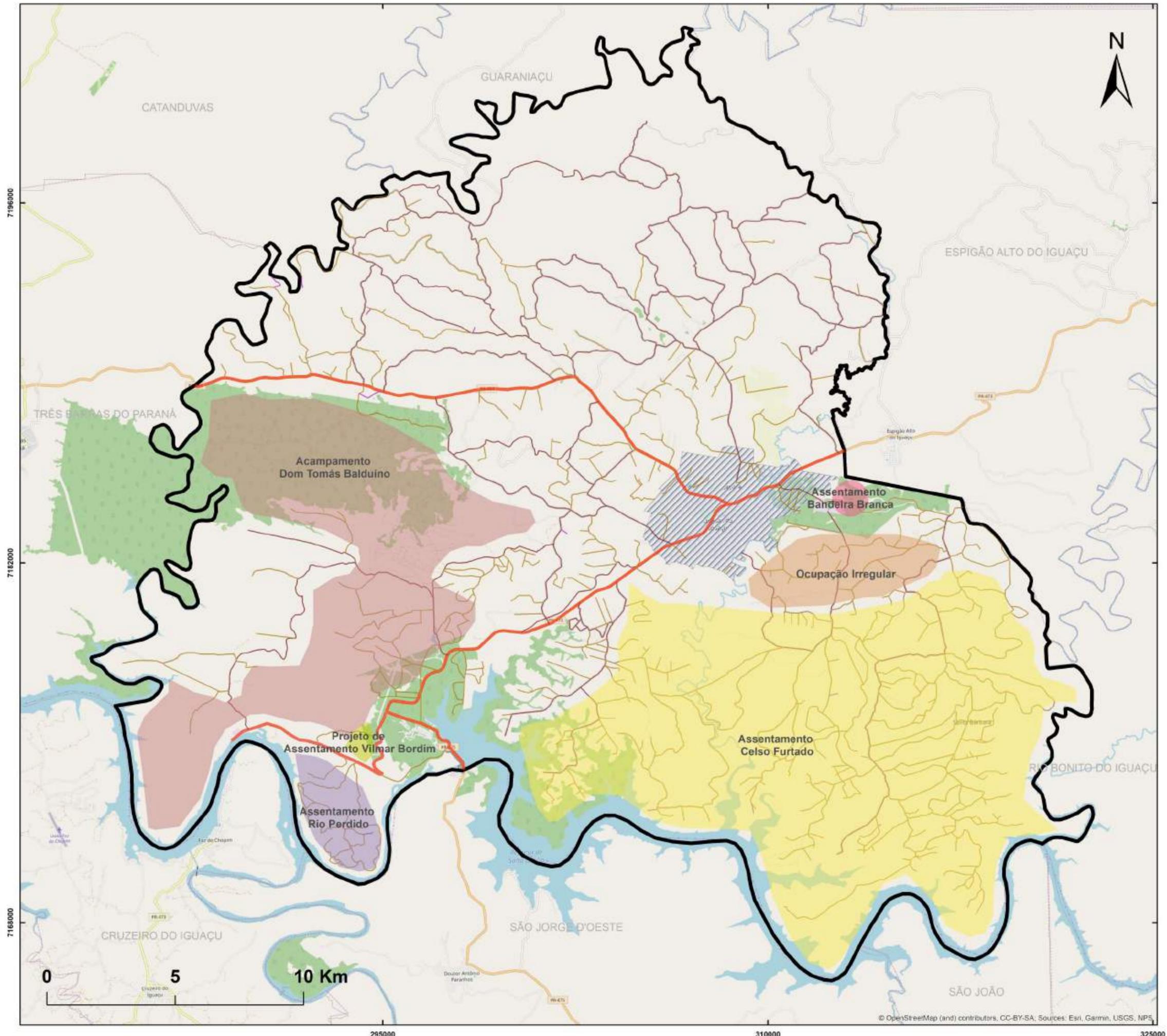
Mapa 14 - Ocupações Urbanas Irregulares

Responsável técnico: Humberto Carneiro Leal
CAU A49147-0

Equipe técnica: Victor Hugo Martinez
Alindomar Lacerda Silva

DRZI

Abr. 2019



Assentamentos

- Acampamento Dom Tomás Balduino
- Assentamento Bandeira Branca
- Assentamento Celso Furtado
- Assentamento Rio Perdido
- Ocupação Irregular
- Projeto de Assentamento Vilmar Bordim

Sistema Viário

- <Null>
- Estradas Principais ou Troncos
- Estradas Vicinais ou Caminhos
- Rodovias
- Quedas do Iguaçu
- Perímetro Urbano
- Limitrofes

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM |
 Datum Horizontal: Sirgas 2000 |
 Datum Vertical Imbituba SC |
 Fuso UTM: 22S |
 Base de dados: IBGE, Esri, HERE,
 DeLorme, ITCG, 2010, Google Earth,
 2019, Prefeitura de Quedas do Iguaçu.

**Plano Diretor Municipal
de Quedas do Iguaçu**

Mapa 15 -
Ocupações na Área Rural Mar. 2019

Responsável técnico: Humberto Carneiro Leal
 CAU A49147-0

Equipe técnica: Victor Hugo Martinez
 Alindomar Lacerda Silva

© OpenStreetMap (and) contributors, CC-BY-SA; Sources: Esri, Garmin, USGS, NPS



6.4 DÉFICIT HABITACIONAL

Segundo a Fundação Joao Pinheiro, o déficit habitacional engloba os domicílios sem condições de habitabilidade (domicílios precários), as famílias conviventes (coabitação familiar), moradores com renda de até três salários mínimos que comprometem 30% ou mais de sua renda com o pagamento de aluguel de seu domicílio (ônus excessivo com aluguel) e moradores que vivem em imóveis com cômodos compartilhados, como cortiços, e que foram alugados ou cedidos (adensamento de domicílio alugado).

Tabela 15 - Déficit habitacional de Quedas do Iguaçu, 2010

Área urbana	Área rural	Total
709	363	1072

Fonte: FJP, 2013.

Como consta na tabela acima o déficit habitacional de Quedas do Iguaçu em 2010 foi estimado pela FJP em um total de 1.072 domicílios, destes, 709, ou seja 66,13%, encontram-se na área urbana. Este déficit é composto principalmente pela presença de domicílios precários, 571 domicílios encontram-se nesta situação, 289 encontrados na área urbana e 282 na área rural. O segundo índice que tem maior ocorrência é o de coabitação familiar apresentando 309 residências nesta condição. Os dois índices que aparecem de forma menos expressiva são ônus excessivo (132 domicílios) e adensamento excessivo (60 domicílios).

Tabela 16 – Componentes do déficit habitacional de Quedas do Iguaçu, 2010

Déficit Habitacional	1.072
Domicílios precários	571
Coabitação familiar	309
Ônus excessivo	132
Adensamento excessivo	60

Fonte: FJP, 2013.

A prefeitura municipal apresentou estimativa de 1.000 famílias sem moradia, pertencentes ao déficit habitacional. O dado fica próximo ao que é apresentado pela Fundação João Pinheiros, e para suprir esta necessidade a prefeitura atualmente está investindo em um conjunto habitacional com cerca de 20 moradias, com o intuito de ampliar para o total de 95 unidades, localizados no loteamento Itaipu.



7. INFRAESTRUTURA

7.1 SANEAMENTO BÁSICO

Saneamento é o controle de todos os fatores do meio físico do homem, que exercem ou podem exercer efeitos nocivos sobre o bem-estar físico, mental e social. Pode-se dizer que saneamento caracteriza o conjunto de ações socioeconômicas que tem por objetivo alcançar salubridade ambiental, sendo de extrema necessidade para a saúde da população e para a preservação ambiental.

Em conformidade com a Lei Federal nº 11.445/2007, o município elaborou o Plano de Saneamento Básico Municipal, aprovado pela Lei Municipal nº 1.196, de 26 de dezembro de 2017.

7.1.1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

A água para abastecimento da população de Quedas do Iguaçu é captada, tratada e distribuída pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR.

Tabela 17 – Abastecimento de água, 2018

Categorias	Unidades atendidas*	Ligações
Residenciais	7.844	7.116
Comerciais	657	467
Industriais	38	36
Utilidade Pública	61	61
Poder público	85	83
Total	8.685	7.763

*: É todo imóvel (casa, apartamento, loja, prédio, etc.) ou subdivisão independente do imóvel, dotado de pelo menos um ponto de água, perfeitamente identificável, como unidade autônoma, para efeito de cadastramento e cobrança de tarifa.

Fonte: SANEPAR em IPARDES, 2018.



Figura 12 - Sede da SANEPAR em Quedas do Iguaçu.



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.

No Plano Diretor elaborado em 2006, Quedas do Iguaçu apresentava índices de cobertura de água no meio urbano maior que a média do Estado, que na época era de 98,8%. Na área urbana 99,74% das residências usufruíam dos serviços de distribuição de água. No meio rural, a rede de abastecimento apresentava média de 19,5%.

Segundo relatório anual de qualidade da água elaborado pela SANEPAR, no período de 01/01/2017 a 31/12/2017, toda a população urbana de Quedas do Iguaçu contava com rede de abastecimento de água tratada.

O Plano Municipal de Saneamento Básico descreve o abastecimento de água na zona rural sendo realizado através de poços subterrâneos. Cada comunidade possui o seu poço e a manutenção é administrada pelos próprios moradores.

O município tem seu abastecimento público feito com água superficial captada no Rio Campo Novo, bacia hidrográfica do Iguaçu, cuja vazão de outorga é de 177m³/h, suficiente



para o abastecimento da população atual dos Distritos Sedes de Quedas do Iguaçu e Espigão Alto do Iguaçu²⁵.

A Estação de Tratamento de Água está localizada no extremo norte da malha urbana, próxima à área industrial. Já as comunidades rurais de Alto Alegre, da Bacia, Linha Mirim, do Rio Perdido, Iguaçu e silo Assentamento, tem o abastecimento realizado através de poços elaborados diretamente pelas próprias comunidades.

O PDM anterior notificou que, na época, foram observados pontos onde haviam lançamento de resíduos químicos diretamente nos córregos que desembocam no Rio Campo Novo. Também foi citado que, apesar de a captação estar acima deste ponto, pode ocorrer a contaminação dos lençóis subterrâneos.

Segundo a ETM, hoje em Quedas do Iguaçu, não existe área de lançamento de resíduos químicos em córregos, todas as empresas estão licenciadas e com o devido tratamento e coleta de resíduos.

7.1.2 ESGOTAMENTO SANITÁRIO

O cenário para o sistema de tratamento de esgoto apresentado no PDM anterior no município de Quedas do Iguaçu era constituído de 02 estações elevatórias e 01 unidade de tratamento do tipo Reator Anaeróbico de Leito Fluidizado – RALF – destinada ao atendimento urbano. Na época estava em construção a terceira estação elevatória.

O sistema, já de responsabilidade da SANEPAR, disponibilizava os serviços de coleta e tratamento de esgoto para 52,14% da população urbana, atendendo 3.061 pontos. Concluindo os equipamentos para manutenção do sistema, a prefeitura dispunha de um caminhão tanque para desentupir fossas distribuídas pela cidade.

²⁵ PMSB Quedas do Iguaçu, 2017.



Tabela 18 – Atendimento de esgoto, 2018

Categorias	Unidades atendidas*	Ligações
Residenciais	4.296	3.782
Comerciais	563	377
Industriais	25	22
Utilidade Pública	29	29
Poder público	52	51
Total	4.965	4.261

*: É todo imóvel (casa, apartamento, loja, prédio etc.) ou subdivisão independente do imóvel, dotado de pelo menos um ponto de água, perfeitamente identificável, como unidade autônoma, para efeito de cadastramento e cobrança de tarifa.

Fonte: SANEPAR em IPARDES, 2018.

Segundo o IBGE, possui esgotamento sanitário adequado todo domicílio que tiver fossas sépticas ou ligação à rede de coleta e tratamento de esgoto. Conforme dados fornecidos pelo Plano Municipal de Saneamento Básico de 2017, Quedas do Iguaçu conta com 55,97% dos domicílios conectados à rede coletora de esgoto. E atualmente possui as 03 Estações de Elevatórias de Esgoto Sanitário em funcionamento e 02 Estações de Tratamento de Esgoto – ETEs.

Figura 13 - ETE Campo Novo em Quedas do Iguaçu.



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.

Tabela 19 – Domicílios com uso de banheiros exclusivos, 2018

Total	8.133
Rede de esgoto ou pluvial	3.653
Fossa séptica	390
Fossa rudimentar	4.051
Vala	8
Rio, lago ou mar	23
Outro	8

Fonte: IBGE, 2010.

Pela inviabilidade técnico-econômica e ambiental, todas as comunidades rurais utilizam o sistema de tratamento individual.

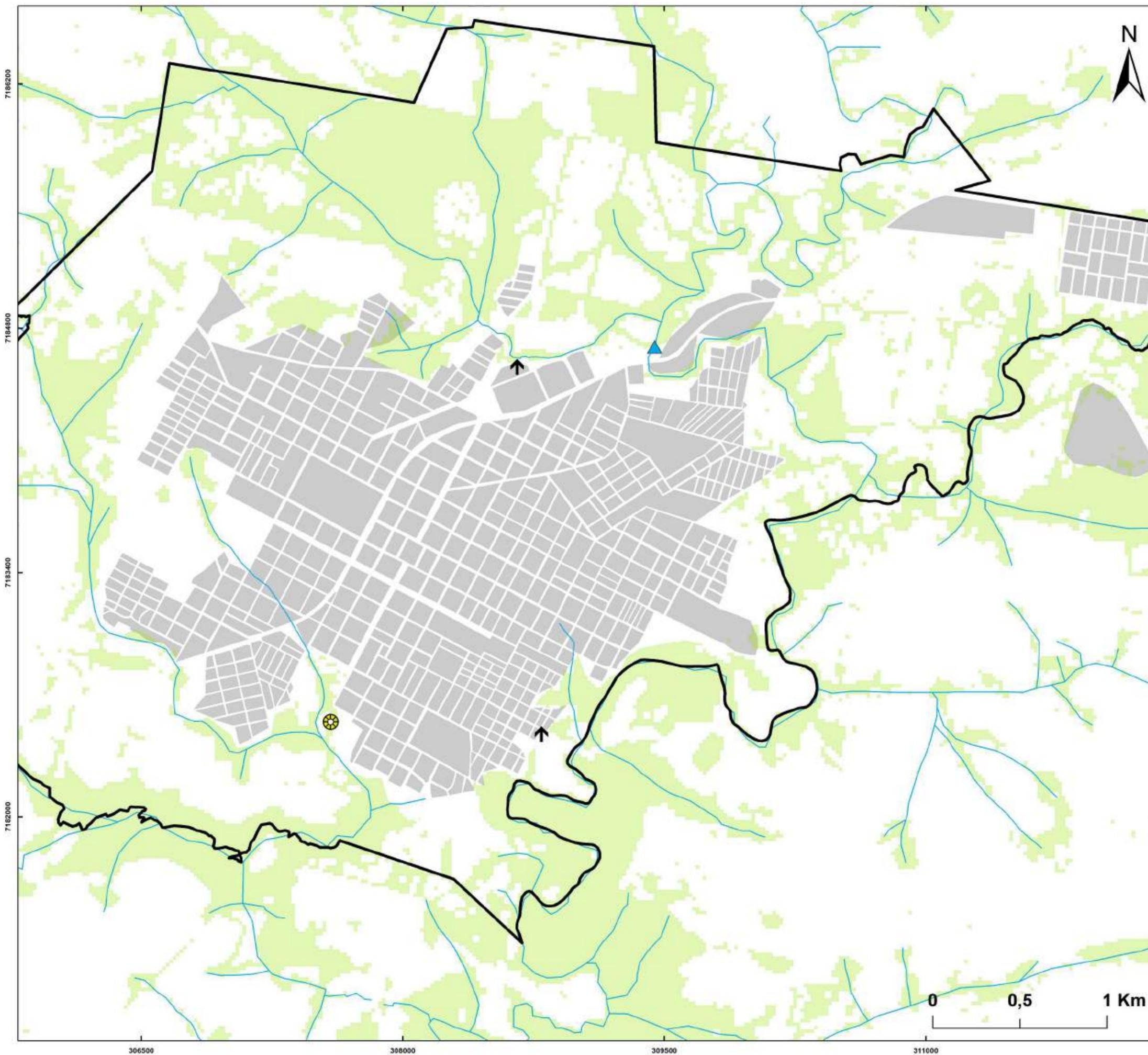
Quando comparado o plano diretor anterior com os dados coletados para esta análise, percebe-se pequeno aumento na população atendida pelo serviço oferecido pela SANE-PAR, apesar deste aumento pouco significativo, neste período também começaram a atuar no município 01 ETE – Estação de Tratamento de Esgoto – e 01 Estação Elevatória de Esgoto Sanitário, garantindo à população melhor qualidade nos serviços.

Figura 14 - ETE – Vila Salto Osório

Fonte: Centro Cultural de Quedas do Iguaçu, 2019.

Figura 15 - ETE – Campo Novo

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.



Síntese de Saneamento

-  Estação de Tratamento de Esgoto
-  Estação Elevatória
-  Captação de Água
-  Perímetro Urbano
-  Cursos d'Água
-  Remanescentes Florestais
-  Mancha Urbana

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM |
 Datum Horizontal: Sirgas 2000 |
 Datum Vertical Imbituba SC |
 Fuso UTM: 22S |
 Base de dados: IBGE, Esri, HERE,
 DeLorme, Google Earth, 2019,
 Prefeitura de Quedas do Iguaçu, 2019.


Plano Diretor Municipal de Quedas do Iguaçu


Mapa 16 - Síntese de Saneamento Mar. 2019

Responsável técnico: Humberto Carneiro Leal
CAU A49147-0

Equipe técnica: Victor Hugo Martinez
Alíndomar Lacerda Silva



7.1.3 DRENAGEM PLUVIAL

Consta no Plano diretor de 2006, que a área urbana do município de Quedas do Iguaçu possuía pontos onde a drenagem era deficiente, decorrente do mau dimensionamento da infraestrutura de canalização dos rios e de captação das águas pluviais. Segundo a ETM, o sistema de drenagem continua ineficiente nos bairros Vila John Kennedy, Alto Recreio, Luzitani, Beira Rio e no Centro, por inexistência ou subdimensionamento de galerias e falta de canalização dos córregos. Encontra-se bocas de lobo e galerias entupidas nestes bairros pela falta de manutenção e conscientização da população.

Apesar de estar localizado no meio da malha urbana o assentamento Sem Teto (Tarumã) não conta com sistema de drenagem e urbanização de banhado.

O nível de impermeabilização do solo e a quantidade de áreas verdes na cidade são fatores que determinam o volume de escoamento das águas pluviais pela superfície.

Segundo o Censo de 2010 Quedas do Iguaçu apresenta índice de 8,8% de urbanização das vias públicas. Este dado mostra a porcentagem de domicílios localizados na área urbana em face de quadra que contam com boca de lobo, pavimentação, meio-fio e calçada, itens que contribuem para o melhor funcionamento da drenagem pluvial.

O PDM anterior também ressaltou que, por conta da presença dos córregos no centro urbano desprovidos de mata ciliar e o excesso de construção civil impermeabilizando o solo, a sede do município enfrentava problemas de alagamentos frequentes em alguns pontos, principalmente nas áreas denominadas, na época, como Bairro Recreio Alto e Barro Preto. Atualmente esta última denominação não existe.

Como foi constatado em visita técnica realizada pela Equipe Técnica Contratada junto à ETM, Quedas do Iguaçu apresenta número significativo de ruas pavimentadas com pedra basáltica irregular, o que colabora minimamente com a drenagem pluvial por conta do espaçamento entre elas, criando-se uma pequena área de permeabilidade.



Figura 16 - Córrego em meio urbano.



Fonte: Centro Cultural de Quedas do Iguaçu, 2019.

Figura 17 - Rua com pedra basáltica.



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.

A drenagem pluvial influencia diretamente na qualidade de vida dos moradores, este tema, quando mal trabalhado, traz problemas econômicos e de saúde pública para os habitantes.

7.1.4 RESÍDUOS SÓLIDOS

Pelo PDM de 2006, 95% das residências na área urbana do município de Quedas do Iguaçu era atendido pela coleta de resíduos sólidos. O serviço não atendia a população da zona rural, os resíduos eram dispostos no aterro municipal, situado no imóvel Rio das Cobras e era utilizado o sistema de valas como método para disposição final. Três caminhões compactadores faziam a coleta.

A coleta dos resíduos oriundos da construção civil, de capina, roçada e cortes de grama ficava a cargo da prefeitura sempre que fosse solicitado pela população. Os serviços de varrição de logradouros públicos e podas de arborização eram de responsabilidade de empresa terceirizada com a utilização de equipamentos da fornecidos pela prefeitura.

Os resíduos dos estabelecimentos de saúde, como hospitais e postos de saúde eram coletados pelo município, separados em compartimento específico nos caminhões e dispostos em valas separadas no aterro sanitário.

Na época que o plano foi elaborado o município não contava com sistema de coleta seletiva.



Segundo o PMSB, atualmente a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos de Quedas do Iguaçu é a responsável pela coleta e disposição de boa parte dos resíduos sólidos do município, que anteriormente eram executados por empresa terceirizada. Os serviços de limpeza do logradouro público estão sendo realizados, contradizendo o PMSB. A coleta é realizada de maneira diária na região central e três vezes na semana nos bairros.

A prefeitura enfrenta problema com a disposição final dos resíduos oriundos da construção civil e entulhos gerados pelo município e estabelecimentos comerciais, uma vez que não encontra lugar com requisitos para atender a demanda. A remoção destes, continua de responsabilidade da população, sendo necessária a contratação de empresas terceirizadas.

O município também não se responsabiliza por resíduo produzido por grandes geradores. Estes devem apresentar ao órgão ambiental competente a anuência do município para recebimento de seus resíduos no aterro municipal ou apresentar o PIGRS, obedecendo o plano municipal segundo a Lei 1.019 de 2014.

Atualmente o município conta com coleta seletiva que é realizada uma vez por semana em cada bairro, sendo coletado apenas resíduos considerados domésticos. Existe previsão para ampliação deste recurso.

Através da Lei nº 924/2013 o município está autorizado a cobrar a taxa de lixo para a realização dos serviços, o que torna a tarefa da prefeitura mais viável, podendo expandir sua área de atuação e a qualidade dos serviços oferecidos.

Tabela 20 – Síntese dos serviços de coleta dos Resíduos Sólidos

Tipo de resíduo	Responsável	Coleta
Doméstico (RDO)	Prefeitura Municipal	Todos os dias no centro e 3 vezes por semana nos bairros
Hospitalar (RSS)	Prefeitura Municipal	Conforme demanda
Industrial (RSI)	Próprio gerador do resíduo	-
Construção Civil (RCC)	Próprio gerador do resíduo	-
Proveniente de poda de árvores	Empresa terceirizada/	Conforme demanda
Recicláveis	Prefeitura Municipal	Uma vez por semana em cada bairro.

Fonte: Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu, 2018.



7.2 SISTEMA VIÁRIO

7.2.1 SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL

O sistema viário de uma cidade é constituído por vias municipais, estaduais e federais, responsáveis principalmente pelo transporte de pessoas e o escoamento de mercadorias. Quedas do Iguaçu não possui um sistema viário que favoreça seu desenvolvimento, uma vez que só existem três acessos e estes não apresentam condições muito boas de pavimentação e são constituídos por vias simples e estreitas.

A área urbana é cortada pela rodovia estadual PR-473 no sentido nordeste-sudoeste, conectando de um lado o município à Espigão Alto do Iguaçu e do lado oposto à Cruzeiro do Sul (37,9km). Esta via percorre toda a extensão da malha urbana existente, dividindo a cidade em duas partes, e gerando uma barreira considerável, pela dificuldade da sua transposição e acesso entre os lados, enfrentado principalmente pelo pedestre. É através da PR-473 que se tem acesso à Vila Pindorama (nordeste) e à Vila do Salto Osório (sudoeste). Ainda nesta rodovia, dentro do município de Quedas do Iguaçu, sentido sudeste, começa-se a rodovia PR-475, que dá acesso ao município de São Jorge D'Oeste, e dista 46km do centro.

Sentido noroeste começa, a partir de Quedas do Iguaçu, a rodovia PR-484 que liga a cidade ao município de Três Barras do Paraná (33,5km). Também é através desta estrada o principal acesso às cidades com maior relevância da região, Cascavel (119km) e Toledo (161km).

A intersecção entre estas duas rodovias acontece dentro da cidade de Quedas do Iguaçu e caracteriza o maior conflito viário do município, pela proporção que adquire. Neste entroncamento também se dá a origem à Avenida Pinheirais, considerada uma das vias principais do município dá acesso direto ao centro, intensificando caos gerado pelo cruzamento.

A partir destes dois eixos partem todas as estradas vicinais que dão acesso às propriedades rurais, e são utilizadas para escoamento da produção.

Quedas do Iguaçu não apresenta sistema ferroviário de transporte. Os aeroportos mais próximos ficam situado em Francisco Beltrão e Cascavel, localizados à 113km e 126km de distância respectivamente, sendo que apenas o segundo recebe voos comerciais.

Figura 18 – Rodovia PR-473



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2018.

7.2.2 SISTEMA VIÁRIO URBANO

De acordo com o Plano Diretor Municipal de 2006, o sistema viário urbano de Quedas do Iguaçu se classifica da seguinte forma, por ordem decrescente de importância:

1. Vias Marginais – vias paralelas e frontais à rodovia com a função de facilitar o acesso às atividades lindeiras a essa via;
2. Vias estruturais – destinam-se a transportar grandes volumes de tráfego e formam a ossatura básica da estrutura proposta;
3. Vias Centrais – são as vias existentes, com infraestrutura de qualidade, próprias para um tráfego de veículos mais intenso;
4. Vias Arteriais – destinam-se tanto a coletar o tráfego de veículos das vias locais e distribuir para as estruturais como ao acesso às propriedades;



5. Vias locais – têm como função básica permitir o acesso às propriedades privadas, ou áreas e atividades específicas, implicando em pequeno volume de tráfego;
6. Vias Parque – via projetada, não existente. Tem como função delimitar as áreas de preservação ambiental, assim como áreas de lazer e recreação. Possui traçado orgânico e acompanha as áreas de preservação, pode ser executada em partes, conforme se der a ocupação do território.

O Plano Diretor anterior propõe a ampliação de vias existentes e a construção de novas consolidando assim a malha urbana. Dentre as propostas apresentadas vale ressaltar a via parque que ligaria a PR-473 em dois pontos passando por toda a parte sul da cidade delimitando as áreas de preservação ambiental, e a de construção da marginal paralela à PR-484, entretanto nenhuma foi concretizada desta forma.

A modificação que mais se aproxima do proposto pelo PDM está na parte mais ao sul da Avenida Tarumã, entretanto esta afunila, perde o caráter de via arterial e adquire características de via local, e as ruas Oliveiras e Louro que não se conectaram como determinava o plano, a primeira foi prolongada e a Rua Louro permanece sem alterações.

A classificação estabelecida pelo plano diretor de 2006 cria zonas específicas para a hierarquização do sistema viário que não possuem características exclusivas o suficiente para esta diferenciação, o que pode causar conflito para o entendimento da população. Exemplo deste fato são as vias localizadas no entorno da Praça Central que, por serem as mais antigas e consolidadas da cidade, apresentam hierarquização diferente de outras próximas que tem características semelhantes.

Por situações semelhantes à citada anteriormente recomenda-se o uso de outra classificação disponibilizada pelo Código de Trânsito Brasileiro, que determina sua importância e velocidade pelo uso e condição das vias e estão listados a seguir:



- Vias Urbanas
 - Vias de trânsito rápido – 80km/h;
 - Vias arteriais – 60km/h;
 - Vias coletoras – 40km/h;
 - Vias locais – 30km/h.
- Vias Rurais
 - Rodovias;
 - Estradas.

Portanto é essencial que o município elabore a lei que classifique as vias de acordo com suas funções, estabelecendo quais são as vias vicinais, arteriais, coletoras, locais e de trânsito rápido, embasado no Código de Trânsito brasileiro – CTB.

Quanto à situação da pavimentação das vias urbanas, estas se encontravam em sua maioria pavimentadas, segundo PDM anterior. Na área central o asfalto era mais recorrente e na periferia encontrava-se a pedra basáltica irregular, revestimento encontrado também na área rural. As vias que ainda não possuíam pavimentação estavam localizadas em loteamentos muito novos ou em áreas de ocupação irregular.

Esta situação se mantém, conforme levantamento realizado *in loco* pela Equipe Técnica Contratada. O loteamento João Paulo II que, apesar de ter sido aprovado em 2014 e estar localizado distante do centro urbano, apresenta pavimentação asfáltica, sendo considerado pela ETM o bairro referência para a execução de novos loteamentos.

Figura 19 - Rua com pavimentação em pedra basáltica.

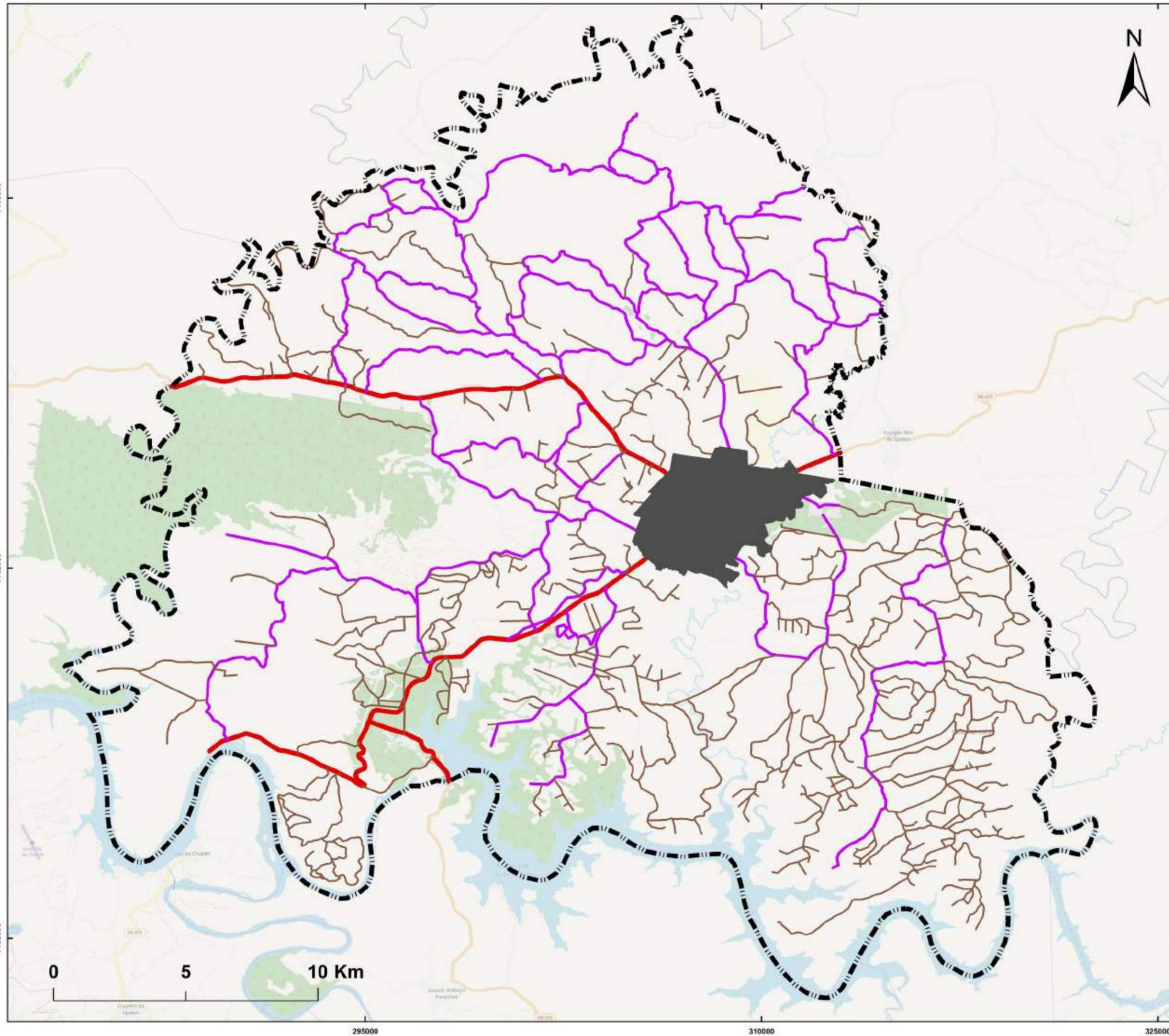


Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.

Figura 20 - - Pavimentação asfáltica no Bairro João Paulo II.



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.



Sistema Viário Municipal

-  Quedas do Iguaçu
-  Área Urbana
-  Estradas Principais ou Troncos
-  Estradas Vicinais ou Caminhos
-  Rodovias

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM |
 Datum Horizontal: Sirgas 2000 |
 Datum Vertical Imbituba SC |
 Fuso UTM: 22S |
 Base de dados: IBGE, Esri, HERE,
 DeLorme, ITCG, 2010, Google Earth,
 2019, SENTINEL 2A, 2019



**Plano Diretor Municipal
de Quedas do Iguaçu**

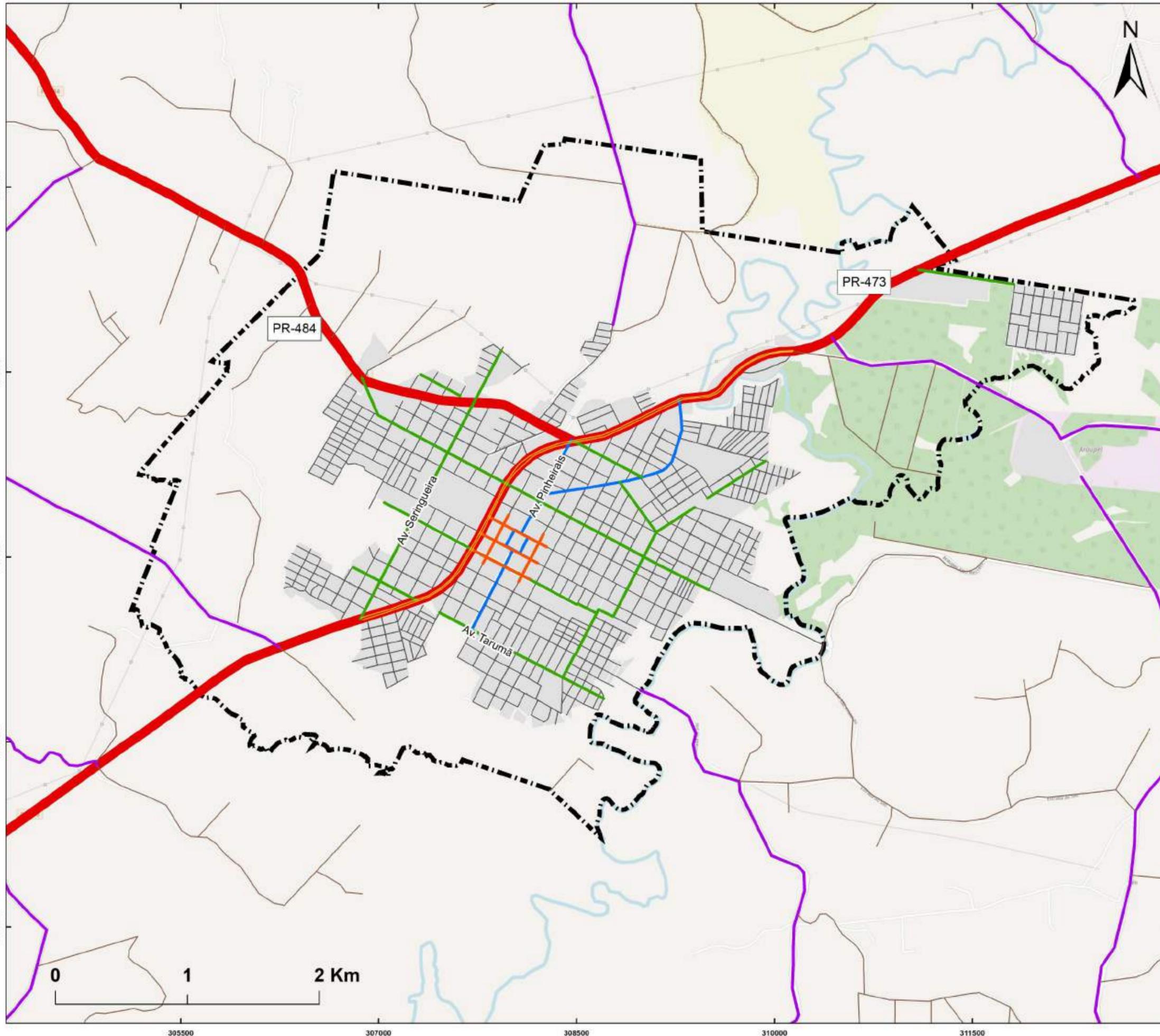


**Mapa 17 -
Sistema Viário Municipal**

Fev. 2019

Responsável técnico: Humberto Carneiro Leal
CAU A49147-0

Equipe técnica: Víctor Hugo Martínez
Alindomar Lacerda Silva



Sistema Viário Urbano

Hierarquia Viária

- Rodovias
- Estradas Principais ou Troncos
- Estradas Vicinais ou Caminhos
- Vias Arteriais
- Vias Centrais
- Vias Estruturais
- Vias Marginais
- Vias Locais
- Malha Urbana
- Perímetro urbano

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM |
 Datum Horizontal: Sirgas 2000 |
 Datum Vertical Imbituba SC |
 Fuso UTM: 22S |
 Base de dados: IBGE, Esri, HERE,
 DeLorme, ITCG, 2010, Google Earth,
 2019, SENTINEL 2A, 2019



**Plano Diretor Municipal
de Queds do Iguaçu**



**Mapa 18 -
Sistema Viário Urbano**

Fev. 2019

Responsável técnico: Humberto Carneiro Leal
CAU A49147-0

Equipe técnica: Victor Hugo Martinez
Alindomar Lacerda Silva



7.3 ILUMINAÇÃO PÚBLICA E ENERGIA ELÉTRICA

Segundo o Plano Diretor de 2006, Quedas do Iguaçu já tinha sua energia elétrica fornecida pela COPEL – Companhia Paranaense de Energia – e possuía uma subestação operando desde o ano de 1974 sem autorização.

Como constata no PDM anterior e segundo o Plano de Uso e Ocupação do Solo de 1995:

[...]cerca de 80% da malha urbana é atendida com iluminação pública. As lâmpadas utilizadas nos postes de iluminação na sede urbana são 68% de mercúrio, 18% de sódio e 14% mista.

Os dados fornecidos pela Equipe Técnica Municipal de Quedas do Iguaçu demonstram que, atualmente 97% da cidade conta com iluminação pública, apresentando uma melhora significativa de 17% em relação ao que foi apresentado no plano diretor anterior. Segundo a ETM a iluminação é composta basicamente por lâmpadas de sódio de 70, 150, 250 e 400 watts de potência, com exceção das lâmpadas da Praça Central e do Paço Municipal, que já foram atualizadas para LED, mais econômica e eficiente. Ainda não existem projetos para a substituição de toda a iluminação atual por LED, a troca de sistema acontece de acordo com a demanda.

Apenas na Praça Central e no Paço Municipal existe iluminação rebaixada, oferecendo mais comodidade e segurança para a população e, por estes motivos deve-se pensar na ampliação deste serviço.

As únicas áreas desprovidas de iluminação pública no município são as ocupações irregulares, onde os moradores utilizam de instalações clandestinas (“gatos”) para a obtenção de energia elétrica.



Figura 21 - Iluminação em loteamento novo.



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.

Na tabela a seguir consta a relação de consumo de energia e o número de consumidores no município de Quedas do Iguaçu entre 2007, ano posterior à elaboração do primeiro PDM, e 2017.

Tabela 21 - Consumo e número de consumidores de energia elétrica – 2007 e 2017

Categorias	2007		2017	
	Consumo (Mwh)	Nº de Consum. (1)	Consumo (Mwh)	Nº de Consum. (1)
Residencial	8.341	6.024	12.651	7.690
Industrial	36.823	147	4.308	135
Comércio e serviços	5.133	637	7.125	746
Rural	5.140	1.244	10.216	2.351
Outras classes (2)	5.159	162	6.981	196
Total	60.596	8.214	41.281	11.118

FONTE: COPEL e Concessionárias CELESC, COCEL, CFLO, CPFL e FORCEL.

(1) Entende-se por consumidor as unidades consumidoras de energia elétrica (relógio). (2) Inclui as categorias: consumo próprio, iluminação pública, poder público e serviço público.

De acordo com a tabela 10 constata-se que o setor que apresenta maior consumo de energia elétrica é o residencial com 7.690 consumidores, representando 69,16% das unidades consumidoras e 30,64% do consumo total, essa categoria apresentou um aumento de 27% se comparado ao dado anterior, de 2007. A segunda categoria com o maior número de



consumidores é a Rural com 21,14% do total (2.351 unidades) e, apesar de ser bem inferior à quantidade do setor Residencial ela consome 24,74%. O dado mais contrastante é a variação entre 2007 e 2017 no setor industrial, que o consumo diminuiu de 36.823Mwh em 2007 para 4.308Mwh em 2017, apresentando uma queda de 88,30%, e a diminuição do número de consumidores foi de apenas 8,16%, significando apenas 12 pontos a menos.

A prefeitura não contém dados o suficiente para análise da parte rural do município.

De acordo com relatos da ETM, existem alguns pontos, estes não especificados, onde acontece o conflito entre arborização e iluminação pública. A concessionária é responsável pela desobstrução da fiação elétrica conforme seu próprio cronograma, e a Prefeitura é responsável pela desobstrução da iluminação pública de acordo com a demanda mediante as reclamações da ouvidoria municipal ou mediante a mutirões nos bairros.

7.4 ARBORIZAÇÃO URBANA

O Plano Diretor Municipal de 2006 comenta de forma breve os benefícios de da arborização dentro da malha urbana:

A vegetação é de grande importância na melhoria das condições de vida nas áreas urbanas. Em decorrência das modificações ocasionadas pela construção civil e concentração populacional o meio urbano difere consideravelmente do ambiente natural, principalmente no que se refere ao clima, regime pluviométrico, balanço hídrico, a umidade do ar, ocorrência de geadas, granizos e vendavais.

Na época em que o plano foi elaborado o município não dispunha de plano de arborização pública e apresentava falta de áreas verdes na zona urbana. Contava com a maioria de ruas centrais arborizadas com mudas provenientes do viveiro municipal, sendo deficiente nos bairros mais periféricos.

A poda era realizada por empresa terceirizada, uma vez por ano no período entre maio e agosto.



Atualmente a prefeitura não possui informações suficientes para definir a quantidade exata de vias arborizadas, entretanto é estimado a porcentagem de cerca de 80%, segundo dados fornecidos pelo departamento responsável.

Em 2016 foi elaborado o Plano Municipal de Arborização Urbana de Quedas do Iguaçu, que apresenta de forma sucinta o histórico relacionado ao tema, caracteriza em formas gerais o município, disponibiliza os métodos e a metodologia utilizados, especifica normas para podas e dita os objetivos gerais listados abaixo:

- Promover a arborização como instrumento de desenvolvimento urbano, qualidade de vida e equilíbrio ambiental;
- Aumentar e melhorar a cobertura e qualidade da arborização urbana de Quedas do Iguaçu, com base em um processo técnico, planejado e participativo;
- Implementar banco de áreas para o plantio de árvores no contexto urbano.
- Estabelecer parâmetros técnicos para a o plantio de árvores no contexto urbano.
- Melhorar a distribuição das árvores urbanas nas diversas regiões da cidade.

Segundo o plano de arborização o critério de podas seguiu o recomendado pela Norma ABNT-NBR 16246-1:2013 – “Florestas urbanas – Manejo de árvores arbustos e outras plantas lenhosas”, para estabelecer as diretrizes de poda, esta é realizada por empresa terceirizada e acontece de acordo com a demanda solicitada.



Figura 22 - Arborização na rua Juazeiro, região central.



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.

Figura 23 - Arborização realizada com o Ligustro, Avenida Tarumã.



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.

Conforme dados fornecidos pela Prefeitura, 90% da arborização da cidade é composta por espécies exóticas invasoras, principalmente a Alfeneiro, também conhecido como Ligustro.

O maior problema enfrentado pelo município em relação à arborização é o conflito recorrente entre as árvores e a fiação, e o rompimento das calçadas pelas raízes, gerando custos para o município com a manutenção destes locais.

Figura 24 - Árvores em conflito com a fiação.



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.



8. EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

8.1 SAÚDE

Segundo o plano diretor de 2006 a rede de serviços públicos de saúde era composta por 02 hospitais particulares que prestavam serviço de atendimento aos pacientes do SUS. Na ocasião disponibilizava um total de 100 leitos, distribuídos em 21 leitos de obstetrícia, 25 leitos pediátricos, 11 leitos de especialidades cirúrgicas e 43 de clínica médica, representando média maior que a paranaense, de 3,65 por mil habitantes. Contabilizava 11 UBS distribuídas pelo território e 01 ambulatório municipal com atendimento 24hrs.

Em 2006, o município contava com 02 equipes de saúde da família, serviço que possibilita uma maior descentralização e maior universalização dos serviços de saúde à população. De acordo com a Secretária Municipal de Saúde, cerca de 80% dos atendimentos de média e alta complexidade são encaminhados para rede de saúde de Cascavel.

Tabela 22 – Relação de Equipamentos de Saúde.

	2006	2019
Hospital	02	01
UBS - Urbana	07	08
UBS – Rural	05	07
Assistência Social	09	06
Odontomóvel	-	01
Farmácia Básica Municipal	-	01

Fonte: PDM de Quedas do Iguaçu de 2006 e ETM.

Atualmente Quedas do Iguaçu conta com uma rede composta por oito (08) unidades Básicas de Saúde (UBS) no eixo urbano e mais sete (07) no eixo rural, Hospital Municipal, o Centro de Saúde Caetano Munhoz da Rocha, Farmácia Básica Municipal, Centro de Atendimento em Saúde e o Odontomóvel, que presta atendimento de odontologia para comunidades do interior e assentamentos onde há escolas.

Figura 25 - Equipamentos de Saúde em Quedas do Iguaçu.



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.

Figura 26 - Hospital Municipal de Quedas do Iguaçu.



Fonte: ETM, 2019.

O Hospital possui 35 leitos divididos em 17 para clínico geral, 07 pediátrico, 08 obstétricos, 01 leito isolamento e 02 leitos cirúrgicos. No período noturno e nos finais de semana, além da população quedas-iguauense o hospital atende o município de Espigão Alto do Iguaçu.

Em reuniões com a ETM e a secretaria de saúde foi levantado 5.428 famílias no cadastro único, dentre as quais 2.397 recebem Bolsa Família e 1.200 se encontram em situação de extrema pobreza. Para suprir a necessidade no setor de saúde, Quedas do Iguaçu desenvolve programas que contribuem com a melhora da qualidade do serviço fornecido aos habitantes.

Tabela 23 - Programas de Saúde em QI

Programa	Objetivo
PMAQ - Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB)	Ampliar o acesso e a melhoria da qualidade da atenção básica
VIGIASUS - Programa Estadual de Qualificação da Vigilância em Saúde	Estabelece como componentes estratégicos o incentivo financeiro estadual aos municípios para investimento e custeio das ações de Vigilância em Saúde
HIPERDIA	Acompanhamento dos hipertensos, oferecendo consulta médica, exames laboratoriais
Planejamento Familiar	Realiza orientações em geral para a população
Sis Pré-natal	Humanizar e qualificar a atenção à gestante, captar precocemente e oferecer exames, realizar ações educativas e acompanhamento puerperal
Saúde na Escola	Elaboração de atividades para melhorar a saúde nas escolas
Eradicação da Dengue	Objetivo principal de detectar e eliminar o mosquito Aedes Aegypti transmissor da dengue



Programa	Objetivo
Academia de saúde e fisioterapia	Realizar sessões de fisioterapia Avaliação Postural, RPG, exercícios de fortalecimento, entre outros atendimentos.

Fonte: PDM de Quedas do Iguaçu de 2006 e ETM.

O município ainda conta com o CISOP – Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste do Paraná, que disponibiliza aproximadamente 25 especialidades médicas para atender aos pacientes que necessitam de tratamento especializado, e COMSUS, que disponibiliza 14 especialidades médicas e 11 Laboratoriais. Essas consultas são realizadas no CRE (Centro Regional de Especialidade) na cidade de Cascavel. Para o transporte dos pacientes, a prefeitura disponibiliza veículos, uma vez que Quedas do Iguaçu conta com 77 guias de internamento em outras cidades.

Figura 27 - UBS em Área rural – UBS 10 de maio.



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.

O Programa de Saúde Bucal tem sua coordenação na Secretaria de Saúde, e atendimento em todas as UBS do eixo urbano do município com a garantia de atendimento diário com equipe composta de cirurgião dentista e auxiliar de consultório dentário, compondo um percentual de cobertura de 67,53% do município, e se considerar apenas a ESF a cobertura diminui para 20,74%.



Tabela 24 - Relação de Funcionários no setor de Saúde.

	2006	2019
Médicos	11	16
Médico Veterinário	01	01
Farmacêutico	01	03
Fisioterapeuta	-	02
Fonoaudiólogo	-	02
Psicólogo	-	01
Nutricionista	-	01
Enfermeiro	03	07
Enfermeiro ESF	02	07
Cirurgião Dentista Clínica Geral	07	06
Cirurgião ESF	-	03
Técnico Saúde Bucal	02	07
Técnico de Enfermagem	06	18
Agente de Saúde Pública	-	04
Auxiliar de Saúde Bucal	05	07
Auxiliar de Enfermagem	23	15
Auxiliar de Administração	22	05
Agente Comunitário de Saúde	16	44
Agente de Combate de Endemias	07	16
Motorista	06	16
Secretário de Saúde	-	01
Atendente de Farmácia	-	01
TOTAL	112	183

Fonte: PDM de Quedas do Iguaçu de 2006 e ETM.

Além do aumento significativo no quadro de funcionários, Quedas do Iguaçu apresenta uma gama de novas especializações, como: fisioterapia, fonoaudióloga, psicólogo e nutricionista, garantindo mais qualidade de vida para os munícipes.

Apesar da melhora na quantidade de equipamento e funcionários foi levantado pela Equipe Técnica Contratada junto à secretaria responsável que hoje a UBS localizada no bairro Entre Vilas está ociosa e o contingente necessário de 5 técnicos na vigilância social para o ideal funcionamento das atividades diárias, sendo 1 veterinário, 1 nutricionista e 1 biólogo



Tabela 25 - Estabelecimentos de saúde em Quedas do Iguaçu.

Tipo de Estabelecimento	Nome	Gestão	Endereço
Hospital	Hospital Doutor Auri Antônio Sanson	Entidade sem fins lucrativos Atende SUS	Rua Kiri, 1.666
Unidade Básica de Saúde	UBS – Silo	Municipal	Comunidade Renascer
	UBS – Caic	Municipal	Rua Louro
	UBS – Luzitani	Municipal	Rua Cidreira
	UBS – São Cristóvão	Municipal	Rua Angicos
	UBS – Kennedy	Municipal	Rua Seringueira
	UBS – Pindorama	Municipal	Rua Geriva
	UBS – Entre Vilas (desativado)	Municipal	
	UBS – Santa Fé	Municipal	Rua Indaia
	UBS – Bom Pastor	Municipal	Rua Jacas
	UBS – Alto Alegre	Municipal	Linha Alto Alegre
	UBS – Lageado Bonito	Municipal	Lageado Bonito
	UBS – Estrela	Municipal	Linha Estrela
	UBS – Fazendinha	Municipal	Linha Fazendinha
	UBS – Vila Rural	Municipal	Vila Rural
	UBS – 10 de Maio	Municipal	Comunidade 10 de Maio
UBS – Bom Jesus	Municipal	Comunidade Bom Jesus	
Centro de Saúde	CS Caetano Munhoz da Rocha	Municipal	Rua Juazeiro
Clínica Móvel	Odontomóvel	Municipal	-

Fonte: PDM de Quedas do Iguaçu de 2006 e ETM.

Outro fator determinante para estabelecer o índice de qualidade dos serviços relacionados a saúde no município é a taxa de mortalidade infantil. Quedas do Iguaçu apresentou aumento de 6,58% quando comparando os dados de 2008 (10,78) e 2014 (11,49) e um crescimento pouco significativo de 4% de 2014 para 2017.

Tabela 26 - Mortalidade Infantil

Município	2008	2014	2017
Quedas do Iguaçu	10,78	11,49	11,95

Fonte: SESA-PR em IPARDES 2018.

A taxa de mortalidade infantil em Quedas do Iguaçu encontra-se fora do índice considerado aceitável pela Organização Mundial de Saúde que é de 10 óbitos para cada mil nascimentos.

Figura 28 - UBS em Área rural – UBS Vila Rural.



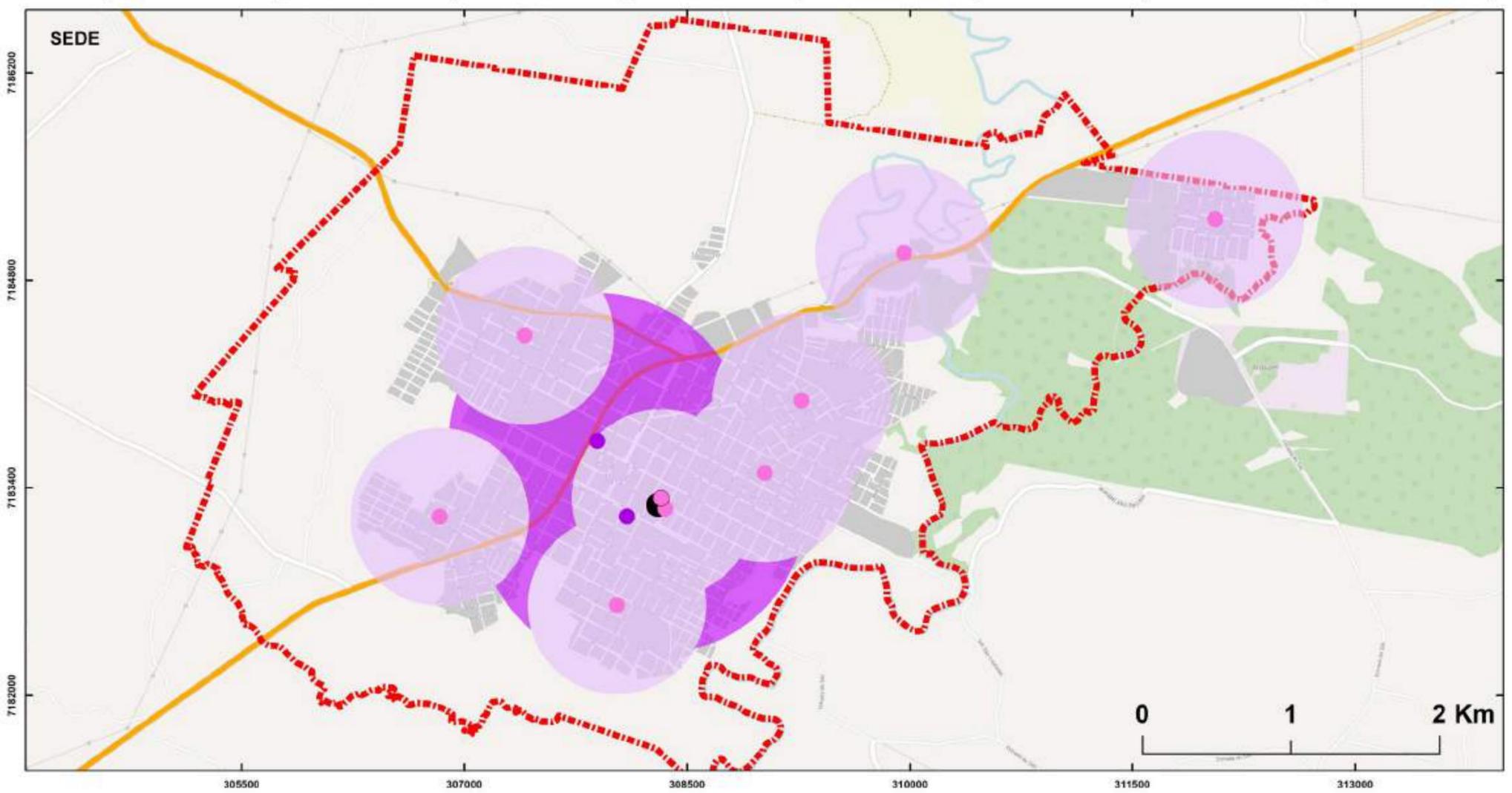
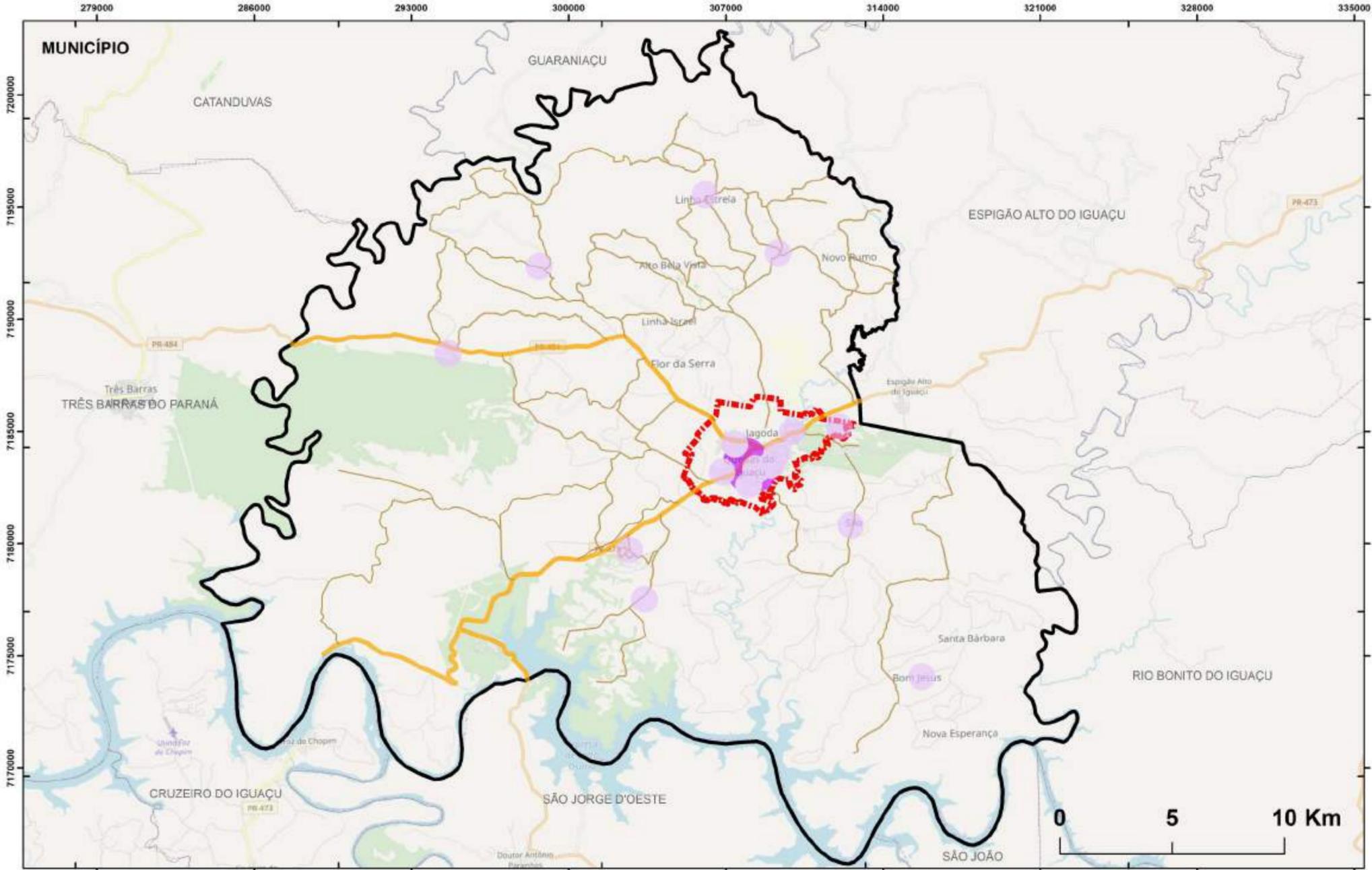
Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.

Figura 29 - Construção para ao Hospital de Lata.



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.

Na porção nordeste da cidade, na rua Nogueira está a instalação de quatro barracões que foram construídos para receber o Hospital de Lata, a estrutura foi toda importada e encontra-se abandonada. O prédio atualmente está desativado. Segunda a ETM existe o projeto para finalizar a construção e receber o hospital, mas por entrave judicial no Tribunal de Contas o processo não prossegue.



- Equipamentos de Saúde**
- Unidade Básica de Saúde
 - Hospital
 - Farmácia Municipal

- Abrangência**
- 600 m (UBS)
 - 1000 m (Hospital)

- Sistema Viário**
- Rodovias
 - Estradas Principais ou Troncos
 - Perímetro Urbano
 - Malha Urbana
 - Limitrofes

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM |
 Datum Horizontal: Sirgas 2000 |
 Datum Vertical: Imbituba SC |
 Fuso UTM: 22S |
 Base de dados: IBGE, Esri, HERE, DeLorme, ITCG, 2010, Google Earth, 2019, SENTINEL 2A, 2019

**Plano Diretor Municipal
de Quedas do Iguaçu**

Mapa 19 - Abrangência dos Equipamentos de Saúde Fev. 2019

Responsável técnico: Humberto Leal Carneiro
CAU A49147-0

Equipe técnica: Víctor Hugo Martínez
Alindomar Lacerda Silva





8.1 EDUCAÇÃO

Segundo o Plano Diretor de 2006:

A rede de serviços na área de educação, em Quedas do Iguaçu, é composta pela rede municipal, estadual e particular, que contempla a educação infantil e educação básica (ensino fundamental e ensino médio) e ensino superior. Sendo o município responsável pelo ensino infantil de 0 a 6 anos e ensino fundamental de 1ª a 4ª série.

O índice básico que mede a qualidade da educação no município é o IDHM-E, este indicador utiliza de dois subíndices: a escolaridade da população adulta e o fluxo escolar da população jovem, e quando analisados os dados fornecidos pelo IBGE percebe-se uma significativa melhora no setor. Em 1991, primeiro dado fornecido pelo instituto, o índice que Quedas do Iguaçu apresentava era 0,189, subindo para 0,438 no 2000 (dado considerado para a elaboração do plano diretor anterior), e em 2010 demonstrou-se aumento significativo de 30,50% elevando o índice para 0,576 no último censo.

Tabela 27 - Escolas em Quedas do Iguaçu

	Pré Escola		Fundamental		Médio		Superior		Profission.		Ed. Especial	
	2006	2019	2006	2019	2006	2019	2006	2019	2006	2019	2006	2019
Municipal	13	17	15	17	-	-	-	-	-	-	-	5
Estadual	-	1	10	14	4	11	-	-	-	1	-	-
Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Privada	15	2	1	2	1	1	1	-	-	5	-	-
Total	28	20	26	33	5	12	1	0	-	7	-	5

Fonte: PDM de 2006 e ETM.

A tabela acima demonstra a quantidade de instituições de ensino dentro do município. Os dados apresentados foram retirados do Plano Diretor Municipal de Quedas do Iguaçu de 2006 e, quando comparado aos dados coletados junto à secretaria responsável percebe-se o aumento significativo de praticamente todos os parâmetros, com exceção do número de escolas privadas que apresentou queda de aproximadamente 86% no ensino infantil.



Tabela 28 - Fluxo escolar por faixa etária em Quedas do Iguaçu.

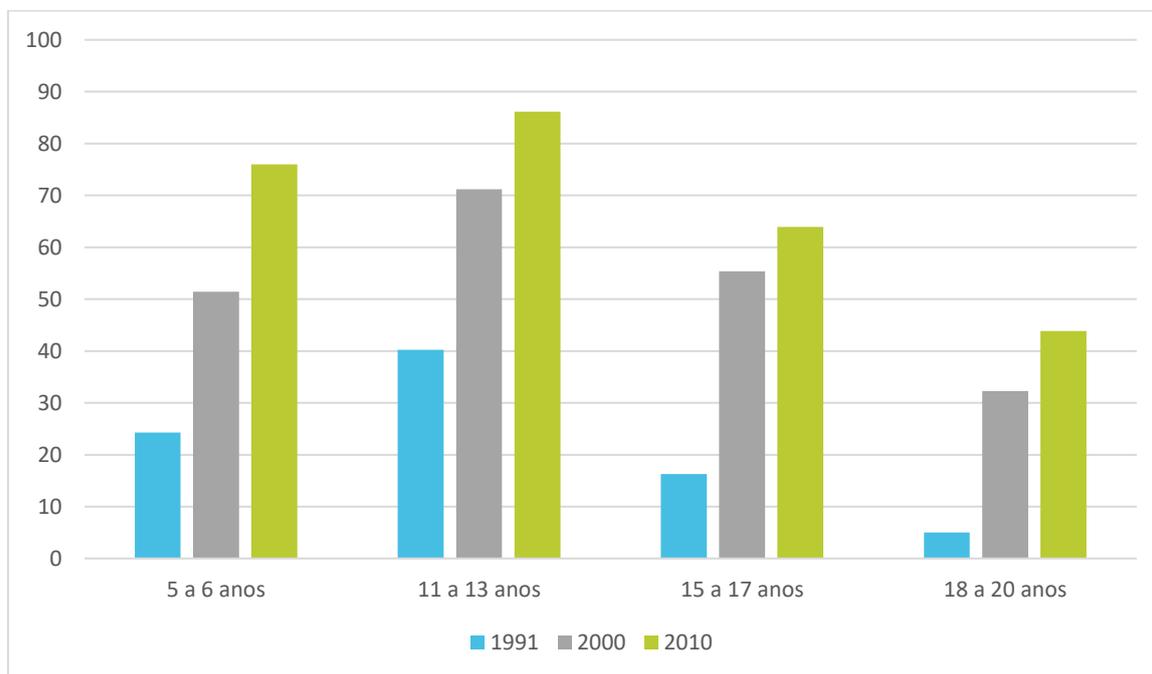
	1991	2000	2010
Crianças de 5 a 6 anos na escola	24,29	51,44	75,98
Crianças de 11 a 13 anos na escola	40,20	71,19	86,16
Jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	16,26	55,40	63,91
Jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo	4,99	32,28	43,88

Fonte: AtlasBrasil.

Quedas do Iguaçu apresenta melhora constante em todas as faixas etárias do fluxo escolar. O aumento mais significativo acontece na faixa que contém as crianças de 5 a 6 anos de idade, com 47,70% passou de 51,44 em 2000 para 75,98 em 2010.

O gráfico a seguir foi elaborado em função dos dados apresentados acima. Ele permite melhor visibilidade da evolução que o setor da educação sofreu no intervalo entre 1991 e 2010. Fica evidente a melhora do serviço oferecido neste período.

Gráfico 10 - Fluxo escolar em Quedas do Iguaçu



Fonte: AtlasBrasil.



Tabela 29 - Escolaridade da população de 25 anos ou mais em Quedas do Iguaçu.

	1991	2000	2010
Fundamental incompleto e analfabeto	21,18	18,1	14,13
Fundamental incompleto e alfabetizado	66,46	58,9	49,91
Fundamental completo e médio incompleto	4,65	9,6	14,71
Fundamental completo e superior incompleto	6,09	11,1	15,16
Superior completo	1,62	2,3	6,09

Fonte: AtlasBrasil.

Analisando a escolaridade da população adulta de Quedas do Iguaçu percebe-se melhora em todos os índices considerados. A quantidade de pessoas que apresenta a etapa fundamental incompleta sendo analfabeta ou não, têm diminuído desde 1991 (primeiro dado analisado), enquanto a parcela da população com mais de 25 anos que completou o ensino fundamental e não completou o ensino médio e o superior de 53,12% e 36,57%, respectivamente. A parcela da população que possui ensino superior completo foi de 2,3% para 6,09%, demonstrando melhora de 264%.

Tabela 30 - Equipamentos públicos de ensino regular.

	Nome	Modalidade de ensino	Período	Localização
Municipal	E. M. Araucária	Infantil e Fundamental	Vespertino	Sede
	E.M. Castelo Branco	Infantil e Fundamental	Matutino e Vespertino	Sede
	E.M. Cecília Meireles	Infantil e Fundamental	Matutino e Vespertino	Sede
	E.M. Gralha Azul	Infantil e Fundamental	Matutino e Vespertino	Sede
	E.M. Independência	Infantil e Fundamental	Matutino e Vespertino	Pindorama
	E.M. Jarbas Passarinho	Infantil e Fundamental	Vespertino	Rural
	E.M. Jardim Floresta	Infantil e Fundamental	Vespertino	Sede
	E.M. Júlio de Castilhos	Infantil e Fundamental	Matutino e Vespertino	Sede
	E.M. Pinheirais	Infantil, Fundamental e Ed. Especial	Matutino e Vespertino	Sede
	E.M. Primavera	Infantil e Fundamental	Matutino e Vespertino	Sede
	E.M. Quintino Bocaiúva	Infantil e Fundamental	Vespertino	Rural
	E.M. Salto Osório	Infantil e Fundamental	Matutino	Sede
	E.M. Santos Dumont	Infantil, Fundamental, EJA e Ed. Especial	Matutino, Vespertino e Noturno	Sede
	E.M. Janete dos Santos	Infantil e Fundamental	Matutino e Vespertino	Rural
	E.M. Luiz Carlos Prestes	Infantil, Fundamental e Ed. Especial	Matutino e Vespertino	Rural
E.M. Roseli Nunes	Infantil, Fundamental e Ed. Especial	Matutino e Vespertino	Rural	



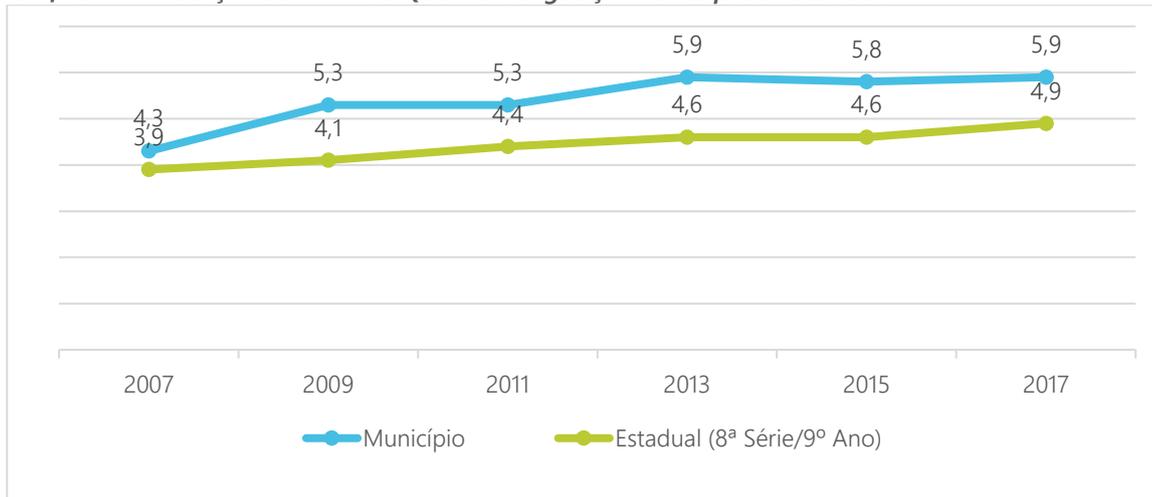
	Nome	Modalidade de ensino	Período	Localização
	E.M. Sementes do Amanhã	Infantil e Fundamental	Matutino	Rural
	C.M.E.I Primeiros Passos	Infantil	Matutino e Vespertino	Sede
	C.M.E.I Pequeno Colibri	Infantil	Matutino e Vespertino	Sede
	C.M.E.I Meu Cantinho	Infantil	Matutino e Vespertino	Sede
	C.M.E.I Ursinho Carinhoso	Infantil	Matutino e Vespertino	Sede
	C.M.E.I Criança Feliz	Infantil	Matutino e Vespertino	Sede
	C.M.E.I Anjo da Guarda	Infantil	Matutino e Vespertino	Sede
	C.M.E.I Estrela Guia	Infantil	Matutino e Vespertino	Estrela Guia
	C.M.E.I Gabriel Arcanjo	Infantil	Matutino e Vespertino	Pindorama
	C.M.E.I Pequeno Príncipe	Infantil	Matutino e Vespertino	Sede
Estadual	E.E. Alto Alegre	Fundamental e Médio	Matutino, Vespertino e Noturno	Sede
	E.E. Alto Recreio	Fundamental e Médio	Matutino, Vespertino e Noturno	Sede
	E.E. Arnaldo Busato	Fundamental e Médio	Matutino, Vespertino e Noturno	Sede
	E.E. Castro Alves	Fundamental e Médio	Matutino, Vespertino e Noturno	Sede
	CEEBJA QI	Fundamental e Médio	Matutino, Vespertino e Noturno	Sede
	E.E. Chico Mendes	Infantil, Fundamental e Médio	Matutino, Vespertino e Noturno	Sede
	E.E. Construindo Novos Caminhos	Fundamental	Matutino e Vespertino	Sede
	E.E. José de Anchieta	Fundamental e Médio	Matutino, Vespertino e Noturno	Sede
	E.E. Lageado Bonito	Fundamental e Médio	Matutino, Vespertino e Noturno	Sede
	E.E. Linha Estrela	Fundamental		Sede
	E.E. Pindorama	Fundamental e Médio	Matutino, Vespertino e Noturno	Sede
	E.E. Olga Benário Prestes	Fundamental e Médio	Matutino, Vespertino e Noturno	Sede
	E.E. Sigismundo	Fundamental, Médio e Profissionalizante	Matutino, Vespertino e Noturno	Sede
E.E. Vila John Kennedy	Fundamental e Médio	Matutino, Vespertino e Noturno	Sede	
E.E. Elvira A. Serguini	APAE	Matutino e Vespertino	Sede	

Fonte: ETM, 2019.



O indicador IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, pode ser utilizado para analisar a qualidade do ensino na rede municipal e estadual. O Gráfico 13, mostra que o ensino municipal tem apresentado melhores índices quando comparado à rede de ensino estadual.

Gráfico 11 - Evolução do IDEB de Quedas do Iguaçu: Municipal e Estadual



Fonte: INEP, 2018. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

O IDEB também é disponibilizado por escola, a tabela abaixo mostra os índices das escolas municipais. Apesar da Escola Municipal Salto Osório não atingir as metas propostas para os anos de 2011, 2013 e 2017, ela tem se destacado desde o início da pesquisa obtendo as maiores notas do município.

Tabela 31 - Ideb por escola (4ª série/5º ano)

Escola Municipal	Ano	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
E.M. Araucária	Obtido	3,7	5,1	5,3	5,3			*		
	Meta		3,8	4,1	4,5	4,8	5,1	5,4	5,7	5,9
E.M. Castelo Branco	Obtido		4,6	6,1	4,9	5,8	5,5	*		
	Meta			4,8	5,2	5,4	5,7	5,9	6,2	6,4
E.M. Cecília Meireles	Obtido	4,0	4,1	5,4	5,0	6,0	6,3	5,8		
	Meta		4,1	4,4	4,8	5,1	5,4	5,7	5,9	6,2
E.M. Galha Azul	Obtido	4,6	4,8	5,3	5,8	5,3	5,9	6,1		
	Meta		4,7	5,0	5,4	5,6	5,9	6,2	6,4	6,6
E.M. Independência	Obtido			4,5	6,1		5,9	6,5		
	Meta				4,7	5,0	5,3	5,6	5,8	6,1
E.M. Janete dos Santos	Obtido			2,9	4,2		5,1	5,1		
	Meta				4,7	5,0	5,3	5,6	5,8	6,1
E.M. Jarbas Passarinho	Obtido			5,3				**		
	Meta				5,6	5,8	6,1	6,3	6,6	6,8
E.M. Jardim Floresta	Obtido							5,3		
	Meta								5,6	5,8
E.M. Julio de Castilho	Obtido	3,6	4,4	5,1	5,6	6,5	6,7	6,1		



	Meta		3,6	4,0	4,4	4,7	4,9	5,2	5,5	5,8
E.M. Luis Carlos Prestes	Obtido			3,4	4,4	4,6	5,5	5,5		
	Meta				3,7	4,0	4,3	4,6	4,9	5,2
E.M. Pinheirais	Obtido	5,5	5,6	6,1	5,9	6,1	6,5	6,9		
	Meta		5,5	5,8	6,2	6,4	6,6	6,8	7,0	7,2
E.M. Primavera	Obtido	3,8	3,9	4,8	5,0	6,1	5,0	5,3		
	Meta		3,9	4,2	4,7	4,9	5,2	5,5	5,8	6,0
E.M. Quintino Bocaiuva	Obtido			4,1		4,8		**		
	Meta				4,3	4,6	4,9	5,2	5,5	5,8
E.M. Roseli Nunes	Obtido			3,8	4,0		5,2	*		
	Meta				4,1	4,4	4,7	5,0	5,3	5,5
E.M. Salto Osorio	Obtido			6,5	6,6	6,8	7,3	7,2		
	Meta				6,7	6,9	7,1	7,3	7,4	7,6
E.M. Santos Dumont	Obtido	4,3	4,4	5,0	5,2	5,6	5,0	5,7		
	Meta		4,4	4,7	5,1	5,4	5,7	5,9	6,2	6,4
E.M. Sementes do Amanhã	Obtido							4,4		
	Meta								4,7	4,9

Nota: * Número de participantes no SAEB insuficiente para que os resultados sejam divulgados.

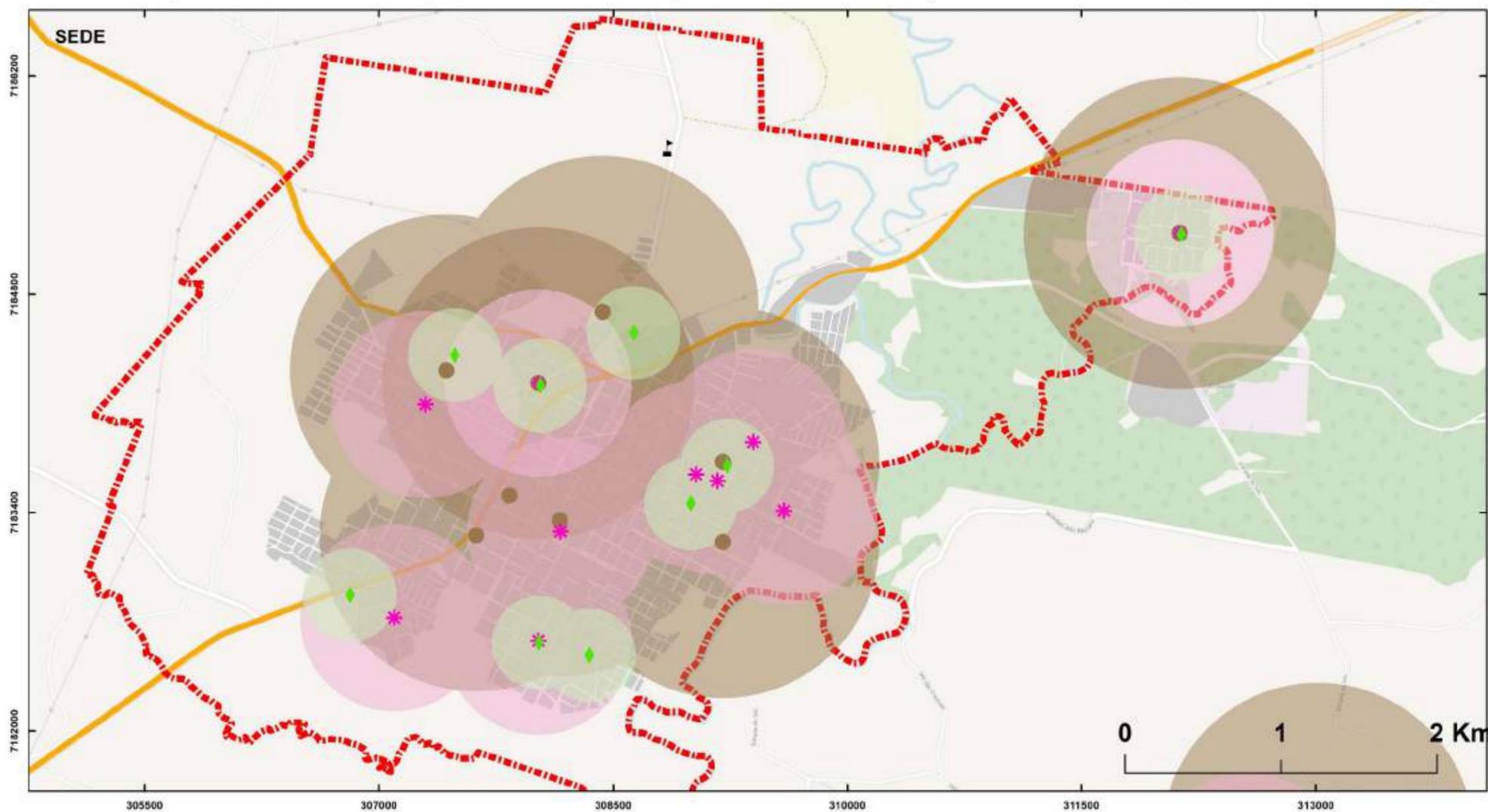
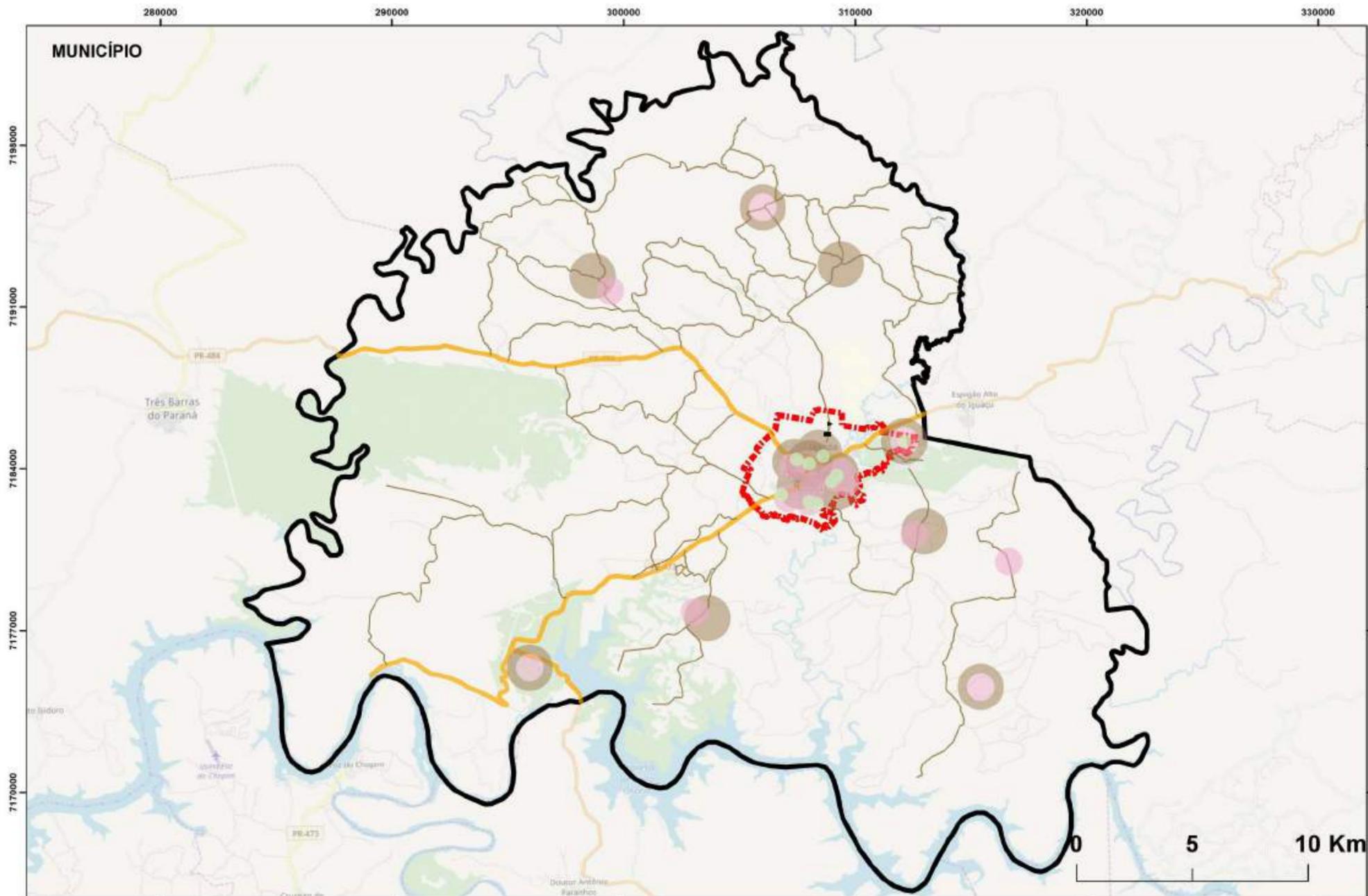
** Sem média no SAEB 2017: Não participou ou não atendeu os requisitos necessários para ter o desempenho calculado.

Os resultados marcados em verde referem-se ao IDEB que atingiu a meta projetada.

Fonte: INEP, 2017 disponível em escolas, 2018.

Foi constatado pela Equipe Técnica Contratada junto à secretaria de educação do município que a quantidade de escolas existentes no município se encontra em excesso para a quantidade de alunos. Segundo a secretária do departamento, este fato não é considerado positivo pela grande despesa financeira e logística que Quedas do Iguaçu despense para permitir o pleno funcionamento destas instituições. Foi citado que apenas quatro dentre todas as escolas, devido a estrutura disponível e a localização estratégica que estas oferecem, supririam a necessidade recorrente na área urbana. Com o corte de gastos desnecessários teria a possibilidade de melhorar a qualidade das escolas remanescentes, com a aquisição de novos equipamentos, reformas necessárias nos prédios e melhor remuneração dos funcionários. As escolas classificadas como ideais para se manter, dentro do perímetro urbano, que atenderiam a demanda existente seriam: Gralha Azul, Jardim Floresta, Pinheirais e CAIC.

Conforme averiguado em reunião com a secretaria de educação, a prefeitura municipal disponibiliza 123 linhas para o transporte escolar, percorrendo diariamente 4.121km, e para a execução deste trabalho a prefeitura conta com quarenta e dois motoristas e quarenta e dois veículos, dos quais 38 são do município e 4 são terceirizados. Com o remanejamento das escolas, a logística das linhas de transporte poderia ser repensada e enxuta.



- | | | | |
|------------------------|-----------------------------|----------------------------|--------------------------------|
| Estabelecimento | | Raio de Abrangência | |
| | CMEI | | 300 m (CMEI) |
| | Ensino Fundamental (EF) | | 600 m (EF) |
| | Ensino Médio (EM) | | 1000 m (EM) |
| | Instituto Federal do Paraná | | |
| Sistema Viário | | | |
| | Perímetro Urbano | | Rodovias |
| | Malha Urbana | | Estradas Principais ou Troncos |



Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM |
 Datum Horizontal: Sirgas 2000 | Datum Vertical: Imbituba SC |
 Fuso UTM: 22S |
 Base de dados: IBGE, Esri, HERE, DeLorme, ITCG, 2010, Google Earth, 2019, SENTINEL 2A, 2019



**Plano Diretor Municipal
de Quedas do Iguaçu**



Mapa 20 - Abrangência dos Equipamentos de Educação

Mar. 2019

Responsável técnico: Humberto Leal Carneiro
CAU A49147-0

Equipe técnica: Victor Hugo Martinez
Alindomar Lacerda Silva



8.2 ASSISTÊNCIA SOCIAL

Assistência Social é um serviço público, estabelecido pela Constituição Federal que forma, juntamente com a saúde e a previdência, o tripé da seguridade social. São leis que embasam o trabalho da assistência social, como normativas, decretos, leis orgânicas, o Sistema Único de Assistência Social – SUAS e a Política Nacional de Assistência Social – PNAS.

Apesar de o Plano Diretor Municipal de Quedas do Iguaçu de 2006 não contar com tópico específico para este tema, foi apontado em mapa juntamente com os equipamentos de educação e saúde que setor de assistência social do município possuía 06 equipamentos para atender à população da cidade: a Sede PETI, a Sede da APAE, a Casa Abrigo, a Casa Lar, a Casa Cidadania e a API – Apoio Técnico a Pessoa Idosa.

A tabela 32 demonstra a atual estrutura que a assistência social tem à disposição para a execução dos trabalhos, e a tabela 33 qualifica o estado de cada um dos estabelecimentos ocupados por estes serviços, entretanto segundo a ETM já ocorre o processo para transferir o CREAS para prédio próprio.

Tabela 32 - Equipamentos de Assistência Social

Equipamento	Endereço
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social	Rua Juazeiro, nº 957
CREAS – Centro de Ref. Especializado de Assistência Social	Rua Alecrim, nº 1630
Abrigo Institucional Anjo Gabriel	Avenida Tarumã
Casa Lar	Rua Alecrim
Conselho Tutelar	Rua Selidonia, nº299
Secretaria da Assistência Social	Rua Juazeiro, nº 1065

Fonte: ETM e Departamento responsável, 2019.

Tabela 33 – Situação dos Equipamentos de Assistência Social

Equipamento	Adequado	Parcialmente adequado	Inadequado	Próprio	Cedido	Alugado
CRAS			X	X		
CREAS		X				X
Abrigo Anjo Gabriel		X		X		
Casa Lar			X	X		
Conselho Tutelar		X		X		
Secretaria A.S.		X		X		

Fonte: ETM e Departamento responsável, 2019.



Como constata no plano diretor de 2006, no ano fiscal de 2005 a composição das despesas globais do município indica que foram gastos R\$1.521.560,80 com assistência social, esse valor representa 8,17% da despesa total de Quedas do Iguaçu e a 5ª categoria que apresentou mais gastos, ficando atrás apenas de Educação, Saúde, Urbanismo e Administração.

De acordo com dados fornecidos pela Equipe Técnica Municipal, Quedas do Iguaçu possui 10 Conselhos atuantes que referenciam a Assistência Social. Estes têm suas reuniões acontecendo de forma assídua com encontros mensais.

- Conselho dos Direitos do Idoso;
- Conselho Comunitário de Segurança;
- Conselho Comunidade;
- Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Conselho da Alimentação Escolar;
- Conselho da Assistência Social;
- Conselho da Merenda Escolar;
- Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
- Conselho dos Direitos da Mulher.

Em março de 2018, foi elaborado o Plano Municipal de Assistência Social de Quedas do Iguaçu com vigência de 2018 a 2021. Apesar de sua criação ser recente, o plano apresenta problemas de formatação nos textos, causa confusão na leitura e compreensão e abre margem para erros de interpretação.



Os objetivos específicos propostos pelo plano são:

- Ampliar a cobertura das ofertas da política de assistência social para garantir seu caráter universal e as provisões socioassistenciais necessárias à integralidade da proteção;
- Manter e implementar ações e infraestrutura relacionadas a gestão do SUAS, da proteção Social Básica e Especial;
- Revisar as normativas do SUAS na perspectiva da ampliação de direitos socioassistenciais, de modo a assegurar atenções às diversidades e heterogeneidade de públicos e territórios;
- Potencializar a integração e qualificação das Organizações da sociedade civil fortalecendo sua participação nas ofertas de Assistência Social;
- Ampliar e aprimorar as ações de capacitação e de formação com base nos princípios e diretrizes da Educação Permanente do SUAS;
- Aperfeiçoar a relação do SUAS com o Sistema de Justiça e com o Sistema de Garantia de Direitos;
- Favorecer a iniciativa social e a coletivização de demandas, como por exemplo, fomentar e dar apoio à organização, por iniciativa dos usuários, de cooperativas de trabalho e ampliar e consolidar a atuação da assistência social enquanto promotora da integração ao mundo do Trabalho;
- Integrar ações de assistência social e segurança alimentar a fim de garantir o acesso ao direito humano a alimentação adequada.

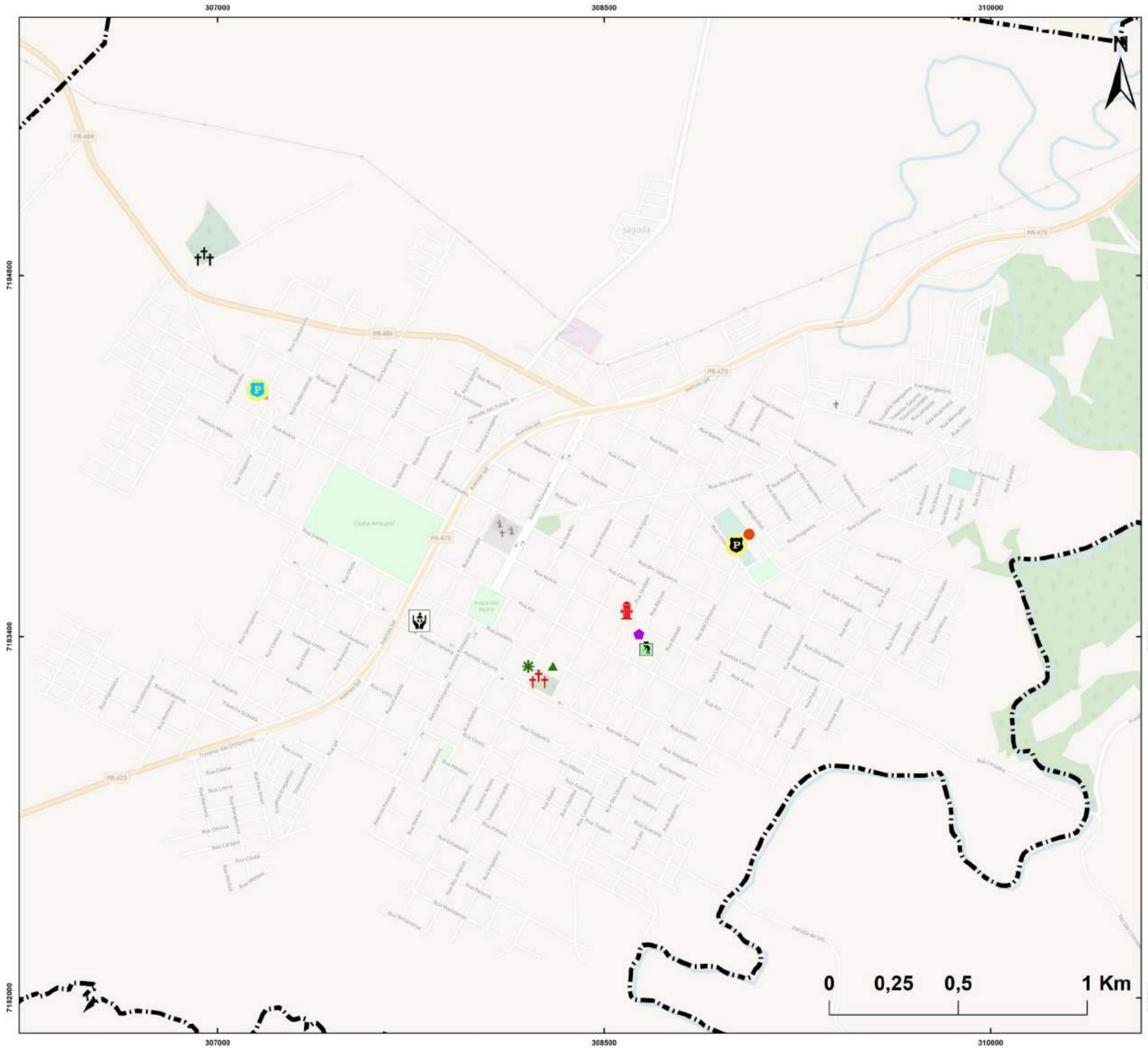
O Departamento de Assistência Social informa que os programas e ações oferecidos no município de Quedas do Iguaçu de acordo com os equipamentos são:



Tabela 34 - Programas de Assistência Social

Equipamentos e serviços	Objetivos
Centro de Referência da Assistência Social – CRAS	Serviços socioassistenciais do Serviço Único de Assistência Social (SUAS). Tem como trabalho principal o PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família.
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV	Pertencente ao CRAS, o serviço busca reunir a população em grupos com integrantes na mesma faixa etária para desenvolver ações específicas para cada um. Em Quedas existem grupos nas três faixas etárias.
Projeto Gente	Tirar as crianças e adolescentes das ruas, oferecendo alternativas ocupacionais, que visam o desenvolvimento físico, emocional e artístico melhorando assim sua qualidade de vida.
Cadastro Único dos Programas Sociais – CadÚnico	Cadastra as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza dentro do município, para isso utiliza de dados e informações da Caixa Econômica Federal para realização do serviço.
Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS	Oferece trabalho social especializado no SUAS para famílias em situação de risco pessoal ou social da violação dos direitos, disponibilizando proteção e acompanhamento psicossocial e jurídico e medidas socioeducativas.
Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias - PAEFI	Pertencente ao CREAS, oferece orientação e acompanhamento para superação das situações encontradas pelo CREAS por meio da promoção de direitos, da preservação e do fortalecimento das relações familiares e sociais.
Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.	Abrigo Institucional Anjo Gabriel. Casa Lar

Fonte: ETM e Departamento responsável, 2019.



Equipamentos Urbanos

-  Abrigo Institucional Anjo Gabriel
-  Bombeiro Comunitário
-  Casa Lar
-  Cemitério Bom Pastor
-  Cemitério Central
-  Delegacia
-  Polícia Militar
-  Conselho Tutelar
-  CREAS
-  Secretaria de Assistência Social
-  CRAS
-  Perímetro Urbano

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM |
 Datum Horizontal: Sirgas 2000 |
 Datum Vertical Imbituba SC |
 Fuso UTM: 22S |
 Base de dados: IBGE, Esri, HERE,
 DeLorme, ITCG, 2010, Google Earth,
 2018, SENTINEL 2A, 2018


Plano Diretor Municipal de Quedas do Iguaçu


Mapa 21 - Equipamentos de Assistência Social, Cemitérios e Segurança
 Mar. 2019
Responsável técnico: Humberto Carneiro Leal
 CAU A49147-0
Equipe técnica: Victor Hugo Martinez
 Alindomar Lacerda Silva

8.3 CULTURA, ESPORTE E LAZER

O Plano Diretor Municipal de Quedas do Iguaçu não possuía análise destinada especificamente para este tema. O assunto foi abordado de maneira superficial no decorrer do texto com as necessidades de cada área, portanto não se tem parâmetros para elaborar análise comparativa entre os dois PDM.

Os principais equipamentos de lazer, cultura e esporte do município são: Centro de Cultura, localizado na Avenida Tarumã, Grupo Folclórico Polonês Jagoda, Centro de Tradições Gaúchas Pealando a Saudade e o Projeto Gente.

Dentre os estabelecimentos citados apenas o Centro de Cultura, inaugurado no dia 10 de abril de 2014, foi construído seguindo as normas de acessibilidade, e segundo informações presentes no site da instituição dispõe de sala de exposições de arte, sala de leitura e inclusão digital, 03 salas multiuso para oficinas/cursos, almoxarifado, sala para reuniões, escritório e ainda um auditório para cinema e teatro com capacidade para 324 pessoas.

Figura 30 - Centro Cultural de Quedas do Iguaçu.



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.

O Centro Cultural de Quedas do Iguaçu disponibiliza oficinas e exposições nas áreas da dança, música, literatura, teatro, cinema e artesanato para os moradores do município.



O local conta em sua estrutura com uma sala especial equipada com computadores com acesso à internet, proporcionando a inclusão digital regional.

Figura 31 - Apresentação no Centro Cultural.



Fonte: Centro Cultural de Quedas do Iguaçu, 2019.

Figura 32 - Parque de Exposições.



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.

A maioria das bibliotecas municipais existentes em Quedas do Iguaçu são para uso dos alunos das suas respectivas escolas, com exceção da Biblioteca Cidadã Professor João Sobczak, localizada na Rua das Oliveiras, número 265.

Segundo levantamento feito junto ao departamento de cultura, atualmente a prefeitura desenvolve, na área urbana, ações voltadas para a formação inicial em música, dança e teatro. Apesar de ainda não existir nenhuma atividade situada na zona rural, a secretaria de Cultura está elaborando a implantação do festival de música das comunidades, ainda sem data e programação definidas.

O município também não conta com um Museu Municipal. Eventualmente ocorrem exposições vinculadas às associações ou de particulares com seus acervos próprios. Portanto existe a demanda da criação de um museu destinado a exposições permanentes e temporárias, uma vez que o município já está trabalhando para mapear o patrimônio cultural de Quedas do Iguaçu, desenvolvido em parceria com a Secretaria Estadual do Turismo e o Ministério do Turismo.

Tabela 35 –Equipamentos Culturais de Quedas do Iguaçu

Equipamentos	Endereço
Centro de Cultura de Quedas do Iguaçu	Avenida Tarumã, nº1880
CTG Pealando a Saudade	Rua Seringueira, nº 1202-1328
Grupo Folclórico Polonês Jagoda	Rua Seringueira
Projeto Gente	Rua Jacarandá, nº 622

Fonte: ETM e Departamento responsável, 2019.

Como constata no plano diretor de 2006, no ano fiscal de 2005 a composição das despesas globais do município indica que foram gastos R\$326.494,00 com o setor de cultura, esse valor representa 1,75% da despesa total de Quedas do Iguaçu e a 8ª categoria que apresentou maiores gastos.

Relacionado ao tema esporte, Quedas do Iguaçu apresenta diversos equipamentos esportivos espalhados pelo município.

Tabela 36 –Equipamentos de Esporte de Quedas do Iguaçu

Equipamentos	Endereço	Após 2006
Centro Esportivo Municipal Tarumã	Avenida Tarumã	
Ginásio de Esportes Iguaçu	Rua Marfim	
Ginásios de Esporte das Escolas Municipais	Escolas municipais	
Campo de Futebol	Bairro Pindorama	
Sociedade União Clubes	Rua Laranjeiras, nº 630	
Academia ao Ar Livre	Ginásio Tarumã	✓
Academia ao Ar Livre	Bairro São Cristóvão	✓
Pista de Caminhada	Avenida Tarumã	✓
Quadra de Futebol Suíço		

Fonte: ETM e Departamento responsável, 2019.

Figura 33 - Ginásio Municipal Tarumã.



Fonte: Centro Cultural de Quedas do Iguaçu, 2019.

Figura 34 - Parque Aquático (Prainha).



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.

Dos equipamentos existentes, o Ginásio Municipal Tarumã se encontra em uma região central e no mesmo espaço localiza-se também duas quadras descobertas, sendo uma de



Futebol Suíço, uma quadra de vôlei, pista de skate, a quadra poliesportiva, que além das atividades esportivas recebe eventos culturais, e uma academia da saúde, que tem o objetivo de promover práticas corporais e atividades físicas, promover a alimentação saudável, educação em saúde entre outros.

Na cidade foram encontrados equipamentos públicos destinados à educação e à prática de esporte que estão abandonados. São espaços que possuem qualidade para o bom desenvolvimento das atividades, e que necessitam de manutenção para seu pleno funcionamento.

Foi passado para a Equipe Técnica Contratada que representantes da Instituição Maximiliano Júnior já entraram em contato com a prefeitura para formar parceria e desenvolver atividades no equipamento demonstrado na FIGURA 40, que encontra se abandonado, a parceria envolve a reforma do espaço pela instituição, que tem como principais finalidades atender crianças e adolescentes, no campo educacional, com foco e atividades culturais e esportivas.

Figura 35 - Equipamento abandonado.



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.

Figura 36 - Ginásio do CAIC.



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.

Outro equipamento esportivo que merece destaque é a quadra do CAIC. O espaço possui ótima estrutura para realização tanto a prática de eventos esportivos com culturais.

Figura 37 - Sociedade União Clubes.



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.

A Sociedade União Clubes é uma agremiação de Quedas do Iguaçu, tem suas instalações localizadas na parte Leste da cidade e conta com a estrutura de um campo de Futebol Suíço, um campo de areia, quadra de Tênis, quadra de bocha e bolão e piscina.

Não foi disponibilizado informações o suficiente para definir a situação dos equipamentos esportivos quanto à acessibilidade, os dados fornecidos revelam que vários locais já estão acessíveis, porém não foi informado quais são.

O município não dispõe de muitas áreas específicas para lazer, como praças e parques, sendo as mais famosas a Praça da Bíblia e a Praça Central. A primeira localizada no setor Leste da cidade, próxima à APAE e a Praça Central situada na parte mais antiga do município. Ambas possuem entre o mobiliário urbano, um parquinho para as crianças. Além do parquinho, a Praça Central é rodeada por vagas de estacionamentos.



Figura 38 - Praça Central em QI

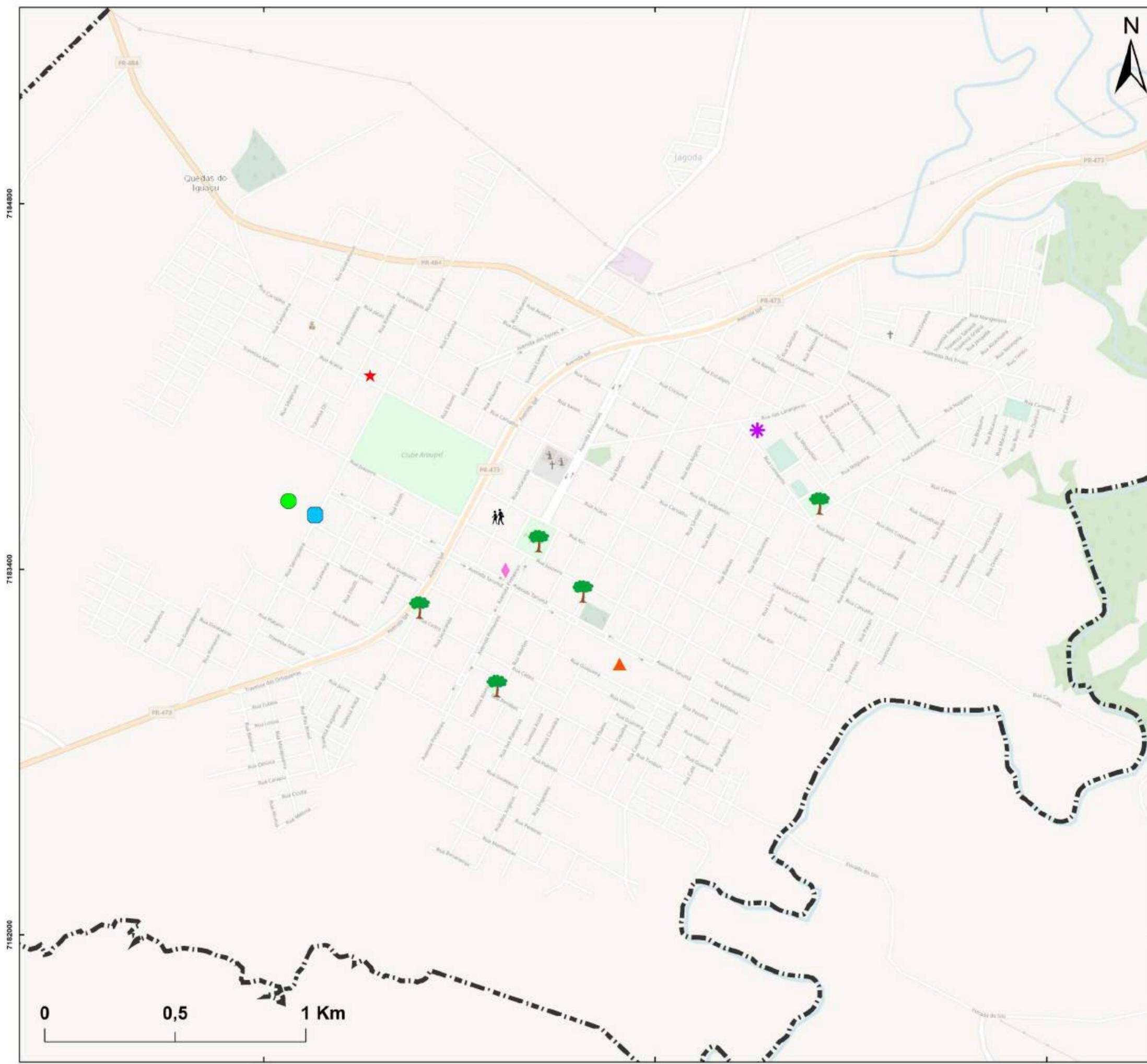


Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.

Figura 39 - Praça da Bíblia.



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.



Equipamentos de Cultura, Esporte e Lazer

-  CTG - Pealando a Saude
-  Centro de Cultura
-  Ginásio Tarumã de Esportes
-  Grupo Folclórico Jagoda
-  Parque de Exposições Governador José Richa
-  Praça
-  Projeto Gente
-  Sociedade União Clubes
-  Perímetro Urbano

Sistema de Projeção Transversa de Mercator UTM |
 Datum Horizontal: Sirgas 2000 |
 Datum Vertical Imbituba SC |
 Fuso UTM: 22S |
 Base de dados: IBGE, Esri, HERE,
 DeLorme, ITCG, 2010, Google Earth,
 2019, SENTINEL 2A, 2019


Plano Diretor Municipal de Quedas do Iguaçu


Mapa 22 - Cultura, Esporte e Lazer Fev. 2019

Responsável técnico: Humberto Carneiro Leal
 CAU A49147-0

Equipe técnica: Victor Hugo Martinez
 Alindomar Lacerda Silva



7184800

7183400

7182000

307000

308500

310000



8.4 CEMITÉRIO E SERVIÇOS FUNERÁRIOS

O PDM de 2006 não contém análise sobre o tema, não sendo possível comparar a situação da época com a atual. Entretanto o plano estabelece normas para o código de postura quanto a utilização deste serviço e dentre elas vale ressaltar o artigo 132:

Os cemitérios poderão ser fechados quando tenham chegado a tal estado de saturação que tornem muito difícil a decomposição dos corpos ou quando se tornarem muito centrais.

O artigo 140 que dita os serviços e equipamentos que cada cemitério, particulares e públicos, deverão contar:

- Serviços de apoio;
- Edifício de administração, inclusive sala de registros que deverá ser convenientemente protegida contra intempéries, roubos e ação de roedores;
- Sala de primeiros socorros;
- Vestiário para funcionários;
- Depósito para ferramentas;
- Ossuário;
- Iluminação externa;
- Rede de distribuição de água;
- Área de estacionamento de veículos;
- Arruamento urbanizado e arborizado;
- Recipientes para depósito de resíduos em geral.

Quedas do Iguaçu conta com dois cemitérios na área urbana, o Central e o do Bom Pastor, e 12 cemitérios na zona rural: Lajeado Bonito, Barras do Mato Queimado, Linha Iguaçu, Linha Guarani, Santa Rosa, Linha Fazendinha, Linha Tapui, Alto Alegre, Nova Itália, Rio Perdido, Linha Estrela, Lajeado Gaúcho.

Atualmente, em Quedas do Iguaçu, não existe órgão responsável pela administração dos cemitérios, e esses não estão regularizados perante o Instituto Ambiental do Paraná – IAP, conforme a prefeitura o processo está em fase de notificação.

Apesar de o Cemitério Central estar situado na rua das Palmeiras, em frente ao prédio da Prefeitura Municipal, foi informado pelo departamento responsável que nenhum dos dois oferece conflitos por conta da localização. No município não existe serviço funerário municipal e, pelo tamanho da população, julga-se necessário a implantação de um. Por outro lado, Quedas do Iguaçu conta com três capelas mortuárias situadas nos bairros John Kennedy, Lusitani e Pindorama. O Decreto de nº 596 de 24 de abril de 2019 interdita o Cemitério Central de Quedas do Iguaçu e, segundo informações da ETM, o Cemitério do Bom Pastor está no limite de sua capacidade, entretanto já está em processo de ampliação de sua área, oferecendo mais suporte para atender à população.

Figura 40 - Cemitério Bom Pastor – Quedas do Iguaçu.



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.

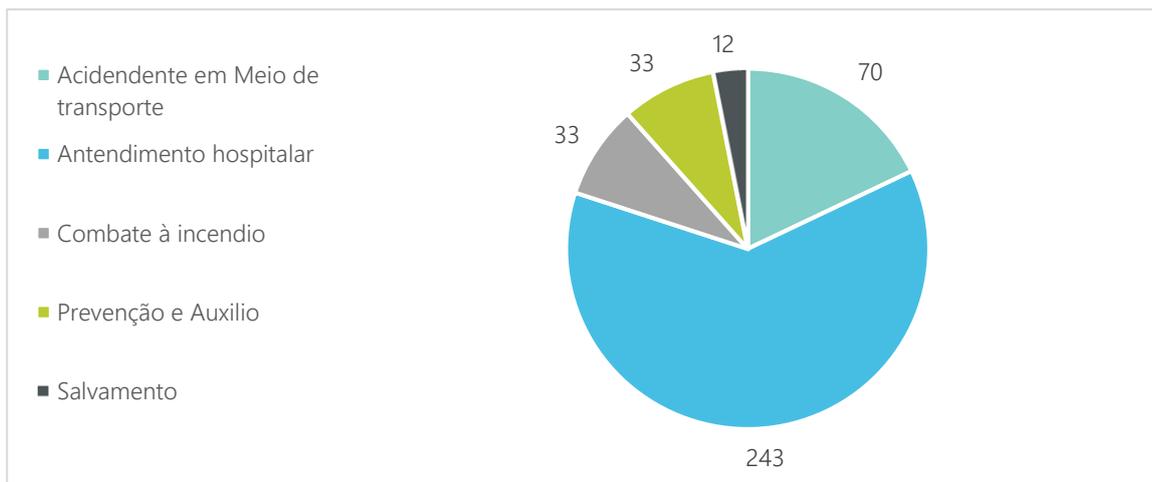


O Paraná comporta 15 CORPDEC – Coordenadorias Regionais de Proteção e Defesa Civil e Quedas do Iguaçu é integrante da 4ª coordenadoria onde a sede situa-se em Cascavel.

Segundo informações fornecidas pelo departamento de segurança, não apresentam problemas quanto ao efetivo de cada delegacia e dispõe de frota suficiente para atender a demanda municipal.

As principais ocorrências registradas por ambas as policiais são relacionadas à furtos, estes acontecem com maior frequência na área central da cidade. Já o corpo de bombeiros, segundo dados de 2010, no período de 1º de janeiro à 30 junho, foram registrados 391 atendimentos, subdivididos no gráfico abaixo:

Gráfico 12 - Atendimento pelo Corpo de Bombeiro - 2010



Fonte: Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil, 2019.

Pelo gráfico fica evidente que a maioria dos atendimentos realizados pelos bombeiros tem relação com casos hospitalares, aproximadamente 62% dos casos gerais. Seguido por acidentes em meios de transportes com 70 ocorrências registradas.



9 MOBILIDADE URBANA

Segundo consta no Plano Diretor de 2006, o caderno de Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável disponibilizados pelo extinto Ministério das Cidades em 2004 cita que:

Com a definição de mobilidade sustentável, ela passa a ser vista como o resultado de políticas públicas de transporte e circulação com seu foco principal no transporte coletivo e no pedestre e, além disso, passa a considerar o fato de que longe dos grandes centros urbanos também existem cidades, nas quais vivem pessoas que se locomovem, muitas vezes em condições precárias e sem condições mínimas de segurança.

Quedas do Iguaçu, assim como a maioria dos municípios brasileiros, se desenvolveu privilegiando o automóvel, sempre pensando na criação de ruas cada vez mais largas para a maior conforto dos veículos e deixando de lado o percurso realizado por pedestres.

A mobilidade urbana é um atributo relativo ao deslocamento das pessoas no espaço urbano. Utiliza-se como suporte as vias, os veículos e os demais elementos de mobiliário e da infraestrutura urbana necessários para viabilizar estes deslocamentos, considerando-se para tal, as dimensões do espaço urbano e a complexidade de atividades nele desenvolvidas. Deve-se ter como pressuposto básico a garantia da acessibilidade e do exercício dos direitos fundamentais do ser humano e a capacidade das pessoas se deslocarem no meio urbano.

A Lei nº 12.587/2012 estabelece a Política Nacional de Mobilidade Urbana e as diretrizes e instrumentos de gestão da mobilidade, em consonância com as orientações da Lei Federal nº 10.257/2001, o Estatuto da Cidade²⁶.

A Política de Mobilidade Urbana, que deve ser seguida em todo país, e tem como objetivos também em nível municipal, são:

²⁶ Art. 5º da Lei nº 12.587/2012.



- I. reduzir as desigualdades e promover a inclusão social;
- II. promover o acesso aos serviços básicos e equipamentos sociais;
- III. proporcionar melhoria nas condições urbanas da população no que se refere à acessibilidade e à mobilidade;
- IV. promover o desenvolvimento sustentável com a mitigação dos custos ambientais e socioeconômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas nas cidades; e
- V. consolidar a gestão democrática como instrumento e garantia da construção contínua do aprimoramento da mobilidade urbana²⁷.

Para atingir estes objetivos são estabelecidas as seguintes diretrizes, nas quais deve orientar-se a política de mobilidade:

- I. integração com a política de desenvolvimento urbano (...);
- II. prioridade dos modos de transportes não motorizados (...);
- III. integração entre os modos e serviços de transporte urbano;
- IV. mitigação dos custos ambientais, sociais e econômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas na cidade;
- V. incentivo ao desenvolvimento científico-tecnológico e ao uso de energias renováveis e menos poluentes;
- VI. priorização de projetos de transporte público coletivo estruturadores do território e indutores do desenvolvimento urbano integrado²⁸.

²⁷ Art. 7º da Lei nº 12.587/2012.

²⁸ Art. 6º da Lei nº 12.587/2012.



Nos próximos itens serão analisados os diferentes modais de deslocamento dentro do município de Quedas do Iguaçu.

9.1 DESLOCAMENTO COLETIVO

Segundo o plano diretor de Quedas do Iguaçu de 2006, o transporte coletivo do município era inteiramente subsidiado pela Prefeitura municipal, sua frota era dividida entre ônibus próprios e terceirizados e todo o serviço oferecido era disponibilizado gratuitamente para a população. Ao todo eram 10 linhas escolares com ônibus da prefeitura e 14 linhas terceirizadas, dessas, duas também faziam transporte de passageiros. Nove empresas terceirizadas prestavam o serviço e por ser o único sistema oferecido para o transporte rural, o ônibus escolar servia também como transporte de passageiros até a sede do município.

Na malha urbana, três ônibus da prefeitura faziam o transporte de passageiros, circulando em sete linhas com horários alternados, concentradas no eixo Praça central e Pátio das Máquinas da Prefeitura.

Além destes serviços a prefeitura também disponibilizava transporte para estudantes e pacientes chegarem até o município de Cascavel e, segundo o PDM anterior, funcionava sem fiscalização oferecendo brecha para que outros passageiros também aproveitassem do transporte.

Atualmente a prefeitura de Quedas do Iguaçu continua fornecendo transporte, ou seja, não é terceirizado e, segundo o departamento responsável, transporta cerca de 500 passageiros diariamente, estes distribuídos entre as 4 linhas existentes, duas da Vila Rural e outras duas da Pindorama. Essas linhas têm a função de levar os funcionários até a área industrial do município em três diferentes horários – 6:00, 11:30 e 18:00 – e estão saturadas segundo relatório fornecido pela ETM, sendo necessário a criação de novas linhas.

Figura 42 - Ônibus utilizado para transporte em Quedas do Iguaçu.



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.

Além do citado anteriormente, existe na cidade o transporte escolar, locomovendo cerca de 3.500 crianças das suas residências até as escolas específicas, este é o único tipo de transporte rural que o município oferece e não existe ônibus circular percorrendo a cidade com frequência.

O principal problema enfrentado pelo sistema de transporte público de Quedas do Iguaçu é quanto a qualidade dos pontos de ônibus. Este tópico foi apontado com frequência nas atividades desenvolvidas com a comunidade e a partir do questionário respondido pelo departamento responsável, constata-se que estes não se encontram em bom estado de conservação.

Segundo informações fornecidas pelo departamento responsável pelo transporte público, atualmente os ônibus utilizados não apresentam qualquer norma de acessibilidade, ou seja, não possuem plataformas elevatórias nem suas dimensões são as mínimas para atender o usuário necessitado.

Uma questão que merece a atenção dos governantes é o terminal urbano que já foi classificado como inapropriado e insuficiente para a demanda estimada dos próximos 10



anos e, para amenizar a situação o departamento de obras já apresentou o projeto de um pequeno terminal localizado próximo à área industrial para melhor atender os funcionários em tempos de chuva e muito sol.

Figura 43 - Projeto de Terminal Urbano próximo às Indústrias.



Fonte: ETM, 2019.

Outro ponto importante é que o município não apresenta estudos relacionados ao transporte coletivo, como pesquisa de origem e destino, relatórios do sistema de transporte público existente, contagens de sobe e desce e pesquisa de satisfação, impossibilitando que haja projetos eficientes neste tema.

Figura 44 - Terminal urbano central e ônibus de Quedas do Iguaçu.



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.

9.2 DESLOCAMENTO INDIVIDUAL NÃO MOTORIZADO

Os meios de deslocamento não motorizados são as principais formas de locomoção em muitas cidades brasileiras, sobretudo as com até 100mil habitantes e independente da população, a Lei Federal nº 12.587 de 2012 garante a prioridade deste meio sobre o transporte motorizado²⁹.

Os deslocamentos não motorizados realizados diariamente utilizam do sistema viário disponível (passeios, calçadas, ciclovias etc.), incluem a origem até o destino e podem ou não ser complementar a outros meios de transportes (ônibus, veículos, etc.)³⁰.

Apesar de ser um dos meios mais importantes de locomoção, muitas vezes é negligenciado pelos tomadores de decisão e técnicos envolvidos no planejamento do sistema de

²⁹ PlanMob, 2015.

³⁰ PlanMob, 2015.



transportes. Portanto é dever do PDM inverter esta concepção e priorizar o deslocamento não motorizado, conforme relatava, em 2015, o Ministério das Cidades:

A inclusão destes deslocamentos no cerne do planejamento urbano e no planejamento dos transportes, bem como na gestão da mobilidade urbana, respeitando as suas características e necessidades particulares, além de reparar o erro de desconsiderar essa expressiva parcela das viagens urbanas, significa também contribuir para o processo de inclusão social de parte da população brasileira que se desloca, prioritariamente, por modos não motorizados.

Por essa razão a estrutura do sistema viário disponível para meios não motorizados, como calçadas e ciclovias, devem ser adequadas estabelecendo nível mínimo de qualidade das vias a serem percorridas e, para avaliar a situação atual e necessidades futuras a análise será dividida em dois tópicos: Deslocamento peatonal (pedestres) e o cicloviário.

9.2.1 DESLOCAMENTO PEATONAL

Em Quedas do Iguaçu a condição das calçadas não é ideal, apresenta poucas áreas, localizadas na região central, com calçadas regulares para o trânsito de pedestres, principalmente para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, nestas áreas foram encontrados vários tipos de pavimentação, como *paver* e bloco hexagonal. Apesar de a calçada na área central estar em boas condições foram encontrados obstáculos em diversos trechos como o demonstrado na Figura 45. Também foram encontradas rampas de acessibilidade como demonstra a Figura 47 e observados pontos que necessitam de manutenção.

O cenário mais encontrado na cidade são bairros com pouca ou nenhuma calçada, dificultando o deslocamento peatonal. Devido a este fato as pessoas são obrigadas a caminhar sobre a rua, dividindo espaço com os automóveis, situação recorrente no município (Figura 49 e 51), e se intensifica de acordo que se afasta do centro da área urbana. Outro ponto agravante no município de Quedas do Iguaçu é a quantidade excessiva de loteamentos irregulares, uma vez que a prefeitura não recolhe imposto e por consequência não fornecem a infraestrutura de calçadas.

Figura 45 - Obstáculos na calçada.



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.

Figura 46 - Falta de calçadas nos bairros.



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.

Figura 47 - Calçadas com acessibilidade.



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.

Figura 48 - Falta de calçadas.



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.

Quando comparado ao plano diretor anterior, no quesito deslocamento de pedestre, vale ressaltar a Avenida Tatumã, onde foi construído em toda a sua extensão, no canteiro central, uma calçada que atualmente é muito utilizada para caminhadas e corridas, demonstrando que o bom planejamento influencia diretamente na qualidade de vida dos habitantes.



Figura 49 - Calçada no canteiro Central da Avenida Tarumã.



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.

9.2.1 DESLOCAMENTO CICLOVIÁRIO

Segundo o Programa Brasileiro de Mobilidade por Bicicletas³¹, a distância máxima ideal para o deslocamento de bicicleta é de 7,5km. A Avenida Marginal Ipê, da entrada do bairro Pindorama até a parte mais sudoeste, local onde foi observado fluxo de ciclistas, possui cerca de 5,3km, e cruzando a cidade no sentido oposto, considerando a Rua Carvalho, única via que atravessa a cidade de uma extremidade a outra no sentido Sudeste-Noroeste, mede aproximadamente 3,3km, portanto os deslocamentos de bicicleta não apresentariam dificuldades para o seu uso, considerando sua agilidade e facilidade, quase sem custo e sem impacto ambiental. Outros trechos identificados como rotas de bicicletas são a Avenida Palmeiras e a Avenida Tarumã com 1,6km e 1,4km respectivamente.

Além das distâncias a serem percorridas, outro fator que influencia os deslocamentos dos ciclistas é a declividade: quanto maior a declividade, maior a dificuldade da rota, pois exige do ciclista maior esforço físico. Quanto a isso, Quedas do Iguaçu geralmente apresenta

³¹ PlanMob, 2015.



relevo com declives abaixo dos 15%, este considerado o limite para o deslocamento ciclovário em grandes distâncias.

Quedas do Iguaçu possui ciclovias apenas no Bairro Santa Fé, conectando a malha urbana com a empresa Araupel, portanto é válido o incentivo ao uso de bicicletas como meio de transporte através de campanhas e eventos. Deve-se também prever a construção e integração das ciclovias com o sistema de ônibus com sinalização específica.

9.3 DESLOCAMENTO INDIVIDUAL MOTORIZADO

A Lei Federal nº 12.587/2012 garante a prioridade do transporte não motorizado sobre o transporte individual motorizado, independentemente do tamanho das cidades. Porém a falta de qualidade do transporte coletivo faz crescer a quantidade de transporte individual motorizado (automóveis e motos).

Anteriormente, no Item 7.2 foi escrito sobre a infraestrutura fornecida para o deslocamento, como malha viária e pavimentação das vias. Portanto, agora o deslocamento motorizado será analisado sob outra óptica, em especial o tamanho da frota de veículos.

Tabela 37 –Evolução da frota de veículos em Quedas do Iguaçu

2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
7.730	8.735	9.722	10.684	11.982	13.223	14.358	15.317	15.990	16.556	17.102	17.510

Fonte: DETRAN, coordenadoria de veículos. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2019.

Quando comparado à municípios próximos e de porte parecido, apesar do aumento constante ao longo dos últimos 12 anos, Quedas do Iguaçu possui uma frota menor de veículos apresentando uma média de um veículo para cada dois habitantes, como demonstra a Tabela 38.

Tabela 38 –Comparativo da frota de veículos (2018)

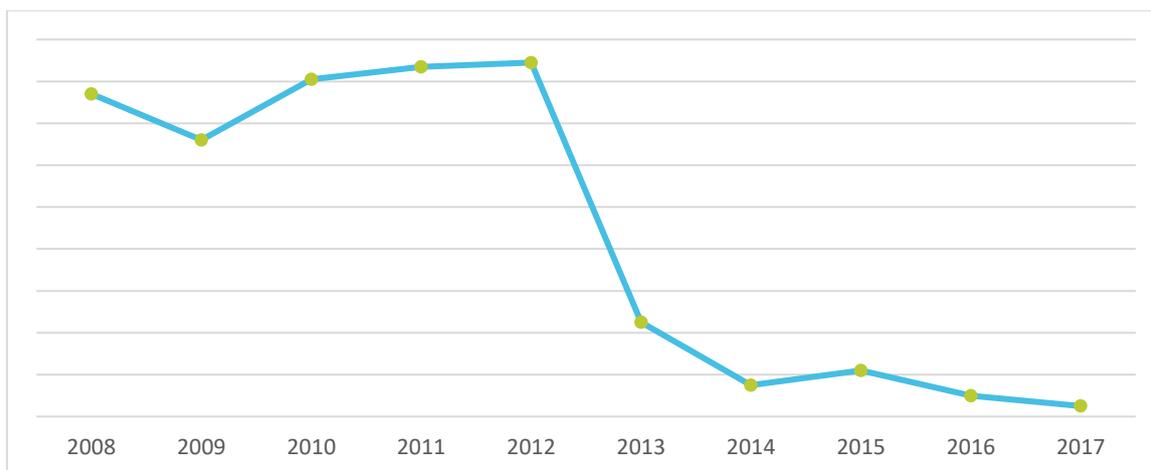
	Quedas do Iguaçu	Dois Vizinhos	Laranjeiras do Sul
Distância até Quedas do Iguaçu	-	57,9km	69,6km
Frota de veículos*	17.102	28.868	17.562
Número de habitantes**	33.788	40.234	32.006
Veículos por habitantes	0,50	0,71	0,54

Fonte: (*)DETRAN, 2019. (**)IBGE – estimativa populacional. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2019.



Outro fator a ser considerado é a quantidade de acidentes envolvendo os deslocamentos motorizados. O número de acidentes envolvendo vítimas de atropelamentos, colisões e outros fatores diminuiu drasticamente, como pode ser observado no gráfico abaixo, chegando a apenas 5 acidentes registrados em 2017, o que pode significar melhora na conscientização da população e melhor sinalização do trânsito na cidade.

Gráfico 13 – Número de acidentes em Quedas do Iguaçu.



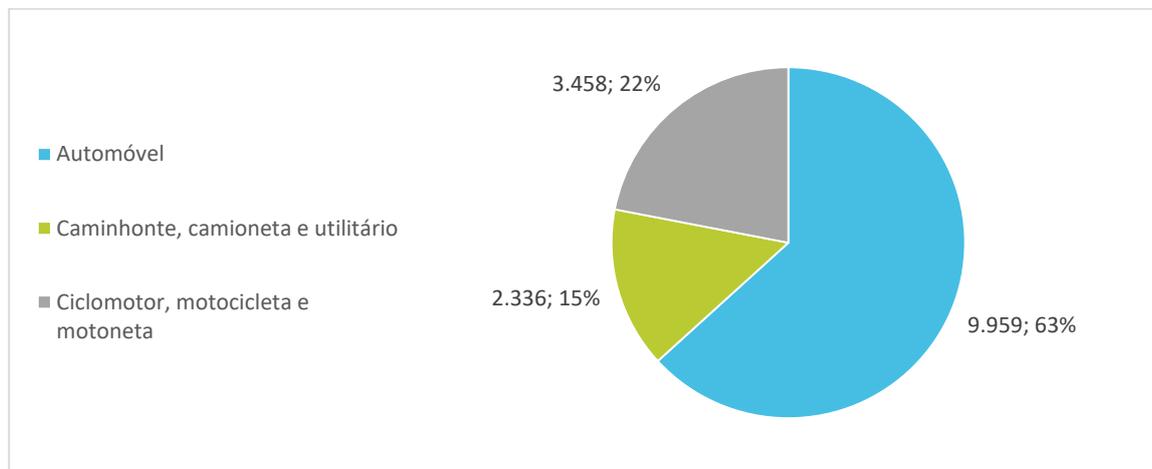
Fonte: DETRAN, 2019.

A seguir será analisado a composição da frota veicular do município de Quedas do Iguaçu. Segundo dados de 2019 fornecidos pelo DETRAN, o município possui uma frota 17.510 veículos – um aumento de 2,38% em relação ao mesmo período de 2018. Da frota atual, 1.755 (10,02%) são veículos para transporte coletivo, de carga, serviços ou lazer³² e 15.753 (87%) são para o deslocamento individual motorizado³³, e desses 63,2% são automóveis e 19,7% são motos, conforme Gráfico 17.

³² Caminhão, caminhão trator, micro-ônibus, *motor home*, ônibus, reboque, semirreboque, trator com esteira, trator com rodas e triciclo.

³³ Automóvel, caminhonete, camioneta, ciclomotor, motocicleta, motoneta e utilitário.

Gráfico 14 – Composição da frota de veículos motorizados individuais, 2019.



Glossário: CAMINHONETE - veículo destinado ao transporte de carga com peso bruto total de até três mil e quinhentos quilogramas; CAMIONETA - veículo misto destinado ao transporte de passageiros e carga no mesmo compartimento; CICLOMOTOR - veículo de duas ou três rodas, provido de um motor de combustão interna, cuja cilindrada não exceda a cinquenta centímetros cúbicos (3,05 polegadas cúbicas) e cuja velocidade máxima de fabricação não exceda a cinquenta quilômetros por hora; MOTOCICLETA - veículo automotor de duas rodas dirigido por condutor em posição montada; MOTONETA - veículo automotor de duas rodas, dirigido por condutor em posição sentada; UTILITÁRIO - veículo misto caracterizado pela versatilidade do seu uso, inclusive fora de estrada. Nota: Dados da frota de veículos referentes a abril de 2018. Excluindo os veículos de uso exclusivo para transporte coletivo, cargas e serviços.

Fonte: DETRAN-PR, 2018. Dados trabalhados pela DRZ Gestão de Cidades, 2019.

Segundo levantamento de dados feito junto às secretarias municipais e nas oficinas de leitura com a comunidade a principal reclamação quanto ao sistema viário da cidade são as rotatórias, as vagas de estacionamento de forma oblíqua e a falta de continuidade das vias como o que acontece na parte mais sul da Avenida Pinheirais.

9.4 DESLOCAMENTO MOTORIZADO DE CARGAS E SERVIÇOS

Este item trata dos serviços de carga e descarga de mercadorias e de transporte de passageiros.

O transporte de cargas é essencial para o funcionamento da cidade, pois é fundamental para o deslocamento de mercadorias, alimentos e utensílios. Entretanto, o deslocamento motorizado de cargas na área urbana é um fator que gera grande impacto e compromete a fluidez dos outros deslocamentos, visto que os veículos que transportam cargas costumam ocupar grande parte do espaço viário e, ao mesmo tempo, afetam o acesso a algumas áreas. Por isso, a circulação do transporte de cargas na área urbana deve ser devidamente controlada.



O maior problema relatado em todos os eventos realizados até agora foi a falta de trajetos específicos para o tráfego de veículos pesados e transporte de carga. Atualmente não tem uma legislação que restrinja o acesso desses veículos na malha urbana, prejudicando tanto a pavimentação quanto a segurança dos moradores das regiões onde circulam.

Segundo o departamento responsável e conforme constatado nas visitas técnicas também não foi identificado locais específicos, nem regulamentação para a realização de carga e descarga de mercadorias, o que contribui para agravar os conflitos viários em horários de pico.

10 CRESCIMENTO POPULACIONAL E EXPANSÃO URBANA

10.1 PROJEÇÃO DO CRESCIMENTO POPULACIONAL E EXPANSÃO URBANA

A análise da capacidade de suporte futura é feita considerando o crescimento populacional dos próximos 10 anos.

Como pode ser observado na Tabela 39, a população total do município não apresentou nenhuma conduta inesperada, demonstrando crescimento em todos os dados desde 1991. Entretanto, a população rural apresentou comportamento incomum com a sua diminuição em primeira análise e aumento significativo de 2000 para 2010, o que pode ser explicado pelo grande número de ocupações que o município apresentou neste período, em especial o Acampamento Celso Furtado.

Tabela 39 –Censo populacional de Quedas do Iguaçu

Situação do domicílio	População		
	1991	2000	2010
Urbana	14.822	19.626	20.987
Rural	8.968	7.738	9.618
Total	23.790	27.364	30.605

Fonte: IBGE, 2010. Dados trabalhados pela Equipe DRZ, 2019.

Com base nas variáveis analisadas optou-se por utilizar o MODELO LOGÍSTICO como método para projeção populacional do município de Quedas do Iguaçu, e os censos demográficos disponíveis de 1991, 2000, 2010.



Este modelo, dado por uma equação diferencial, é descrita por:

$$p(t) = \frac{L}{1 + k'e^{-kt}}$$

Onde:

$K': \frac{(L-P_0)}{P}$: fatores inibidores de crescimento (constante);

T: tempo;

k: taxa de crescimento (constante);

L: carga de suporte ou limite da população (constante);

P (t): população no tempo t.

A análise dos índices demográficos é realizada com o auxílio de ferramentas específicas que indicam os valores dos componentes da fórmula descrita acima e indica o grau de confiabilidade dos resultados a serem gerados. O erro médio neste caso, tende à 0,00%, e os dados estão apresentados na tabela a seguir.

Tabela 40 –Estimativa populacional até 2035.

Ano	Urbana	Rural	Total
2018	21.254	11.621	32.875
2019	21.269	11.867	33.136
2020	21.282	12.111	33.393
2021	21.293	12.352	33.645
2022	21.303	12.588	33.891
2023	21.311	12.822	34.133
2024	21.318	13.051	34.369
2025	21.324	13.277	34.601
2026	21.329	13.498	34.827
2027	21.333	13.716	35.049
2028	21.337	13.929	35.266
2029	21.340	14.137	35.477
2030	21.342	14.342	35.684
2031	21.345	14.541	35.886
2032	21.347	14.737	36.084



2033	21.348	14.928	36.276
2034	21.350	15.114	36.464
2035	21.351	15.297	36.648

Fonte: IBGE, 2010. Dados trabalhados pela Equipe DRZ, 2019.

Segundo o plano diretor de 2006, Quedas do Iguaçu apresentaria população total de 36.995 habitantes em 2010 e pelos dados oficiais do IBGE, no mesmo ano, o município continha 30.605, apresentando uma diferença de 6.390 pessoas demonstrando um avanço menor que o estimado.

Considerando os dados apresentados na tabela acima, foi previsto um crescimento populacional de aproximadamente 2.270 desde o último Censo (30.605). Tomando por base a estimativa populacional prevista para 2019 (33.136), a população de Quedas do Iguaçu terá um crescimento de 10,6% até 2035, ou seja, 36.390 habitantes, crescimento médio de 206 moradores por ano.

Quedas do Iguaçu apresenta loteamentos ainda em consolidação, a exemplo o Loteamento João Paulo II, entretanto é necessário prever área para a expansão da sua malha urbana e segundo foi repassado em reuniões com os departamentos específicos fica claro a tendência de a cidade crescer sentido noroeste, influenciado pelo relevo e proximidade com a região central, onde já possui infraestrutura básica implantada.

Figura 50 - Loteamento João Paulo II.



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.



10.2 CAPACIDADE DE SUPORTE AMBIENTAL

Medidas de proteção ambiental, tais como: recuperação de APP, tanto do Rio Campo Novo quanto dos demais córregos existentes, fiscalização quanto ao lançamento de esgoto e resíduos em córregos e rios, a realização de campanhas para conscientizar a população quanto a importância em dar ao lixo a destinação correta e a da preservação das áreas verdes são imprescindíveis para o município.

Quedas do Iguaçu apresenta potencial ambiental, principalmente na região da Vila Salto Osório e Parque Aquático, mas sua exploração deve visar sempre a preservação e conservação dos recursos naturais para garantir que o crescimento municipal esteja atrelado a uma boa qualidade de vida da população.

Para que o crescimento urbano previsto ocorra sem gerar conflitos com o meio ambiente, todo empreendimento, sem exceção, só poderá ser realizado se estiver em área:

- Interna ao perímetro urbano;
- Com declividade menor que 30%;
- Distante num raio de 50 metros de qualquer nascente e de 30 metros de qualquer curso d'água, isto é, fora de qualquer APP;
- De preferência, sem remanescente de vegetação nativa.

Lembrando que há a possibilidade de ampliação do perímetro, sempre que necessário, desde que dentro dos limites do perímetro de expansão. Além disso, o próprio perímetro de expansão pode ser alterado pelo Poder Legislativo, quando julgarem necessário, ou na próxima revisão do PDM.

Dentro ou fora do perímetro urbano, os empreendimentos com atividades modificadoras do meio ambiente, conforme o Art. 2º da RESOLUÇÃO CONAMA nº 001/1986, além de cumprir os requisitos acima, devem elaborar uma Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), na forma de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (EIA/RIMA) para que possa ser licenciado pelos órgãos competentes – Prefeitura Municipal, IAP e IBAMA. Os EIA/RIMA são documentos que visam avaliar os impactos ambientais decorrentes



da instalação de um empreendimento e estabelecer programas para monitoramento e mitigação desses impactos.

10.3 CAPACIDADE DE SUPORTE DE INFRAESTRUTURA

O PMSB, realizado em 2017, prevê prazo de funcionamento até 2047 e cria diretrizes para o desenvolvimento do município. Nele foi constatado que o sistema de captação de água é suficiente para atender a população futura até o término do plano, sendo necessária intervenções e ampliações nos sistemas de adução e tratamento apenas para período maior que 10 anos.

Quanto ao Sistema de Esgotamento Sanitário, a rede não abrange toda a área urbana e o PMSB prevê investimentos a serem realizados nos próximos 10 anos, como a elaboração de projetos para a implantação de estações elevatórias.

O atual sistema de drenagem não possui grandes problemas, além das ligações de esgoto irregulares na rede. Deve-se buscar erradicar as ligações irregulares e ampliar o sistema, abrangendo todos os loteamentos.

Apesar de a estrutura do sistema viário ser suficiente para a demanda atual, é necessário a manutenções de certos trechos como o demonstrado na FIGURA 56 que precisam de adequações para atender melhor a população atual e a futura. O planejamento das vias deve ser eficiente evitando descontinuidades do trajeto nos novos loteamentos e estudos específicos para a caracterização dos fluxos são essenciais.

Figura 51 - Rua esburacada em bairro.



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2019.

10.4 CAPACIDADE DE SUPORTE DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Quedas do Iguaçu conta com várias unidades de ocupações irregulares tanto na área urbana como na rural, estas não possuem infraestrutura mínima regulamentada (água, luz, esgoto, pavimentação), por isso nesses locais as ligações ocorrem de maneira irregular interferindo direta e negativamente na capacidade de suporte de infraestrutura.

Outro fator que contribui para o declive da qualidade dos serviços básicos no município é que Quedas possui muitos prédios ociosos ou em desuso, como o construído para abrigar a Clínica da Mulher e o excesso de escolas. Portanto seria mais eficiente a concentração dos serviços em uma quantidade menor de estabelecimentos, diminuindo as despesas e aumentando a qualidade dos locais em funcionamento.

Apesar de a área urbana possuir dois cemitérios, a quantidade existente não é suficiente para atender a cidade em um futuro de 10 anos.

Foi avaliado junto aos departamentos da prefeitura municipal a necessidade de aumentar o quadro de funcionários, apenas a secretaria de obras se classifica com contingente suficiente atender a população futura.



11 GESTÃO MUNICIPAL

Faz-se necessário fazer a reflexão dos temas relacionados às questões municipais, como a estrutura administrativa, modelos de gestão, planejamento e a dependência das transferências entre governos, no âmbito da revisão dos instrumentos de gestão.

A insistência de manter modelos administrativos burocráticos constitui um dos problemas enfrentados pelos municípios que retardam o processo de modernização de administração local.

11.1 FINANÇAS PÚBLICAS

É o conjunto de ações e problemas que integram o processo de arrecadação e execução de despesas, pela administração pública e a gestão do patrimônio público. Abrangem todos os atos relativos à arrecadação de tributos, captação de outros recursos, formulação e execução dos orçamentos, realização de compras, fiscalização, controle interno e prestação de contas.

Para que o governo possa realizar políticas de alocação e de realocação de recursos escassos, tornam-se imprescindível a existência de fontes de arrecadação de recursos, necessárias ao pagamento do que chamamos de estrutura pública, responsável pelos estudos e aplicação de políticas econômicas objetivadas na equidade e crescimento da renda.

De uma forma geral, a teoria das finanças públicas gira em torno da existência das falhas de mercado que torna necessária a presença do governo, o estudo das funções do governo, da teoria da tributação e do gasto público. Embora muito se tivesse ouvido dizer sobre redução de gastos governamentais e redução do "tamanho" do Estado, a sua participação na economia é de extrema importância, e inúmeras são as funções desempenhadas. Fica difícil decidir onde serão feitos os cortes: se na saúde, educação, defesa, policiamento, justiça ou, no investimento econômico-social.

Considerou-se dados estatísticos a partir das Receitas e Despesas relativos ao período de 2015 a 2017 do município de Quedas do Iguaçu Estado do Paraná, porém foram utilizados implicitamente os dados de 2014 para demonstrar a variação de 2015. As informações



utilizadas foram extraídas da Secretaria do Tesouro Nacional – Siconfi/Finbra, Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu e IBGE. Os valores atribuídos a esses documentos foram atualizados, ou seja, deflacionados a preços constantes de 2017 de acordo com os indicadores oficiais utilizados para correção de valores e aplicados pelos principais Institutos Oficiais do Brasil.

11.2 RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Conceitualmente as receitas e despesas públicas são indicadores do volume e da capacidade de inversão do poder público municipal, o que traz uma influência direta também sobre a circulação financeira nestas localidades. A arrecadação, por ser de diversas fontes, varia muito em função da área do município, da população e das atividades econômicas. As despesas, geralmente, estarão indexadas às receitas arrecadadas conforme previstos nos orçamentos públicos, normalmente as despesas ficam a mercê da restrição orçamentária dos municípios.

RECEITAS MUNICIPAIS

A receita é composta, fundamentalmente, por Receitas Correntes³⁴ que deriva para outras variáveis decorrentes dela e que exercem grande influência para gestão pública, notadamente na administração da arrecadação e principalmente como ela é alocada de acordo com as despesas por função, assim como nas análises das finanças públicas como um todo para município de Quedas do Iguaçu com a finalidade de mostrar a distribuição dos recursos que fazem frente às despesas de custeio e de investimentos.

Pode-se identificar que a mobilidade de recursos destinados para o Fundeb provoca uma redução na receita corrente, que conceitualmente resulta na formação da receita corrente líquida. A dedução das receitas correntes para formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB tem objetivo proporcionar a elevação e uma nova distribuição dos investimentos com a educação, que estarão nos municípios para atendimento ao Ensino Fundamental e Educação Infantil.

³⁴ Receitas Correntes - Receitas que apenas aumentam o patrimônio não duradouro do Estado, isto é, que se esgotam dentro do período anual. Compreendem as receitas tributárias, patrimoniais, industriais e outras de natureza semelhante, bem como de transferências correntes.



A seguir as análises a partir das receitas orçamentárias do município de Quedas do Iguaçu com valores atualizados considerando os preços constantes de 2017 (Tabela 41).

Tabela 41 - Receitas Orçamentárias Municipais, valores deflacionados a preços constantes de 2017, período 2015-2017 (Em R\$ 1,00)

Ano	Receita Corrente	Dedução da Receita	Receita Corrente	Receita Capital (4)	Receita Corrente Intraorçamentária	Receita Orçamentária
2015	74.759.035,47	7.827.872,20	66.931.163,27	4.037.888,23	0,00	78.796.923,70
2016	81.393.996,51	8.104.164,56	73.289.831,95	3.603.469,76	0,00	84.997.466,27
2017	78.721.312,73	8.160.717,11	70.560.595,62	5.430.881,12	0,00	84.152.193,85
Média	78.291.448,24	8.030.917,96	70.260.530,28	4.357.413,04	0,00	82.648.861,27

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

Durante o período 2015-2017, as receitas correntes sem as deduções foram responsáveis, em média, por 94,73% das receitas orçamentárias, que pode ser observado a partir da elevação das transferências governamentais de nível federal e estadual durante o período analisado, apontado, inicialmente, a precariedade de recursos originados da receita de capital. Assim, a Receita de Capital³⁵ representou apenas 5,27% de participação totalizando 100% das receitas orçamentárias. (Tabela 7.2.1).

As deduções das receitas correntes legais, por serem constitucionais e previsíveis, não comprometeram as receitas correntes no, pois atendeu orçamentos específicos de acordo com a Constituição Federal. Em valores reais, as deduções significam em média 9,72% da totalidade da receita orçamentárias referente ao período 2015-2017 indicando os recursos para a distribuição nos investimentos com a educação do município.

Considerando a evolução das receitas em valores corrigidos, verifica-se que a receita corrente, em média, durante o período 2015-2017, apresentou aumento de 1,77%; a receita orçamentária teve crescimento de 0,16% e às receitas de capital que apontou decréscimo de

³⁵ Receitas de Capital - receitas que apenas aumentam o patrimônio duradouro do Estado, como, por exemplo, aquelas provenientes da observância de um período ou do produto de um empréstimo contraído pelo Estado em longo prazo. Compreendem, assim, a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos, reservas, bem como a transferência de Capital.



5,37% que foi influenciada redução de 56,07% e 10,76% nos períodos 2014-2015 e 2015-2016, respectivamente.

Considerando os anos de 2015 e 2017, o crescimento acumulado real da arrecadação do município de Quedas do Iguaçu apresentou os seguintes desempenhos: a) Receitas Orçamentárias – o crescimento atingiu a 6,80%, considerando os valores R\$78.796.923,70 e R\$84.152.193,85; b) Receitas correntes - cresceram 5,30% resultado da variação de R\$74.759.035,47 para R\$78.721.312,73 e: c) Receitas de capital - crescimento de 34,50% na equivalência entre os valores R\$4.037.888,23 e R\$5.430.881,12.

A receita corrente que é mais relevante variável de arrecadação municipal, apontou decréscimo de 0,30% em 2015, crescimento de 8,88% em 2016 e queda de 3,28% no ano de 2017 considerando o ano imediatamente anterior. O crescimento de 8,88% no ano de 2016 foi superior ao índice de 6,29% da inflação do mesmo ano, enquanto que em 2017 com decréscimo de 3,28%, comprometeu a arrecadação municipal quando deparamos com a inflação de 2,95% no ano. A queda de 2015 que atingiu 0,30%, tal como na economia brasileira não foi confortável, principalmente quando comparados com os indicadores de inflação do mesmo ano que foi de 10,67% medido pelo IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo) que é considerado o termômetro oficial da inflação no país.

As receitas correntes atualizadas referentes aos anos de 2015 e 2016 se constituíram em perdas para as finanças públicas de Quedas do Iguaçu por não acompanharem os indicadores inflacionários do país, significando redução de recursos para atendimento às demandas dos Quedas-Iguaçuense.

A seguir a abordagem sobre as transferências constitucionais da União e do Estado que representam a sustentação socioeconômica do município de Quedas do Iguaçu e da maioria dos municípios brasileiros.

11.3 TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS

A Constituição Federal de 1988 aborda sobre a partilha de impostos de recolhimento federal ou estadual através de transferências para os Estados, Distrito Federal e Municípios, sendo um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais, na busca



incessante de promover o equilíbrio socioeconômico entre Estados e Municípios, considerando que a arrecadação tributária, às vezes, não é suficiente para manutenção dos serviços básicos inerentes à Administração Pública. Gasparini e Miranda, (2006, p.10) defendem que “as transferências são uma das formas de tornar o setor público mais bem desenhado, sendo seu uso destinado a compatibilizar as ações públicas com os recursos necessários para atendê-las, de forma que possa maximizar o bem-estar da população”.

A Tabela 42 sugere basicamente a reflexão da equivalência entre a receita orçamentária e as transferências correntes para identificar essa relação e visualizar a capacidade de arrecadação municipal durante determinado exercício fiscal. Essa análise indica que quanto maior a equivalência menor é a participação das receitas próprias do município.

Tabela 42 - Comparativo da Receita Orçamentária com as Transferências Correntes, valores deflacionados a preços constantes de 2017, período 2015-2017 (Em R\$ 1,00)

Ano	Origem dos Recursos		Equivalência Receita e Transferência (%) (A/B). 100	Crescimento Real (%) Deflacionado	
	Transferências Correntes (A)	Receita Orçamentária		Transferências Correntes	Receita Orçamentária
2015	67.031.454,53	78.796.923,70	85,07	-0,13%	-6,39%
2016	70.641.326,95	84.997.466,27	83,11	5,39%	7,87%
2017	68.277.706,70	84.152.193,85	81,14	-3,35%	-0,99%
Média	68.650.162,73	82.648.861,27	83,10	0,64%	0,16%

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

Comparando as receitas orçamentárias com as transferências correntes (sem as deduções) recebidas pelo município de Quedas do Iguaçu, verifica-se que a equivalência média é de 83,10% no período 2015-2017, ou seja, as transferências correntes tem significativa participação nas receitas orçamentárias do município. O melhor desempenho aconteceu em 2015 quando a equivalência alcançou a 85,07%, simultaneamente, as receitas orçamentárias obtiveram crescimento médio de 0,16% e as transferências correntes com crescimento de 0,64% no período de 2015-2017.

Na Tabela 43 constata-se o peso que as transferências constitucionais têm nas receitas públicas de Quedas do Iguaçu. As transferências do FPM, do SUS e do FNDE respondem por uma importante parcela do FUNDEB transferido aos Estados e Municípios, o que indica que as isenções dadas pela União ao IPI e ao IR refletem-se duplamente na receita destes entes da



Federação. As isenções diminuem tanto o valor dos Fundos de Participação como também do FUNDEB.

Considerando as médias das evoluções do período de 2015-2017, no município de Quedas do Iguaçu, as Transferências Constitucionais apresentaram as seguintes variações: a) nas transferências correntes (somatório das transferências da União, Estado e Outras) houve crescimento médio de 0,64%; b) as transferências correntes da União obteve crescimento de 1,73%; c) as transferências do Estado apresentaram evolução de 7,51%; d) Outras transferências com evolução negativa de 1,19%; e) as transferências de capital apresentaram decréscimo de 1,03% e finalmente f) às transferências totais teve acréscimo de 0,13%.

Tabela 43 - Transferências Constitucionais, valores deflacionados a preços constantes de 2017, período 2015-2017 (Em R\$ 1,00)

Ano	Transferências Correntes				Transferências Capital - Total (5)	Total (6) 4+5
	União	Estado (2)	Outras (3)	Total (4) 1+2+3		
2015	34.998.966,21	17.665.065,75	14.367.422,57	67.031.454,53	3.609.264,25	70.640.718,78
2016	37.999.712,21	17.811.475,02	14.830.139,72	70.641.326,95	2.568.983,48	73.210.310,43
2017	34.604.722,15	20.218.286,68	13.454.697,87	68.277.706,70	3.883.381,20	72.161.087,90
Média	35.867.800,19	18.564.942,48	14.217.420,05	68.650.162,73	3.353.876,31	72.004.039,04

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

O crescimento médio dos repasses das transferências totais apontou incremento de 0,13%, cujo resultado foi impulsionado pela variação de 3,64% no ano de 2016, pois nos anos de 2015 e 2017 obtiveram quedas de 1,83% e 1,43%, respectivamente, tais resultados, foram motivados pelo fenômeno ocorrido em função dos graves problemas políticos e econômicos e pelos níveis constrangedores de desemprego vivenciado no país a partir do final de 2013.

No geral, para vislumbrar um ambiente mais consolidado economicamente para o município, esses números demonstram a necessidade de imprimir esforços para a captação de recursos com reestruturação na fiscalização e se preocupar na com a utilização de recursos originários dos fundos perdidos, além dos cuidados com as transferências de convênios que exigem contrapartida do município.

A participação das transferências constitucionais da União reflete na mais relevante contribuição na arrecadação do município de Quedas do Iguaçu. Em relação aos repasses



do Governo Federal, no período 2015-2017 as transferências estão representadas pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais (CFEM), Serviço Único de Saúde (SUS), Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), Imposto Territorial Rural (ITR) e Outras Transferências da União e Lei Candir nº 87/96 (Tabela 44).

Cabe salientar que a regularidade dos repasses constitucionais federais, inclusive estaduais proporcionam condições de planejamento de gestão dos municípios para a utilização dos recursos transferidos. Nessa linha de análise, têm-se os valores médios das transferências constitucionais ou dos repasses financeiros, considerando sua totalidade que oferece os seguintes níveis de participação: FPM (60,61%); CFEM (19,47%); SUS (7,57%); FNDE (5,09%); Outras Transferências (4,38%); FNAS (1,72%); L.C. 87/96 (0,30%) e ITR (0,86%). Esses dados mostram a relevância dos valores do FPM para a composição das finanças públicas do município de Quedas do Iguaçu.

Tabela 44 - Comparativo das Transferências Constitucionais da União, valores deflacionados a preços constantes de 2017, período 2015-2017 (Em R\$ 1,00)

Transferências da União (Variáveis)	Anos			Média
	2015	2016	2017	
FPM	21.239.255,14	22.789.525,09	21.193.042,29	21.740.607,51
CFEM	7.300.439,47	8.186.660,59	5.459.563,98	6.982.221,35
SUS	2.526.149,40	2.698.033,10	2.916.912,01	2.713.698,17
FNAS	345.853,56	532.373,91	977.503,66	618.577,04
FNDE	1.932.520,36	1.788.102,99	1.754.164,70	1.824.929,35
Lei Candir 87/96	111.754,34	107.368,19	108.460,56	109.194,36
ITR	360.407,31	278.775,22	280.866,71	306.683,08
Outras Transferências	1.182.586,63	1.618.873,12	1.914.208,24	1.571.889,33
Total das Transferên-	34.998.966,21	37.999.712,21	34.604.722,15	35.867.800,19

Fonte: STN/FINBRA/Secretaria de Estado da Fazenda (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

Os desempenhos reais das transferências constitucionais de responsabilidade da União, considerando as dificuldades do município de Quedas do Iguaçu nos repasses dos anos 2015 e 2017 que em tese teria origem pela crise política e econômica brasileira estabelecida e evidenciada a partir de 2014 fizeram com que as transferências do: FPM, CFEM e, ITR fossem as mais prejudicadas nos repasses, conforme segue:



- I. O FPM apontou com crescimento médio negativo de 3,22% devido às quedas de repasses nos anos de 2015 e 2017 correspondendo a 9,96% e 7,01%, respectivamente. O melhor desempenho do FPM ocorreu 2016 com a evolução de 7,30% que amenizou o indicador médio de crescimento, o qual trouxe significativa perda na composição das finanças do o município de Quedas do Iguaçu.
- II. O CFEM assinalou com decréscimo médio de 8,62% devido às perdas de repasses nos anos de 2015 e 2017 correspondendo a 4,68% e 33,31%, respectivamente. Com ganho apenas no ano de 2016, assinalando queda de 12,14%.
- III. O SUS assinalou com crescimento médio de 11,82% em virtude das evoluções em todos os períodos analisados, sendo de (20,56%) em 2015; (6,80%) no ano de 2016 e de (8,11%) em 2017.
- IV. Em relação FNAS, FNDE, Lei Candir, ITR e Outras Transferências da União que são as de menor valor financeiro, cresceram em média: 31,67%, -1,27%, -2,65%, -5,91% e 59,37%, respectivamente.

Tendo em vista, o total das transferências da União, entre 2015 e 2017 em valores reais de R\$34.998.966,21 e R\$34.604.722,15 onde teve decréscimo de 1,13%. O FPM é a principal fonte de recursos, apresentando variação negativa de 3,22% na comparação dos valores entre R\$21.239.255,14 e R\$21.193.042,29. No repasse do CFEM crescimento foi negativo de 25,22% no período entre 2015 e 2017, e no SUS apresentando resultado positivo de 15,47% significando que na totalidade ocorreu evolução em partes nas finanças públicas do município.

No contraponto aos níveis de crescimento informados a queda inflacionária de 10,67% para 2,95% durante os 2015 e 2017 mostraram que esses índices sinalizaram que, especificamente, o crescimento do FPM não conquistou ganhos reais em virtude dos índices de inflação superar os níveis de crescimento do FPM.

Na sequência das análises das Transferências Constitucionais, o Estado tem participação significativa na arrecadação do município de Quedas do Iguaçu, cujos valores transferidos são superiores aos repasses da União (Tabela 44).

A participação das transferências constitucionais do Estado é relevante na composição da arrecadação do município de Quedas do Iguaçu. Em relação aos repasses do Estado, no período 2015-2017 as transferências estão representadas pelo Imposto sobre Circulação de



Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposta sobre Propriedade de Veículos e Automotores (IPVA), Serviço Único de Saúde (SUS), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), Compensação Financeira pela Produção de Petróleo (Lei nº. 7990/89).

Tabela 45 - Comparativo das Transferências Constitucionais do Estado, valores deflacionados a preços constantes de 2017, período 2015-2017 (Em R\$ 1,00)

Transferências do	Anos			Média
	2015	2016	2017	
ICMS	14.284.221,36	14.178.378,22	15.487.359,48	14.649.986,35
IPVA	2.930.136,90	2.974.481,11	2.997.227,36	2.967.281,79
SUS	209.663,65	321.612,05	598.482,90	376.586,20
IPI	213.587,56	192.297,06	245.010,93	216.965,18
CIDE	24.414,71	63.422,30	85.497,17	57.778,06
Lei nº 7.990/89	3.041,57	2.180,03	2.627,99	2.616,52
Outras Transferências	0,00	79.104,25	802.080,85	293.728,37
Total das Transferên-	17.665.065,75	17.811.475,02	20.218.286,68	18.564.942,48

Fonte: STN/FINBRA/Secretaria de Estado da Fazenda (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

Antecipadamente, observa-se que o ICMS e IPVA são os mais significativos repasses do Estado para a composição da arrecadação do município de Quedas do Iguaçu. A receita proveniente do ICMS que é a principal fonte de arrecadação pelo Estado, destina aos municípios 25% (vinte e cinco por cento) do seu total, enquanto o IPVA, que destina 50% da arrecadação aos municípios nos quais se verifique o licenciamento dos veículos.

Os desempenhos reais das transferências constitucionais do Estado, mediante as dificuldades do município nos repasses dos anos 2016 e 2017 em relação às transferências do: ICMS, SUS e da Lei nº 7990/89 foram as maiores prejudicadas nos repasses, conforme análise seguinte:

- I. A evolução do ICMS no período 2015-2017 apresentou crescimento médio real de 4,47% o resultado é referente, principalmente, às evoluções nos anos de 2015 e 2017, apresentando valores de 4,93% e 9,23%, respectivamente. No ano de 2016 houve decréscimo 0,74%.
- II. As variações médias dos repasses financeiros do IPVA, SUS, IPI, CIDE, Lei nº 7.990/89 que trata dos *royalties* e Outras Transferências do Estado apresentaram crescimento médio de 9,39%; 85,60%; 3,87%; 144,68%; 47,30% e 271,32%, respectivamente. Importante observar



que os valores atribuídos as Transferências do SUS e CIDE e Outras Transferências, apresentaram as maiores variações médios de repasse do Estado.

A participação em valores médios das transferências constitucionais ou dos repasses financeiros do Estado para o município em relação a sua totalidade segue pela ordem de grandeza: ICMS (78,91%); IPVA (15,98); IPI (1,17%); Outras Transferências do Estado (1,58%); SUS (2,03%); CIDE (0,31%) e Lei nº 7.990/89 (0,01%). Esses dados mostram a relevância dos valores do ICMS para a composição das Transferências Constitucionais (Tabela 45).

Considerando o total das transferências do Estado, entre 2015 e 2017 em valores reais de R\$17.665.065,75 e R\$20.218.286,68 o crescimento acumulado de 14,45% no contraponto a queda inflacionária entre 2015 e 2017 que foi de 10,67% para 2,95%. Em relação ao ICMS que é a principal fonte de recursos, o crescimento acumulado foi de 8,42% na comparação dos valores de R\$14.284.221,36 e R\$15.487.359,48.

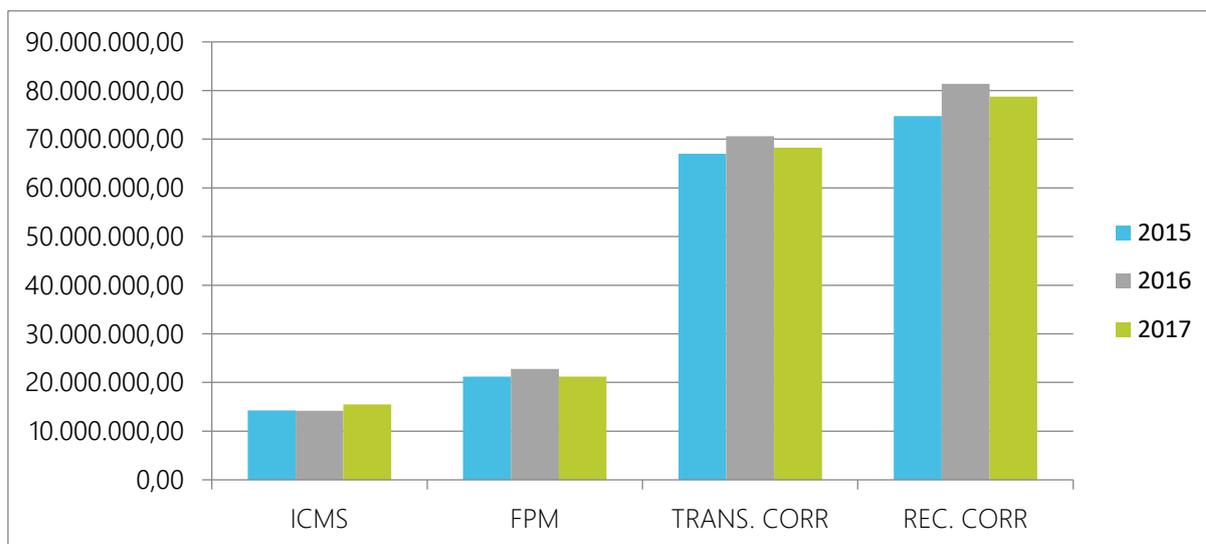
O IPVA, a segunda principal transferência do Estado para o município de Quedas do Iguaçu apresentou-se com crescimento médio de 9,39% no período em análise. A frota de veículos do município aumentou 7,16% entre 2015 e 2017, saindo de 15.847 para 16.982 veículos de todos os tipos, apontando crescimento superior ao constatado no Estado do Paraná em que houve incremento de 4,58% resultado da frota de 6.699.897 (2015) para 7.006.847 (2017) veículos (DETRAN, 2018).

Sintetizando o crescimento acumulado entre os anos 2015 e 2017, as variáveis ICMS, IPVA, SUS, CIDE, IPI, Lei nº 7.990/89 e Outras Transferências do Estado foram contempladas com índices positivos.

Resumindo a participação dos principais repasses constitucionais, o ICMS e FPM representam expressiva contribuição para os cofres públicos municipais na comparação com as transferências correntes e receitas correntes, conforme retrata a Gráfico 15.



Gráfico 15 - Comparação do ICMS e FPM com as transferências correntes e receitas correntes, valores deflacionados a preços constantes de 2017, período 2015-2017 (Em R\$ 1,00)



Fonte: STN/FINBRA/Secretaria de Estado da Fazenda (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

A arrecadação advinda do ICMS, em média durante o período 2015-2017, corresponde 21,34% das transferências correntes e 18,71% das receitas correntes, enquanto que no mesmo raciocínio o FPM participa com 31,67% das transferências correntes e 27,77% das receitas correntes, trata-se de valores significativos e que dependem do crescimento econômico municipal para atingir níveis mais elevados, pois essas duas variáveis representam 53,01% das transferências correntes e 46,48% das receitas correntes. Trata-se de recursos imprescindíveis para a administração pública municipal no cumprimento das obrigações de custeio que são monitoradas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em continuação as variáveis principais de arrecadação municipal, em seguida serão tratadas sobre as receitas tributárias e próprias.

11.4 RECEITAS TRIBUTÁRIAS E RECEITAS PRÓPRIAS

A análise conjunta das principais fontes de arrecadação própria mostra que o ISSQN é principal fonte da arrecadação própria do município de Quedas do Iguaçu. As receitas próprias são representadas pelo IPTU, ISSQN, ITBI e Taxas e as receitas tributárias são compostas pelas receitas próprias mais o IRRF. Historicamente, os municípios se apresentam com dificulda-



des de aumentar a arrecadação devido às falhas de fiscalização e modernização tributária e fragilidades na fiscalização, dessa forma, os municípios devem estruturar sua Administração Tributária em função da sua responsabilidade pela cobrança, arrecadação e inscrição da dívida ativa.

Tabela 46 - Receitas Próprias e Tributárias, valores deflacionados a preços constantes de 2017, período 2015-2017 (Em R\$ 1,00)

Receitas Municipais	Anos			Média	Crescimento Médio
	2015	2016	2017		
IPTU	753.273,05	763.819,84	804.414,28	773.835,72	4,81%
ISSQN	1.367.153,33	1.484.877,23	1.616.465,20	1.489.498,59	-0,68%
ITBI	572.933,60	726.756,49	593.368,97	631.019,69	-0,33%
TAXAS	636.152,14	903.979,86	1.013.657,10	851.263,03	26,42%
Receitas Próprias	3.329.512,12	3.879.433,42	4.027.905,55	3.745.617,03	4,81%
IRRF	830.599,62	988.003,22	1.141.249,53	986.617,46	2,10%
Receitas Tributárias	4.160.111,74	4.867.436,64	5.169.155,08	4.732.234,49	3,93%

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

Considerando o período 2015-2017, a arrecadação advinda do IPTU respondeu em média por 20,66% da arrecadação própria e 16,35% das receitas tributárias, especificamente, em relação ao ISSQN a participação média de 39,77% das receitas próprias e de 31,48% da Receita Tributária.

No crescimento médio por imposto e taxas que compõem as receitas próprias municipais tiveram o seguinte comportamento: as Taxas que foi o destaque com crescimento médio real de 26,42% ao longo do período 2015-2017 - mostrando o melhor desempenho entre os componentes da receita tributária, graças ao desempenho de 2016 - ano que alcançou 42,10% de variação. Em seguida o IPTU (4,81), o ITBI (-0,33%) e o ISSQN cresceram -0,68% - enquanto o Imposto de Renda (IRRF) teve 20,85% de participação média nas receitas tributárias do município (Tabela 46).

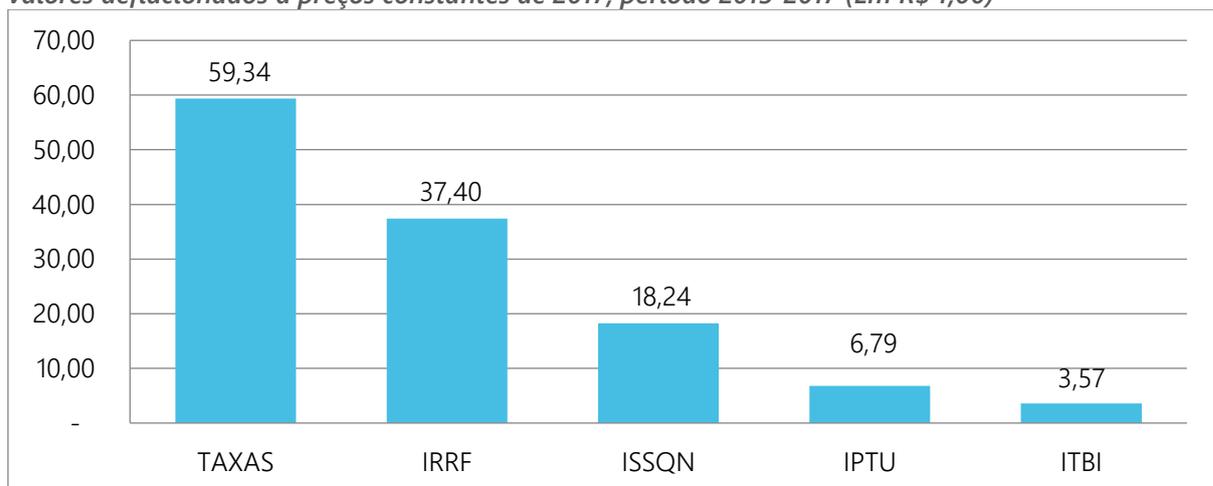
O resultado na arrecadação média das receitas tributárias do município, durante o período 2015-2017 refletiu no crescimento médio de 2,10% e a arrecadação própria do município crescimento de 4,81%, assinalando, assim, que os níveis médios de crescimento dessas duas receitas foram inferiores aos índices de inflação que em média ficou 6,64% em igual período de tempo.



Assim os indicadores, em média podem ser considerados relativamente bons quando comparados com os índices de inflação (IPCA). Essa comparabilidade permite sustentar que as receitas tributárias ficaram num cenário de grande perda financeiras em valores reais em função da evolução das receitas tributárias do município que foram inferiores aos níveis inflacionários (Tabela 46).

Exceto o IPTU e as Taxas, as demais modalidades que compõem as receitas tributárias apresentaram desempenho negativo ao longo da série temporal definida nesse documento. As instabilidades ocorridas muito se devem ao momento de transição nas questões macroeconômicas e políticas que tem afetado a economia de maneira geral. No entanto, o crescimento acumulado real no período 2015-2017, protagonizou as Taxas, o IRRF, ISSQN, IPTU, ITBI conforme Gráfico 16 a seguir:

Gráfico 16 - Comparação do crescimento acumulado das variáveis que compõem a Receita Tributária, valores deflacionados a preços constantes de 2017, período 2015-2017 (Em R\$ 1,00)



Fonte: STN/FINBRA/Secretaria de Estado da Fazenda (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

Os valores mostram o alto desempenho da arrecadação das Taxas em relação aos demais impostos municipais, com variação acumulada de 59,34%. Especificamente sobre os valores da arrecadação com IPTU foram muito baixos, apresentando valor Per Capita de R\$24,18 considerando o ano de 2017 como referência; essa situação deve ser revista pelo município como forma de atualização do cadastro imobiliário.



RECEITAS CORRENTE E RECEITA TRIBUTÁRIA

A receita tributária municipal, como parte integrante das receitas correntes, compreende aquela que o município recebe de seus contribuintes por meio do pagamento de impostos, taxas e contribuições de melhoria, conforme previsto pela legislação municipal sem desrespeitar as Constituições Federal e Estadual e o Código Tributário Nacional (SILVA, 2002).

Devido à relevância das receitas tributárias para os municípios, entende-se que a estruturação da administração tributária é uma realidade para responder pelo lançamento, cobrança, arrecadação e inscrição da dívida ativa para dinamizar a execução fiscal. Dessa forma, os gestores municipais devem, sempre, atentar para a promoção de melhoria das receitas próprias e para isso investir e fortalecer os setores inerentes a essa prática.

Na Tabela 47 - Relação da receita tributária com a receita corrente, valores deflacionados a preços constantes de 2017, período 2015-2017 (Em R\$ 1,00) Tabela 47 fica demonstrada a relação das receitas tributárias e correntes do município de Quedas do Iguaçu com a finalidade de evidenciar a participação das receitas próprias e da retenção de imposto de renda que formar as receitas tributárias no contexto das receitas correntes.

Tabela 47 - Relação da receita tributária com a receita corrente, valores deflacionados a preços constantes de 2017, período 2015-2017 (Em R\$ 1,00)

Ano	Receita Tributária (A)	Receita Corrente (B)	Indicador
2015	4.160.111,74	74.759.035,47	5,56
2016	4.867.436,64	81.393.996,51	5,98
2017	5.169.155,08	78.721.312,73	6,57
Média	4.732.234,49	78.291.448,24	6,04

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

A receita tributária do município de Quedas do Iguaçu apresentou crescimento médio real de 3,93% durante o período 2015-2017. Em média real, a receita tributária do município corresponde a 6,04% da receita corrente, refletindo um indicador de baixa participação nessa combinação. A melhor participação ocorreu no ano de 2017 com 6,57%. Esses dados remetem a proposta do município na busca por alternativas com mecanismos eficazes de atualização e modernização fiscal com a finalidade de contribuir para melhorar os índices de arrecadação com



vistas a ampliar os benefícios dos serviços públicos para a comunidade através de investimentos, além de reduzir a dependência financeira vindas das transferências constitucionais.

Visualizando a hipótese do Poder Executivo exercer os limites de apuração, a capacidade contributiva da população representada nos tributos, os mesmos poderão ser revisados pelos processos de modernização na estrutura municipal e também no sentido adoção de fiscalização mais eficaz com a finalidade de aprimorar o desempenho da política tributária no médio e longo prazo. Depois das análises sobre as receitas correntes, de capital e tributária, a seguir será analisado o comportamento das despesas financeiras e comparar essas modalidades de entrada e saída das finanças públicas do município de Quedas do Iguaçu.

DESPEAS FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO

Despesa pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos a fim de cumprimento dos compromissos assumidos de acordo com a Lei de Orçamento, com o intuito de viabilizar o funcionamento dos serviços públicos.

Para Jund (2008), a despesa é parte integrante do orçamento e corresponde às autorizações para os gastos com diversidade de atribuições governamentais. Despesa pública também pode ser definida como o conjunto de gastos realizados pelos entes públicos para custear os serviços públicos (despesas correntes) prestados à sociedade ou para a realização de investimentos (despesas de capital).

De acordo com a Tabela 48 os indicadores encontrados na proporcionalidade entre Despesas de Capital e Despesas Correntes revelam o peso que a manutenção da estrutura administrativa incide sobre pequenos municípios.

Tabela 48 - Quedas do Iguaçu: Participação das Despesas Correntes e de Capital em relação a Despesa Orçamentária, valores deflacionados a preços constantes de 2017, período 2015-2017 (Em R\$ 1,00)

Ano	Despesas	%	Despesas de Capital	%	Despesa Orçamentária	%
2015	64.606.035,93	93,08	4.801.921,51	6,92	69.407.957,44	100
2016	71.897.024,80	89,43	8.496.205,33	10,57	80.393.230,13	100
2017	59.911.544,20	90,43	6.337.621,27	9,57	66.249.165,47	100
Média	65.471.534,98	90,98	6.545.249,37	9,02	72.016.784,35	100

Fonte: STN-FINBRA (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.



No município de Quedas do Iguaçu, durante o período 2015-2017, em média as Despesas Correntes corresponderam 90,98% e as Despesas de Capital 9,02% de participação nas Despesas Orçamentárias. Denota-se a baixa participação das despesas de capital, demonstrando que os investimentos municipais são relativamente pequenos se considerado os montantes das despesas orçamentárias.

As despesas correntes, em média, durante o período 2015-2017 apresentou taxa de crescimento de 0,15% resultado das variações percentuais de crescimento de 3,83% no ano 2015, e de 11,29% em 2016 e de queda de 16,67% no ano de 2017, enquanto que as despesas de capital mostraram decréscimo de 3,69% - devido às variações negativas de 62,59% e de 25,41% em 2017 e no ano de 2016 com queda de 76,93%, destacando-se a baixa participação das despesas de capital no contexto das despesas orçamentárias. As despesas orçamentárias tiveram decréscimo médio de 2,61% no período 2015-2017, ressaltam-se as variações negativas de 6,06% (2015); e de 17,59% (2017), tendo crescimento de 15,83% (2016) em relação às despesas totais.

Considerando valores atualizados, em média o quadro geral das despesas e das receitas orçamentárias sinalizaram resultados de preocupação nos gastos públicos quando comparados os indicadores de crescimento das finanças públicas municipais, principalmente pela redução das despesas orçamentárias em relação às receitas orçamentárias, cujos resultados mostraram que enquanto as receitas orçamentárias cresceram e, média 0,16% as despesas orçamentárias apresentou decréscimo 2,61% em relação ao período 2015-2017.

Essas médias das variações foram reflexos, principalmente dos baixos níveis de crescimento das despesas correntes nos anos de 2015 e 2017 e das quedas de investimentos identificados na receita de capital nos anos de 2016 e 2017, ressalta-se que tanto despesas como receitas orçamentárias declinaram no ano de 2017 inspirando cautela na gestão e encaminhamentos do ente público.

Admite-se equivalência entre receitas e despesas demonstrando situação confortável entre essas variáveis orçamentárias, conforme prevê teoria das finanças públicas em que a arrecadação é suficiente para cobertura dos gastos, independente das taxas de crescimento de ambas variáveis.



A seguir os dados da Tabela 49 tem como objetivo detalhar as informações sobre a composição das despesas, apontando as principais decisões tomadas para fazer frente aos níveis de arrecadação.

Tabela 49 - Quedas do Iguaçu: Composição das Despesas Correntes e de Capital, valores deflacionados a preços constantes de 2017, período 2015-2017 (Em R\$ 1,00)

Elementos Contábeis	Anos			Média do
	2015	2016	2017	
1. Pessoal e encargos	34.188.105,67	38.215.858,00	36.510.000,23	36.304.654,63
2. Juros e encargos da dívida	725.412,90	662.558,20	604.804,05	664.258,38
3. Demais despesas correntes	29.692.517,35	33.018.608,60	22.796.739,92	28.502.621,96
4. Despesas Correntes (1+2+3)	64.606.035,93	71.897.024,80	59.911.544,20	65.471.534,98
1. Investimentos	3.229.875,34	6.832.987,14	4.876.058,91	4.979.640,46
2. Amortização da dívida	1.572.046,17	1.663.218,19	1.461.562,36	1.565.608,91
3. Despesas de Capital (1+2)	4.801.921,51	8.496.205,33	6.337.621,27	6.545.249,37
Despesas Orçamentárias (Capital + Cor-	69.407.957,44	80.393.230,13	66.249.165,47	72.016.784,35

Fonte: STN-FINBRA (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

Para fazer frente às despesas administrativas, operacionais e financeiras, o município depende de receita financeira dentro dos limites constitucionais, efetivando os pagamentos legais por despesas necessárias ao andamento do setor público municipal, tais como: salários, encargos financeiros e sociais, amortizações dos financiamentos, custeio, investimentos, manutenção etc.

Os elementos contábeis disponíveis na Tabela 49 representam despesas habituais nas contas públicas e pelos valores apresentados os mais relevantes estão localizados nas despesas correntes que sistematicamente tem aumentado ao longo do tempo mantendo um padrão de normalidade ao passo que as despesas de capital se mostram com reflexos de mais instabilidades. Nesse contexto, as despesas com pessoal continuam sendo as mais relevantes e geram as maiores preocupações dentro dessa vertente.

Considerando a média das despesas correntes e despesas de capital relativo ao período 2015-2017, destaca-se: a) Despesas correntes - os juros e encargos da dívida apresentaram crescimento médio real de 4,76% e as despesas com pessoal aumentou 3,24%. As duas variáveis não elevaram os níveis reais de despesas para o município; b) Despesas de capital - os investimentos tiveram queda de 3,69% devido às perdas de 62,59% em 2015 e de 25,41% em 2017. A conta amortizações da dívida cresceu 1,26% devido às ações nos anos de 2015 e 2016 que



sinalizaram crescimento de 10,11% e 5,80% em relação ao ano imediatamente anterior (Tabela 49).

Duas variáveis merecem destaques na relação intrínseca entre elas a redução da dívida pública e a minimização na capacidade de investimentos. O ponto relevante se refere ao aumento no pagamento de juros e a elevação média nos investimentos que significa que as contas de capital tanto de receita como despesa precisam ser analisadas com critérios para repensar investimentos que venham de encontro com os anseios da população Quedas-Iguaçuense.

As seguir a ênfase à para as despesas por função que mostra o destino das receitas orçamentárias do município de Quedas do Iguaçu para os anos de 2015, 2016 e 2017. Dessa maneira, a análise é necessária para se medir a destinação dada pelo governo no que se refere à prestação de serviços básicos à sociedade.

DESPESAS POR FUNÇÃO

Analisando, enfim, sob a ótica econômica, as despesas realizadas pelo município de Quedas do Iguaçu nos anos de 2015 a 2017, observa-se o comportamento estável em consonância com os recursos a disposição dos gestores municipais.

As despesas por função refletem as prioridades dadas pelo governo para alocação dos recursos disponíveis nos cofres públicos de acordo com orçamento anual das receitas e despesas. As despesas por função correspondem ao somatório das despesas correntes e despesas de capital (Tabela 50).

Tabela 50 - Despesas por Função, valores nominais a preços correntes, período 2015-2017 (Em R\$ 1,00)

Discriminação	Em Reais			Participação %			
	2015	2016	2017	2015	2016	2017	Média
Judiciária	104.652,01	127.062,44	143.539,56	0,16	0,16	0,22	0,18
Administração	5.717.577,25	6.520.955,64	5.503.687,76	8,96	8,28	8,31	8,52
Assistência So-	2.362.420,36	3.087.602,94	2.978.608,36	3,70	3,92	4,50	4,04
Saúde	14.987.763,08	18.600.267,35	18.135.625,70	23,49	23,62	27,37	24,83
Trabalho	21.751,37	58,00	626,08	0,03	0,00	0,00	0,01



Educação	22.340.365,75	25.461.872,58	23.981.607,11	35,02	32,33	36,20	34,51
Cultura	462.685,66	575.085,70	269.591,76	0,73	0,73	0,41	0,62
Urbanismo	6.425.560,98	11.277.451,38	6.451.469,89	10,07	14,32	9,74	11,38
Habitação	288,06	40.584,10	0,00	0,00	0,05	0,00	0,02
Gestão Ambi-	374.807,64	484.006,92	389.557,20	0,59	0,61	0,59	0,60
Agricultura	995.999,01	628.266,21	713.230,07	1,56	0,80	1,08	1,15
Indústria	390.284,83	300.525,94	601.514,49	0,61	0,38	0,91	0,63
Comércio e	327.436,59	442.909,92	373.872,72	0,51	0,56	0,56	0,55
Transporte	6.156.777,86	7.804.124,30	3.469.120,00	9,65	9,91	5,24	8,26
Desporto e La-	254.998,28	306.899,26	330.018,79	0,40	0,39	0,50	0,43
Encargos Espe-	2.878.798,83	3.105.166,68	2.907.095,98	4,51	3,94	4,39	4,28
Total Despesas	63.802.167,56	78.762.839,36	66.249.165,47	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: STN-FINBRA-Ipardes e Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

De acordo com estudos realizados por Amarante e Moreira (2008) há uma tendência à diminuição dos gastos com administração ao longo do tempo na economia brasileira. No município de Quedas do Iguaçu a queda nas despesas orçamentárias aconteceu, tendo assim um decréscimo médio de 2,61% considerando o crescimento real (valores deflacionados) ante a inflação média brasileira 6,64% para o mesmo período.

No município de Quedas do Iguaçu em relação ao período 2015-2017 - a média dos maiores gastos foi concentrada pela ordem de grandeza: Educação, Saúde e Urbanismo, sobre os quais será analisada a movimentação das despesas referente ao período 2015-2017.

Considerando os gastos com as principais funções, observa-se que em média participou: i) Educação - alcançou 34,51% do total das despesas e sua maior participação ocorreu em 2017 com 36,20%; ii) Saúde – obteve 24,83% com destaque para o ano de 2017 com 27,37% de participação e iii) Urbanismo - atingiu 11,38% do total das despesas, com maior participação em 2016 com 14,32%; . Essas três dimensões, em média, são responsáveis por 70,72% das despesas por função do município.

Como forma para evidenciar o crescimento médio real das despesas com Educação, Saúde e Urbanismo durante o período 2015-2017 os valores foram deflacionados a preços constantes de 2017 com a finalidade de tornar uma condição analítica mais adequada e realista:



- Educação que tem a maior representatividade entre os recursos destinados as despesas municipais, respondeu por crescimento médio de 0,35%; distribuído em 1,84% em 2015, 6,94% em 2016 e de queda de 7,72% no ano de 2017.
- As despesas referentes à Saúde que tem a segunda maior representatividade entre os recursos destinados as despesas municipais, apontou crescimento médio de 4,62% nas despesas com os gastos nessa função. No ano de 2015 obteve crescimento de 1,91% e no ano de 2016 seguido de aumento de 16,44%, enquanto que no ano de 2017 as despesas decresceram 4,48%, significando menor aplicação de recursos na saúde.
- As despesas com Urbanismo que tem terceira representatividade entre os recursos destinados para as despesas municipais apontaram decréscimo médio desse dispêndio de 5,27% que foi distribuído, pela ordem: queda de 36,53% em 2015; e elevação dos gastos de 64,67% em 2016 e queda de 43,95% em 2017.

Ressaltam-se os baixos valores destinados no setor de Comércio e Serviços que no quadro de despesas por função tem participação de 0,55% em média, e a destinação de recursos para o apoio ao setor de indústria que tem de participação 0,63%. Nessa linha de prioridades municipal, esses dois setores deveriam merecer atenção especial e contínua como forma de motivação, devido à representatividade que têm para o desenvolvimento local.

Os gastos municipais tendem a aumentar de forma consistente, devido a uma série de fatores, como o aumento das responsabilidades na execução das políticas públicas pelo Estado pela União, pois os municípios absorveram atribuições que antes eram executadas pelos outros entes, caso da saúde e educação do ensino fundamental, por exemplo.

Indo além do estudo das despesas, cabe refletir também sobre a inovação qualitativa potencial, e em termos de impacto, dos processos e empreendimentos realizados pelo município. A capacidade de impacto está ligada à inovação de uma ação governamental devido às carências inerentes aos pequenos municípios.

A seguir o tratamento será sobre as principais despesas do município que é a despesa com pessoal e como ela se comporta diante da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

DESPESA COM PESSOAL E A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A análise dos gastos com pessoal está em consonância com os limites estabelecidos na Lei Complementar n.º 101/2000, que dentre outras atribuições, versa sobre os limites



destinados aos gastos com pessoal. A referida lei expressa os limites de gastos com pessoal sobre as receitas correntes líquidas, as quais são apuradas somando as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze meses anteriores, excluídas as duplicidades (Art. 2º, § 3, da Lei n.º 101/2000).

Os indicadores que medem a participação financeira das Despesas de Pessoal, em relação às receitas e despesas totais e correntes mostram um bom desempenho, pois os gastos com pessoal no município de Quedas do Iguaçu atingiu uma média de 51,65% da Receita Corrente Líquida - RCL que é inferior ao limite de 54% da RCL (Art. 19, Art. 21, III, b e Art. 22, parágrafo único) para os gastos com pessoal.

A Despesa Corrente municipal de Quedas do Iguaçu é encabeçada pela despesa com pessoal e encargos. De acordo com a Tabela 7.2.11 essas despesas são sempre motivo de preocupação.

Os dados apresentados estão sempre com foco na ocorrência com a proximidade dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, porém o município está bem enquadrado nesse quesito, no entanto, cabe à gestão de recursos humanos no município de Quedas do Iguaçu fazer os ajustes, sempre que necessário, para atender a legislação em vigor. No exercício de 2016 ocorreu o maior volume de gasto com pessoal, atingindo 52,14% que é inferior ao limite máximo em relação RLC (54%), estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Tabela 51).

Tabela 51 - Gastos com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (RCL, valores deflacionados a preços constantes de 2017, período 2015-2017 (Em R\$ 1,00)

RCL e Despesa com Pessoal	Anos		
	2015	2016	2017
Receita Corrente Líquida (R\$)	66.931.163,27	73.289.831,95	70.560.595,62
Despesa com Pessoal e Encargos (R\$)	34.188.105,67	38.215.858,00	36.510.000,23
Gasto Pessoal em relação a RCL (%)	51,08	52,14	51,74
Limite Máximo (Par. UNICO, Art. 19, Art. 2 inciso III e Art. 22 da LRF)	36.142.828,17	39.576.509,25	38.102.721,63
Limite Prudencial (Parágrafo Único, Art. 22 da LRF) 57%	38.150.763,06	41.775.204,21	40.219.539,50
Limite Máximo (Incisos I, II e III, Art. 20 da LRF) 60%	40.158.697,96	43.973.899,17	42.336.357,37

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades

Considerando os valores reais dos anos de 2015, 2016 e 2017, apurou-se que os gastos com pessoal e encargos não comprometeram os limites estabelecidos pela LRF. Assim, os dados demonstram que racionalização econômica com despesas com pessoal e encargos que



foram inferiores aos limites de 54% da RCL estabelecido pela LRF. Os gastos com pessoal e encargos é uma preocupação constante que deve ser levada em consideração pela administração pública, principalmente nos modelos atuais de gestão pública em que a transparência das ações é cada vez mais evidente, por isso a política de contenção de despesas dessa modalidade e outras deve ser a meta dos governantes.

Considerando a análise individual dos índices, os dados mostram moderada participação dos gastos com pessoal e encargos na composição das despesas do município, sendo, portanto, indispensável, em qualquer situação uma readequação na administração com esse tipo de gasto com medidas de precaução para salvaguardar a saúde financeira do município.

Em suma, os resultados mostram que no período avaliado, os indicadores ficaram abaixo dos dispostos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no que tange aos percentuais não permitidos dos gastos com pessoal incidentes sobre as receitas correntes líquidas, cabendo ao município o gerenciamento para os anos seguintes. Esses resultados, apesar da estabilidade nesses gastos, sempre remete o município a um processo de alerta, para que nos anos seguintes evite-se a dilatação dessa diferença entre as receitas e despesas com a finalidade de aumentar os níveis de investimentos que venham promover o desenvolvimento do município.

Como parte fundamental das finanças públicas do município, o estudo seguinte permite a comparação entre as despesas e receitas orçamentárias com a finalidade de mostrar os caminhos a serem traçados para propiciar maior racionalidade econômica da gestão pública municipal.

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS EM RELAÇÃO ÀS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

As receitas e despesas públicas são consideradas como indicadores do volume e da capacidade de inversão do poder público municipal, o que traz uma influência direta também sobre a circulação financeira.

Tabela 52 - Resultado da Execução Orçamentária - Relação entre despesa e receita, valores deflacionados a preços constantes de 2017, período 2015-2017 (Em R\$ 1,00)

Descrição	2015	2016	2017
Receita Orçamentária	78.796.923,70	84.997.466,27	84.152.193,85



Despesa Orçamentária	69.407.957,44	80.393.230,13	66.249.165,47
Superávit Orçamentário	9.388.966,26	4.604.236,14	17.903.028,38
Despesa/Receita (%)	88,08	94,58	78,73
Equilíbrio Orçamentário [1]	11,92	5,42	21,27

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura de Quedas do Iguaçu (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades

O superávit orçamentário mais expressivo ocorreu em 2017 com a participação de 78,73% da despesa em relação às receitas que determinou 21,27% como equilíbrio orçamentário. A relação despesa/receita, em média, atingiu 87,13% no período 2015-2017, enquanto a média do equilíbrio orçamentário foi de 12,87% demonstrando que o município não correu risco de endividamento em função das despesas ser inferior as receitas no ano de 2016, mantendo relativa zona de conforto financeiro (Tabela 52).

Para aperfeiçoar a gestão a pública municipal, os estudos e a compreensão relacionados aos indicadores econômicos e financeiros podem auxiliar os gestores na aplicação de recursos para investimentos e gastos, assim a gestão de resultados é um mecanismo utilizado para medir a gestão que é utilizada também nos órgãos públicos no sentido de justificar as tomadas de decisão governamentais adotadas pelo município na gestão dos recursos humanos.

11.5 INDICADORES FINANÇAS PÚBLICAS

Os indicadores representam as possibilidades de a Administração Pública tomar decisões de investimentos e gastos em geral, sendo uma bússola para que o Executivo tome decisões técnicas no sentido de salvaguardar a gestão do patrimônio público. Os vários indicadores econômicos do Município possibilitam a caracterização das atividades e os impactos no mercado de trabalho, na renda familiar e nas finanças públicas municipais. Tais indicadores permitem observar aspectos do recente desenvolvimento econômico de Quedas do Iguaçu.

INDICADOR DE DEPENDÊNCIA

Trata-se de um quociente entre Receitas Transferidas e Despesas Totais. Quanto mais próximo de “1” maior a dependência do Município em relação às transferências, especialmente o FPM e ICMS. Segue o indicador de dependência na Tabela 7.13.

Com média de 1,01 no indicador de dependência durante o período 2015-2017 o assinala que o município de Quedas do Iguaçu tem alto grau de dependência sobre as transferências constitucionais dos Governos: Federal e Estadual que são determinantes para auxiliar



na gestão pública quando comparados com as despesas orçamentárias (Tabela 53). Esse indicador é decisivo para a gestão pública municipal avaliar as possibilidades de elevar a arrecadação da receita tributária como forma de minimizar a dependência dos repasses constitucionais.

Tabela 53 - Indicador de Dependência, valores deflacionados a preços constantes de 2017, período 2015-2017 (Em R\$ 1,00)

Ano	Receita Transferida ³⁶	Despesa Orçamentária	Indicador (A: B)
2015	70.640.718,78	69.407.957,44	1,02
2016	73.210.310,43	80.393.230,13	0,91
2017	72.161.087,90	66.249.165,47	1,09
Média	72.004.039,04	72.016.784,35	1,01

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades

No ano de 2017, devido ao avanço das transferências recebidas, constatou-se o maior grau de dependência municipal com indicador de 1,09 considerado muito elevado. O gestor público tem nesse indicador como uma forma de alerta para tomada de decisão evitando a elevação da dependência, tais como a adoção de políticas públicas para a criação de mecanismos de proteção das finanças públicas. Isso tudo em atenção aos números que retratam a relevância dos repasses constitucionais como fontes primordiais de recursos para atendimento às demandas da população quedas-iguauense.

Os resultados apresentados mostram que para cada R\$1,00 de despesa orçamentária o município tem R\$ 1,02 de receita transferida em 2015; R\$ 0,91 no ano de 2016 e R\$ 1,09 no ano de 2017 – identificando a alta dependência dos repasses da União e do Estado durante o período 2015-2017. Ratificando, esses indicadores são sinais de alerta para a administração pública, que dever tomar medidas políticas públicas e econômicas, criando mecanismos técnicos e políticos de defesa.

Os números retratam a relevância dos repasses constitucionais como fonte de recursos para atendimento as múltiplas demandas municipais, no entanto, a preocupação com os níveis de arrecadação tributária não deve ser descartada e, pelo contrário, ajustes na fiscalização e na modernização tributária para aumentar a arrecadação tributária são necessários.

³⁶ Somatório da transferência corrente e transferência de capital



Os resultados demonstram que o município deve realizar planejamentos de alternativas próprias, melhorando os indicadores de receita tributária, assim como também promover a adoção de políticas de crescimento e de desenvolvimento para fazer frente aos imprevistos nos repasses dos recursos.

INDICADOR DE FINANCIAMENTO DOS GASTOS

O indicador de financiamento dos gastos públicos permite mostrar a relação entre despesas correntes e receita tributária; ou seja, em que medida o município consegue cobrir seus gastos de custeio da máquina administrativa com sua arrecadação própria (excluídas as Receitas Transferidas e Operações de Crédito). Quanto maior o índice, menor o esforço tributário.

O município de Quedas do Iguaçu tem baixa dependência das transferências em virtude do esforço tributário para obtenção de índices mais satisfatórios que possam fazer frente, em maior proporção, às despesas correntes. A Tabela 54 mostra o comportamento da receita tributária, cujos indicadores comprovam a baixa dependência dos recursos de transferências.

Tabela 54 - Indicador de Financiamentos dos Gastos, valores deflacionados a preços constantes de 2017, período 2015-2017 (Em R\$ 1,00)

Ano	Despesa Corrente (A)	Receita Tributária (B)	Indicador (A: B)
2015	64.606.035,93	4.160.111,74	15,53
2016	71.897.024,80	4.867.436,64	14,77
2017	59.911.544,20	5.169.155,08	11,59
Média	65.471.534,98	4.732.234,49	13,96

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades

A receita tributária teve em média no período, crescimento médio real de 3,93% e as despesas correntes com crescimento de 0,15%. Esses números são resultantes da participação média de 7,23% da receita tributária em relação às despesas correntes que é abaixo da média dos municípios paranaenses, esse é um indicador que deve ser monitorado com a finalidade de reduzir as fragilidades e aumentar a proteção dessa relação que impacta fortemente nas finanças públicas municipais.

Em média o indicador de financiamento dos gastos atingiu o indicador de 13,96 que significa e mostra os ditames para melhorar o desempenho da gestão municipal. No ano de



2017 detectou-se pior indicador com a menor participação da receita tributária para fazer frente aos gastos públicos do município, ou seja, onde a receita tributária menos contribuiu para com as despesas correntes onerando um pouco mais os recursos advindos das transferências constitucionais.

Os resultados mostram que R\$ 15,53 de gastos contabilizados em despesas correntes a receita tributária participa com R\$ 1,00 no ano de 2015; no ano de 2016, R\$ 1,00 de receita tributária para gastos de R\$ 14,77 nas despesas correntes e para o ano de 2017 a equivalência é de R\$ 1,00 de receita tributária para R\$ 11,59 de despesas correntes. Essa relação comprova a baixa dependência do município de Quedas do Iguaçu sobre as transferências constitucionais.

Com isso, percebe-se, cada vez mais, que com a modernização nos processos de arrecadação própria, por meio de um controle interno bem definido, a administração municipal consegue estabelecer uma gestão de efeitos positivos nas finanças públicas para a obtenção de resultados satisfatórios na gestão pública municipal.

Com maior arrecadação tributária, os repasses constitucionais dos Governos Federal e Estadual poderão ser distribuídos com mais intensidade financeira para programas relevantes para atendimento à demanda dos municípios de Quedas do Iguaçu.

INDICADOR DE POUPANÇA

A poupança pública corresponde à renda líquida municipal. A Poupança foi calculada obtendo-se o saldo resultante da diferença entre Receitas Correntes e Despesas Correntes no período 2015 a 2017. Se a arrecadação exceder os gastos do município apresenta um superávit público, ou seja, poupança pública positiva ao contrário ocorre um déficit público, com poupança pública negativa.

A poupança maior significa o uso mais racional dos recursos financeiros podendo ser destinados a investimentos e propiciar uma melhor infraestrutura que beneficie a ação da iniciativa privada e da população em geral.

O Indicador foi calculado a partir da razão entre as Receitas Correntes e Despesas Correntes. Este indicador reflete o esforço da administração em relação ao saneamento



financeiro do município. A poupança gera possibilidades para a projeção de novos investimentos priorizando as necessidades do município.

Tabela 55 - Indicador de Poupança, valores deflacionados a preços constantes de 2017, período 2015-2017 (Em R\$ 1,00)

Ano	Receita Corrente (A)	Despesa Corrente (B)	Poupança	Indicador
2015	74.759.035,47	64.606.035,93	10.152.999,54	1,16
2016	81.393.996,51	71.897.024,80	9.496.971,71	1,13
2017	78.721.312,73	59.911.544,20	18.809.768,53	1,31
Média	78.291.448,24	65.471.534,98	12.819.913,26	1,20

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades

Nessa análise, percebe-se que a poupança do município de Quedas do Iguaçu apresenta superávit público nos anos de 2015, 2016 e 2017, ou seja, as despesas correntes são menores que as receitas correntes oriundas de transferências, impostos e taxas cobrados. Poupança maior significa o uso mais racional dos recursos financeiros, podendo, esse recurso ser destinado a investimentos de forma a propiciar uma melhor infraestrutura que beneficie a população em geral.

Em média a poupança do município obteve crescimento médio de 21,49% resultado da variação positiva de 98,06% no ano de 2017, pois nos anos de 2015 e 2016 obteve queda de 27,14% e 6,46%, respectivamente.

O crescimento acumulado da poupança entre 2015 a 2017 foi de 85,26% considerando os valores de R\$10.152.999,54 e R\$ 18.809.768,53. A média dos indicadores de poupança do município foi de 1,20 com índices satisfatórios para a formação de reservas com os objetivos de incrementar os investimentos públicos.

Os resultados apresentados são significativos, mostrando que para cada R\$1,00 de despesa corrente o município tem R\$ 1,16 de receita corrente no ano de 2015; R\$ 1,13 de receita corrente no ano de 2016 e R\$ 1,31 de receita corrente no ano de 2017 e, assim identifica-se uma aproximação maior entre receita e despesa corrente no ano 2016.

Em relação à média dos indicadores, tem-se que: para cada R\$1,00 de despesa corrente, há necessidade de R\$ 1,20 de receita corrente. Isso reforça a tese de que os cuidados,



a organização e a modernização tributária e de controles são necessários para que o município tenha mais capacidade financeira para atender as demandas da população.

Em função das demandas crescentes da população nas mais diversas áreas, entende-se que esses dados permitem estímulos ao governo municipal a pressupor participação e controle mais efetivos da arrecadação para a realização de investimentos necessários para atender a população.

Diante desse resultado, ganha força o argumento de que a poupança pública é um indicador que deveria ser sistematicamente monitorado pelos executivos públicos, caso o objetivo seja atingir taxas mais elevadas de crescimento. Nem sempre, o objetivo seja ter uma poupança pública mais alta possível, para financiar os investimentos necessários para a promoção do crescimento e do desenvolvimento local. É evidente que algum investimento público é necessário e que seu financiamento não deve ser realizado pelo déficit público, mas pela poupança pública planejada para atendimento as demandas municipais.

INDICADOR CAPACIDADE DE INVESTIMENTO

Os demonstrativos descritos a seguir mostram o comportamento da capacidade de investimentos do município de Quedas do Iguaçu ao longo do período dessa análise que vislumbram uma condição proativa para as tomadas de decisões que venham de encontro com os anseios da população de Quedas do Iguaçu (Tabela 56).

Nesse estudo, é tratado das relações entre investimentos realizados e a receita corrente e da variável despesa (os investimentos realizados correspondem aqueles diretamente realizados pelo município e por meio de convênios com o Estado e/ou União, ou ainda de transferência de capital). Os dados indicam que as taxas de investimento caíram enormemente no período. Observa-se, ainda, que os indicadores apresentam processo de redução. Trata-se de uma evidente demonstração de perda de capacidade para investir e a gravidade do fenômeno é muito sentida, pois os investimentos representam a fonte primária da melhoria, modernização e ampliação dos serviços públicos necessários a população.

Os dados da Tabela 56 mostram as variáveis que permitem a análise sobre a capacidade de investimento e o indicador de investimentos referente aos anos de 2015, 2016 e 2017. Alguns pontos, tais como a montagem da receita efetiva e as despesas correntes somadas



as amortizações são determinantes para mensurar os resultados sobre os investimentos realizados e as tendências e necessidades para o futuro.

Não obstante, algumas variáveis como o investimento e a amortização da dívida são termômetros para visualização das condições das possibilidades do município no encaminhamento de novos empreendimentos e a capacidade de contrair novas operações de crédito que venham contemplar as propostas estabelecidas no PPA.

Tabela 56 - Capacidade de Investimento, valores deflacionados a preços constantes de 2017, período 2015-2017 (Em R\$ 1,00)

Variáveis	Valores Deflacionados (R\$ 1,00)			
	2015	2016	2017	Média
Receita Orçamentária	78.796.923,70	84.997.466,27	84.152.193,85	82.648.861,27
Receita Corrente	74.759.035,47	81.393.996,51	78.721.312,73	78.291.448,24
Transferência Corrente	67.031.454,53	70.641.326,95	68.277.706,70	68.650.162,73
<u>Receita Efetiva³⁷</u>	74.343.465,83	80.485.260,47	77.243.912,81	77.357.546,37
Despesa Corrente	64.606.035,93	71.897.024,80	59.911.544,20	65.471.534,98
Operações de Crédito	415.569,64	908.736,04	1.477.399,92	933.901,87
Investimentos	3.229.875,34	6.832.987,14	4.876.058,91	4.979.640,46
Amortização da Dívida	1.572.046,17	1.663.218,19	1.461.562,36	1.565.608,91
Despesa corrente + amortização	66.178.082,10	73.560.242,99	61.373.106,56	67.037.143,88
Capacidade de Investimento ³⁸	8.165.383,73	6.925.017,48	15.870.806,25	10.320.402,49
Capacidade de Investimento (%) ³⁹	10,98	8,6	20,55	13,38
Investimento/receita orçamentária (%)	4,10	8,04	5,79	5,98
Indicador (investimento/receita)	0,04	0,08	0,06	0,08

Fonte: STN-FINBRA e Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu (2018). Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidade

Os investimentos do município de Quedas do Iguaçu durante o período 2015-2017 em relação à receita orçamentária em média apontaram 5,98% de participação. Os investimentos efetuados no período 2015-2017 se apresentaram de forma preocupante devido à drástica redução nos períodos: 2014-2015 (71,69%) e 2016-2017 (28,64%) que se traduziram em brutal

³⁷ Receita Efetiva = Receita Corrente – Operações de Crédito

³⁸ Capacidade de Investimento = Receita Efetiva – (Despesa Corrente + Amortização)

³⁹ Capacidade de Investimento % = Capacidade de Investimento / Receita Efetiva



queda nos investimentos em valores atualizados, que não seguiram o desempenho ocorrido no período 2015-2016 quando alcançou 111,56% de aumento.

Todas essas movimentações com valores destinados para investimentos no município mostrou um crescimento acumulado no período 2015-2017 de 50,97% ao considerar os valores de R\$3.229.875,34 para R\$4.876.058,91.

Os resultados apresentados para a relação investimento e receita orçamentária no período foram preocupantes, mostrando que para cada R\$1,00 de receita orçamentária, o município investiu apenas R\$0,04 e no ano de 2015; R\$0,08 de receita orçamentária no ano de 2016 e R\$0,06 de receita corrente no ano de 2017 e, assim identifica-se que os níveis de investimentos nos últimos três anos com média de R\$0,06 é considerado muito pequeno para a capacidade que Quedas do Iguaçu pode proporcionar.

A análise geral da despesa total é de que a mesma continuará aumentando anualmente em face de necessidade de maiores investimentos para atender a demanda local, por isso, a preocupação com a elevação dos níveis de arrecadação é extremamente desafiador pelo gestor público para cumprimento do Plano Plurianual (PPA), Lei Orçamentária Anual (LOA) e Lei das Diretrizes Anual (LDO).

O município de Quedas do Iguaçu apresentou nos três anos analisados uma capacidade de investimento que precisa ser melhorada, apesar de que em todos os anos analisados as despesas correntes adicionadas às amortizações foram inferiores as receitas efetivas. No entanto, apesar das oscilações, esse comportamento proporciona a possibilidade ampliar os indicadores com a capacidade de investimento partindo do pressuposto que essa capacidade existe. Essa movimentação se transporta para a relação investimento/receita orçamentária para se trabalhar no sentido de ampliar os níveis de investimentos para fazer frente às demandas econômicas e sociais e atender as Leis orçamentárias e de responsabilidades.

CONSIDERAÇÕES

Considerando os dados apresentados neste caderno e verificando as causas e consequências dos ativos e passivos da contabilidade pública do município, as finanças públicas do Município apresentaram os seguintes resultados de forma analítica:



- No geral, o município de Quedas do Iguaçu apresentou crescimento real das receitas, mostrando controle nas despesas que viabilizou a capacidade de poupança apesar de oscilar em um período ou outro. Detectou-se níveis acentuados de dependência das transferências governamentais, em função do baixo desempenho na arrecadação de impostos e taxas que compõem as receitas próprias municipais e as receitas tributárias, como é um fato comum na maior boa parte dos municípios brasileiros.
- O comportamento das receitas próprias e tributária mostra a necessidade permanente de investimentos na modernização tributária, com a finalidade de angariar mais recursos que possam auxiliar no custeio e investimentos municipais. A arrecadação própria do município teve crescimento médio de 4,81 % e 3,93% ao longo do período 2015-2017 que culminou com modesta participação na totalização das receitas correntes. Isso leva o município a sempre envidar esforços por meio da modernização da estrutura municipal na administração tributária visando melhores resultados com vistas ao atendimento as demandas da população Quedas do Iguaçu.
- O objetivo dessa modernização é tornar o município com menor dependência das receitas de transferências do Estado e União, para tanto, o município deverá estimular os contribuintes, através da arrecadação por meio de sistemas mais desenvolvidos. Mas é necessário ressaltar que o poder Executivo deverá rever a capacidade de contribuição da população em relação aos tributos, adotando uma fiscalização mais eficaz melhorando o desempenho da política tributária no médio e longo prazo, reduzindo, cada vez mais, a dependência do município em relação às Receitas de Transferências.
- As transferências do FPM e ICMS demonstram ser fundamentais na totalização das receitas do município. Sendo que o aumento nessas transferências requer mais investimentos em infraestrutura para oferecer condições de que outras empresas e instituições sejam atraídas para gerar mais desenvolvimento econômico e social. No município de Quedas do Iguaçu as transferências constitucionais da União e do Estado são extremamente superiores a arrecadação, por meio, da receita tributária.
- As Despesas por Função mostram o destino dos recursos que o município disponibiliza para atendimento a sua população, com isso e de acordo com as informações a distribuição entre as despesas com educação, saúde e urbanismo que se encontram dentro da realidade da maioria dos municípios brasileiros. Há necessidade, portanto, uma readequação orçamentária no direcionamento dos investimentos, principalmente direcionados



para indústria e comércio e serviços para promover o desenvolvimento econômico e buscar a ascensão na geração de emprego e renda.

- Os índices de esforço tributário, financiamento dos gastos, poupança e dependência do município em relação às receitas recebidas por meio das transferências constitucionais, mostraram seus pontos mais fragilizados, ou seja, necessidades de rever o comportamento com as finanças públicas de caráter municipal. O índice de dependência é sempre uma grande preocupação para o município, principalmente em relação às transferências ou repasses do Governo Federal e Estadual, notadamente em relação ao ICMS e FPM.
- A capacidade de investimento próprio do município demonstrado durante o estudo apresentou-se preocupante, indicando que o município deverá sempre buscar a eficácia de gestão para a formação da capacidade de poupar, no entanto, é essencial a precaução das despesas correntes para viabilização de novos investimentos evitando assim um descontrole ao longo dos exercícios.
- Para que o município aperfeiçoe o sistema de arrecadação própria, é necessário o enfrentamento das demandas, além de cumprir a obrigação constitucional, da LRF e evitar as penalidades aos administradores, o retorno se dará mediante a elevação da receita própria, diminuindo, conseqüentemente, a dependência das transferências correntes.

Em boa parte das análises constatou-se que as interferências macroeconômicas tanto em nível nacional como internacional influenciaram no desenvolvimento dos municípios, porém em algumas situações mais específicas o município superou as expectativas de crescimento quando comparadas com os resultados econômicos do país. Isso se leva a crer que a dinâmica na gestão municipal pode ser o grande diferencial entre as gestões por diversos municípios brasileiros.

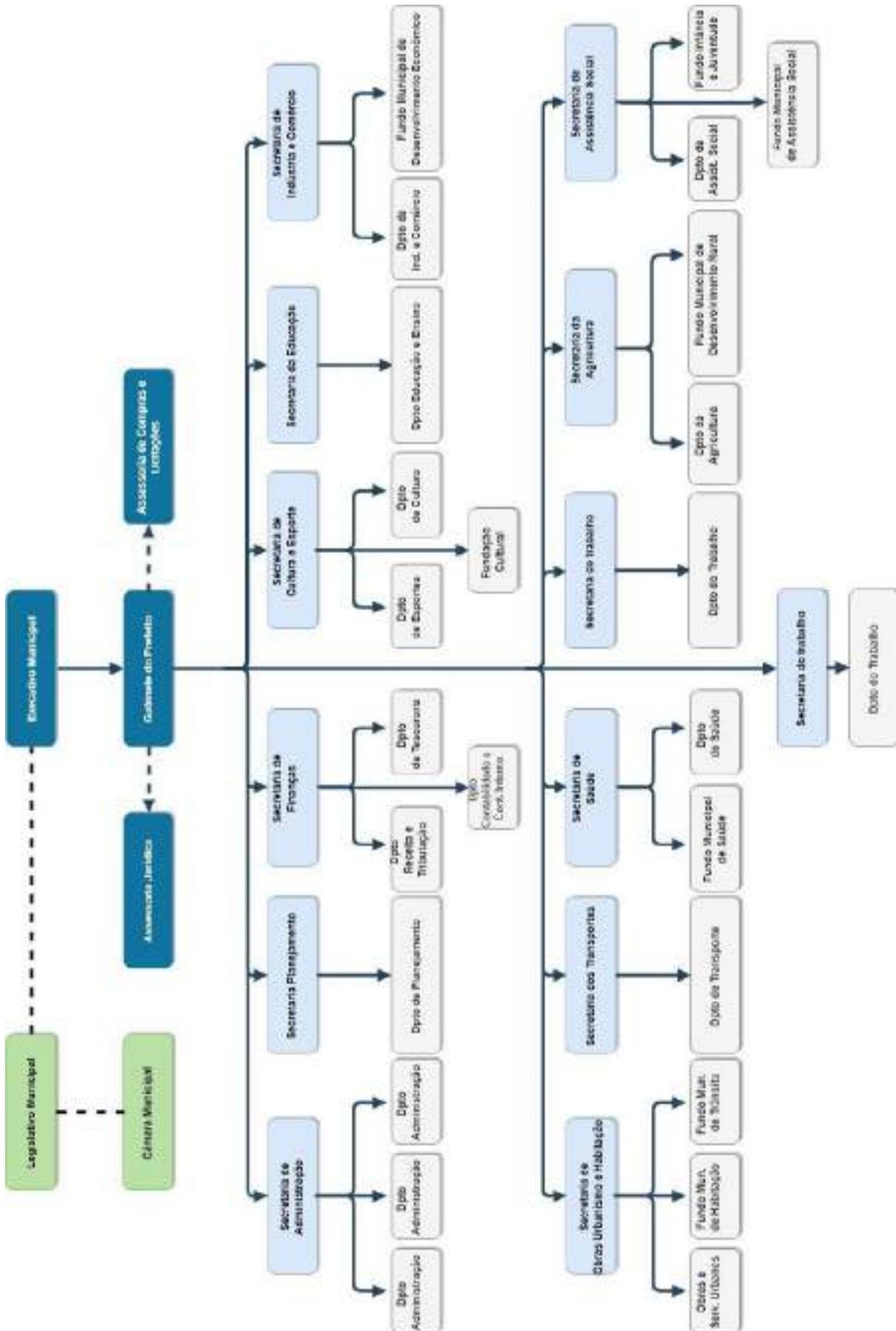
Pode-se concluir que durante o período analisado, foi identificada alta dependência do município para a realização de investimentos em relação às transferências intergovernamentais. Verificou-se também a necessidade permanente de criar mecanismos para o desenvolvimento do município, que poderá ser solucionado e/ou amenizado por meio de incentivos e investimentos público e, ainda, viabilizar estudos para aumentar a arrecadação própria.



11.6 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA

A estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Quedas de Iguaçu, segundo a Lei nº953 de 2013, é composta pelos órgãos de assessoramento direto, onde o gabinete do prefeito se inclui, órgãos de administração geral, subdividida em 3 secretarias, órgãos de administração específica, com 10 secretarias, órgãos em colaboração com o Governo Federal e órgãos de aconselhamento e participação comunitária, conforme demonstra o organograma a seguir. Esta Lei também estabelece as competências e a composição de cada um destes departamentos da prefeitura.

De acordo com dados coletados junto à Prefeitura Municipal a estrutura atual encontra-se adequada à realidade do município, não sendo necessária a criação de novas secretarias ou remanejamento das existentes. Segundo agentes da prefeitura, Quedas do Iguaçu ainda disponibiliza política para capacitação dos funcionários em todos os setores, não necessita da aquisição de equipamentos de informática, softwares e novos veículos para seu funcionamento.





11.7 CONSELHOS MUNICIPAIS

O controle social pode ser feito individualmente, por qualquer cidadão, ou por um grupo de pessoas. Os conselhos gestores de políticas públicas são canais efetivos de participação, que permitem estabelecer uma sociedade na qual a cidadania deixe de ser apenas um direito, mas uma realidade. A importância dos conselhos está no seu papel de fortalecimento da participação democrática da população na formulação e implementação de políticas públicas⁴⁰.

De acordo com o Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União,

Os conselhos são espaços públicos de composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil, de natureza deliberativa e consultiva, cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais. Os conselhos são o principal canal de participação popular encontrada nas três instâncias de governo (federal, estadual e municipal)⁴¹.

Na instância municipal, os conselhos são os órgãos que atuam no controle social das políticas públicas e orçamentárias das diversas áreas do município. Em Quedas do Iguaçu estão instituídos 23 conselhos, dos quais 17 são ativos:

Tabela 10 – Relação de Conselhos municipais

Conselho Municipal	Lei	Atuantes
da Saúde	Municipal nº 774/2011	x
dos Direitos do Idoso	Municipal nº 435/2007	x
Comunitário de Segurança da Comunidade	Municipal nº 026/96	x
dos Direitos da Criança e do Adolescente	Federal nº 7.210/1984	x
de Desenvolvimento Rural Sustentável	Municipal nº 1.237/2018	x
da Alimentação Escolar	Municipal nº 310/2005	x
de Assistência Social	Municipal nº 025/1995	x
de Bem-Estar Social	Municipal nº 024/1995	x
de Educação	Municipal nº 014/1993	
do Trabalho	Municipal nº 606/2009	x
	Municipal nº 318/2005	

⁴⁰ Portal da Transparência, 2018.

⁴¹ Portal da Transparência, 2018.



da Merenda Escolar	-	x
do Telecentro de Quedas do Iguaçu	Municipal nº 632/2009	
de Segurança Alimentar e Nutricional	Municipal nº 897/2012	x
do Turismo	Municipal nº 1.040/2014	O
do Transporte	-	x
dos Direitos da Pessoa com Deficiência	Municipal nº 7.853/1989	x
dos Direitos da Mulher	Municipal nº 1.062/2015	x
de Controle Social de Saneamento	Municipal nº 1.114/2015	
de Esporte	Municipal nº 08/1987	
do Meio Ambiente	-	x
do Desenvolvimento	-	x
do FUNDEB	-	x

Fonte: Câmara Municipal de Quedas do Iguaçu, 2019.

Dos 23 Conselhos Municipais existentes em Queda do Iguaçu, 17 estão ativos atualmente. Destes, tem-se representantes em diversos setores da comunidade, sem apresentar disparidade representativa entre eles.

Contabilizando todos os conselhos, atuantes e não atuantes, existem 15 conselhos trabalhando com ações voltadas para o âmbito da assistência social.

Para a implementação e fiscalização de todas as medidas tomadas a partir da consolidação do Plano Diretor Municipal, e para a aprovação do mesmo, é essencial que pelo menos o Conselho de Desenvolvimento Municipal seja criado.



12 SÍNTESE

A Análise Temática Integrada se refere à 2ª Fase da elaboração da revisão do Plano Diretor Municipal de Quedas do Iguaçu, conforme Termo de Referência anexo ao Edital de Tomada de Preços nº 009/2018 da Prefeitura do Município de Quedas do Iguaçu, e é um diagnóstico abrangente da situação atual do município.

Sobre as condicionantes naturais, vemos que Quedas do Iguaçu apresenta barreiras ao uso e a ocupação antrópico do solo, possui, em linhas gerais, clima ameno, solo fértil e declives suaves.

Calcula-se que apenas 4,3% do território é considerado boa para ser utilizado para a agricultura e, 63,1% é considerado regular, ou seja, está sujeito à erosão. Os remanescentes florestais representam 32,6% do município sendo que 5.040 hectares estão preservados em áreas de APP.

Na área urbana da Sede, a maioria dos lotes tem uso residencial, as áreas institucionais estão distribuídas por toda a área urbana e o comércio fica concentrado nas vias principais, especialmente em volta da Praça Central, que caracteriza uma das principais áreas de lazer junto com o Parque Aquático Municipal (Prainha). Percebe-se também a expansão urbana e o aumento no número de loteamentos em Quedas do Iguaçu.

Nos aspectos de demografia vemos que a população quedas-iguauense aumentou comparando os Censo Demográfico de 1990 e 2000, apontando queda no meio rural e aumento no urbano. Entretanto no Censo de 2000 para o de 2010 a população rural apresenta aumento significativo, que pode ser explicado pela instalação do Assentamento Celso Furtado. Daí em diante o ritmo do crescimento demográfico de Quedas foi aumentando progressivamente e atualmente (2019), estima-se que tenha uma população de quase 32.875 mil habitantes, sendo previsto para 2035 o total de 36.648 pessoas.

O setor mais relevante na economia do município ainda é o industrial, entretanto a partir da análise, conclui-se o Quedas precisa tomar ações que incentivem o desenvolvimento econômico.



A respeito das condições fundiárias na Sede Urbana, pode-se observar que, devido ao grande número de loteamentos implantados nos últimos anos, existe uma enorme quantidade de imóveis edificadas e lotes vazios. O déficit habitacional calculado em 2010 era de 1.072 unidades, metade devido à domicílios precários. Quedas do Iguaçu tem seis áreas de ocupação irregular, dentre as quais, cinco são passíveis de regularização.

Sobre a infraestrutura do município, podemos afirmar que:

- a) O sistema de abastecimento de água atende 100% da população urbana e a infraestrutura, acrescentando as ligações à rede, tem previsão de suportar os próximos 10 anos;
- b) A taxa de atendimento do sistema de coleta e tratamento de esgoto chega a 55,97% da população.
- c) As rodovias que cortam o município estão em bom estado de conservação, apesar de proporcionarem diversos conflitos viários, e as estradas rurais também estão em bom estado, não apresentando problemas de tráfego; e
- d) O sistema viário urbano está em condições regulares de conservação e apenas as vias centrais são de pavimentação tipo asfáltica.

A arborização urbana necessita de diversificação, visto que é realizada em sua maioria pelo Ligustro, espécie invasora. Existem conflitos frequentes entre a arborização urbana e a iluminação pública.

No quesito equipamentos e serviços públicos, podemos afirmar, em linhas gerais, que apesar de atenderem de maneira satisfatória a demanda atual, nos próximos anos todas as áreas necessitam de investimentos para a ampliação e remanejamento da estrutura física e dos recursos humanos: educação, saúde, assistência social, lazer, esporte, cultura e cemitério.

A tabela a seguir sintetiza as análises a respeito da mobilidade urbana por prioridade do modo de transporte, conforme a Política Nacional de Mobilidade Urbana:



Tabela 57 – Síntese da mobilidade urbana na cidade de Quedas do Iguaçu

Modo de transporte	Resumo da situação
Deslocamento peatonal	Condições razoáveis, faltam investimentos em acessibilidade.
Deslocamento ciclovitário	Sem infraestrutura específica. Potencial não aproveitado.
Transporte coletivo urbano	Inexistente. Apenas escolar.
Automóveis e motos	Boas condições, necessário novo estudo sobre rotatórias.

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2018.

Sobre a gestão municipal, constatou-se que o município não necessita de atualização da estrutura organizacional administrativa. Percebe-se também que muitos conselhos existentes estão inativos, mas seriam importantes para fortalecer a participação popular e o controle social da gestão.

As finanças do município vêm apresentando um crescimento real das receitas correntes, mas ainda assim detectou-se acentuados níveis dependência das transferências governamentais, a baixa arrecadação de impostos e os gastos excessivos com pessoal (acima do limite da LRF) são preocupantes.

Este diagnóstico deve embasar a elaboração da próxima etapa da revisão do Plano Diretor Municipal de Quedas do Iguaçu – Fase 3: Diretrizes e Proposições – que por sua vez, serve de base para a revisão da Legislação Básica Municipal e para a elaboração do Plano de Ação e Investimentos (Fase 4).



REFERÊNCIAS

- ABNT. NBR 9050. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 3ª edição. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.
- AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ. Cidades próximas a grandes centros são as que mais crescem no Paraná. 01 set. 2017. Disponível em: <<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=95303&tit=Cidades-proximas-a-grandes-centros-sao-as-que-mais-crescem-no-Parana>>. Acesso em 12 jun. 2018.
- AMUSEP. AMUSEP. Disponível em: <<http://www.amusep.com.br/>>. Acesso em 15 mar. 2018.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- _____. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; (...) e dá outras providências.
- _____. Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nos 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e das Leis nos 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências.
- _____. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.
- _____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- _____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- _____. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana. Plan-Mob: Caderno de Referência para Elaboração de Planos de Mobilidade Urbana. Brasília: Ministério das Cidades, 2015.
- _____. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana. Programa Brasileiro de Mobilidade por Bicicleta – Bicicleta Brasil: Caderno de referência



- para elaboração de Plano de Mobilidade por Bicicleta nas Cidades. Brasília: Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, 2007.
- ____. Ministério do Desenvolvimento Social. SAGI. Relatório de Informações Sociais – Bolsa Família e CADÚNICO. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>>. Acesso em 28 mai. 2018.
- ____. Ministério do Desenvolvimento Social. Política Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004.
- ____. Ministério da Saúde. CNES. Consulta Estabelecimento. Disponível em: <<http://cnes.saude.gov.br/pages/estabelecimentos/consulta.jsp>>. Acesso em 05 jun. 2018.
- ____. Ministério da Educação. FNDE. Sobre o Fundeb. 2017. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-fundeb>>. Acesso em 07 jun. 2018.
- ____. Ministério da Educação. Fundeb – Apresentação. 2016. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/fundeb>>. Acesso em 07 jun. 2018.
- ____. Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União. Portal da Transparência. Controle Social – Conselhos municipais e controle social. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/controlesocial/ConselhosMunicipaiseControleSocial.asp>>. Acesso em 14 mai. 2018.
- ____. Secretaria do Tesouro Nacional. Finanças do Brasil. Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro. Disponível em: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf>. Acesso em 21 mai. 2018.
- BRITO, L. P. G.; CAVENAGHI, S.; JANNUZZI, P. M. Estimativas e projeções populacionais para pequenos domínios: uma avaliação da precisão por municípios do Rio de Janeiro em 2000 e 2007. In: Revista Brasileira de Estudos de População, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p.35-57, jan./jun. 2010.
- CARRARO, B. Governador lança o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável da Metrópole Paraná Norte. CBN Londrina, 22 mar. 2018. Disponível em: <<https://cbnlondrina.com.br/materias/governador-lanca-o-plano-de-desenvolvimento-regional-sustentavel-da-metropole-parana-norte>>. Acesso em 09 mai. 2018.



DER-PR. Consulta de Linhas. Disponível em: <http://www.der.pr.gov.br/consulta_localidade.php>. Acesso em 30 mai. 2018.

DETRAN-PR. Estatísticas de Trânsito do Paraná. Disponível em: <<http://www.detrان.pr.gov.br/modules/catasg/servicos-detalhes.php?tema=detrان&id=477>>. Acesso em 11 jun. 2018.

FJP. Centro de Estatística e Informações. Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010. Belo Horizonte, 2013.

GASPARINI, C. E.; MIRANDA, R. B. Evolução dos aspectos legais e dos montantes de transferências realizadas pelo Fundo de Participação dos Municípios. IPEA – textos para discussão, nº. 1243, 2006.

IBGE. IBGE Cidades. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em 23 mar. 2018(a).

_____. Estimativas da população residente nos municípios brasileiros com data em 1º de julho de 2017. Atualizado em 07 fev. 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>>. Acesso em 28 mar. 2018(b).

_____. Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

_____. SIDRA. Acervo. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em 21 mar. 2018.

INEP. IDEB - Resultados e Metas. 2016. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/>>. Acesso em 06 jun. 2018.

IPARDES. Caderno Estatístico – Município de Quedas do Iguaçu – fevereiro de 2019. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85460&btOk=ok>>. Acesso em 07 mar. 2018.

ITCG. Dados e informações geoespaciais temáticos. Curitiba: ITCG, 2008. Disponível em: <<http://www.itcg.pr.gov.br/modules/faq/category.php?categoryid=9>>. Acesso em 07 mai. 2018.



- _____. Lei nº 1196, de 2017. Institui o Plano Municipal de Saneamento Básico destinado à execução dos serviços de abastecimento de água e esgotamentos sanitário no município de Quedas do Iguaçu e dá outras providências.
- _____. Lei nº 374, de 10 de outubro de 2006. Institui o Plano Diretor Municipal de Quedas do Iguaçu – PDM – e dá outras providências.
- _____. Plano Municipal de Saneamento Básico, 2017.
- _____. Plano Diretor Municipal, 2006.
- MARCELLINO, N. C. Estudos do lazer: uma introdução. 4. Ed. Campinas: Autores Associados, 2006.
- MARICATO, E. MetrÓpole, legislação e desigualdade. Estudos avançados, v. 17, n. 48, p. 151-166. São Paulo: USP, 2003.
- MINEROPAR. Atlas Geomorfológico do Estado do Paraná. Curitiba: UFPR, 2006.
- _____. Atlas Geológico do Estado do Paraná. Curitiba: MINEROPAR, 2001.
- PARANÁ. Lei Estadual nº 15.229, de 25 de julho de 2006. Dispõe sobre normas para execução do sistema das diretrizes e bases do planejamento e desenvolvimento estadual, nos termos do art. 141, da Constituição Estadual.
- PINTO, V. C. Ocupação irregular do solo urbano: o papel da legislação federal. In: Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 11, n. 1149, 24 ago. 2006.
- PNUD. Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil. Município de Quedas do Iguaçu-PR. 2013. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/quedas-do-iguacu_pr>. Acesso em 16 fev. 2019.
- POLIDORO, M.; LOLLO, J. A. Impactos ambientais urbanos em áreas de expansão: desafios ao planejamento metropolitano. São Carlos: FAPESP, 2012.
- QEDU. Quedas do Iguaçu – Censo Escolar: Matrículas. Disponível em: <https://www.qedu.org.br/cidade/3317-quedas-do-iguacu/censo-escolar?year=2018&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item=>>. Acesso em 10 mar. 2019.
- DPI. Divisão Policial do Interior – Quedas do Iguaçu. Disponível em: <<http://www.dpi.policiaciivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=16>>. Acesso em 28 fev. 2019.



PMP. Polícia Militar do Paraná – Quedas do Iguaçu. Disponível em:

<<http://www.pmpr.pr.gov.br/modules/conteudo/con-teudo.php?conteudo=469>>.
Acesso em 28 fev. 2019.

CASA MILITAR. Quedas do Iguaçu. Disponível em: < <http://www.defesacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=204>>. Acesso em 28 fev. 2019.

RIPSA. Indicadores de Saúde no Brasil: conceitos e aplicações. 2ª ED. Brasília: RIPSA, 2008.

SANTOS, H. G.; ZARONI, M. J. Latossolos. Em: AGEITEC – EMBRAPA. Disponível em:
<http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/solos_tropicais/arvore/CONTAG01_11_2212200611540.html>. Acesso em 07 mar. 2019(a).

____. Argissolos. Em: AGEITEC – EMBRAPA. Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/solos_tropicais/arvore/CONTAG01_7_2212200611538.html>. Acesso em 07 mar. 2019(b).

____. Nitossolos. Em: AGEITEC – EMBRAPA. Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/solos_tropicais/arvore/CONTAG01_17_2212200611543.html>. Acesso em 07 mar. 2019(c).

SANTOS, M. A urbanização Brasileira. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2001.

SEFA. Secretaria da Fazenda do Paraná. Disponível em: <<http://www.fazenda.pr.gov.br/>>. Acesso em 27 fev. 2019.

SEMA. Série Ecossistemas Paranaenses, v. 5: Floresta Estacional Semidecidual. Curitiba: SEMA, 2010.

SILVA, L. M. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SUCURSAL, L. P. Parceria inédita garante Vila Rural no Noroeste. Em: *Folha de Londrina*, Londrina, 28 dez. 1996.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU



CORDENADOR DA EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL:
Lucas André Stormovski – Arquiteto Urbanista

COMISSÃO TÉCNICA MUNICIPAL:
Maurício Franzen – Engenheiro Civil
Paulo Cesar Czarneski – Engenheiro Civil
Clóvis Antonio Do Prado – Técnico Em Edificações
Maria Cristina Chiossi Ferreira – Técnico Em Edificações
Debora Aparecida De Oliveira – Engenheira Ambiental
Paulo Fabiane – Secretaria De Cultura, Esporte E Turismo
Gicele Copatti Giaretta – Procuradora Municipal
Antonio Luiz Lopes – Oficial Administrativo - Departamento De Tributação

Marlene Fatima Revers
Prefeita Municipal



DRZ - GESTÃO DE CIDADES



DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA. EPP
CNPJ: 04.915.134/0001-93 • CREA Nº 41972
Avenida Higienópolis, 32,4º andar, Centro, Londrina, PR.
Tel.: 43 3026 4065 - CEP 86020-080
Home: www.drz.com.br • e-mail: drz@drz.com.br

DIRETORIA:

Agostinho de Rezende – Diretor Geral
José Roberto Hoffmann – Diretor Técnico

RESPONSÁVEL TÉCNICO:

Humberto Carneiro Leal – Arquiteto e Urbanista – CAU A13861-4

EQUIPE TÉCNICA:

Aline Midori Susuki – Auxiliar de Arquitetura e Urbanismo
Beatriz Leiko Hashimoto – Assistente de Arquitetura e Urbanismo
Claudia Leocádio Dias – Assistente Social
Daniel Souza Lima – Arquiteto e Urbanista – CAU A47443-6
Demétrius Coelho Souza – Advogado - OAB/PR 24363
Enyel Carazzai – Geólogo – CREA-PR 19908/D
Henrique Ferrarini Ferreira – Arquiteto e Urbanista – CAU A132542-6
Humberto Carneiro Leal – Arquiteto e Urbanista – CAU A49147-0
José Batista Delatorre Junior – Auxiliar de Arquitetura e Urbanismo
José Roberto Hoffmann – Engenheiro Civil – CREA-PR 6125/D
Leticia Leal Ferreira – Engenheira Ambiental – CREA-PR 132809/D
Marina Machado de Rezende – Auxiliar de Arquitetura e Urbanismo
Paulo Roberto Santana Borges – Economista – CORECON-PR 3192

Agostinho de Rezende
Diretor Geral
CRA-PR 6459